



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Câmpus de Marília

Edson Detregiachi

**A Mente Humana e sua Investigação:**  
Filosofia e o Pensar de Bion na Psicanálise

Marília  
2023

Edson Detregiachi

**A Mente Humana e sua Investigação:**  
Filosofia e o Pensar de Bion na Psicanálise

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Filosofia pela Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília.

Área de Concentração: Filosofia da Mente, Epistemologia e Lógica

Orientador (a): Prof. Dr. Jonas Gonçalves Coelho

Marília  
2023

D483m Detregiachi, Edson  
A mente humana e sua investigação : filosofia e o pensar de Bion na psicanálise / Edson Detregiachi. -- Marília, 2023  
235 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília  
Orientador: Jonas Gonçalves Coelho

1. Filosofia da Mente. 2. Psicanálise. 3. Epistemologia. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Edson Detregiachi

**A Mente Humana e sua Investigação:  
Filosofia e o Pensar de Bion na Psicanálise**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Área de concentração: Filosofia da Mente, Epistemologia e Lógica  
Linha de pesquisa: Ciência Cognitiva, Filosofia da Mente e Semiótica

**Banca Examinadora**

Prof. Dr. Jonas Gonçalves Coelho  
UNESP – Câmpus de Marília  
Orientador

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Adriana Salvitti  
SBPRP – Ribeirão Preto  
IEPRP – Ribeirão Preto

Prof. Dr. Alfredo Pereira Júnior  
UNESP – Botucatu

Marília, 01 de fevereiro de 2023.

À minha mãe, Joseli.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares que sempre me apoiaram, não só de maneira explícita, como demonstraram seu orgulho e afeto, por mim, e pelo produto de minhas empreitadas.

Ao meu analista, por sua continência e dedicação, que, dentro desta relação, nunca furtou-se do componente afetivo próprio a este vínculo, ajudando-me em minhas transformações e crescimento.

Aos meus pacientes e alunos, pelo ensejo de experiências vivas de minha prática profissional, permitindo a manutenção de minha epistemofilia ancorada à realidade, e a significação de minha dedicação na forma de realizações.

Ao meu orientador, Prof. Jonas, por sua disponibilidade, compreensão, afeto, e notáveis discernimento e tolerância, incentivando o meu próprio pensar na elaboração deste trabalho.

Aos Professores Adriana e Alfredo, por sua contribuição significativa para os desenvolvimentos que se apresentam, e para a ancoragem deste trabalho em seu contexto.

Ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UNESP de Marília, por oferecer disciplinas e condições necessárias para as bases que permitiram os aprofundamentos trazidos nos diálogos e reflexões ora abordados.

A todos que, ao longo de minha vida, contribuíram com minha aprendizagem, sejam meus professores e supervisores, que, em sua generosidade, ofertaram conhecimentos e cuidados, mas também todos os que me propiciaram as experiências culminantes em quem me tornei até aqui.

“Não me ocorre nada que seja assaz fixo nesse mundo [...] Veja o leitor a comparação que melhor lhe quadrar, veja-a e não esteja daí a torcer-me o nariz, só porque ainda não chegamos à parte narrativa destas memórias. Lá iremos. Creio que prefere a anedota à reflexão, como os outros leitores, seus confrades, e acho que faz muito bem.”

(Machado de Assis)

## RESUMO

O que pode ser a mente humana? Como se torna possível sua investigação? A filosofia da mente, ao tomar um tal objeto de estudo, depara-se com questões sobre sua natureza e da realidade na qual se situa, bem como das relações entre ambas as instâncias, configurando um aspecto ontológico de sua investigação. Por outro lado, a própria ação de realizar uma investigação, em seu aspecto epistemológico, depende, em última instância, do funcionamento da mente humana. Sendo tal funcionamento pertencente ao objeto da própria investigação, a coerência de ambos os campos, onto e epistemológico, se define por uma construção dinâmica de um pelo outro. Na psicanálise, Bion se debruça num inquérito sobre a epistemologia, não apenas como embasamento da teorização psicanalítica, mas também como instrumento para auxiliar na investigação do funcionamento mental, em especial, no desenvolvimento de sua teoria sobre o pensar. Considerando que, apesar de portarem metodologias distintas, ambas as áreas, filosofia da mente e psicanálise, dedicam-se a um objeto em comum, o presente trabalho se propõe a uma discussão entre um recorte da teoria sobre o pensar em Bion e algumas das principais correntes da filosofia da mente, sob o objetivo de iluminar aquelas duas questões, que as perpassam. Com finalidade de aproximar as possibilidades de diálogos, serão exploradas suas questões metodológicas, bem como o problema sobre o acesso aos fenômenos mentais, construindo um campo para um debate que possa enriquecer não somente estas, mas também outras áreas de investigação que tomem o mesmo objeto.

**Palavras Chave:** Filosofia da Mente, Psicanálise, Epistemologia, Bion, Pensar.



## ABSTRACT

What can the human mind be? How can such a thing be possible as its investigation? Taking such an object of study the philosophy of mind faces questions about its nature and the reality in which it is situated as well as the relations between both instances, which configures an ontological aspect of its investigation. On the other hand the very act of carrying out an investigation in its epistemological aspect ultimately depends on the functioning of the human mind. As such functioning belongs to the object of the investigation itself the coherence of both ontological and epistemological fields is set by a dynamic construction of one another. In psychoanalysis Bion emphasizes an inquiry of epistemology not only as a basis for psychoanalytic theorizing but also as an instrument to assist in the investigation of mental functioning, particularly in the development of his theory of thinking. Considering that philosophy of mind and psychoanalysis areas are both dedicated to such common object, despite different methodologies, the present work proposes a discussion between a selection of the theory of thinking in Bion and some of the main currents of the philosophy of mind with the aim of illuminating those two questions which permeate them. Under the purpose of turning the possibilities of dialogues closer their methodological questions as well as the problem of accessing mental phenomena will be explored, building a debating field that could enrich not only these but also other areas of investigation which take the same object.

**Keywords:** Philosophy of Mind, Psychoanalysis, Epistemology, Bion, Thinking.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
------------------------	----------

### **CAPÍTULO 1:**

<b>A INVESTIGAÇÃO E SEUS MÉTODOS.....</b>	<b>23</b>
1.1. O MÉTODO PSICANALÍTICO.....	23
1.2. ENTRE A ONTOLOGIA E A EPISTEMOLOGIA.....	32
1.3. A EPISTEMOLOGIA EM BION.....	43
1.4. A RELAÇÃO MENTE E CORPO.....	57

### **CAPÍTULO 2:**

<b>O ACESSO AOS FENÔMENOS MENTAIS.....</b>	<b>67</b>
2.1. A EXPERIÊNCIA COMO FONTE.....	67
2.2. DO INFLUXO À EPIGÊNESE.....	74
2.3. A OBSERVAÇÃO DO SUJEITO.....	84
2.4. UMA QUESTÃO DE PONTOS DE VISTA.....	94

### **CAPÍTULO 3:**

<b>A ATIVIDADE MENTAL EM SUAS RELAÇÕES.....</b>	<b>105</b>
3.1. UMA MENTE QUE PENSA.....	105
3.2. CONSCIÊNCIA E REALIDADE.....	115
3.3. UMA FUNÇÃO PARA LIDAR COM A EXPERIÊNCIA.....	126
3.4. IDENTIFICAÇÃO PROJETIVA E CONTINÊNCIA.....	139
3.5. O VÍNCULO 'K' E O CONHECER.....	147
3.6. ABSTRAÇÃO, PARTICULARIZAÇÃO E INSATURAÇÃO.....	154
3.7. MODELOS E SUA ELABORAÇÃO.....	165
3.8. CONJUNÇÃO CONSTANTE E FATO SELECIONADO.....	175

### **CAPÍTULO 4:**

<b>INVESTIGANDO A MENTE E SUA INVESTIGAÇÃO.....</b>	<b>185</b>
4.1. IDEIA E INTROSPECÇÃO.....	185
4.2. TEORIA E MODELO SOBRE O PENSAR.....	194
4.3. DISCUTINDO ALGUNS CONCEITOS.....	202
4.4. PENSANDO ALGUMA CONCEPÇÃO.....	219

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>227</b>
----------------------------------	------------

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>231</b>
--	------------

## INTRODUÇÃO

Para Costa (2005), a filosofia da mente se constrói por reflexões conjecturais que tomam como objeto estados mentais, os quais, em conjunto, constituem aquilo que se convém chamar de mente. Tais estados abarcam eventos, processos e disposições mentais, podendo subdividir-se em categorias como sensações, percepções, emoções, cognições, conações e estados quasi-perceptuais (sonhos, imaginação, alucinações). Estas reflexões, então, induzem questões sobre qual a natureza do objeto investigado, no que implica sua existência e a de um sujeito consciente, quais suas relações internas e com seu meio, dentre outras, delineando uma investigação ontológica da mente. Desta forma, uma investigação sobre a existência dos fenômenos mentais e sua natureza tende a se desdobrar em uma investigação sobre a própria natureza da realidade. Se um pensamento é diferente do objeto que se supõe a representar, diga-se, a pintura de Magritte (1929) sobre um cachimbo, que, apesar de conter elementos em comum necessários para representá-lo, não pode ser confundida com um objeto que se convenha denominar como ‘cachimbo’, trata-se o fenômeno mental de uma outra esfera de realidade, à qual pertence o ‘mundo das ideias’, ou da mesma realidade à qual pertence o objeto? No segundo caso, admitindo-se uma única realidade existente, pode-se assumir que a natureza das propriedades mentais seja a mesma daquelas propriedades mensuráveis da matéria, ditas ‘físicas’? Considerando que o aparato utilizado para conduzir essa investigação não é outro que não aquele responsável por gerar fenômenos tais como o pensamento, no que implica utilizar de uma mente para investigar a si mesma?

Churchland (1988) apresenta a filosofia da mente não como um sistema homogêneo de abstrações, mas sim um debate ativo entre diversas concepções de realidade, diante das quais cabe ao leitor posicionar-se. Cada uma de suas correntes oferece diferentes abordagens para as questões acima, tomando diferentes premissas ou pontos de partida em suas investigações, e conduzindo a determinadas compreensões onto e epistemológicas. Parte do conhecimento em construção tem, em suas fontes, característica introspectiva, ou seja, originam-se a partir da tomada de consciência sobre processos desencadeados em instâncias mentais, como a consciência de um pensamento, ou a consciência sobre o próprio fenômeno de estar consciente, dita ‘autoconsciência’. Outra parte emerge de múltiplas contribuições, como ocorre com diversas formas da psicologia, neurociências, etologia, teoria da evolução, e experimentações humanas, animais e até mesmo em inteligência artificial. Na ausência de um consenso sobre uma definição última dos processos e estados mentais, tal qual se apresenta na

contemporaneidade, as disputas sobre a ontologia da mente se enriquecem. Os debates filosóficos clássicos entre a concepção materialista e idealista da realidade se entrelaçam em um dos temas centrais da ontologia da mente, na relação mente-corpo. Não se resumem, entretanto, numa batalha entre a negação mecânica dos fenômenos espirituais e um solipsismo que ignora uma realidade objetiva; partindo da proposta dualista cartesiana, acasalamentos diversos tornam-se possíveis. A partir da investigação sobre a natureza ontológica da mente, em suas proposições sobre a existência do objeto abordado, suas relações internas e com o seu meio, desdobra-se não só a indagação sobre o compromisso ontológico assumido com a investigação da própria realidade, mas também sobre as questões meta-ontológicas referentes ao método por meio do qual realizar tal investigação.

Nesse sentido, em seu capítulo sobre o problema epistemológico, Churchland (1988) introduz o debate subjacente sobre a epistemologia e os processos de construções semânticas. Embora haja uma suposição social de que fenômenos mentais, como a dor, sejam compartilhados entre sujeitos distintos, não há provas de que sejam idênticos ou autóctones em cada sujeito. Outras variações do debate semântico podem apontar para consensos sobre equivalência ou distinção entre fenômenos mentais e eventos físicos, como o estado de dor e a ocorrência de uma lesão. Considerando as limitações em se descrever para outrem a experiência subjetiva de um estado mental, apreendido introspectivamente, como é possível criar denominações para sentimentos que sirvam para diferentes sujeitos, como 'raiva'? Caso seja adotada uma descrição que parta das expressões fisiológicas e comportamentais, por exemplo, seja de assumir uma mímica facial contraída, postura corporal ameaçadora, aumento do volume da fala, etc., como então diferenciar essas equivalências físicas do próprio estado emocional denominado pela palavra 'raiva'? E caso se convenha adotar, então, que a palavra 'raiva' seja sinônimo dessas expressões físicas observáveis, não seria possível sentir 'raiva' sem demonstrá-la corporalmente? No que tange à epistemologia, faz-se necessário considerar a própria compreensão dos processos que permitem a formulação do conhecimento e sua investigação. Indagam-se as bases sobre as quais se supõe a existência de fenômenos mentais, e as cadeias de relações entre fenômenos mentais e expressões comportamentais. Embora haja uma obviedade aparente de que uma outra pessoa experimente alguns dos mesmos fenômenos mentais percebidos introspectivamente pelo observador, isso já pode se tornar duvidoso quando o outro ser confrontado se trata de outra espécie de animal ou máquina. Dessa maneira, o que ocorre, em termos de processos mentais, que permite a um observador inferir a operação da consciência em um outro ser, ou mesmo a sua própria? Estes questionamentos

permitem compreender que, ao se tomar uma investigação ontológica sobre a mente, a investigação dos processos que permitem a formulação de enunciados e de conhecimento não implicam apenas na definição do método de investigação, mas também do próprio funcionamento do objeto que se propõe a investigar, ou seja, da mente. O delineamento epistemológico, assim, ao mesmo passo em que propõe algum método para a investigação sobre a mente, contém implicações sobre os processos mentais que devem ser adequadamente explicadas por tal investigação, de forma a garantir coerência interna ao sistema.

Em 1962, Bion<sup>1</sup> publicou seu artigo ‘Uma Teoria sobre o Pensar’, que marcou a virada epistemológica de sua produção, trazendo, para a psicanálise, esta mesma discussão entre os aspectos do objeto por ela tomado, qual seja, a mente humana, e seus processos que permitem a formulação de conhecimento. Ainda no mesmo ano, lançou o livro ‘Aprendendo com a Experiência’, em que propôs a investigação da observação de fenômenos mentais como funções da personalidade, e iniciou uma empreitada aristotélica na investigação do pensar, do aprender e da experiência emocional. Na prática psicanalítica, que propicia ocasião de lidar com pacientes que demonstram sintomas de desordens de pensamento, questões tais como o pensar, o aprender e experiências emocionais impactam não somente na formulação de teorias do conhecimento, mas também com a própria particularidade do trabalho com tais pacientes. A especificidade dessa prática psicanalítica, por sua vez, permite a observação de fenômenos derivados das dificuldades exibidas, pelos mesmos, em lidar com aquelas questões, a comparação com os momentos em que tais dificuldades se amenizam, e também com as dificuldades apresentadas por sujeitos que aparentam não apresentar desordens. Ainda que seja longa a história da investigação e discussão dos problemas relacionados ao aprendizado, pensamento, e conhecimento - quais sejam, as questões acima apontadas - torna-se claro o papel da psicanálise em somar uma dimensão para tais problemas, e, talvez, às possibilidades de sua solução (SANDLER, 2006).

Schermer (2003), em seu trabalho sobre Bion e a epistemologia, observa-o como um

---

<sup>1</sup>Wilfred R. Bion foi médico psicanalista, nascido em 1897 na Índia. Viveu até os 8 anos com sua família, passando, nessa idade, a morar em um colégio interno na Inglaterra. Aos 20 anos, serviu na Primeira Guerra Mundial, sendo homenageado com a medalha DSO - Distinguished Service Order. Estudou história no Queen's College, em Oxford, recebendo título de bacharel em 1922. Em seguida, cursou medicina no University College of London, já demonstrando, naquela época, interesse pela então emergente psicanálise. De 1930 a 1937, fez o treinamento em psicoterapia pela clínica Tavistock, e em 1938 começou sua formação como psicanalista. Entre 1940 e 1946, serviu novamente, na Segunda Guerra Mundial, atuando como médico grupoterapeuta. Após, retomou sua formação em psicanálise, a concluindo em 1952. Aproximou-se do grupo de Melanie Klein na Sociedade Britânica de Psicanálise, absorvendo suas formulações sobre os processos de representação objetal e de flutuação entre as posições depressiva e esquizoparanóide (ZIMMERMAN, 2004).

pioneiro na psicanálise a partir do predomínio, em sua escrita, de uma característica mais sugestiva que clarificadora, abrindo campos de inspeção sobre novas possibilidades. Sua jornada investigativa sobre as raízes do saber psicanalítico, sob influência da filosofia da ciência e do conhecimento, por um lado, e de fenômenos como a arte e o misticismo, representantes da experiência humana com o desconhecido, por outro, conduziu-o ao delineamento de uma epistemologia não meramente como resposta a indagações, mas como instrumento para sua ampliação. Em sua obra, a abertura de questões cumpre papel mais importante do que a oferta de respostas, ainda que as últimas contenham sempre espaço para incertezas. Diante dos indícios que apontam para a existência do inconsciente na mente humana, como é possível conhecer aquilo que, por definição, é desconhecido? Qual é a natureza do conhecer? Como ele ocorre? Quais são seus limites?

Schermer (2003) destaca a influência fundamental exercida pelo trabalho de Kant na obra de Bion, embora o último não tenha sido um fiel kantiano, e sim psicanalista. Ao invés de dar uma continuidade rigorosa ao idealismo transcendental, encontrou aproximações entre observações oriundas da prática psicanalítica e alguns conceitos desenvolvidos pelo primeiro, ressignificando-os dentro do contexto e método da psicanálise. Tal prioridade é observada em sua decisão por dialogar com conceitos de outros filósofos, dentre estes, aqueles pertencentes à corrente do neopositivismo, muitos defendendo concepções concorrentes às de Kant; Bion não se esquivava, por exemplo, do diálogo com o conceito de senso comum de Locke<sup>2</sup>. Ainda assim, Schermer afirma ter sido ousada a aproximação kantiana no tumultuado contexto predominante da segunda metade do século XX. Encontrando-se as investigações dos fenômenos mentais sob predomínio do behaviorismo filosófico, por um lado, em sua negação das qualidades subjetivas da experiência, e da fenomenologia, por outro, em sua ênfase da experiência como algo que se apreende em si mesma, e não como expressão de uma realidade subjacente, a necessidade psicanalítica de investigar o inconsciente como realidade psíquica tornou-se necessariamente um confronto ao *zeitgeist*. A postura adotada por Bion pôde, assim, agitar o *establishment* e levantar uma série de questões mais aprofundadas sobre a natureza da mente humana e de suas expressões em relações vinculares e grupais.

Nos anos 1990, a esposa de Bion, já então falecido, Francesca, encarou o desafio de publicar o conjunto de anotações pessoais do autor, que as chamava de cogitações, contendo seus rascunhos e desenvolvimentos a partir das quais se desdobraram suas principais obras

---

<sup>2</sup> Marques (2018) aborda as contraposições entre o *influxus physicus*, de Locke, e a epigênese, de Kant.

publicadas da década de 60 em diante. Em sua revisão, Green (1992) considera ‘Cogitações’ desempenhando papel fundamental para que se possa melhor explorar os desenvolvimentos do autor, contendo delineamentos mais extensos de algumas de suas formulações, bem como bases de desenvolvimento e motivações das mesmas. Afirma concentrar uma linha de investigação entre a psicanálise e a ciência, delineando dois pontos de vista, da contribuição da metodologia científica para a psicanálise, e da psicanálise para a metodologia científica. Encontra duas fontes para o conteúdo dessas notas, a prática clínica de Bion e suas leituras; sendo conjunção dos produtos de suas experiências como analista e dos conceitos apreendidos de seus estudos, isso indica, por um lado, subsídio, nesses conceitos, para formulações abstratas partindo dessas experiências, e, por outro, reformulação dos conceitos a partir de seu encontro conceptivo com as experiências correspondentes. Numa época de agitação sobre a relação entre a psicanálise e a ciência, em que os ‘apóstolos’ da metodologia científica concentravam esforços na tentativa de refutar a anterior, observa que Bion constrói as bases para uma reversão da abordagem usual dessa relação. Ao invés de intentar uma adequação do método psicanalítico para satisfazer os critérios então defendidos do que seria um método científico, buscando validação externa desses pesquisadores sobre os procedimentos adotados pela psicanálise, Bion aprofunda-se numa investigação sobre as próprias bases da metodologia científica e sobre os processos mentais nela envolvidos, e, ao mesmo tempo, por ela negligenciados, desenvolvendo suas teorizações sobre o pensar, e perpassando as questões sobre a lógica, a formulação de sistemas dedutivos, e os processos mentais subjetivos correlacionados com a investigação epistemológica. Coloca, assim, em xeque as argumentações de tais ataques dirigidos à psicanálise, bem como suas intenções, sem deixar de sustentar seu próprio compromisso científico. “Estou convencido da força da posição científica da prática psicanalítica” (BION, 1962b, p. 77, trad. nossa).

Bléandonu (1994), na introdução de seu livro sobre a vida e obra de Bion, enfatiza a importância de seu trabalho no mesmo patamar que outros autores chave da escola inglesa de psicanálise, como Sigmund Freud e Melanie Klein. Propõe, com finalidade meramente didática, uma divisão de sua produção em quatro fases, correspondentes aos períodos de seu trabalho com a psicologia de grupos, a abordagem clínica da psicose, a aproximação epistemológica e a imersão na estética artística. Apesar dessa divisão por diferentes estilos de escrita e destaques temáticos, salienta a importância da compreensão de sua obra como um todo, observando, nesses quatro momentos, um desenvolvimento entrelaçado de suas

conceitualizações<sup>3</sup>. Por meio de uma redação inovadora para a psicanálise, dedicou o trabalho de toda uma vida à busca do que seria uma verdade psicanalítica, reconceitualizando sua epistemologia. Seu impacto foi de igual medida em admirado entusiasmo e irritada rejeição, frente à necessidade elicitada de esforço e introspecção na leitura de sua escrita. “Seu estilo é uma mistura de iluminações deslumbrantes, aforismos provocativos e digressões cansativas” (*ibidem*, p. 1, trad. nossa). Apesar de ter surgido como autor na psicanálise pelo grupo de Melanie Klein, permaneceu fundamentalmente como um homem solitário, sendo contrário à ideia de que seu trabalho fosse institucionalizado na forma de uma escola ou grupo. Se, por um lado, sua escolha de criar elos entre a psicanálise e outras áreas do desenvolvimento humano - como a filosofia, a matemática, a física e até mesmo a arte e o misticismo - pode ser vista como a empreitada de um ideal renascentista de pesquisador, sua postura em manter sua produção independente da chancela de um grupo de psicanalistas pode ser reflexo de seu contexto e de sua forma de observá-lo. Apesar de a questão sobre o pensar e a relação do sujeito com a realidade que o circunscreve perpassar toda sua obra, é na década de 60 que Bion se permite uma escrita com estilo mais sistemático, que aborda diretamente a questão epistemológica e inicia diálogo aberto com outras áreas do conhecimento. Quais transições da psicanálise britânica podem estar relacionadas com a mudança de atitude do autor? O que teria marcado sua forma de observá-las?

Bion fez sua formação pelo Instituto da Sociedade Britânica de Psicanálise entre os anos de 1938 e 1952, entremeada por sua participação na segunda guerra mundial. Após a morte de Sigmund Freud, a década de 1940 marcou essa sociedade pelo confronto entre dois grupos<sup>4</sup> que tentavam estabelecer-se por meio da disputa de quais correntes seriam aceitas como herdeiras de seu pensamento. Anna Freud, de um lado, insistia em uma abordagem bélica do funcionamento psíquico, marcada pela centralidade dos mecanismos de defesa do ego, e regida pela manutenção de alguns tabus, como da afirmação de ausência de relação objetal durante o narcisismo primário ou da proscricção da análise de pacientes psicóticos. Melanie Klein, de outro, ao trazer para a teorização psicanalítica suas experiências no contato com crianças e recém-nascidos, propunha a existência de uma relação objetal parcial desde o nascimento, levantando argumentos a partir dos escritos ulteriores de Freud, que,

---

3 Sandler (2005), na introdução da ‘Linguagem de Bion’, expressa opinião semelhante de que, apesar das variações estilísticas, a obra de Bion compõe uma totalidade na qual predomina não uma quebra temática, mas sim uma continuidade no desenvolvimento e aprofundamento de seus conceitos.

4 Existia ainda um terceiro grupo, que concordava parcialmente com as ideias de Klein, sem, contudo, posicionar-se ativamente na disputa.



sabidamente, tinha a característica de revisar e reformular suas considerações ao longo de toda sua obra. Tendo Klein como sua analista didata a partir de 1945, Bion aproximou-se de seu grupo, o que lhe abriu portas para sua pesquisa e prática clínica com pacientes com funcionamento dito psicótico, tema já presente em seus estudos com grupos, ao associar seus fenômenos de resistência às bases desse tipo de funcionamento. Sua impressão, porém, era a de que, na medida em que Klein demandava cada vez mais lealdade de seus seguidores, maior era a desaprovação e rejeição por seu trabalho. Se, para Bléandonu (1994) a provocação de Klein galga papel de complementaridade ao propulsionar o trabalho de Bion para além de seus estudos sobre grupos, Meltzer (1998), na terceira parte de ‘Desenvolvimento Kleiniano’, pontua que o conflito interno, vivido por Bion, entre os papéis de discípulo kleiniano e criador de novas ideias, neste período de sua vida, ocasionava pontos de ruptura em sua escrita, tornando, em algumas vezes, confusas suas exposições. Por curioso que possa parecer, o caminho dessa fase foi justamente o de aprofundar-se sobre a mente psicótica e seu pensamento, diante de seus fenômenos de desorganização de ideias e prejuízos na formação de símbolos e significados. Se foi o caso de sua confusão ser influenciada justamente por pertencer ao seu objeto de estudo, pela elicitación introspectiva da parte psicótica de sua própria personalidade, ou de ela ter influenciado sua escolha por tal objeto, possivelmente não seria possível estabelecer uma ordem de causalidades. Aventar que deva existir, contudo, alguma relação entre tais instâncias pode indicar alguma implicação entre um objeto de estudo e a forma do último no trabalho do autor: algo semelhante pode ser observado no rigor terminológico em sua investigação epistemológica, na incerteza e inesgotabilidade das descrições sobre a relação com aquilo que existe em-si, bem como nas cesuras e turbulências contidos nos textos que a estas se referem.

Cintra e Figueiredo (2004), no terceiro capítulo de ‘Melanie Klein, Estilo e Pensamento’, identificam, na obra da autora, uma forma de escrita que não consegue distinguir o que é a fantasia do paciente, a apreensão e representação dessa fantasia pela mente do analista, a descrição da prática clínica, a formulação teórica e nem mesmo a dimensão metapsicológica, dotando-a, por vezes, de característica dogmática. Diferentemente de Bion, cuja vida universitária incluiu não só a graduação em medicina, mas também em ciências humanas, Klein foi ter seu primeiro contato com a psicanálise como paciente, e adentrou nessa prática sem uma âncora acadêmica. Para Britton (2016), em seu trabalho sobre as influências não-psicanalíticas de Bion, além disso, também a experiência com a guerra reforçou o valor atribuído à disciplina, ao rigor teórico, ao aprendizado de procedimentos, e,

acima de tudo, à experiência. Talvez não seja possível julgar se a diferença entre as personalidades de Bion e Klein determinou o predomínio de complementaridade, tendo um homem com conflitos de abandono materno por um lado e uma mulher com questões de sua própria maternidade de outro, ou de disparidade por suas contraposições, mas é provável a dedução de um embate intenso e flutuante desse encontro. Se, para Meltzer (1998) a morte de Klein é responsável pela decolagem de seus escritos epistemológicos, para Bléandou (1994) um fator mais importante pode ter sido a aquisição de segurança representada ao se tornar presidente da sociedade de psicanálise em 1962. Para Salvitti (2009), o salto epistemológico da década de 60 pode ser entendido como uma resposta ao risco, percebido por Bion no predomínio e difusão, no meio psicanalítico daquele momento, daquela forma de teorização de Klein, de uma fusão inapropriada entre diferentes níveis de teorização psicanalítica, como entre o plano metapsicológico e o observacional, buscando uma maior flexibilidade de suas construções teóricas para que pudessem melhor corresponder à observação clínica.

Para além da relação pessoal estabelecida entre Bion e Melanie Klein, contudo, há de se compreender que não só a autora liderava um grupo de analistas politicamente forte naquela sociedade, em combate ativo com outro de seus grupos, como a própria sociedade de psicanálise configurava um grupo maior, tendo sido a relação entre sujeito e grupo um dos objetos de investigação do primeiro. Como afirma Green (1992), tomar o direcionamento da produção de Bion para além dos fenômenos grupais como um abandono de sua atenção para estes, bem como da importância de seu papel nas formulações subsequentes seria um grave equívoco, como visto não somente em ‘Cogitações’, mas também em ‘Atenção e Interpretação’, obra de 1970. Em seu primeiro livro sobre esse campo, Bion (1948) descreveu impressões sobre um sentimento, enquanto no papel de coordenação, de que intervenções ou interpretações suas haviam sido tomadas como extremamente inadequadas e mal recebidas, como se houvesse alguma suposição encoberta e indizível de que o grupo deveria manter sua configuração exata, defendendo-se de qualquer elemento que arriscasse irromper alguma mudança ou transformação. Observou emergir, nesse fenômeno que chamou de suposto básico, uma mentalidade grupal que parecia transcender a mente individual de cada indivíduo componente, caracterizando um funcionamento radicalmente primitivo. Num suposto de luta ou fuga, a representação de uma ameaça agregava os sujeitos numa unidade grupal cuja manutenção dependia da defesa ativa contra a primeira; num de dependência, uma figura idealizada deveria ser seguida inquestionavelmente. O quão arriscado seria, hoje, observar a sociedade britânica das décadas de 40 e 50 numa dinâmica de dependência de um ideal de

‘freudismo’? Teria a configuração dos grupos de Anna e Melanie se mantido graças ao consenso sobre a representação de ameaça exercida de um para o outro? Em que posição teria se enxergado Bion, ao estudar grupos, de um lado, e vivenciar esse contexto da sociedade de psicanálise, de outro?

Bléandonu (1994), em seu capítulo sobre a fase epistemológica, afirma que, a partir de 1960, Bion não se preocupou mais se ele seria ou não considerado um kleiniano, e que sua eleição como presidente da sociedade em 1962, tendo completado o triênio de seu mandato, tornou manifesta a estima que ele havia conquistado entre seus colegas. Isso faz cogitar que não só a morte de Klein possa ter permitido seu avançar epistemológico, mas também que sua percepção sobre as configurações grupais do meio psicanalítico, ao qual pertencia, possa ter guiado, estrategicamente, o planejamento de suas publicações. Em uma de suas últimas notas em vida, publicada em ‘Cogitações’, Bion (1992) escreve parecer-lhe algo ridículo que alguém considere a si mesmo herdeiro legítimo em uma linha de sucessão, ou digno de uma disputa sobre quem estará no topo. Topo do quê? De onde vem essa necessidade? O que significa uma disputa tal para a psicanálise? Apesar de o momento de 1962 ter-lhe favorecido para a publicação não só de uma teoria tão disruptiva para a psicanálise que lhe era contemporânea, mas também em uma forma de linguagem abruptamente distinta da que era, então, difundida, o autor não se esquivou de ser alvo das mais diversas críticas, e, em alguns momentos, até de ser acusado de loucura. Green (1992), referindo-se à publicação de ‘Cogitações’, imagina uma pletera de colegas analistas que teriam abertamente expressado desconfiança pelo trabalho, frente a sua iniciativa de diálogo com a filosofia e a ciência, caso não soubessem ter sido da autoria de Bion. Sandler (2005) afirma que, à exceção de autores como Freud, Klein ou Winnicott, nenhum outro foi e continua sendo alvo de tantos ataques como Bion, o que indica idolatria, incompreensão, e, mais frequentemente, uma conjunção de ambos. Ele descreve uma experiência de um seminário que contava com vinte e cinco ‘autoridades’ na obra de Bion, tentando discutir o primeiro capítulo de ‘Transformações’, que decorreu em uma disputa intensa e emotiva já sobre um conceito contido no primeiro parágrafo. Quando um membro do grupo sugeriu que esse trecho fosse, então, lido, uma comoção exagerada se seguiu, em que muitos se opuseram veementemente à sugestão. Se, por um lado, Sandler nos demonstra que psicanalistas não estão isentos das dinâmicas da mente grupal primitiva quando reunidos, dá também indícios do quão complexa é a leitura da obra de Bion e do que a própria psicanálise veio a tornar-se. Há coisa tal como uma teoria psicanalítica? Existe uma obra escrita e assinada por Bion, porém qual seria o impacto de suas

múltiplas leituras possíveis, bem como daquelas sustentadas pela pletera de autores que publicam hoje sobre os vastos conceitos contidos em sua obra?

Bion trouxe à psicanálise um grande volume de conceitos, apesar de sua obra completa ser concisa e pouco volumosa. Talvez isso possa ser reflexo da característica apontada por Schermer, citada acima a alguns parágrafos, de que o autor abra muitas indagações por meio de suas proposições conceituais, sem, todavia, defini-las exaustivamente em uma única possibilidade fechada de leitura. A própria empreitada de se investigar uma concepção de mente a partir da totalidade de sua obra seria tarefa hercúlea, que certamente não caberia em um único trabalho, ou mesmo que não conseguiria ser atingida de forma bem sucedida por um único autor: nesta consideração reside um dos motivos da proposta do presente trabalho concentrar-se, majoritariamente, na análise da parcela de sua obra que delinea o que se pode denominar como sua teoria sobre o pensar.

A escolha deste recorte ressoa com as afirmações de Meltzer (1998) e Bléandou (1994), de que suas publicações mais originais e condutoras de sua investigação surgiram a partir de 1960. Como afirma Salvitti (2009), uma ampla gama de autores conceituados concordam que ‘Uma Teoria sobre o Pensar’ e ‘Aprendendo com a Experiência’ constituem obras que expandem seu trabalho prévio e cujos delineamentos embasam toda sua produção teórica subsequente, marcando a ‘decolagem pessoal’ que o permitiu ser identificado como autor singular na psicanálise e colocado ao lado de outros como Freud, Melanie Klein, Winnicott ou Lacan. Em consonância à visão de centralidade de tal recorte na obra de Bion, encontram-se as questões meta-ontológica e epistemológica da própria filosofia da mente, uma vez que a funcionalidade do aparato mental, ou seja, do aparelho que permite a elaboração de formulações teóricas, implica necessariamente no delineamento do objeto que se pretende, com ela, investigar. Considerando a formalidade terminológica do recorte semelhante àquela da filosofia, tentando traçar sistemas de ideias em suas articulações, há maior ensejo de se iniciar uma discussão entre ambas as disciplinas ao tomá-lo como ponto de partida. Mesmo assim, em um recorte tal, ainda é volumosa a quantidade de fenômenos e conceitos abordados pelo autor, bem como de diálogos por ele abertos com outros autores da psicanálise e da filosofia. Ademais, frente ao impacto por ele causado na psicanálise contemporânea, inúmeras são as publicações de diferentes pesquisadores que os comentam entre as seis décadas que separam seu trabalho desta dissertação. A título de exemplo, apenas na plataforma ‘pep-web’, durante a redação da presente, cerca de três mil e duzentos

resultados se encontram sob os descritores ‘Bion’ e ‘*thinking*’. É possível, desta forma, dizer sobre uma única leitura de Bion? Quantos ‘Bions’ diferentes devem estar presentes nas publicações psicanalíticas hoje existentes?

O’Shaughnessy (2011), em seu trabalho ‘De Qual Bion?’, pontua que sua obra persiste atraindo e influenciando analistas das mais diversas orientações, em cujas produções encontram-se as mais amplas divergências do que seria uma leitura dos escritos de Bion. Em parte, a autora credita essa ocorrência à postura provocativa contida em sua obra, no desenho de sua linguagem em termos novos e insaturados, deixando espaço para os pensamentos e significados atribuídos pelo leitor. Afirma que, entre as décadas de 40 e 60, sua escrita caminha num rigor terminológico que, em produções posteriores, deixa de fazer parte do seu estilo, o que, acredita, pode ser outra fonte dessa divergência. Por outro lado, observa que tal mudança de estilo não pode deixar de ser observada como manifestação de rigor no compromisso com os conceitos que são desenvolvidos nesse período, abordando justamente questões que envolvem o atravessamento de fronteiras e paradoxos, como os de turbulência e cesura. Ainda que as contraposições de estilo possam ser tomadas como vértices distintos para iluminar um mesmo conjunto de fenômenos e observações, assumindo ambas um papel de complementaridade entre si, seus desdobramentos incluem leituras as mais diversas possíveis. Mesmo que inúmeras contraposições possam ser identificadas nas interpretações de tantos autores distintos, poder-se-ia argumentar que alguns grupos deles possam ser delineados pela concordância na análise de certos temas centrais. Por outro lado, o diálogo entre a obra de Bion e a filosofia da mente ainda é bastante incipiente: num experimento análogo ao anterior, ao se buscar pelos descritores ‘Bion’ e ‘*philosophy of mind*’ na mesma plataforma, são encontrados apenas doze resultados, dos quais somente três contém o termo ‘*philosophy of mind*’ em seu corpo, e nenhum propõe uma discussão específica desta com a obra de Bion sobre o pensar. Nas dinâmicas coletivas da mente humana, poderosa é a força que guia os movimentos de resistência ao que é novo, e, por consequência, ainda desconhecido; isso nos mostrou Bion (1948) em seu trabalho sobre grupos. Observando com algum grau de novidade a proposta do presente trabalho, de se investigar diálogos entre esses dois campos de pesquisa, o quanto isso poderia representar um ‘desconhecido ameaçador’ para os grupos de pesquisadores já existentes? Seria acurado tomar uma forma específica de leitura de algum desses grupos, para o recorte da obra de Bion ora proposto, frente ao objetivo aqui traçado? Se não, então como proceder com esta proposta?

Diante desta inquietação, optou-se neste trabalho por seguir o conselho de O'Shaughnessy (2011), privilegiando uma leitura direta e atenta das duas obras de Bion acima destacadas, visando abordar o seu conteúdo relacionado à dinâmica do pensar, que não seja específico a proposições técnicas sobre a prática psicanalítica da sessão com o paciente. Outros resgates foram feitos a partir de 'Cogitações', bem como de 'Elementos de Psicanálise' e 'Transformações', as duas últimas pertencendo ao seu eixo epistemológico, e outras obras, com o objetivo de enriquecer os delineamentos apresentados. Talvez, dessa forma, possa ser engajado um esforço no sentido de apresentar a singularidade das ideias do autor em seu ponto de vista próprio, ainda que, em última instância, o texto deste trabalho seja resultado dos produtos mentais deste que o escreve, sendo, portanto, influenciado pelo conjunto de leituras, experiências prévias e fatores constitucionais que marcaram sua própria personalidade<sup>5</sup>. Há, inevitavelmente, um vértice específico sob o qual se realizam as presentes leituras, assim como cada leitor deste trabalho terá também o vértice específico de uma segunda transformação, e assim por diante. O recurso a outras obras, e, em alguns momentos, até a outros autores, preservada a centralidade daquelas duas já apontadas, é intentado como uma busca de invariantes que permitam manter compromisso suficiente com os conceitos resgatados para atingir objetivos aceitáveis com o presente. Talvez a manutenção de aberturas para indagações e diálogos subsequentes configure compromisso não apenas com a obra de Bion, sob o aspecto apresentado por Schermer, como também com as próprias essências da psicanálise e da filosofia. Considerando a proposta de abrir diálogos entre a teoria do pensar e a filosofia da mente, e não de encontrar conclusões fechadas sobre ambas, será possível tomar o presente com um olhar mais esperançoso que fatalista? Quais indagações subsequentes dos leitores poderão ser indícios de que se logrou abrir este debate?

É certo que não seria suficiente apresentar uma mera revisão linear, partindo do que é acima descrito, somada a uma segunda, sobre as correntes da filosofia da mente, deixando ao leitor todo o trabalho de encontrar as correlações. Tampouco bastaria seguir numa revisão livre entremeada por diálogos e aproximações, sem construir um fluxo de raciocínio que seja coerente com a investigação do próprio objeto que ora se propõe, qual seja, a mente humana e sua investigação, a partir dos vértices da filosofia da mente e do pensar em Bion. Sendo toda

---

5 Embora não caiba uma análise detalhada da última, e diga-se, isso não seria nem mesmo possível nesta instância, pode ser relevante destacar seu *locus* profissional como professor, mestrando em filosofia, médico psiquiatra, psicoterapeuta, e analisando, tendo formação com majoritária influência de teorias e técnicas psicanalíticas, sob enfoque da obra de Bion, e experiência em relações com estudantes, pacientes psicóticos, não-psicóticos, e até com aqueles que não portam critérios classificatórios para um 'transtorno mental'.

investigação produto de processos mentais, sem exceção, a questão metodológica da investigação da mente traz implicações não apenas para sua execução, mas também sobre o funcionamento do objeto por ela tomado. Diante de dois campos semelhantes por abordarem um mesmo objeto, a mente humana, mas distintos na forma com que o fazem, um diálogo que se esquive da busca das intersecções entre seus respectivos métodos incorre no risco de conclusões precipitadas não apenas sobre a aproximação e diferenciação de conceitos abordados, mas também sobre a correspondência desses conceitos nas aplicações metodologicamente contidas. Enquanto que a psicanálise adota um método próprio, a filosofia investiga mais especificamente correlações teórico abstratas, sem incluir métodos de testagem empírica ou correlação experiencial sistemática. Ainda que a última possa discutir resultados e conclusões provenientes de outros campos, tais dados já demonstram ser produtos abstratos com algum grau de generalização. Deste modo, a discussão filosófica se guia pela correlação entre a teorização sobre um objeto, ou seja, em seu campo ontológico, e os processos racionais que guiam o discutir, o teorizar, e demais atividades meta-ontológicas, em um campo epistemológico. Na medida em que a filosofia da mente emprega e discute teorias formuladas por meio de diferentes métodos, como a neurociência atingida por um método empírico, tais métodos se tornam componentes de seu objeto em discussão.

Embora Bion (1962a, 1962b), nessas duas obras, não faça uma explanação detalhada sobre o método psicanalítico, cabe-se atentar que foram escritas tendo como alvo sua leitura por um público familiarizado com a psicanálise em sua aplicação prática, simultaneamente como analistas e analisandos. Mesmo que não seja possível substituir o contexto de tal experiência por uma revisão teórica, a leitura atenta às introduções desses trabalhos dá indícios sobre as possibilidades de diálogo entre ambos os campos, psicanálise e filosofia. Conforme aponta Green (1992), contudo, a obra ‘Cogitações’ contém bases fundamentais do desenvolvimento daquelas outras duas: ainda que as relações entre os métodos psicanalítico e científico, bem como entre ambos e a filosofia, estejam implícitos naquelas duas obras, as notas da última as explicitam e aprofundam, podendo ser usadas como guia auxiliar nessa sorte de diálogo. Dessa forma, opta-se, neste trabalho, pela apresentação de uma conceituação mais ampla do método psicanalítico em relação aos diálogos ensejados pelo autor com a filosofia, e com o método científico. Tomando que seus desenvolvimentos sobre o pensar delineiam as bases de um sistema epistemológico, que mantém compromisso com as implicações dos processos mentais na construção do conhecimento, não só individual mas também coletivo, procede-se com uma exposição das bases onto e epistemológicas passíveis

de adoção por um sistema filosófico, destacando sua peculiaridade no problema da investigação da mente humana. Ainda na introdução de ‘Aprendendo com a Experiência’, tomada no recorte deste trabalho, esboçam-se alguns dos problemas centrais de sua construção epistemológica e do diálogo ensejado com os campos filosóficos, cabendo ser explorados no presente trabalho. Tendo-se explorado tais relações, passa a ser possível um diálogo preliminar entre o pensar em Bion e a filosofia da mente, tomando como fio condutor sua compreensão de realidade, expressa na temática da segunda sobre a relação mente-corpo.

No debate entre esses grandes campos, o tema em comum de suas problemáticas se expressa na indagação sobre como torna-se possível o acesso à realidade do objeto que se investiga, que se implica no compromisso ontológico e na meta-ontologia, nas fontes e justificativas epistemológicas, e nos procedimentos metodológicos de testagem. Tomando-se como objeto de investigação a contraparte ‘inanimada’ ou ‘objetiva’ das coisas, ainda que a percepção sensorial seja sabidamente distorcida, a padronização de unidades de medida e de instrumentos de aferição se propõe como ferramentas de correção, sendo a última passível de ulterior ampliação pelo raciocínio lógico; sendo objeto o fenômeno experiencial ou subjetivo, entretanto, parece não existir uma resposta que seja tão automática ou mecânica. Desse modo, a presente investigação procede sob a questão de como se podem acessar os fenômenos mentais, para, então, destacado o papel da atividade mental em suas relações, se aprofundar especificamente no diálogo entre a teoria sobre o pensar em Bion e a filosofia da mente, em algumas de suas correntes mais gerais. Partindo desse diálogo, propõe-se então, a discussão, a partir desses dois campos, entre o que pode ser a mente humana e como se pode realizar sua investigação.



## **CAPÍTULO 1: A INVESTIGAÇÃO E SEUS MÉTODOS**

### 1.1. O MÉTODO PSICANALÍTICO

Em ‘Aprendendo com a Experiência’, Bion (1962b) pontua que, sendo composto de questões como o aprendizado, a experiência, e o pensar, o tema que se propõe a abordar nessa obra perpassa muitas disciplinas, tendo longo histórico de investigação e discussão. Apesar de uma interdisciplinaridade imanente, sua abordagem parte da experiência como um sujeito em psicanálise, em ambas as posições, analisando e analista; ainda que o tema pertença a uma teorização sobre o processo do conhecimento, demanda intimidade com a psicanálise clínica em seu aspecto mais prático. Em ‘Elementos de Psicanálise’, Bion (1963b) apresenta um problema desta: mesmo que o teorizar psicanalítico seja organizado da maneira mais clara e compreensível possível, a atribuição de significado a tais correspondentes teóricos depende necessariamente das experiências reais e subjetivas daquele que realiza sua leitura. Isso elicitava uma memória pessoal deste que escreve a presente dissertação: no segundo ano de medicina, ao estudar neurociências, apresentou-se um conceito sobre ‘medo inato’, causado pela ativação da substância cinzenta periaquedutal, e resultante em processos como descarga adrenérgica, dilatação de pupilas, aumento de perfusão sanguínea da musculatura esquelética, e em comportamentos de luta, fuga ou paralisação. Ao observar experimentos com roedores na presença de serpentes, seus predadores naturais, algum sentido pôde ser atribuído ao estudo teórico anterior; contudo, apenas anos mais tarde, numa situação de risco de vida, pôde este médico ter a experiência de ‘sentir realmente’ o que era essa ativação periaquedutal: tendo que fugir de uma ameaça física, sentiu a experiência do que era aquele calor que percorria seus músculos, daquela visão que lhe pareceu ampliada e permitia observar mais atentamente os detalhes de seu ambiente, daquela sensação de que a passagem do tempo havia se desacelerado, e da impressão de morte iminente. Estas descrições e modelo subsequente representam um problema fundamental com o qual se lida neste trabalho: como abordar, num trabalho teórico de filosofia, um tema desenvolvido sob olhar psicanalítico em sua prática?

Em ‘Uma Teoria sobre o Pensar’, Bion (1962a) afirma que seu sistema teórico se assemelha à filosofia na medida em que aborda o mesmo objeto tomado historicamente pela última, porém dela se diferencia por ser intencionado diretamente para a prática psicanalítica, assim como todas as teorias sob tal olhar. Nesse sentido, os termos de sua proposição teórica

se sujeitam aos enunciados filosóficos que lhe pareçam similares de forma análoga àquela com que as formulações da matemática aplicada se colocam diante da matemática pura. Embora os objetos tomados por ambos os conjuntos investigativos sejam de característica abstrata, alguns modelos dessa relação podem ser traçados: enquanto a matemática pura lida com conceitos e relações, expressas algébrica ou verbalmente, sobre objetos tais como um círculo, a matemática aplicada deve ser capaz de enfrentar a realização de suas representações, como num círculo traçado sobre papel; a filosofia propõe-se a construir formulações sobre objetos como a mente humana, seus fenômenos e processos, e sua forma de experienciar a realidade, ao passo que a psicanálise encarrega o analista de encarar a experiência real contida no vínculo com o sujeito que tem uma mente e se relaciona. Ainda que a experiência psicanalítica não possa ser substituída, em última instância, sendo irreduzível a meras formulações teóricas, a relação traçada pelo autor permite buscar algum elo que possibilite o diálogo almejado no presente trabalho. No parágrafo anterior delineou-se o modelo de uma experiência de compreensão do que seria um ‘medo periaqueductal’. Nele, além da apresentação teórica, duas experiências foram descritas, uma em que o sujeito observou o experimento animal, e outra em que ele pôde observar-se como o próprio sujeito da experiência. Ainda que a segunda tenha tido papel muito mais intenso na atribuição de significado às teorias estudadas, a primeira já possibilitou que algum significado inicial tenha sido encontrado. Seria possível observar analogia entre a segunda experiência e àquela correspondente à prática clínica da psicanálise? E quanto à primeira, haveria algo a ela análogo que poderia cumprir papel de prelúdio, de, ao menos, iniciar uma atribuição de significados aos conceitos abordados?

Parece ser possível afirmar que, caso deseje uma compreensão mais aprofundada, o leitor somente conseguirá atingi-la sob a decisão de sujeitar-se a uma experiência direta com a psicanálise. Entretanto, pode-se alegar que uma conclusão tal não seja absolutamente fatalista: diante da revisão que será apresentada, poderá ficar claro que mesmo o psicanalista mais experiente jamais conseguirá esgotar o que se tem para conhecer sobre seu objeto de estudo. Ou mesmo este médico, que ora escreve ao leitor, jamais conhecerá em absoluto o que é ‘medo inato’. Este fenômeno pode estar relacionado a uma experiência estética diante da capacidade humana de se conhecer algo: existindo alguma medida de ansiedade com o desconhecido e de prazer com o conhecer, a inesgotabilidade do último implica na infinita possibilidade de se sentir prazer dessa sorte, o que, sendo também incessante algum grau de ansiedade, pode simultaneamente ser visto como fascinante e assombroso. Dessa forma,

sendo incoerente a proposta de se esgotar a presente investigação, pode-se esclarecer seu objetivo em iniciar uma atribuição de significados, e, em alguns momentos, até mesmo de insaturá-los, libertá-los de suas conexões mais concretas. Ao tratar de objeto da ordem de complexidade de um ser humano, Bion (1962b) advoga pelo uso de modelos associados às suas teorizações, analogias que permitam ao leitor encontrar algum nível de significação sobre aquilo que se teoriza. O produto verbal escrito ao longo destas páginas corresponde aos processos subjetivos de seu escritor, sendo intencionada alguma forma de vínculo com o futuro leitor, mesmo que porte a limitação de certa unidirecionalidade. Do mesmo modo que configura o resultado de uma experiência, expressa a intenção de provocar experiências subsequentes. Ao considerar as dificuldades emergentes do estudo de uma teoria psicanalítica, Sandler (2005) considera não somente a experiência psicanalítica prévia do leitor como fator que determina sua compreensão, mas também sua capacidade de uma leitura atenta e introspectiva, refletindo sobre as situações narradas sob os olhares possíveis por sua própria atividade mental, bem como suas experiências prévias de vida como um todo, configurando os últimos três uma conjunção constante. Seria possível declarar analogia entre o papel cumprido naquele modelo experimental, acima descrito, e pela proposta de elaboração de modelos? Cumprirá este trabalho seu objetivo de fornecer ao leitor uma conjunção de revisões teóricas e modelos que lhe permitam encontrar significados?

Embora nenhuma teorização possa substituir a prática clínica, alguma teoria pode ser desenvolvida sob a intenção de corresponder aproximadamente à mesma. Laplanche & Pontalis (2000), em seu dicionário sobre o vocabulário psicanalítico, definem a psicanálise como disciplina resultante da conjunção de três instâncias, (1) a prática da investigação e interpretação do discurso de um sujeito, em associação livre, e dos fenômenos que decorrem dessa experiência, (2) a configuração de um método de psicoterapia a partir de (1), e (3) o conjunto de formulações teóricas derivadas das anteriores. Considerando a gama de autores que se sucedem a Freud, bem como a vastidão de suas obras, caracterizar precisamente a psicanálise nessas três instâncias seria tarefa inatingível. Ainda que se supusesse tal possibilidade, a título de exercício mental, sendo (1) uma prática real, seus derivados em (2) e (3) não são capazes de esgotá-la, havendo sempre o que se conhecer e descobrir a partir da primeira. Entretanto, destaca-se a ocorrência de (2) e (3) em função de (1): a partir de uma prática que envolve a interação com um sujeito comunicando suas associações, sob a observação desta e dos demais fenômenos despertados, procede a gênese da psicanálise. Freud (1922), em ‘Dois Verbetes’, afirma que a psicanálise se diferencia de outros sistemas

teóricos por sua característica prática: não se pretende partir de uma base teórica rígida com o intuito de explicar definitivamente seu objeto de estudo, mas sim, investigar os fenômenos observados em seu campo de atuação, e colocar suas teorizações sob escrutínio da experiência. Neste sentido, suas formulações teóricas resultantes serão sempre provisórias, na concepção da construção do conhecimento como processo de vir-a-ser. Embora muitas técnicas tenham sido propostas ao encontro psicanalítico, quase sempre emergindo polêmicas em seu meio interno, como a interpretação da transferência, da identificação projetiva, ou até mesmo da contratransferência, é possível traçar invariantes que caracterizem um método geral: a psicanálise sempre decorre de um encontro, como descrito em (1), objetiva um método de se atingir transformações, segundo (2), e a realidade dessa prática precede suas formulações, sendo à primeira subsequentes, e como em outras ciências, substituíveis.

Sandler (2005), em sua entrada sobre ‘análise clássica’, afirma que Bion, ao longo de sua obra, busca se referir aos *guidelines* tradicionais da psicanálise sob a intenção de delimitar uma conjunção constante de elementos que configure minimamente a ocorrência de uma psicanálise. Sendo um método construído a partir de um encontro entre dois sujeitos, com objetivo de investigar o que ocorre em sua experiência subjetiva, visando aprendizado e crescimento, enxerga Freud não como seu criador, mas sim descobridor. Britton (2016), ao aventar a influência da experiência militar na vida de Bion, encontra uma correlação com a guerra: embora sejam necessárias disciplina, teorias e protocolos, nada disso pode assumir papel substitutivo à experiência, sendo nada menos que o resultado no fronte de batalha aquilo que validará ou refutará as primeiras. Parece haver alguma semelhança na defesa de que apenas a partir da própria experiência psicanalítica poderão surgir teorizações a ela correspondentes, como é o caso da abordagem psicanalítica com pacientes psicóticos ou borderline, durante a qual uma interpretação, por mais correta que possa ser, parece somente ser aceita pelo paciente caso este tenha a impressão de que o analista se permitiu experimentar sua própria crise emocional como parte do ato de fornecer a interpretação. “Isso sugere que não apenas a necessidade de se aprender com a experiência seja suficiente, mas também que a validação do testemunho depende da capacidade de, a ela, se sujeitar o analista” (*ibidem*, p. 32, trad. nossa). Sob esse aspecto, observa-se que o critério de validação de um enunciado teórico por meio de sua correspondência à prática analítica não é tão simples como uma testagem de valor de verdade<sup>6</sup>, envolvendo processos mais complexos. “Na metodologia

---

<sup>6</sup> Neste trabalho, a adoção da expressão ‘valor de verdade’ fará referência estrita à ação humana de se atribuir, a um enunciado, os valores de verdadeiro ou falso, tal qual ocorre em um sistema lógico.

psicanalítica, o critério de um uso particular não pode ser a condição de ser certo ou errado, significativo ou verificável, mas sim de que ele promova ou não algum desenvolvimento” (BION, 1962b, ix, trad. nossa).

Em ‘Cogitações’, Bion (1992) compara a psicanálise ao bastão de um cego. Como tal, não deve ser vista enquanto conjunto de formulações que dite conhecimentos, mas sim como um instrumento; nesse sentido, pode ser utilizada para aumentar o poder de coleta de informações e como meio de interação entre analista e paciente, em sua busca por transformações. Considera que seu efeito terapêutico, para ser consistente, depende da extensão da capacidade do analisando em usar dessa experiência para enxergar um aspecto de sua vida, qual seja, ele mesmo tal qual o é. O analista, por sua vez, deve exercer a função de entrar em contato com essa capacidade, elucidar a verdade<sup>7</sup> sobre a personalidade e as características mentais do paciente, e exibi-las a este de forma que lhe torne possível entreter uma convicção razoável de que as interpretações fornecidas representam fatos sobre si mesmo. Decorre disso a percepção dessa prática como uma atividade conjunta da dupla, tendo como objetivo a determinação de uma verdade; ainda que imperfeita, o delineamento desse engajamento configura a intenção de uma atividade científica. Se é o caso de ser, de fato, científica, na medida em que for conduzida apropriadamente, mesmo que sempre expressando certo grau de imperfeição, deve, por um lado, demonstrar características lógicas comuns a todas as ciências, e, por outro, exibir também fenômenos de ilogicidade e irracionalidade, presentes em qualquer tentativa de se estabelecer fatos cientificamente, qualquer seja o campo tomado do conhecimento humano ou o grau de sucesso em se atingir uma condução apropriadamente científica da investigação. A percepção dos elementos ilógicos cumpre o papel de advogar a importância de um sistema de regras cujo seguimento possa conduzir à sua elucidação pela exclusão desses elementos irracionais, o que leva a uma interminável discussão e formulação sobre o método científico. O que configura, contudo, ou o que deveria ser um método tal? Quais seriam suas leis? Qual deve ser o alvo daqueles que o empregam?

Na investigação científica, alguma manobra deve ser executada, testagens precisam

---

<sup>7</sup> O termo ‘verdade’, tal qual usado por Bion em sua forma ‘*truth*’, carrega uma conotação mais ampla, fazendo referência àquilo que é verdadeiro, ou que tem uma correspondência na realidade, incognoscível em última instância à consciência. Green (1992) esclarece o uso do termo por Bion: ainda que um sujeito não possa conhecer ou deter uma verdade, pode dela se aproximar, por meio da apreensão de qualidades primárias e secundárias, e tal aproximação é fundamental para o desenvolvimento psíquico em sua própria capacidade de relacionamento com aquilo que é real. Britton (2016) complementa que, no contexto psicanalítico, pode ser compreendida de forma análoga ao que se tomaria por uma verdade científica.

ser feitas, o que implica na necessidade de que o pensamento seja traduzido na forma específica de ações, já delimitando a necessidade de regras que se reduzam à sua aplicabilidade. O que se planeja na imaginação, para que esteja contido numa atividade científica, deve ser viável de aplicação prática: a elucubração sobre galáxias fora do alcance de visão humana somente se tornará uma investigação científica, de fato, mediante a descoberta de um instrumento que permita sua observação. Tendo a investigação sobre um objeto como seu alvo, a necessidade dessa tradução pressiona a mente do cientista com pensamentos justamente sobre as ações para as quais estes devam ser traduzidos, como no modelo acima, para o qual poderia ser aventada a consciência da necessidade de descoberta de algum instrumento, como um telescópio. Há que existir um objeto a ser investigado, bem como uma forma de realizar sua investigação, alvos estes que guiam a atividade mental de quem se propõe a essa sorte de atividade. Ainda que esteja subjacente, inconsciente à mente do cientista, deve ainda haver uma forma pela qual suas impressões sejam traduzidas em pensamentos, e pela qual estes, subsequentemente, sejam traduzidos em ações. A partir das contingências externas ou dos processos mentais do próprio cientista, emergem aqueles elementos ditos ilógicos ou irracionais, que obstruem a atividade investigativa, sendo, portanto, fonte de ansiedade. Caso seja minimamente tolerada, torna-se possível a adoção de uma perspectiva científica que engendre a reflexão sobre um método científico que possa lidar com tais obstruções, eliminando os fatores ilógicos e irracionais que se façam emergir, e permitindo a formulação de enunciados que correspondam ao objeto da investigação. Por meio de um sistema tal, pode-se atingir aquilo que se denomina uma ‘lei da natureza’. Quais as implicações que se derivam, contudo, da crença de que a natureza, enquanto realidade, possa ser determinada por regras tais ditas ‘leis’, por um lado, e de que uma lei possa ter a propriedade de ser ‘natural’, por outro?

Um modelo para o fenômeno psíquico que se denomina como ansiedade pode ser o estado corporal de inquietação; a ansiedade expressa a característica de uma emoção incômoda e, de certa forma, ao mesmo tempo latente. Figura-se em situações de indecisão, de sensação de não se ter controle, de não se conhecer o que está por vir, demandando que uma transição seja completada para atingir seu alívio. Pode ser vista como uma sensação de desordem interna que, em algum limiar, torna-se insuportável. Na situação descrita no parágrafo anterior, sua intolerância pode levar ao abandono do ensejo científico. A adoção da perspectiva científica, na reflexão do método, mostra-se também como fonte de alívio, dando indícios de alguma transição do desconhecido para o descoberto, do incontrolável para a sua

apropriação, ou da incerteza para a decisão. É nesse sentido que a convicção de previsibilidade e capacidade de memorização diante das formulações provenientes da aplicação de um método científico provoca uma sensação de confiança, gerando estabilidade emocional no sujeito que o adota. Uma de suas consequências seria a crença de uma correspondência, na realidade externa à mente do investigador, de uma classe de objetos ou fenômenos regida pelas leis formuladas, cuja experiência possa ser memorizada e previsível. Outra possibilidade de crença, suportada por senso comum, seria aquela de que existe um mundo independente do observador e que tem suas próprias características, independentemente do que lhe seja atribuído pelo último, mas que possam ser por este apreendidas e abstraídas. Dentre tais características poderia existir alguma forma de correlação entre os seus elementos, seja do tipo afirmado como uma ‘lei natural’, ou de outro, desconhecido em última instância, mas do qual a ‘lei natural’ seja uma aproximação. Sob tais processos, o enunciado científico adquire significância em duas categorias distintas de elementos, aqueles associados à mentalidade do observador, e aqueles que se supõem existir independentemente do último. Diante dessa ocorrência, o autor propõe dois vértices intercomplementares, a ciência da psicanálise, e a psicanálise da ciência, apresentando duas hipóteses para apreciação:

A) Nenhum efeito terapêutico pode ser consistente, ou ter as qualidades essenciais para sua consistência, a não ser que seja baseado naquilo que ambos, analista e analisando, por meio da razão e do senso comum, encontrem como sendo a verdade sobre a personalidade e os mecanismos mentais do analisando. Torna-se assim possível experimentar uma visão científica ou verdadeira da realidade externa, em parte porque uma visão falsa poderia conduzir a erros potencialmente fatais, mas também porque demandaria direcionamento de grandes esforços na construção de um aparato social suficientemente elaborado para sustentá-la.

B) A verdade sobre a personalidade e os mecanismos mentais do analisando, sendo a ele demonstráveis pelo analista, conduzem a um efeito terapêutico consistente, tal qual seria por ambos compreendido, sob um ponto de vista por senso comum dos resultados de uma tal demonstração.

Bion afirma que esse é o tipo de hipótese mais comumente tomado como premissa em um sistema dedutivo científico, com elevado grau de generalização, e a partir do qual se

podem derivar hipóteses particulares passíveis de testagem empírica, familiar a todos os sujeitos que costumam empregar um método científico. Embora ambas as hipóteses componham uma tentativa de demonstrar como os princípios gerais de todas as ciências podem ser particularizados quando aplicados à psicanálise, a dedução de hipóteses subsequentes pode ser empregada não apenas para testagem, mas também para analisar os problemas abertos que o procedimento científico carrega em seu processo. Diga-se que um paciente entra no consultório e se senta no sofá: como saber que a pessoa narrada é um paciente? Ou que a sala em questão é um consultório? Como se pode alegar que os sentidos do observador têm uma contraparte na realidade externa? Haveriam coisas tais como um paciente real, ou um consultório real? Pode-se esquivar do problema caso se considere que os dados utilizados numa investigação sejam validados, por senso comum, como fatos da realidade externa, mas, nesse caso, tratar-se-ia apenas da relação entre leis científicas e fatos da observação, ambos tornados públicos por meio da comunicação. Excluem-se, porém, todas as questões emergentes do fato de que as impressões sensoriais, das quais parte qualquer trabalho científico, em última instância, são privadas ao observador e não são passíveis de se tornar substrato para a investigação científica até que se façam públicas, ou seja, que sofram alguma transformação na subjetividade do observador que permita sua comunicação a outrem. Sob a investigação psicanalítica de Bion sobre o pensar, tal transformação se aparenta àquelas que ocorrem entre o pensamento pré-verbal e o verbal, entre o que é implícito e o que se torna explícito, e entre o inconsciente e o consciente.

Diante das frequentes críticas à psicanálise como se não fosse científica, provenientes de pesquisadores de outras disciplinas, Bion (1992) observa que o desejo dos analistas de repudiá-las, como negação de suas aspirações em enunciar seus achados de forma verdadeira e honesta, levam-nos a assumir que sejam consequentes a uma incompreensão de seu trabalho, ou a acreditar que este último não seja passível de acreditação por um método científico. Aventa a hipótese de que isso seja consequência do treinamento psicanalítico, que, sob a necessidade de capacitar o candidato a um ofício tão extenso e de teorização tão vasta, não lhe permite muita ocasião para refletir sobre o próprio método psicanalítico ou sobre os processos mentais envolvidos no teorizar e na construção de sistemas lógicos. Apesar disso, afirma veementemente a importância dessas reflexões não apenas para a psicanálise, mas para a adoção de qualquer procedimento que almeje um patamar científico. Sendo o investigar, o teorizar, o planejar, o testar e as demais atividades humanas implicadas no método científico produtos de seus processos mentais, a negligência quanto à importância da investigação da



mente e de seu funcionamento apresenta abismos nos quais o método científico se arrisca a cair. Na abordagem acima revisada sobre um método tal, observa-se a necessidade de investigação e descoberta dos instrumentos que permitam a testagem de suas hipóteses. Não seria a mente humana um próprio instrumento do método? Quanto enviesamento poderia estar contido no uso de um instrumento de tal nível de complexidade sem minimamente se compreender seu funcionamento?

## 1.2. ENTRE A ONTOLOGIA E A EPISTEMOLOGIA

Sendo a filosofia da mente um conjunto de investigações que toma a última como seu objeto, em sua existência e suas relações, um de seus desdobramentos é a caracterização de uma ontologia. Uma análise crítica de qualquer corrente da primeira, deste modo, bem como de outros campos que tomem como objeto o fenômeno mental, demanda alguma compreensão sobre a última. Hofweber (2017), em uma entrada na Enciclopédia de Stanford, explora o que é a ontologia, nas diferentes concepções que dela se derivam. Em uma instância mais imediata, pode ser compreendida como o estudo daquilo que existe e do que é composta sua realidade, ou seja, da existência e da natureza das coisas. Nesse sentido, pertence ao campo da ontologia o estudo de objetos, como corpos sólidos, mas também de suas categorias, como números, propriedades, particularidades e universalidades. A partir disso, deriva uma segunda concepção de ontologia, como estudo das relações entre tais coisas: suponha a observação de que ‘um sujeito come um biscoito’, dela se abstraem as relações possíveis entre ‘sujeito’ e ato de ‘comer’, ‘biscoito’ e capacidade de ‘ser comido’, e ‘sujeito’ e ‘biscoito’; a partir da observação de categorias como ‘particular’ e ‘universal’, partem investigações sobre relações de universalidade e particularidade. Ao passo em que se distanciam da apreensão imediata dos sentidos, a existência e natureza de coisas como categorias - universais, particulares, números, propriedades, etc. - tornam-se menos claras, sendo também mais complexa a definição de questões sobre como abordá-las. Nesse aspecto, delinea-se o compromisso ontológico como o estudo do que está envolvido na definição de questões sobre as generalidades daquilo que existe, especialmente no que tange a conceitos filosóficos mais complexos, como categorias. Dado o compromisso ontológico do investigador por seus conjuntos de crenças, portam elas compromisso racional com a existência das entidades que se intencionam investigar? Racionalidade é suficiente para definir a existência de algo para além do mero discurso?

A definição isolada do compromisso ontológico, diante disso, ainda não é suficiente para iluminar a forma de abordar as questões sobre existência das coisas, bem como suas naturezas e relações, vez que tampouco é clara a natureza dessas próprias questões. Daí deriva a meta-ontologia, como estudo do que é a ontologia e de suas questões norteadoras. Uma questão como ‘existem números?’ pode ser inferida a partir de raciocínio lógico: se existe uma relação na qual um número é maior que outro, diga-se que ‘ $n+1$ ’ é maior que ‘ $n$ ’, tal relação implica na existência de números inteiros, afinal, (I) a existência de uma relação

implica na existência de objetos que se relacionam - ou  $\forall r \exists p, q / r \rightarrow p \wedge q$ ; de forma semelhante, relações como a divisibilidade entre quaisquer números inteiros e a raiz quadrática de qualquer número positivo implicam, respectivamente, na existência de números racionais e reais. A raiz quadrática de um número negativo, por outro lado, implica dois raciocínios possíveis e distintos: ou a relação é considerada inexistente, com resultado vazio, ou se adota, como convenção, um número imaginário ‘i’, correspondente à raiz quadrática de menos um, permitindo uma solução e, portanto, a existência de uma relação. Até aqui, a premissa em (I) mantém-se confirmada, pois ‘i’ pode ou não implicar na existência de ‘2’ e de números negativos, já provada pelas relações supracitadas; porém, ao se traçar uma relação exponencial como  $(ai)^{n \in E^*} = -(a^n)$ , temos que (II)  $\forall r \in \mathbb{Z} - \exists p \in E^*, q \in I / r \rightarrow p \wedge q$ , ou seja, ‘i’ existe. O compromisso ontológico com ‘i’ como objeto de investigação existente é contido no discurso, ou no enunciado formal, e as regras de dedução lógica permitem afirmar sua existência; é correto, contudo, a partir da racionalidade formal, julgar como existente um objeto imaginário? Considerando que a intersecção entre os conjuntos de números imaginários e reais é vazia, é correto afirmar que o primeiro está contido no conjunto complementar ao segundo, ou seja, que números imaginários não são reais; ora, é possível a existência de um objeto que não seja real? Caso positivo, trata-se de duas formas distintas de existência de uma mesma realidade, ou de duas realidades distintas e existentes (embora se convençione denominar como ‘real’ apenas uma delas)? Seria (II) um paradoxo que invalida a premissa (I)? Contudo, se sim, como poderia existir uma relação entre objetos inexistentes?

O conjunto de questionamentos da reflexão meta-ontológica, ao qual pertencem as indagações acima expostas, origina proposições subsequentes. Algumas delas colocam em questionamento a própria validade da ontologia, ainda que, muitas vezes, enviesado por suas concepções de sistemas lógicos. Embora a realidade última possa não ser apreendida em si por sistemas ontológicos, é possível haver valor de verdade nas descrições destes em relação aos seus compromissos específicos, como no caso das ciências. Os sistemas lógicos são passíveis de questionamento se observada a inversão de prioridade ontológica entre a realidade última, cuja apreensibilidade pode ser duvidosa, e as conformações conceituais determinadas pelo próprio funcionamento da mente humana. Nesse sentido, a investigação das coisas que existem e de suas relações depende do compromisso ontológico, contido no delineamento de seu objeto de investigação, e da indagação meta-ontológica, que diz respeito à meta dessa investigação, à forma de compreensão de suas questões e ao método tomado para respondê-las; a formalidade do raciocínio lógico permite a sistematização de um método,

mas não pode ser admitido o pressuposto de que seja, em si, a concretização de uma fonte inflexível do conhecimento que permitirá a investigação. Não é possível, desta forma, uma investigação ontológica que mantenha compromisso com a realidade sem que se investigue, concomitantemente, a epistemologia implicada por seus métodos.

Bion (1962b, 1992), ao longo de ‘Aprendendo com a Experiência’ e de diversas notas de ‘Cogitações’, considera algumas questões envolvidas no limiar tênue que separa os campos de investigação ontológico e epistemológico. No caso de enunciados que se refiram a categorias tais como generalizações e particularizações, seu critério de validade se demonstra na capacidade de corresponder a experiências reais na relação entre o sujeito e o objeto que por eles se busque representar. Considerando as dinâmicas da mente humana em seus processos, observam-se determinações emocionais na abstração, de forma que um enunciado possa ser utilizado sob a necessidade de alívio de uma ansiedade individual ou até mesmo do grupo social ao qual pertence o sujeito, mesmo que travestidas de racionalidade em sua aparência, em detrimento de sua capacidade de correspondência. Ainda que se tomem situações em que essa dificuldade possa ser superada, por meio de métodos que busquem estabelecer algum compromisso com a verdade<sup>8</sup>, desdobra-se outra questão: até que ponto uma classe configura uma totalidade de partes que se relacionam entre si e com o todo, de forma independente do observador, em sua existência ontológica, ou se trata de uma forma do ato da observação, uma consequência epistemológica? Conforme será abordado adiante, pode-se aventar que uma classe de ‘objetos amarelos’ corresponda à última situação; talvez se possa indagar, mesmo sob alguma incerteza indescartável, se uma classe como a espécie humana representa a primeira. Não se deve ignorar, entretanto, os processos implicados na percepção dessa fronteira. Se, por um lado, uma categoria epistemológica pode ser confundida como ontológica, por outro, relações que aparentam como epistemológicas podem expressar característica ontológica de processos mentais quando melhor investigadas.

Ambas as situações podem ser notadas quando se consideram as relações de nexos entre eventos: o conceito de causalidade pode ser considerado correspondente ao domínio ontológico, numa relação de descendência, até que seja superado pela compreensão de uma

---

<sup>8</sup> Pela expressão ‘compromisso com a verdade’ tal qual adotada neste trabalho, compreende-se verdade como algo inatingível, em última instância, porém entendendo que um vínculo investigativo que vise descobertas demanda a manutenção dessa característica investigativa, em compromisso com o objeto tomado e com a melhor correspondência possível das sentenças enunciadas ao último, e não ao papel psíquico de crenças ou outros processos mentais do observador.

relação de implicação apreendida pelas capacidades observacionais e dedutivas, sendo, portanto, epistemológica; a percepção de que a conjunção de determinados elementos ocorre diante de um fenômeno observado, contudo, não é imediata e nem sempre acurada, configurando uma experiência humana frente a seus processos mentais, o que, sendo dessa forma observado, passa a pertencer ao campo ontológico da investigação da mente e de suas relações. Sandler (2005), em sua introdução, ao refletir sobre os conceitos desenvolvidos na obra de Bion, observa que, ainda que abstratos, categorias como generalizações e particularizações configuram objetos no campo de investigação ontológica da mente, existindo, como tais, para além de sua capacidade de corresponder a um outro objeto do qual sejam forma de representação, quer sejam consideradas informações ou elementos psíquicos, pertencendo, portanto, à realidade. Não obstante, encontra-se a atividade humana de comunicação, que, por exemplo, emprega objetos concretos como pigmentos sobre um papel para corresponder a palavras e tentar aproximar-se de conceitos, os últimos sendo objetos abstratos. Tomando a própria divisão entre campos ontológico e epistemológico, para além de seus conceitos correspondentes mas como formas de uma atividade investigativa, uma indagação pode ser levantada. Numa visão ontológica, ou seja, que toma como existentes em si os objetos de seu discurso e suas relações, seria possível alegar a existência de dois campos distintos e correlacionados, sob as denominações ontologia e epistemologia. Numa visão epistemológica, porém, estes dois campos podem ser aventados como expressões fenomênicas de um mesmo conjunto de processos, cuja diferença se determina pelo olhar do observador e de seus processos mentais. Nesse aspecto, ilumina-se uma questão até então latente: seria possível afirmar que a ontologia e a epistemologia existem como campos distintos, sob aspecto ontológico, ou seriam resultantes de uma divisão epistemológica, conformada pelo funcionamento da mente humana?

Stetup (2005), em nota da Enciclopédia de Stanford, enfoca na especificidade da epistemologia como estudo sobre o conhecimento de enunciados proposicionais; diante das diversas formas que o conhecimento pode assumir, seja como habilidade executável, no conhecimento sobre como se fazer alguma coisa (ex. andar de bicicleta), ou mesmo como conhecimento de alguém em pessoa, ou de algum lugar ou experiência, para se traçar um estudo sobre alguma coisa é necessário definir a epistemologia como método que justifique a construção de sentenças que possam ser utilizadas na investigação do objeto de estudo, de forma que um sujeito 'S' possa afirmar um enunciado 'p', na estrutura 'S sabe que p'. Nesse sentido, a epistemologia deve tratar das condições suficientes e necessárias para o

conhecimento de enunciados proposicionais, bem como de sua estrutura, suas fontes, e seus limites. Tomando o conhecimento de uma proposição como uma crença verdadeira justificada, derivam-se três elementos: a crença do observador em seu ponto de vista, seu valor de compromisso com a verdade e sua justificativa. No conhecimento tradicional, a justificativa se considera como evidencialista e deontológica, na medida em que ‘S’ possui uma evidência de ‘p’, e, pelo compromisso com o valor de verdade, não possui nenhuma evidência de ‘¬p’, ou seja, ‘S não é obrigado a abster-se de p’, evitando assim contradições:

$$\forall p \in S, \quad \exists a \in S \wedge \exists b \notin S \quad / \quad (a \rightarrow p) \wedge (b \rightarrow \neg p) \leftrightarrow p$$

Observa-se, num enunciado tal, a dependência intrínseca do observador, não podendo ser tomado como universal por faltar-lhe característica tautológica, não passando de mera contingência. O fato de ‘S’ não possuir ‘b’ não implica, necessariamente, em seu valor de falsidade; tampouco possuir ‘a’ garante seu valor de verdade. O conceito de evidência limita-se aos fatores internos de justificativa, como estados mentais do observador que representem o valor de verdade de ‘p’, sendo compostos de conteúdos experienciais como percepção, introspecção, memória e intuição: a percepção de um sabor seria evidência para um enunciado como ‘tal alimento é amargo’, a memória de uma cena, para ‘tal evento ocorreu no passado’, e a introspecção de um raciocínio, para ‘b é falso’. Nesse aspecto, a justificativa do conhecimento torna-se intrinsecamente dependente da crença do observador, e sujeita às suas falhas, por ingenuidade cultural ou deficiência de alguma função mental. Apesar de, no item anterior deste capítulo, as hipóteses apresentadas por Bion, elencadas como A e B, se assemelharem, respectivamente, a ‘¬b’ e ‘a’, na formulação acima, observa-se que o autor não as considera já justificadas, mas sim como hipóteses com maior nível de generalização, devendo suas deduções mais particularizadas ser testadas; o resultado da testagem, por sua vez, implica não apenas na justificativa das hipóteses, mas em um parâmetro sobre a necessidade de sua reformulação: “Em última instância, uma ciência perdura ou despenca na medida em que se mostra como uma técnica válida de descoberta, e não por virtude do ‘conhecimento’ angariado” (BION, 1992, p. 190, trad. nossa). Ademais, advoga justamente pela necessidade de investigação dos fatores mentais do sujeito que realiza a investigação.

O conhecimento não-tradicional, ao apontar tais falhas, define sua justificativa como uma probabilidade de valor de verdade que seja alta e objetiva, sujeita a algum grau de confiabilidade de acordo com a adequação das faculdades e processos mentais de um

observador diante de dado ambiente. A experiência compõe a justificativa na medida em que sua origem cognitiva demonstra confiabilidade em sua tendência de produzir crenças verdadeiras, porém os fatores determinantes da justificativa devem ser externos, vez que a confiabilidade não se determina por estados mentais e nem sempre é acessível aos mesmos: um sujeito ingênuo 'S' pode estar correto ao afirmar 'p', por exemplo, ao dizer que 'existe água nas nuvens', ainda que não seja capaz de explicar fatores como 'estados da matéria' e 'ciclo da água na natureza'; ainda que 'S' tenha chegado a 'p' por sua observação do fenômeno da chuva, ou até mesmo por mero acaso, sua enunciação não apresentou a justificativa correspondente, que reside em fatores que lhe são externos, e pode ser investigada por um outro sujeito. Isto, por outro lado, implica que outras observações de 'S' não necessitam ser sempre corretas, vez que seus processos podem não estar adequados a outros contextos: 'S' pode afirmar que existe sabão na banha, ignorando que o primeiro seja produto de uma reação química de substâncias presentes na segunda. O conceito de confiabilidade, desta forma, supera o que seria uma mera sensação subjetiva de confiança, ainda que uma tal emoção possa ser considerada produto afetivo dos processos mentais cognitivos do observador, como abordado no item anterior, permitindo que a justificativa seja tomada como função de 'p', e não exclusivamente como elemento de 'S'.

Apesar disso, a determinação de uma justificativa ainda depende da existência de algum sujeito que consiga elaborar um método de testagem da probabilidade de 'p', representando confiabilidade. Ainda que seja mantida em aberto a discussão sobre o método em seus procedimentos, sua elaboração resultará dos processos mentais do pesquisador - seja indivíduo ou grupo - de forma que a investigação desses processos não possa ser descartada. A confiabilidade de 'p', por sua vez, somente pode ser verificada mediante a capacidade de um sujeito - o anterior ou outro - em analisar os resultados da aplicação do método, aferindo a probabilidade da hipótese testada. Tomando 'C' como função que retorne o valor de confiabilidade de uma hipótese, justificada por um limiar de corte da probabilidade assim obtida, a enunciação de uma sentença justificada dependerá dos fatores mentais do sujeito que o faz - novamente podendo ser o mesmo ou outro - vez que determinam sua capacidade de leitura dessa confiabilidade. Embora pareça complexo o conjunto, imagine-se uma pesquisa que testa uma hipótese em um estudo observacional com grupo controle: o pesquisador deverá formular e aplicar o método, o estatístico fará a leitura e cálculo de seus resultados aferidos, visando um produto quantificável como um intervalo de confiança; após publicado o estudo, um médico, sabendo interpretar o intervalo de confiança, poderá enunciar a hipótese ali

confirmada de forma justificada. Em todas as etapas há processos mentais complexos envolvidos, dos pesquisadores, dos sujeitos de pesquisa, caso existentes, analistas de dados, redatores e leitores, percepção já algo contida em propostas de que estudos longitudinais sejam duplo ou triplo cego. Simplificando na derivação de um sujeito, considerando que este conheça alguma forma de representar a confiabilidade ‘C’ de um enunciado para poder determinar sua justificativa, tem-se que a justificativa bicondicional é verdadeira; caso não seja conhecida, contudo, o valor da bicondicional é incógnito, tal qual na formulação:

$$\forall p \in S, \exists C / C_{(p)} \in S \Rightarrow C_{(p)} \leftrightarrow p$$

A estrutura do conhecimento deriva daquela de sua justificativa, podendo ser fundacionalista ou coerentista. A primeira admite uma superestrutura de enunciados implicados a partir de um conjunto de premissas, ou crenças básicas; estas, por sua vez, podem-se fundamentar, ou por privilégio epistêmico, ou por critério experiencial. No primeiro caso, admitem-se premissas que, por sua natureza intrínseca, sejam infalíveis, indubitáveis e incorrigíveis: imagine-se um enunciado ‘p’ tal que represente que ‘um objeto aparenta ser azul para S’, sendo ‘S’ aquele que o enuncia, trata-se de uma crença introspectiva sobre o próprio estado mental de ‘S’, caracterizando-se como básica; é indubitável, por ser afirmação de uma introspecção, incorrigível por outrem, pois apenas ‘S’ pode enunciar suas introspecções, e infalível, já que diz respeito à consciência daquela introspecção específica; é insuficiente, porém, para justificar um enunciado ‘q’, do tipo ‘um objeto é azul’. Por critério experiencial, pode-se admitir que ‘q’ (acima) seja uma crença básica desde que seja justificada pela experiência perceptiva de ‘S’ e pela experiência mnêmica concomitante de que suas impressões sensoriais lhe foram acuradas até o momento; torna-se difícil, contudo, distinguir uma memória desse tipo de uma crença sobre tal acurácia, o que representaria perda do status de crença básica pela premissa, bem como justificá-la, vez que não impede o surgimento de uma exceção. Numa experiência tipicamente classificada como ‘ilusão de óptica’, por exemplo, pode ocorrer que a pigmentação do objeto seja branca, enquanto que sua iluminação ocorra sob foco de luz específico de frequência de onda correspondente à cor azul.

A estrutura coerentista propõe o conhecimento na forma de uma rede, na qual a força da justificativa de um enunciado deriva da força dos enunciados de seus arredores. Caso se depare com uma impossibilidade de dedução lógica direta, permite que as inferências sejam traçadas por maior probabilidade da melhor explicação possível; nesse aspecto, permite



também a exclusão de enunciados com valor mais provavelmente falso diante da falta de coerência com seus arredores. Embora seja criticada por salientar raciocínios circulares, nem todo raciocínio circular mostra-se redutível a ‘p implica em p’, podendo ser úteis na investigação de complexos fenomênicos nos quais ocorra interação simultânea entre diferentes instâncias. Ainda não é suficiente para justificar as experiências sensoriais como fontes indubitáveis de justificativa para enunciados que se refiram à realidade para além da introspecção imediata, porém tampouco as descarta; por maior probabilidade e coerência, podem compor as teias de enunciados e suas relações. Suponha-se que a palavra ‘marfim’ seja definida como nome de uma cor que corresponda à experiência visual percebida ao se observar a cor de um dente de elefante, dizer que ‘um dente humano tem tonalidades de marfim’ significaria, então, que há semelhanças entre ambas as experiências visuais, que, provavelmente, há semelhanças visuais entre ambos os tipos de dente, e que deve haver semelhança entre os tipos de dente no que se refere à sua pigmentação. Uma manobra semelhante poderia ser traçada na convenção de se denominar como ‘élfico’ o estilo de roupas produzidas por esta espécie; mas ‘ora lá’, diria o leitor, ‘elfos não existem’. Observa-se que a estrutura do conhecimento, mesmo que justificado, apesar de poder preservar coerência interna, não garante automaticamente compromisso com a verdade.

As fontes do conhecimento e de suas justificativas, tratando-se este de crenças, ainda que justificadas e verdadeiras, devem invariavelmente recorrer a algum fenômeno ou estado mental. Dentre o vasto conjunto de fatores psicológicos que influenciam a construção de crenças, encontram-se fenômenos como desejos, necessidades emocionais, preconceitos e outros que podem ser tomados como vieses, por não poderem ser julgados como confiáveis pela atividade racional. Stetup (2005), diante disso, propõe que as fontes sejam circunscritas aos fenômenos de percepção, introspecção, memória, razão e testemunho. Faz-se particularmente interessante observar, porém, que, em sua afirmação, fica implícita a ideia de que seja possível dissociar a influência entre fenômenos mentais confiáveis e aqueles ditos vieses. Em um trabalho que se propõe a discutir a definição de epistemologia e de suas implicações, a ausência de explicitação de uma ideia com esta centralidade e peso tem, como consequência, a ausência da investigação de suas próprias justificativas, o que desperta algumas inquietações que podem ser expressas em questionamentos. Quais fatores psicológicos impedem a explicitação de uma crença indispensável ao raciocínio que tem a própria epistemologia como objeto de investigação? Poderia ser o desejo de suprimi-la por medo de que não seja possível justificá-la? Haveria uma necessidade emocional do autor em

sustentar uma crença cuja justificativa se acredita ser incapaz de explicitar? Quais as interações entre esses diferentes fenômenos mentais, como ocorre seu funcionamento, e como é possível sua investigação na forma de uma epistemologia?

Stetup (2005) considera que a percepção, relacionada às aferências dos órgãos sensoriais, apresenta falibilidades, como no caso de alucinações, podendo ocorrer como uma mera aparência perceptiva. Há contraposições entre correntes que abrem espaço para discursos em defesa da apreensão da realidade em-si pelos sentidos, mesmo com evidências do contrário. Uma defesa da confiabilidade da percepção aponta que esta se concretiza no encontro com a memória de seu sucesso passado, porém, o argumento torna-se circular mediante a necessidade de se averiguar a confiabilidade dos processos relacionados à memória; esta, contudo, é sabidamente falível. A introspecção, enquanto autoinspeção de estados mentais, diferencia-se em algo da percepção: não é tão simples perceber suas falhas, ensejando a proliferação de discursos que a defendem como equivalente dos estados mentais em si. Correntes fundacionalistas tomam a certeza da infalibilidade da introspecção como fonte de crenças básicas. Há críticas, todavia, que apontam indícios de falibilidade em momentos de confusão entre diferentes estados mentais. A razão pode ser *a priori* quando o raciocínio precede a experiência por outros fenômenos, sendo esta forma de conhecimento, necessariamente, conceitual. Havendo uma experiência correspondente, o conhecimento com uso da razão passa a ser empírico, ou *a posteriori*; passa a depender, contudo, da confiabilidade das demais fontes que a ele se agregam, como percepção, memória e introspecção. O valor de verdade em conceitos *a priori* é controverso, sua existência, questionável, e sua extensão é vista como meramente analítica na crítica empiricista. Ainda que seja possível alegar um enunciado sintético e apriorístico, como ‘se um objeto é todo azul, ele não tem manchas brancas’, por extensão de uma analogia feita anteriormente, pode-se deduzir a necessidade de testar se é o caso do objeto realmente ser ‘todo azul’ ou de sua fonte de iluminação ter características específicas, sendo necessária a submissão do enunciado apriorístico à experiência para definir seu valor de verdade. Cabe-se pontuar, contudo, como será abordado no capítulo seguinte, que, para Kant (2001), o pensamento apriorístico somente se caracteriza como conhecimento na medida em que exista um tipo de experiência que lhe seja correspondente: um estudante pode ‘saber’ algo sobre ‘medo periaquedutal’, na medida em que aceite o testemunho de quem lhe ensina, ainda que não tenha vivido tal experiência por si mesmo; caso não se conheça, em absoluto, a correspondência de uma experiência ao conceito apriorístico, ainda que seja possível, sua validade será mantida como incógnita.

O testemunho, para Stetup (2005), parte da capacidade humana de comunicar e publicar informações provenientes da atividade mental dos indivíduos que compõem um grupo, permitindo o cruzamento de diferentes pontos de vista, de diferentes observadores. Se, por um lado, pode ser considerada uma fonte secundária, vez que parte necessariamente de alguma das fontes previamente expostas, permite submissão de informações à testagem de outros sujeitos, como forma de impactar sua acurácia. Ao se tratarem de sujeitos humanos, todavia, não se eximem as questões anteriormente apresentadas, sobre a influência de processos mentais como desejos, direcionamentos emocionais, interesses, e outros que possam interferir na validação de um enunciado em relação ao seu compromisso com a verdade; pode-se apenas alinhar, por meio de construção consensual, uma intersecção dos conjuntos desses fenômenos que é comum ao grupo, ou, na explicitação de um debate, as diferenças que delineiam seus subconjuntos. A investigação dos fatores do conhecimento enquanto objeto de estudo da epistemologia, sendo estes suas condições, estrutura e fontes, acarreta necessariamente no esboço de seus limites: conjecturas imaginativas como o solipsismo, ou o *'brain-in-a-vat'* - correspondente à imagem de que as experiências vivenciadas por um sujeito possam não ser reais, mas simuladas por uma máquina que se conecta a um cérebro avulso - não podem ser tacitamente negadas, com valor de certeza; uma estrutura coerentista poderia distribuir valores de probabilidade e confiabilidade a diferentes hipóteses, necessitando, porém, manter a admissão de algum grau de incerteza aos mesmos.

Ainda que seja admitida a prioridade dos fatores externos de justificativa, sua apreensão depende necessariamente do funcionamento de processos mentais; de forma semelhante, crenças e compromisso com a verdade são elementos derivados de processos mentais do observador, sendo necessária a investigação sobre como se dá o seu funcionamento, e como ocorre o elo de ligação entre consciência e realidade. A presente revisão sobre ontologia demonstrou que, diante de suas questões meta-ontológicas, a definição de uma epistemologia é necessária para prosseguir qualquer investigação de natureza ontológica; a inflexão sobre a epistemologia, por outro lado, comprovou a existência de delineamentos sobre uma ontologia da mente contida em qualquer desenvolvimento epistemológico. Como apontado por Bion, entretanto, não se pode confirmar uma fronteira precisa entre ambos os campos, existindo uma zona de transição na qual uma mesma questão possa ser objeto de observação sob olhar epistemológico ou ontológico. Para além dessa transição, ao se abordarem questões como existência da consciência, sua natureza e sua relação com a realidade, o método de investigação e seus desdobramentos epistemológicos

não apenas guiam as formulações ontológicas, mas contêm, necessariamente, os princípios de uma ontologia tal, de forma que a análise da coerência entre ambos os sistemas indica também a coerência interna a cada um deles.

### 1.3. A EPISTEMOLOGIA EM BION

Bion (1992b), em ‘Aprendendo com a Experiência’, introduz seu trabalho com declarada modéstia, dizendo que, apesar de sua formação psicanalítica e experiência como analisando, o que lhe conferiu alguma intimidade com os distúrbios dos processos do pensamento, acredita-lhe faltar o treinamento específico a um filósofo. Lansky (2003), em seu trabalho sobre as questões filosóficas nos pensamentos de Bion, entretanto, sob o olhar com uma experiência prévia nos campos da filosofia e da psicopatologia, aponta que qualquer pensador pode ser analisado filosoficamente, em especial aquele que lida mais especificamente com o teorizar. Em sua leitura de Bion, considera que praticamente nenhum outro psicanalista adotou um estilo de escrita tão filosófico quanto este, em especial em seu tratamento de questões como os processos de abstração, discussões sobre o conhecimento, realidade e paixões. Tendo suas principais bases psicanalíticas nas produções de Melanie Klein e Sigmund Freud, seu concernimento se volta ao aspecto metateórico do funcionamento mental, desenvolvendo as questões filosoficamente mais essenciais nele envolvidas, numa abordagem teórica que fundamenta sua justificativa no contexto das evidências surgidas a partir do *setting* de tratamento psicanalítico. Impõe-se a tarefa de investigar as fundações da prática psicanalítica e das observações dela resultantes, buscando o desenvolvimento de uma forma de notação e linguagem que melhor se aproxime da essência de seus dados. Nesse sentido, o autor afirma que o trabalho de Bion se caracteriza simultaneamente como psicanalítico e filosófico, na mesma medida em que os de Whitehead e Russell demonstram ser filosóficos e matemáticos.

Naquela introdução, Bion (1962b) aponta que, embora tenha cultivado experiência em registrar suas observações, permanece em dúvida sobre como comunicá-las a outros, o que poderá se tornar mais claro na leitura desse livro. Observam-se duas questões que se desdobram dessa sentença, sendo a primeira sobre a linguagem. Embora um idioma seja comum a uma população, a apreensão de significado sob uma determinada terminologia verbal depende muito das associações privadas que cada um de seus indivíduos realiza; ademais, os diferentes nichos dessa população tendem a atribuir outros conjuntos de significados a termos específicos que optam por abordar, como o que ocorre, por exemplo, com a palavra ‘função’, tomada por diferentes vértices de observação, como na matemática, na biologia, na programação, ou até mesmo em seu uso mais cotidiano. A partir dessa consideração, o autor observa existir o que denomina uma ‘penumbra de associações’, contida

no uso de palavras. Diante desse fenômeno, opta, em alguns momentos, pelo emprego de termos cujo conjunto de associações, às vezes em sua intersecção, em outras por sua união, exerce o papel de um modelo implícito que, como analogia, possa ajudar o leitor a aproximar-se da compreensão intencionada por seu uso, como no caso de sua teoria sobre as funções de personalidade; em outros, escolhe o uso de letras ou símbolos para denominar um conceito cujo significado ainda caiba ser investigado, tentando evitar preconceitos ou significações precipitadas, numa tentativa de insaturar o primeiro. Lansky (2003) e Schermer (2003) enxergam relação com o trabalho de Frege sobre as funções matemáticas, cuja formulação deva configurar uma constante passível de notação, devendo, porém, admitir um elemento insaturado, uma variável livre, de forma que cada elemento de seu conjunto de domínio possa corresponder a outro elemento do conjunto imagem. É possível que este último conceito de insaturação tenha servido para Bion como uma concepção que permitisse sua observação sobre o fenômeno da linguagem, podendo reformular, sob a mesma palavra, seu próprio conceito: nota-se que, para Bion, o papel de um conceito, no aparelho mental, não deve ser apenas o de uma constante fixada e rígida, mas sim o de exercer uma função preconceptiva, contendo um elemento insaturado, de forma que, diante de uma experiência, possa resultar em sua própria reformulação. De maneira análoga ao que introduziu o autor, esse é um dos processos que poderá ser melhor esclarecido durante a leitura da revisão apresentada neste trabalho.

Bléandonu (1994) e Schermer (2003) afirmam analogia entre a preocupação de Bion com as saturações da linguagem e a dos neopositivistas quanto aos seus vieses. Sob a percepção do risco de que esta possa levar a falsos caminhos, Bion buscou uma notação quasi-matemática, análoga a um sistema algébrico, que lhe permitisse reduzir os impactos das falácias da linguagem e das ilusões despertadas pela leitura de trabalhos psicanalíticos. Apesar da existência de discursos afirmando que Bion abandonou sua empreitada epistemológica na transição de seu estilo de escrita, a persistência, nos escritos da década de setenta, de seu uso de notações como aquelas referentes às categorias da grade demonstram não ser este o caso. A grade, como apresentada em 'Elementos de Psicanálise', permite uma forma de notação que classifica enunciados em suas dimensões de abstração e uso, conforme serão abordadas no último capítulo deste trabalho. Uma das preocupações que motivaram Bion nessa empreitada, acima citada como ilusões despertadas na leitura psicanalítica, pode ser derivada da terminologia comumente empregada pela última até o momento em que Bion se encontrava, utilizando-se de palavras como 'seio', 'boca', 'penis' e 'vagina'. Sandler (2005) esclarece que

tal falha ocorre quando o leitor, incapaz de duvidar de suas compreensões imediatas, ao invés de compreender o papel das representações mentais referentes a esses órgãos como analogias aos fenômenos descritos, toma-os como se fossem referências aos objetos concretos, perfazendo uma leitura viciada. Lansky (2003) traz justamente essa mesma problemática da leitura como algo observável nas frequentes críticas realizadas à psicanálise por autores de outras áreas, que tomam, como suas bases, obras cuja escrita não observaram a preocupação apresentada por Bion. Diante da ausência de uma epistemologia declarada e de experiência psicanalítica própria, tais autores tendem a distorcer, na interpretação filosófica de suas leituras do que seria a metapsicologia da psicanálise, os temas com os quais esta lida de fato. Afirma que Bion, ao explorar diretamente os processos do pensar, do conhecer, e das transformações que partem da experiência humana com sua realidade, melhor delinea suas fundações e elementos. Ainda que suas abstrações e notações quasi-matemáticas sejam alvo de inúmeras críticas, aponta não ser possível negar o seu papel de esclarecimento sobre os objetos com os quais se lida em sua prática correspondente.

A segunda questão, desdobrada a partir da sentença acima citada, reside no uso da palavra 'dúvida'. Conforme já abordado, o valor fundamental de um conceito, para Bion, reside em sua capacidade de corresponder a uma experiência, sendo, a partir desse encontro, passível de reformulação. Tal é o que ocorre quando Schermer (2003) afirma que Bion não é um autor kantiano, mas reformula seus conceitos diante do encontro de correspondência com o que observa em suas próprias experiências, ou que toma emprestado do neopositivismo termos que se mostram úteis, sem, com isso, comprometer-se com sua ideologia. Bion (1962a, 1962b, 1963b, 1965, 1992) declara muito honestamente enxergar o valor de uma investigação científica de acordo com sua capacidade de descoberta, e não pela apresentação de enunciados inflexíveis, autointitulados dogmaticamente como se fossem conhecimentos em-si. Ainda que seja algo consensual a ideia contemporânea de que a construção do conhecimento ocorre processualmente, levando a uma constante superação de teorias previamente formuladas por novas descobertas, há correntes filosóficas que insistem na defesa de que esse processo ocorra pela eliminação de uma teoria prévia em favor da construção de uma nova; na filosofia da mente, a teoria do eliminativismo, tal qual apresentada por Churchland (1988), é embaixatriz dessa ideia. Partindo da premissa de que a neurociência porte status absoluto como responsável pelas novas descobertas sobre a mente, defende que os arcabouços teóricos das psicologias sejam erradicados para permitir sua investigação de 'fenômenos físicos'. Ainda dentro da filosofia da mente, outros autores, como Costa (2005), demonstram que em outras

áreas de investigação, como astronomia, física e química, seus postulados prévios não foram meramente eliminados, mas sim seus conhecimentos elementares foram estendidos pela filosofia e ciência em extrapolações especulativas. É o mesmo que observa Bion (1992), ao tomar a trajetória do desenvolvimento científico pela humanidade. Nesse sentido, a capacidade de descoberta de uma ciência é função de sua admissão de um limiar de dúvida e incerteza, contido nos enunciados por ela produzidos. No final da introdução de 'Aprendendo com a Experiência', Bion (1962b) traz esta questão para dentro do teorizar psicanalítico. Diante da complexidade do objeto com o qual se trata, e das descobertas não apenas dos processos relacionados ao pensar mas de seus distúrbios, haverá sempre alguma necessidade de reformulação sobre a origem e natureza dos pensamentos e dos mecanismos por meio dos quais estes possam ser pensados, bem como de escrutínio dessas reformulações por meio da experiência. Dessa forma, declara que os métodos expostos não podem ser tomados como definitivos, mas apenas como úteis enquanto outros melhores não tenham sido descobertos.

Essa característica dos processos de apreensão do conhecimento, ou da prática científica, de demandar constantes reformulações diante de novas e infundáveis descobertas, introduz um dos problemas mais íntimos com os quais lida a psicanálise. Green (1992) afirma que, apesar de dialogar com o neopositivismo e reformular alguns de seus conceitos, a rejeição de Bion aos modos empíricos do pensamento, ainda predominantes na contemporaneidade, não consegue ser superestimada. Se o empirismo advoga que nada mais deve estar envolvido na investigação científica do que os dados apreendidos sensorialmente e a lógica, que misterioso processo ocorre que nunca se esgota, por completo, o conhecimento de um dado objeto? Alguém poderia argumentar que algumas descobertas, como a sensibilidade de compostos da prata sob a incidência de raios-x, permitem a observação de dados que não são diretamente visíveis ao olho humano; apesar de se tratar da descoberta de um instrumento físico, tal argumento não se furta ao fato das limitações da sensopercepção. Outras descobertas, como a sensibilidade do DNA à radiação, engendram limitações, como a pesquisa de achados radiológicos em gestantes, seja por uma sensação de ameaça de quem se expõe ao risco, seja pela implicação ética de um experimento dessa sorte. Um estudante de medicina, ainda inexperiente, pode assustar-se diante de uma radiopacidade central em uma radiografia pósterio-anterior, pensando que possa ser um câncer de pulmão; um médico experiente, por outro lado, terá mais facilidade em lembrar-se que, numa incidência radiográfica, ocorre achatamento de estruturas, e, tendo pedido outro ângulo, de perfil, poderá concluir que se trata de um nódulo na pele do paciente. Essas narrativas não passam de



modelos, empregados para atribuir maior vivacidade à dupla de hipóteses que se segue: (i) o contato da mente humana com a realidade que a cerca é indireto, dependendo não só dos fatores físicos de sua capacidade de apreensão sensorial, mas também dos fatores psíquicos engendrados na ocorrência dos processos de percepção e racionalidade; (ii) a ausência de imediatidade na formulação do conhecimento associada à sua característica de inesgotabilidade implicam que, apenas em última instância, a realidade é incognoscível, e que o processo humano de conhecê-la, e reformular seus conhecimentos sobre ela, depende da manutenção de um vínculo investigativo com a mesma.

Ao tomar o pensamento onírico, Green (1992) o compreende como um processo contínuo que segue ocorrendo durante as atividades diurnas, ainda que inobservável senão por meio de devaneios, no sujeito que não está psicótico. Freud (1900) já havia feito essa observação, notando que, no sonho, ocorrem não somente associações simbólicas, mas também alguns elementos indicativos de processos lógicos; considerando o fenômeno de deslocamento, em que resquícios sensoriais diurnos são rearranjados com outros significados, bem como a incompatibilidade entre o tempo que dura o sonho e a complexidade de associações nele expressas, conclui que os processos do pensamento ocorrem continuamente a nível inconsciente, tendo manifestação consciente apenas alguns de seus produtos. Em seus estudos sobre a histeria e as neuroses obsessivas, Freud (1893, 1894) atentou-se para fenômenos, expressos sob a forma de sintomas, que eram incompreendidos pelos pacientes, mas a partir dos quais, durante a investigação psicanalítica de suas associações livres, emergiam associações significativas que permitiam não somente sua compreensão, como também alívio e transformação. Mostra-se interessante, como afirma Sandler (2005), que o termo alemão correspondente à palavra ‘inconsciente’, *unbewusste*, tenha a significação literal daquilo que é desconhecido. O desenvolvimento da psicanálise, diante de seus achados, demonstrou uma relação análoga, em seu papel de investigar aquilo que é inconsciente, àquela delineada na hipótese (ii), acima. Para além disso, também explicitou que a tomada de consciência dos processos mentais ocorre somente de forma indireta, por meio de alguns de seus produtos, indicando a existência não só de fatores que determinam a sensopercepção, como hipotetizado em (i), mas também que modulam a apreensão de qualidades psíquicas, ou seja, a introspecção. Estas conclusões parecem estar contidas em uma citação de Freud (1900, pp. 650 - 651, grifo do autor):

O inconsciente é a esfera maior, que inclui dentro de si a esfera menor do

consciente. Tudo o que é consciente possui uma etapa preliminar inconsciente, enquanto que aquilo que é inconsciente pode permanecer nesse estágio e, não obstante, reivindicar ser encarado como possuidor do pleno valor de um processo psíquico. O inconsciente é a verdadeira realidade psíquica; *em sua natureza mais íntima, ele nos é tão desconhecido quanto a realidade do mundo exterior e é tão incompletamente apresentado pelos dados da consciência quanto o é o mundo externo pela comunicação de nossos órgãos dos sentidos.*

Há uma polêmica interessante que se desdobra dessa citação. Notando similaridade entre o conceito de realidade em Kant, sendo esta incognoscível em última instância para o filósofo, apreensível apenas indiretamente, por meio de suas qualidades primárias e secundárias, Sandler (2005) aventa a existência de uma origem kantiana no trabalho de Freud, e, como um todo, na psicanálise, visto que o inconsciente é um de seus temas centrais. Ocorre que, apesar da semelhança expressa, em nenhum momento Freud (1900) associa o desenvolvimento de seu conceito de inconsciente àquele de Kant. Schermer (2003) dialoga com a proposta de Sandler, apontando sua característica de radicalidade, vez que a maioria dos leitores da obra freudiana o consideram empirista. Apesar disso, concorda fazer mais sentido pensar dessa forma do que aceitar que Freud tenha partido das premissas dessa linha, tais quais a mente fosse uma tábula rasa, e complementa dizendo que os próprios conceitos de inconsciente, pré-consciente e consciente ressoam com o das categorias kantianas. Tomando a ideia de Bion de que os conceitos cumpram função de corresponder às experiências no sentido de serem reformulados, talvez não seja possível concluir se Freud fez uso do conceito de Kant para atingir o seu de inconsciente, ou se outras bases conceituais lhe permitiram uma reformulação, a partir de sua experiência psicanalítica, numa concepção de mente com certas similaridades àquela do outro autor. O fato é que Bion declaradamente o faz. Snell (2016) afirma que, se de um lado encontra-se a influência em Bion do pragmatismo e do conceito lockeano de senso comum, de outro reside o inefável e desconhecido de Kant, cuja filosofia foi ingrediente essencial para a evolução do conceito da realidade que existe em-si, também denotada sob o símbolo O em sua obra.

Apesar da persistência de discursos que rejeitam o status científico da obra de Bion por enxergar apelo ao misticismo (HOCHMANN, 2011), Schermer (2003) esclarece que, em nenhum momento, o autor fez sequer mínima menção que advogasse qualquer reino de fenômenos sobrenaturais. As alusões à poesia e à religião, ao explorar o tema sobre O, foram feitas somente como modelos de experiências humanas em que se pode sentir ou intuir a existência de uma contraparte do ser no aspecto incognoscível da realidade, algo como sentir-se ‘parte de um todo’. Seria mais adequado dizer que “Bion tomou consciência do aspecto do

infinito, e dos aspectos espontâneos, caóticos e criativos do inconsciente” (*ibidem*, p. 237, trad. nossa). Não sendo redutível à lógica do conhecer, o infinito pode apenas ser experienciado. Sandler (2005) coloca que, ainda que a realidade, como aquilo que existe em última instância, não seja passível de ser compreendida, conhecida, prevista, dominada, possuída ou mesmo vista, há algo dela que possa ser intuído. Fazendo alusão à origem alemã do termo inconsciente, cita uma passagem de Bion que diz que a realidade pode ser conhecida na mesma medida em que ‘batatas possam ser cantadas’. Não sendo isso possível por uma razão de sua natureza, analogamente à possibilidade de serem plantadas, colhidas ou cozidas as batatas, um sujeito pode ser real, ou intuir a realidade de si e dos objetos com os quais se relaciona. Lansky (2003) reitera que o que se torna conhecido já é uma transformação, um produto de uma relação tal, não correspondente diretamente ao aspecto inefável da realidade, mas às suas propriedades primárias e secundárias. Ainda assim, por meio da experiência, há sempre algo novo a se apreender, e o processo do conhecer, mediante o vínculo, tende ao infinito. Green (1992) afirma que o processo do conhecer não trata apenas de agarrar-se àquilo que era desconhecido até que o conhecimento sobrevenha, mas também de aceitar a ignorância e tomar consciência de sua extensão; caso não haja tolerância suficiente à dúvida, a resistência do sujeito pode acabar por inibir sua capacidade de conhecer. Retoma-se aqui aquela citação da introdução de Bion: manter a dúvida sobre como comunicar suas observações conota seu compromisso em tentar descobrir a melhor forma de fazê-lo.

Retornando à introdução de ‘Aprendendo com a Experiência’, Bion (1982b) alega crer que, mesmo que a publicação desse livro possa parecer prematura, talvez seja possível fornecer uma ideia daquilo que pode ser revelado pela experiência de se tentar entender o que ali se escreve sob seu entendimento. Nota-se, nessa afirmação, um germen da ideia que será ainda exposta, de que não somente a sensopercepção configura uma experiência, mas também a atividade introspectiva o faz, algo do qual já se diferencia das concepções kantianas. O autor prossegue explicando sua tentativa de condensar sua escrita no que for essencial para que o leitor pense os seus pensamentos, ao invés de realizar uma mera leitura, convidando à atividade introspectiva. Sugere que, ainda que algumas partes pareçam obscuras, o leitor prossiga sua leitura, pois algumas obscuridades podem ser devidas à impossibilidade de se abordarem alguns temas de forma independente de outros que serão expostos apenas posteriormente. Inevitavelmente, há de se notar que fenômeno semelhante ocorre na leitura do presente trabalho, como diversas vezes afirmado, neste subcapítulo, que algum conceito será melhor abordado no decorrer do primeiro. Apesar de Bion dialogar recorrentemente com a

estrutura fundacionalista da formulação empirista do conhecimento, nota-se que seu desenvolvimento epistemológico é bastante diverso daquele. Ao invés de apresentar um sistema de hipóteses que descende hierarquicamente em nível de abstratividade até que possam ser justificados com dados de testagem empírica, a observação de Bion sobre os processos mentais encontra um formato mais cíclico, em que a conjunção de uma hipótese e uma experiência ocasiona a reformulação da primeira. Dessa forma, a estrutura de sua epistemologia demonstra característica coerentista, configurando redes. Outro aspecto que reforça esse formato são os conceitos de incognoscibilidade última da realidade e do conhecimento como um processo de vir-a-ser, o que torna admissíveis constantes reformulações e expansões do arcabouço teórico. Para Schermer (2003), esse modo de teorizar sobre o processo psicanalítico torna-o consistente com as ciências modernas ao mesmo tempo em que preserva o conceito de O, derivado do noumena kantiano, e de uma rede cognitiva em que as formulações possam transitar entre maior e menor graus de abstração.

Bléandonu (1994), ao se referir à fase epistemológica de Bion, observa que sua empreitada em estabelecer as bases de uma psicanálise científica parte do estudo do desenvolvimento da psique em sua ontogênese individual, tal qual o fazem Freud e Klein em suas observações partindo da infância até a vida adulta. Essa postura, por um lado, possibilita uma observação mais acurada do funcionamento da mente humana, vez que não ignora os problemas contidos na premissa de este ocorra de forma absolutamente inata, mas sim como resultado de um processo; por outro lado, o risco de ser tomada meramente como uma epistemologia genética, ou seja, apenas como forma de compreender o processo individual por meio do qual um sujeito adquire conhecimentos, implica num descarte de suas implicações em relação aos processos de construção científica e filosófica, o que não é o caso. Assim como afirma Green (1992), a publicação de 'Cogitações' permitiu não só um melhor detalhamento do processo de desenvolvimento conceitual que culminou na redação de 'Aprendendo com a Experiência', mas também o delineamento de sua linha central de investigação na temática das relações entre a psicanálise e a ciência. Cabe salientar que Bion não parte apenas do desenvolvimento individual, mas inicia suas publicações justamente a partir das observações de suas experiências com grupos, bem como da relação entre este e o indivíduo. No decorrer de sua obra, nunca abandona a temática, sendo ela central para a emergência do fenômeno da frustração, resultante do conflito entre sujeito e sociedade. Não se trata da aplicação cega de um método científico para investigar o desenvolvimento

epistemológico do indivíduo, mas da investigação psicanalítica desse desenvolvimento e da relação entre sujeito e sociedade, trazendo implicações sobre a forma de construção do conhecimento pelo grupo social.

Numa nota em que se propõe a analisar a questão do método científico, datada de janeiro de 1959, Bion (1992) apresenta a problemática introduzida por Poincaré em seu estudo. Se a tomada de consciência dos objetos da realidade externa à mente humana, em sua forma de representações abstratas, conceptivas ou conceituais, ocorre na percepção de uma conjunção constante dos elementos apreendidos por suas aferências, conforme defendido por David Hume, a ‘heresia’ cometida pelo autor anterior foi a de notar que esse processo não ocorre de forma imediata, mas que depende de um fenômeno algo peculiar. Parece haver algum elemento específico que, ao ser apreendido, atribui ordem às conexões de um conjunto de elementos já conhecidos previamente, mas, que até então, aparentava dispersão e desordem, como se aqueles fossem estrangeiros uns aos outros. A partir desse fato, o conjunto passa a ser concebido em sua unidade, na qual cada elemento ocupa seu lugar e demonstra suas relações com os demais e com o todo, de forma que não só se atribui valor ao fato, mas ele mesmo atribui novo valor aos elementos que é responsável por unificar. O problema dessa descoberta é sua ousadia em confrontar um tabu muito antigo da humanidade, qual seja, a crença de que os processos racionais podem ocorrer de forma apartada das emoções: ocorre que a descoberta de tal fato em sua relação com o todo é um fenômeno emocional. Se a fragilidade dos sentidos já se demonstrava como uma emblemática de difícil manejo para aqueles que investigam os processos do conhecer, Poincaré tornou-a ainda pior, expondo a fragilidade da própria mente humana, que, diante da complexidade do mundo na qual se situa, depende do encontro de padrões para que possa, de alguma forma, compreendê-lo. A partir dela, não se pode mais negar cegamente que os padrões harmoniosos contidos em sistemas abstrativos sejam resultantes da forma com que a mente funciona, sob a crença de que correspondam exatamente à realidade tal qual ela existe em-si.

Ainda que essa problematização não seja exatamente nova, tendo sido abordada por Kant em sua primeira crítica e reiterada nas demais, cabe lembrar do contexto apresentado por Schermer (2003), já citado na introdução deste trabalho. Kant havia sido fortemente rejeitado pelo empirismo, herdeiro das concepções sobre o influxo físico como fonte de apreensão da realidade, na forma de conhecimentos; o papel de Poincaré, como físico, matemático, e filósofo da ciência, foi demonstrar a ocorrência desse fenômeno no seio de suas pesquisas,

independentemente de qualquer filosofia idealista, dentro das bases que seriam empregadas pelo neopositivismo. Como afirma Schermer, tendo surgido no início do século vinte, essa corrente, também conhecida como positivismo lógico, carrega como mote a afirmação de que qualquer proposição significativa deveria ser atingida por meio nada mais do que a combinação entre lógica e dados sensoriais. Dessa forma, sob a observação do fenômeno da descoberta por Poincaré, a implicação de outros processos mentais na formulação do conhecimento passou a se tratar não apenas de um conceito kantiano, ou de uma mera formulação filosófica, mas de um fenômeno não só observado sob a lente da ‘ciência’, mas por investigadores independentes, passando a portar qualidade de um senso comum, nada menos que um dos critérios do próprio método observacional. Na proposta fundacionalista, um sistema científico se constitui como um conjunto de hipóteses arranjadas de forma que algumas sejam premissas, as de maior grau de abstração, e outras sejam logicamente deduzidas a partir das primeiras, galgando maior nível de particularização, na forma de conclusões. Ora, mas seria isso um fato sobre a realidade que se investiga, ou apenas um modo da compreensão pelo funcionamento da mente humana?

Uma condição é um elemento em um julgamento hipotético, e, fora deste julgamento, não se satisfaz como condição. Caso se diga que “A existe e é uma condição factual de B”, incorre-se em inacurácia [...] Far-se-ia melhor em denominar como causa o encontro de elementos os quais, no ensejo de sua união, inicia um processo que culmina na mudança chamada de efeito. Uma união factual entre elementos factuais seria uma causa. Cada elemento por si só e isolado dessa união não poderia nem ser tomado como condição. Torna-se uma condição somente a partir do momento em que, no campo das ideias, se coloca em união com os demais. Para isso, porém, deve transformar-se numa ideia. Para adquirir característica de condição, deve deixar de ser um fato (BRADLEY, 1883, pp. 210-211, trad. nossa, grifo nosso).

Bion (1992) se refere a esse trecho dos ‘Princípios da Lógica’ em diálogo com a conceituação da descoberta de Poincaré, observando naquele o delineamento de dois processos correlacionados, porém distintos. Por um lado, (1) parece alegar a existência de uma situação factual em que múltiplas causas, unificadas em um determinado momento, conduzem a algum tipo de mudança que culmina no seu efeito. Por outro, (2) descreve uma situação ideacional na qual os elementos precisam se transformar em ideias, sendo este outro momento, de sua conjunção mental, responsável por engendrar uma transformação que resulta na percepção de um efeito, processo este que se aparenta àquele da descoberta. Em sua origem, o fato que engendra a descoberta não se difere de um dado observacional, tal qual os elementos factuais de uma causa, bem como sua união e efeito, não podem ser apreendidos

senão pela observação. Somada a essas duas facetas do fenômeno tomado, o ponto de vista da descoberta permite a descrição de mais uma: (3) desenvolve-se um processo mental, associado à capacidade de percepção ideacional da existência de uma conjunção constante, acompanhado de uma sensação de ‘fazer sentido’, agradável mas efêmera, ainda que culmine em outra sensação mais perene de estabilidade mental. A alegação de (1), contudo, traz consigo os problemas do ato da observação: suponha-se existir, na realidade externa à mente, um fluxo de elementos factuais, a percepção de um fenômeno de união bem como de seu momento e dos elementos nesta contidos depende da seleção realizada pelo observador diante de seu influxo de dados sensoriais; ainda que ocorra em instância inconsciente, sob o descrito em (3), ou que se creia ser resultado da aplicação de algum método, depende necessariamente de uma disposição mental desse sujeito. Dessa forma, ainda que resulte numa abstração representativa de sua experiência, como descrito em (2), seria precipitado concluir que isso implica numa existência factual tal qual descrita em (1).

Bion (1992) propõe-se a investigar o conceito de ciência empregado por Braithwaite, como aquilo cuja função se expresse no estabelecimento de leis gerais que cubram o comportamento de objetos ou eventos empíricos, de forma tal que se torne possível a previsão confiável de eventos ainda desconhecidos. Ao se determinarem como objetos dessa relação leis públicas e fatos publicamente observados, uma escolha é realizada, afastando-se das problemáticas contidas nos processos da sensopercepção e da tradução de um conhecimento privado para seu formato passível de publicação. Embora se possa propor limitar as bases da lei científica às observações de ‘objetos materiais’ e de suas propriedades, por meio do emprego do senso comum, cabe a investigação do último como processo mental. Por um lado, se compreendido como (A) o emprego de duas ou mais vias de apreensão sensorial distintas para a percepção de um objeto, como maior fator comum da sensorialidade, existe um fenômeno emocional nele envolvido, análogo ao que ocorre em (3), manifesto por uma sensação de confiança diante da crença de que há harmonia nos sentidos do sujeito e de que o objeto, portanto, existe; não se podem descartar as relações subjacentes entre sensorialidade, emoção, percepção e crença. Por outro, se tomado como (B) forma de validação de dados entre sujeitos distintos, ou entre sujeito e grupo científico ao qual pertença, não se podem ignorar os fenômenos mentais envolvidos nos processos de publicação e de comunicação, sendo a última apreendida pelo interlocutor por meio não outro que sua própria sensorialidade. De uma maior generalização do senso comum seguem-se duas questões, contidas nas problemáticas sobre (C) mensuração e (D) contexto. Suponha-se o emprego de

um modelo da ciência física, como na medida do comprimento de uma onda eletromagnética: deve existir alguma familiaridade do observador com o campo específico de investigação, para que possa compreender a comparação realizada com uma medida derivada daquela de ordem macroscópica, bem como algum conjunto instrumental a partir de cuja aplicação se apresentem dados sensorialmente apreensíveis, representando o resultado da comparação.

Dessa forma, se o processo de mensuração, por um lado, permite uma expansão da capacidade de apreensão sensorial por meio da aplicação de instrumentos, cuja própria investigação tenha demonstrado sua acurácia na aferição de alguma propriedade de um objeto, por outro, depende necessariamente que tal propriedade seja passível de comparação com uma unidade de medida conhecida. Enquanto que uma unidade pode ser definida por consenso ou convenção, como no caso do metro, a acurácia do método de aferição corresponde à probabilidade de que o resultado de sua aplicação seja ou não correto, demandando assim um conjunto mínimo de medidas ou testagens para que se atinja um valor que corresponda de maneira mais próxima à propriedade aferida. Pode-se notar certa analogia entre o emprego de métodos e dos sentidos, visto que nenhum deles corresponde absoluta ou imediatamente aos objetos que são, por meio deles, tomados; em paralelo, torna-se perceptível a relação entre o conceito estrito de um senso comum e o mais amplo, tomado cientificamente. Embora o último aparente maior objetividade, dois de seus fatores não devem ser ignorados: a adoção da unidade ocorre sob convenção, arbitrariedade que implica em uma decisão, a qual, ainda que tomada coletivamente, não deixa de ser um processo mental; a determinação da acurácia de um método depende de sua testagem a partir de medidas previamente conhecidas como corretas, de maneira que o número mínimo de testagens recomendadas para sua aplicação, em última instância, não deixa de ser resultado de processos mentais. Não se torna possível esquivar, portanto, dos fatores subjetivos pertencentes ao que se denomina como um senso comum e à escolha.

A problemática de contexto, referente à familiaridade do observador com o campo tomado, pode ser mais facilmente concebida em função de seus fatores subjetivos, vez que depende de suas experiências e aprendizado enquanto sujeito dessas. Sua prática profissional lhe impõe a necessidade de observar com maior detalhe os fenômenos e relações mais específicas a seu próprio campo de investigação, de forma que o conjunto das experiências vividas e das formulações a partir delas abstraídas se manifestam no afunilamento do canal de sua percepção, moldando, assim, seu ponto de vista. Pode-se imaginar a situação de um



acidente de trânsito com vítima sob o olhar de pessoas de diferentes formações profissionais, como um físico, um biólogo, um engenheiro, um médico ou um psicanalista: cada um poderá realizar diferentes formulações acuradas dessa observação, bem como algumas distorcidas, em decorrência da parcela profissional de seu vértice subjetivo. Outros fatores mentais aqui se expressam, como os processos de generalização e particularização, a exposição prévia a experiências semelhantes, a capacidade de direcionar a atenção a elementos previamente conhecidos, etc., novamente configurando formas de comparação derivadas do conceito amplo de senso comum.

Ainda que uma hipótese científica seja definida como aquela que consiste em nada mais do que uma generalização, a ideia de que ela corresponda a um objeto implica que tenha sido ou eduzida a partir de uma conjunção constante de fatos experienciados em seu contato prévio, ou desenhada para afirmar que certos fatos estão constantemente conjugados em sua configuração, ou ambos os anteriores. Três conjuntos de processos mentais são assim implicados: (I) experiências privadas precisam ser traduzidas em enunciados que possam ser expressos, verbal ou simbolicamente, ainda que não se façam públicos nesse momento; (II) a enunciação de que tipos de objetos ou fatos estejam de alguma forma articulados, em um dado momento no tempo, evidencia processos relacionados às capacidades de memória e previsão, relacionadas ao contato do sujeito com a realidade e à testagem da última pelo primeiro; (III) deve ocorrer uma conjunção de elementos mentais, tais quais os produtos de (I), que se suponham representar fatos da realidade experienciada - sejam estes elementos observáveis ou a própria ocorrência de seu encontro ou efeito - resultando na formulação de uma hipótese como enunciada em (II). Sendo frequentemente observável a ocorrência de (III) na forma espontânea da descoberta, em que a experiência de um fato seleciona elementos previamente abstraídos e lhes atribui sentido, pode-se ensejar o desenvolvimento descrito em (3), acima. Mesmo que a hipótese galgue status científico apenas após a subtração desses processos, restando apenas como resultado último seu aspecto generalizado, não se pode descartar o papel por eles exercido; tampouco se pode rejeitar, entretanto, a existência de justificativa, expressa por expansão de conhecimento e tecnologia, diante do uso do método, que emprega (E) dados auferidos como material adequado para formulação de hipóteses contingentes, que possam ser (F) testadas de forma empírica.

Nos conjuntos de processos até então considerados, (1-3, A-F, I-III), identifica-se uma invariante nas expressões de alguns ângulos pelos quais a filosofia da ciência observa o

fenômeno tomado como senso comum. Ainda que se perceba o conceito de lei científica como escolha, adotando-o como algo que não contenha nada mais que generalizações, vez que lhe subtrai seus processos de formulação, a investigação do fenômeno da descoberta (2-3, III, E) demonstra seu fator determinante como componente da personalidade humana, e não como elemento factual que porte sentido por si mesmo: mesmo havendo um fato selecionado que atribua ordem mental aos elementos abstraídos, correspondente a uma experiência do sujeito, tal processo ocorre apenas diante de sua própria abstração; decorre-se disso que, ainda que possa existir algum elemento no processo científico para além da generalização, o processo da descoberta pertence à personalidade humana, e não à realidade externa tomada como objeto da investigação. Sendo (A-F) desdobramentos do senso comum, a questão latente na relação entre a apreensão sensorial e a intuição sensível de um objeto demonstra-se ponto chave na investigação sobre a formulação de conhecimentos e o contato entre a consciência humana e a realidade na qual se situa. Constituem-se, dessa forma, bases para as hipóteses (i) e (ii), apresentadas no início deste subcapítulo.

Citando Heisenberg, que, ao considerar a questão sobre como a formulação matemática pode expressar uma situação experimental, a reformula, interrogando se não seria o caso de a proposição experimental depender da especificidade da situação testada ser exequível sob forma matemática, Bion (1992) reitera a necessidade de investigação do aparelho mental. Em situações fronteiriças ao conhecimento, o prosseguimento de uma investigação depende da adoção de convenções, como é o caso do problema quântico entre ondas e partículas. Não poderiam ser essas fronteiras determinadas pela forma do funcionamento do aparelho? No caso de fenômenos mentais, cuja testagem não pode ser realizada por instrumentos inanimados ou comparada com unidades objetivas - método descrito em (D) - como proceder com a investigação? Como uma experiência subjetiva pode ser traduzida em elementos abstratos, informações passíveis de verbalização?

#### 1.4. A RELAÇÃO MENTE E CORPO

Para Robinson (2016), no que tange à ontologia da mente, o problema mente-corpo ocupa-se da investigação desta relação e de suas propriedades. Algumas questões apresentadas são a natureza e diferença de estados físicos e mentais, a relação entre eles, e a influência exercida entre ambos. Observa-se que, desse problema, pode derivar um mais específico, sobre as relações entre as condições de saúde corporal que refletem conjuntos de fenômenos mentais e as representações mentais correspondentes às apreensões sobre seu próprio corpo, tema que pode ser encontrado, nos olhares médico ou psicanalítico, sob o título da psicossomática. Ainda que o problema específico seja decorrente daquele mais amplo, de forma tal que a investigação de Bion sobre o pensar possa dar ensejo para diversas reflexões sobre o primeiro, a especificidade da psicossomática não se coloca como tema deste trabalho, de forma que as questões a essa correlacionadas serão expostas apenas na medida em que pertençam aos processos pertinentes no estabelecimento da relação ampla entre a mente e a realidade na qual esta se situa. Mesmo que alguns autores da psicanálise possam empregar a terminologia ‘mente e corpo’ como sinônimo de psicossomática, opta-se, neste trabalho, em limitar o tema ao problema amplo, dado seu emprego tradicional no campo da filosofia.

Churchland (1988) explora as principais correntes que abordam a natureza ontológica da mente. A primeira divisão tomada entre elas se trata da composição da realidade: o materialismo a postula como resultado conformacional da matéria; o idealismo a enxerga como manifestação consciente num mundo de ideias. A segunda divisão encontra-se na defesa de uma natureza única de realidade, que se pode chamar de monismo, ou de uma dupla natureza, que admite instâncias material e ideal em mútua existência, chamada dualismo. Apresenta, então, as implicações das questões metodológicas, sobre a construção do conhecimento, tais quais contidas em suas principais correntes. No idealismo, ainda que se negue uma existência material das coisas, há diferenças entre o solipsismo, que considera a realidade manifestação de uma única consciência, e do idealismo objetivo, em que se manifestaria uma consciência maior ou universal. Afirma que Kant propõe um papel modulador, exercido pela atividade mental, na experiência humana do mundo concreto, alegando a existência de certas formas inatas da percepção e do entendimento, que ordenam, de certa forma, o caos de entradas de dados sensoriais, internos e externos. A partir de sua formulação, ainda que se declare como uma forma transcendental do idealismo, não se nega mais a existência de um mundo empírico, supondo-se existir alguma especificidade e

invariância em suas formas de experiência. Embora Kant defendesse que o conhecimento último da natureza das coisas, tal qual existem em-si, seja inatingível pela mente humana, no realismo científico há a crença de que, pelo progresso investigativo, algum conhecimento verdadeiro possa ser alcançado.

A fenomenologia dedica-se à investigação das apreensões subjetivas sobre a mente, de maneira que não pretende negar a existência de uma realidade material e nem se propõe a esclarecê-la. Herdando algumas das contribuições de Kant, postula que, uma vez que a compreensão abstrata dos fenômenos é moldada pelas qualidades inatas da mente e se realiza na forma de um constructo, a natureza da mente somente pode ser alcançada em um movimento contrário à abstração, em direção à vivência direta das experiências mentais. Nota-se, assim, que partem da premissa de que a mente teria acesso introspectivo imediato aos seus fenômenos, em-si, e não a um produto dos mesmos. A posição fenomenológica reconhece uma jornada do humano em direção ao conhecimento de si, a associando com uma dissolução das distinções de mundo subjetivo e objetivo. Embora mantenha identidade idealista, passa a considerar o papel mais ativo da consciência em relação à realidade. Algumas de suas linhas rompem com o idealismo, aproximando-se do dualismo cartesiano, partindo, porém, do exame introspectivo das atividades mentais, pressupondo-as como fonte de conhecimento indubitável do sujeito transcendental. Churchland observa contraste entre tais tradições fenomenológicas e a concepção kantiana, tendo em vista que as anteriores dão abertura a postulações supra-científicas, e a última toma o conhecimento introspectivo como processo de construção objetivante, tal qual o da realidade exterior. Segundo o autor, as provas modernas da psicologia equiparam a introspecção à percepção sensorial, anulando distinção de confiabilidade entre estas.

Dentre as correntes do monismo materialista, o behaviorismo filosófico propõe-se à investigação do comportamento apartado das descrições introspectivas, em termos ambientais e de características orgânicas observáveis. Aproxima-se do positivismo lógico, na medida em que conecta suas definições a noções observacionais, porém torna-se alvo a uma crítica comum ao primeiro, no sentido da lógica mecanicista que adota ao postular correspondências diretas e imediatas: ao tentar compreender todo aspecto da mente humana como comportamento, o behaviorismo se furta não apenas da investigações dos processos mentais em sua forma subjetiva, mas também dos neurobiológicos, ainda que os últimos sejam passíveis de pesquisa por metodologia observacional. Outras correntes do monismo fisicalista,

como o reducionismo e o eliminacionismo, invertem a prioridade da investigação, partindo não de observações comportamentais ou de fenômenos introspectivos, mas sim das observações neurobiológicos em seus correspondentes anatômico e fisiológico, afirmando-se, assim, como neurociência em seu ramo biológico. O que mostram, porém, são sistemas altamente complexos e ainda passíveis de extensa investigação, não tendo chegado, até o momento, a conclusões específicas sobre a consciência ou os fenômenos introspectivos.

Uma crítica comum ao conjunto de correntes contidas no monismo fisicalista é que sua abordagem, inevitavelmente, leva ao descarte dos qualia, ou seja, dos fenômenos introspectivos privados ao sujeito que os experiencia; seu maior problema se expressa diante de evidências da subjetividade humana permitidas por suas intuições sensíveis, quer partindo da sensorialidade ou da introspecção. No idealismo puro, a negação evidenciada é sobre a existência de uma realidade que não seja resultado de processos ideacionais. As correntes dualistas, por outro lado, ao admitirem ambos os conjuntos de evidências, sobre fenômenos físicos, correspondentes a um mundo externo aos processos mentais, e sobre a experiência subjetiva pela qual se expressam os últimos, sofrem a crítica de ser impossível que objetos assim tão distintos possam ter relações entre si. Diante de um tal impasse, cabem-se melhor elucidar alguns desdobramentos do dualismo que possam auxiliar na compreensão do primeiro. Uma distinção importante é se, diante de tais evidências, adota-se a visão de seus diferentes conjuntos como expressões de duas formas de realidade, de naturezas distintas, ou como apreensões de propriedades distintas de objetos de uma única natureza real, correspondendo, respectivamente, ao dualismo de substância e ao de propriedade.

Descartes (2002), ao descrever a intuição experienciada de que um sujeito existe diante da introspecção de suas atividades mentais, na forma que conceitua como um pensamento, alega ser esta a melhor forma de descobrir a própria natureza da mente, argumentando que quaisquer afeições ou qualidades percebidas devem, necessariamente, pertencer a alguma substância existente: se os objetos materiais se conhecem pela intuição de sua extensão espacial, o pensamento é experimentado em sua característica inextensa, e dele se intui a existência do sujeito, também inextenso. Define substância como algo que existe independentemente de outras coisas, mas de cuja descoberta depende seus atributos; sendo o pensar atributo essencial da mente, e a extensão, da matéria, categoriza duas substâncias fundamentais, *res cogitans* e *res extensa*. Não obstante, ao tentar aventar hipóteses de como substâncias distintas entrariam em relação uma com a outra, em suas meditações, incorre em

elucubrações teológicas e sobre funcionamentos algo bizarros envolvendo a glândula pineal (DESCARTES, 2006).

Coelho (2010) considera erro, de Descartes, atribuir ao sujeito pensante a característica de inextensão por mera transposição da mesma característica observada no pensamento, sem considerar a possibilidade de que este pudesse ser propriedade da matéria. Afirma que imputar ao objeto as mesmas propriedades de seu atributo não seria necessariamente um conhecimento intuitivo ou dedutivo, mas uma premissa maior que se apresentaria como falsa. Em outro artigo (COELHO, 2017), apresenta a visão *double face* como tentativa de melhor elucidar a proposta de um dualismo de propriedade. Trata-se de uma abordagem fisicalista não redutiva, na qual as propriedades mentais - centradas na experiência consciente - são distintas das físicas, porém dependentes dos objetos físicos; cérebro e mente, dessa forma, podem ser vistos como duas faces inseparáveis, dependentes e irreduzíveis do sujeito humano. Toma a mente consciente, em sua existência, forma e conteúdo, como resultado da estrutura e funcionamento do cérebro físico, e o último, em seus aspectos estruturais e funcionais, mediado pelo fenômeno mental consciente, como produto do ambiente físico e sociocultural, no qual se incorpora e situa. Aponta, assim, o equívoco presente na indagação sobre causalidade num autêntico dualismo de propriedade ou fisicalismo não reducionista, qual seja, de se supor que a diferença instanciada seja de substâncias, independentes em sua existência, e não de propriedades de uma mesma substância. Observa-se contudo, por se denominar como uma forma de fisicalismo, que esse dualismo ainda considera as propriedades físicas, ou de extensão, como qualidades que determinam a natureza da matéria existente, ao passo que as mentais, ainda que irreduzíveis, não. Quais relações podem ser traçadas sobre um objeto e suas propriedades?

Descartes (2002), em ‘Princípios de Filosofia’, define qualidades, modos e atributos como três tipos distintos de propriedades das substâncias: quando meramente observados na substância, propõe-se dizer ‘atributos’; o termo ‘modos’ aplica-se quando há afetamento ou variação daquela pelos últimos; havendo caracterização do tipo da substância, utiliza-se ‘qualidades’. Partindo dessa distinção, delimita que, enquanto alguns atributos pertencem às coisas às quais são atribuídos, outros existem apenas no pensamento, do qual derivam; ao passo que uma duração específica pode ser propriedade de alguma coisa, tomada como objeto, o tempo, enquanto generalização da ideia de duração, seria um modo do pensamento, assim como números e todas as ideias generalizada. Diante do processo de generalização do

pensamento, o autor propõe três tipos de distinção: a real, sendo aquela que subsiste entre substâncias, e suficiente para assegurar que estas são mutuamente distintas, caso seja clara e distintamente possível conceber uma independente das outras; a modal é a que diferencia um modo de sua substância, ou dois modos de uma mesma substância, de forma que um modo não possa ser concebido sem a concepção de sua substância correspondente, ao passo que esta, sim; a lógica envolve a distinção entre modos do pensar que são tomados por objetos diferentes, ainda que, na realidade, possam ser um único, por não se ter uma ideia clara e distinta de sua substância, ou uma percepção clara de algum de seus atributos.

Sob a nomenclatura ora apresentada, pode-se observar que, se o dualismo de substância toma pensamento e extensão ambos como qualidades, sendo, assim, propriedades de substâncias de distinção real entre si, o dualismo de propriedade toma o pensamento como modo, configurando distinção modal entre uma substância pensante e uma não pensante, ou entre substância consciente e não consciente. Ainda que subsista tal distinção, expressa na condição emergente da mente e de seus fenômenos a partir dos processos fisiológicos de um sistema nervoso central, o que se diferencia de um entendimento pampsiquista de mundo, sendo questão de modalidade, não configura naturezas distintas de substâncias, e, portanto, de realidades. Diante da propriedade de extensão, contudo, toma-a como qualidade da substância em sua existência, ou seja, que define como física a natureza da realidade como um todo. Embora possa ser considerada intuitiva essa decisão, o que justificaria a escolha de uma propriedade para definir a natureza de seu objeto correspondente? Diante da fronteira entre epistemologia e ontologia, seria realmente possível distinguir qualidade de modo? Sob o método psicanalítico e diante de seu desenvolvimento epistemológico, onde se encontraria Bion, em sua teorização sobre o pensar, em relação a essa problemática?

Nagel (1974) delinea o *'hard problem'* da relação entre mente e corpo, residindo este na investigação do fenômeno da consciência. A ideia reducionista de que descrições que partem da observação cotidiana de fenômenos possam ser substituídas pela formulação teórico fisicalista, proveniente da investigação dos mesmos, ou ainda a afirmação de equivalência absoluta entre ambos, contida na proposta de identidade psicofísica, mesmo que não se dispensem suas diferentes nomeações, ainda não demonstraram qualquer sucesso diante deste problema. “Mas filósofos compartilham da fraqueza humana geral por explicações do que jaz incompreensível, sob termos adaptados ao que lhes é familiar e bem entendido, ainda que sejam coisas totalmente diferentes” (p. 435, trad. nossa). O ponto

frequentemente evitado, mas que se impõe como necessidade de investigação, é a própria característica subjetiva da experiência, qual seja, sobre como é a experiência de ser um determinado organismo; a dificuldade encontrada no fisicalismo quanto a tal abordagem decorre do fato de que todo fenômeno subjetivo conecta-se, em essência, a um ponto de vista singular, sendo inevitável que qualquer teorização objetiva fisicalista acabe por abandoná-lo.

Nesse sentido o autor diferencia as formas mais ‘subjetiva’ ou ‘objetiva’ de uma descrição no sentido de seu grau de abstração: ainda que a segunda busque corresponder à primeira de uma maneira que possa ser comunicada e testada dentro de um grupo social, subtraem-se dela justamente os fatores subjetivos da anterior; a descrição ‘objetiva’, assim, configura um ponto-de-vista que seja passível de compartilhamento, comum aos sujeitos do grupo, e de um certo nível de abstração, porém não permite uma investigação quando se toma, como objeto, justamente o aspecto subjetivo da experiência humana. No caso da experiência sensorial de um morcego, por exemplo, podem-se investigar bases que ajudem a inferir mais abstratamente sobre seu funcionamento, como no caso de sua percepção espacial ocorrer por via auditiva, e não visual; ainda que a imaginação humana permita a este tentar se aproximar, colocar-se no lugar do outro sujeito e imaginar como seria dessa forma, a experiência em-si é inapreensível senão na forma em que se apresenta a seu sujeito específico. Sua determinação, porém, não deixa de ocorrer também pelos fatores físicos do organismo, como seu aparato sensorial.

A reflexão compartilhada por Nagel permite tecer considerações sobre o problema anterior, quanto à natureza adotada para a substância e a realidade no dualismo de propriedade. Ao se intitular como forma ‘fisicalista’ de um dualismo não reducionista, subtrai-se o foco da questão da propriedade de extensão, levando mais propriamente à concepção de uma natureza física da realidade. Considerando que os avanços da física, como ciência contemporânea, permitem investigações de relações e equivalência entre matéria e energia, bem como da relatividade do espaço e do tempo e do número de dimensões passíveis de existência, observa-se, de modo muito tranquilo, que o conceito de físico não decorre mais de uma impressão imediata da propriedade de extensão dos objetos, como postulado por Descartes. Ao invés disso, trata-se de uma formulação mais abstrata, buscando objetividade e generalização que possam ser testadas e permitam reformulações constantes de seu próprio conceito. Observa-se, entretanto, uma problemática traçada pelo primeiro autor: diante das limitações da impressão sensorial mais imediata para definir a natureza do que existe, a física



teve que abrir mão de formulações mais particulares, em direção a generalizações que lhe permitissem aplicação de seu método; no processo abstrativo, porém, o que se subtraiu foram os aspectos subjetivos da experiência.

Se, de um lado, isso permitiu a formulação de um conceito mais amplo da natureza do que existe no mundo físico, possibilitando validações e reformulações que melhor se aproximassem das observações de fenômenos objetivos, passíveis, assim, de testagem com instrumentos físicos, de outro, distanciou-se do fenômeno consciente em sua particularidade subjetiva. Sob a observação de que o fenômeno consciente, tal qual apreensível por um sujeito humano, ocorre mediante situações físicas específicas, como na fisiologia de um sistema nervoso central vivo, a hipótese fisicalista de que o pensamento seja propriedade da matéria se mostra justificada. Porém, na tentativa de definição de uma natureza específica dessa realidade, residem dois problemas: se tomada subjetivamente como decorrente da propriedade de extensão, tal qual sensorialmente apreendida, incorre em falha de acurácia para corresponder aos fenômenos observados; se abstraída como generalização que permita testagem física, contudo, se afasta dos fenômenos observados em âmbito subjetivo, levando a um questionamento: seria possível definir, sob a palavra 'física' a natureza da realidade, ou seria a 'física' apenas a parcela daquilo que é passível de observação metódica dessa realidade sob as formas da apreensão humana?

A questão implica não apenas na adoção verbal de um termo, como 'físico', para denominar um conceito de natureza, mas também sobre a própria conceituação que se toma para o que se convém chamar de 'conceito'. Como visto na apresentação do papel da epistemologia na obra de Bion, ainda que tome a forma de uma constante fixada por uma palavra, um conceito pode ser suscetível a insaturações, caso se permita sua reformulação diante do encontro com novas experiências. Nesse sentido, sob o termo 'físico' pode-se conceber uma propriedade que, até o momento, se conhece sob certas hipóteses, mas cuja formulação ainda possa agregar significados e insaturações subsequentes, em investigações futuras. Nesse sentido, a adoção da palavra 'física' pode ser observada como convenção de um termo, ainda que sob certa penumbra de associações, mas que possa representar dados, ainda desconhecidos ou incógnitos, mas passíveis de descoberta em investigações por vir, num processo de vir-a-ser. Mesmo sob essas considerações, resta uma indagação aberta para a qual, talvez, não se possa chegar a uma resposta definitiva, dado o fato de que sempre existirá algo novo a ser descoberto em uma investigação: em se admitindo uma incognoscibilidade

última da realidade, cuja descoberta e conhecimentos correspondentes se produzam mediante vínculo investigativo entre o sujeito e o objeto tomado, haveria alguma parcela sua que, ainda assim, não seria, em absoluto, passível de descoberta ou formulação? Haveria limitações próprias do funcionamento da mente humana quanto ao que se pode ou não ser conhecido? Diante da possibilidade dessa hipótese, seria possível afirmar a apreensão conceitual do que representaria a natureza da realidade?

Por ora, talvez essas questões possam restar suspensas: se é o caso de a natureza da realidade ser ou não cognoscível, a superação de um dualismo de substâncias permite a eliminação da problemática a ele subjacente, no que tange à relação entre realidades distintas. Talvez uma questão algo semelhante possa ser dirigida ao reducionismo, que traz a hipótese de que os conhecimentos galgados pela psicologia possam ser substituídos por noções geradas a partir das neurociências: uma vez que o monismo fisicalista parte de uma premissa que nega a existência dos qualia, ou seja, daquela característica subjetiva irreduzível da experiência, surge um problema de método, uma vez que ou a premissa está errada, ou a hipótese é falseada, na medida em que surge uma incompatibilidade metodológica entre a observação neurocientífica e a psicológica; se existe uma possibilidade de diálogo, então deve existir uma mesma base real da qual partem os diferentes ângulos de observação de cada um desses campos, assim como convém afirmar que, se há uma relação entre propriedades mentais e físicas, deve existir uma base real da qual ambas possam emergir.

Caso seja uma opção manter afastado um tal diálogo, porém, não se justifica a postura do eliminativismo, uma vez que nada impede que a neurociência desenvolva suas próprias linhas de investigação de maneira independente do que formulam as psicologias. Para além disso, cada uma das linhas se põe como livre e independente para reformular as hipóteses que se façam necessárias durante sua trajetória investigativa. Ainda que o empirismo tente criticar a psicanálise por vê-la como algo que não pode ser falseado, como afirma Bion (1992), o mesmo pode ser notado em praticamente qualquer ciência: tampouco a medicina pode ser falseada, ou até mesmo a física; o que é passível de falseamento são as hipóteses investigadas em cada campo, e não o campo em si. A divergência da psicanálise com as ciências físicas, dessa forma, reside em outro aspecto, qual seja, na incapacidade de se compararem os fenômenos por ela tomados com unidades de medida quantitativa e de se empregarem, portanto, instrumentos físicos de aferição. Se é o caso disso decorrer de uma limitação da psicanálise, como sonha em afirmar aquele, ou da compreensão decorrente da

metodologia da geração de conhecimento, isso será abordado adiante. Neste momento, interessa notar que uma tal dificuldade, em última instância, reside exatamente na irreduzibilidade da experiência subjetiva, sendo sua existência uma das hipóteses de mais elevado grau hierárquico nos sistemas dedutivos construídos a partir da prática psicanalítica; quer se convenha chamar de qualia, experiência emocional, experiência subjetiva, ou outra nomenclatura que se faça possível, a impossibilidade de admissão de sua existência determina a inviabilidade de se alegar correspondência teórica, restando apenas a possibilidade de aproximações por meio de diálogos.

Não basta, entretanto, uma intenção de equiparar a psicanálise à fenomenologia, tendo em vista outra incompatibilidade epistemológica digna de nota. Sendo a subjetividade da experiência aquilo que se perde em sua abstração, a última se propõe a um movimento de particularização em direção desta. Algo semelhante poderá ser notado em Bion (1962b), que, ao reconhecer tal subtração, propõe que uma teoria psicanalítica seja utilizada em conjunção a modelos correspondentes. Apesar dessa característica do processo de abstração, adota-se como premissa fenomenológica que a experiência seja, em si, a própria realidade da mente, tomada, dessa forma, não só como consciente mas também apreensível. O problema, em relação à psicanálise, reside na impossibilidade que resta ao inconsciente para existir, como também na ideia de que a realidade da experiência consciente seja, por si, cognoscível. Conforme já explorado neste capítulo, os conjuntos de fenômenos observados por meio do método psicanalítico indicam a existência do inconsciente como realidade psíquica, tão desconhecida como o mundo exterior à mente, e a incognoscibilidade da própria experiência, vez que dela se apreendem apenas seus resquícios, não podendo ser mentalmente revivida senão de forma semelhante, porém diferente da originária. Pode-se, então, considerar como kantiana a psicanálise? Bion já bem demonstrou possibilidades amplas de diálogo entre suas teorizações e as de Kant, sem, todavia, ceder a um mero kantismo; a existência de diálogos e aproximações não excluem a necessidade de que os conceitos sejam derivados da prática psicanalítica em seu método, não devendo fidelidade cega a conceitos prévios. Ademais, em diversas notas de ‘Cogitações’, reitera repetidamente não se identificar a psicanálise ao idealismo (BION, 1992).

Ao se tomarem as principais correntes tradicionais da filosofia da mente, em seus desdobramentos epistemo e metodológicos, neste capítulo, considerando as bases sobre o método psicanalítico e a epistemologia para a obra de Bion sobre o pensar, observa-se que a

teoria do último não demonstra ser redutível a uma corrente da primeira, ainda que possa amplamente dialogar com muitos de seus autores. Se é que existe alguma propriedade da realidade, existente em si, que possa ser análoga, para Bion, a alguma qualidade, isto é, capaz de levantar inferências sobre sua natureza, esta talvez possa ser sua incognoscibilidade última; ainda assim, trata-se de uma propriedade não da realidade em-si, independente de seu observador, mas para o último, vez que depende de suas capacidades de observação. Seria então incognoscível, para a psicanálise de Bion, a natureza da realidade? Levanta-se aqui a indagação sobre a fronteira entre a epistemologia e a ontologia: até qual ponto ondas e partículas quânticas podem ser considerados aspectos conflitantes de uma realidade que, diferentemente da capacidade humana da razão, admite existências paradoxais, ou existem apenas como dois ângulos de observação humana de uma realidade que, em-si, não porta nenhuma das duas naturezas aventadas? Poderiam ambas as hipóteses coexistir?

Em ‘Cesura’, Bion (1977, p. 136) nos presenteia com uma paráfrase freudiana justamente sobre esta questão: “Há muito mais continuidade entre *quanta* apropriadas autonomicamente e as ondas de pensamento e sentimento conscientes do que a impressionante cesura da transferência e contratransferência nos faria acreditar”. Se a transferência e a contratransferência configuram experiências, cujas identificações possam ser tomadas como instrumentos na prática psicanalítica, implica isso numa visão de maior continuidade entre os mundos físico e mental, ou entre a psique e o cérebro, do que a capacidade humana permite observar; continuidade, porém, nem sempre implica em equivalência. Um monismo de múltiplo aspecto, isto é, que considera uma única realidade existente, mas da qual se derivam, epistemologicamente, aspectos distintos, admite múltiplas dualidades, como mente e cérebro, realidade física e representacional, consciente e inconsciente (VELMANS, 2012). Um dualismo de propriedade, por outro lado, toma também uma única realidade, da qual emergem aspectos duais e irreduzíveis, considerando-os, porém, como modalidades ontológicas. Seria possível aventar um monismo ou dualismo em Bion? Como não raro se parecerá ao leitor acostumado com a biologia, cuja maioria dos problemas acaba por se esclarecer como situações envolvendo membranas, observa-se esta como uma questão fronteira, ou, até mesmo, *borderline*.

## **CAPÍTULO 2: O ACESSO AOS FENÔMENOS MENTAIS**

### 2.1. A EXPERIÊNCIA COMO FONTE

Descartes (2006), em sua primeira meditação, apresenta um algoritmo de investigação que parte da dúvida hiperbólica, pelo qual propõe a negação de qualquer proposição que possa ser duvidada. Nas ‘Regras para a Direção do Espírito’, vai além; argumenta que a ciência deve tratar exclusivamente do conhecimento certo e evidente, e condena a investigação da dúvida, admitindo a si somente os atributos de verdadeira ou falsa, e alienando, do investigador, qualquer utilidade em mantê-la como incerta: “Por isso, é melhor nunca estudar do que ocupar-se de objetos de tal modo difíceis que, não podendo distinguir o verdadeiro do falso, sejamos obrigados a tomar como certo o que é duvidoso [...]” (DESCARTES, 1985, p. 5). Se sua postura permite o delineamento de premissas a partir das quais possam ser derivadas deduções sistematizadas sobre aquilo cuja existência já se conhece, seu simplismo condena a ciência contra qualquer forma de avanço sob o dogma de que o desconhecido deva não apenas permanecer indefinidamente como tal, mas também ser evitado a todo custo. Se o seu algoritmo soa, num primeiro momento, como germe de uma estrutura epistemológica fundacionalista, há que se notar ausência de critério deontológico, na medida em que a dúvida, por ele refutada, não representa qualquer evidência, seja da existência ou da não-existência do objeto: a dúvida não passa de uma tautologia, vez que contém, simultaneamente, ambas as possibilidades. Ademais, universaliza a dúvida como fenômeno independente do sujeito, afinal, o que garante que a certeza e incapacidade de duvidar dos sujeitos envolvidos numa pesquisa não sejam superadas por outros sujeitos, ou até mesmo pelos primeiros, num outro momento? Ou com que bases pode-se afirmá-la como independente de outros processos mentais que se coloquem como vieses?

Ainda que porte limitações tão problemáticas, a digressão cartesiana permitiu um avanço significativo na investigação da mente humana, contido em sua máxima ‘*cogito ergo sum*’. Independentemente da validade do método ora proposto, de tomar qualquer dúvida como uma hipérbole infinita e, portanto, descartável, o fato de a redação de suas ideias ter sido atividade de um sujeito que as pensou indica que este sujeito deve ter uma consciência, e, portanto, uma mente. Não se trata, contudo, de um conhecimento deduzido sobre a existência dessa mente, afinal, bem se poderia dizer, hoje em dia, de computadores que conseguem gerar

textos longos e coerentes, embora não sejam capazes de manifestar quaisquer sinais de estarem vivos ou conscientes. Ao contrário disso, como esclarece nas ‘Regras para a Direção do Espírito’, Descartes (1985) toma o conhecimento da existência do ser pensante como uma intuição, a qual define: diferente da convicção proveniente dos sentidos e do juízo enganador de composições inadequadas, advinda da mente pura e atenta, a intuição seria o conceito simples, certo e imediato. Uma vez que a experiência pode ser enganadora, alega que a dedução nunca poderia ser mal feita quando pelo entendimento racional, de modo que todo erro partiria de experiências incompreendidas ou de juízos infundados, mas não do próprio inferir. Traçadas as fontes do conhecimento a partir da experiência e da dedução, justifica a necessidade do método, como forma de contornar os vieses do desejo do investigador, e o propõe como uma ordem e disposição dos objetos para os quais se dirige a penetração da mente, pela qual se busca reduzir as proposições mais complicadas, obscuras ou duvidosas, em direção às mais simples, cuja intuição permitiria atingir conhecimento. Assim, a existência da mente configura conhecimento intuitivo, com justificativa inferencial. Ora, mas seria o pensar sempre uma experiência consciente? O que é o pensamento para Descartes?

Pela palavra pensamento, eu compreendo tudo aquilo que toma lugar em nós e de que nós, por nós mesmos, estamos imediatamente conscientes; de acordo, incluem-se o compreender (*intelligere, entendre*), o querer (*velle*), o imaginar (*imaginari*), e até mesmo o perceber (*sentire, sentir*), sendo o mesmo que o pensar (*cogitare, penser*). Pois se eu digo, eu vejo, ou eu ando, então eu existo; e se eu compreendo por visão ou andar o ato de meus olhos ou meus membros, o que é trabalho de meu corpo, a conclusão não é absolutamente certa, pois, como frequentemente é o caso dos sonhos, eu posso pensar que eu vejo ou ando, apesar de não abrir meus olhos ou mover-me de lugar algum, e até, talvez, apesar de eu não ter corpo: porém, se eu me refiro à sensação em si, ou à consciência de estar vendo ou andando, o conhecimento é manifestamente certo, porquanto é então referenciado à mente, a qual, por si só, tem a capacidade de perceber ou tornar-se consciente de estar vendo ou caminhando (DESCARTES, 2002, p. 11, trad. nossa).

Observa-se, aqui, que o conceito de pensamento para Descartes é sinônimo de qualquer atividade mental da qual se tenha consciência, ou seja, de sua experiência introspectiva, não só de realizar ações mentais mas de ter uma mente, e, portanto, de ser um sujeito existente. Em consequência disso, aquilo que se denomina intuição sensível, como fonte possível de conhecimento, é derivado da percepção de ser um sujeito consciente, ou seja, de sua experiência subjetiva. Ainda nessa mesma obra, ‘Princípios de Filosofia’, reafirma o próprio duvidar como experiência do pensamento, não somente necessária ao método, mas também da qual parte primariamente a intuição da existência do ‘eu’; seria

possível identificar uma paráfrase em suas entrelinhas, *'dubito ergo sum'*? Não é possível ignorar, contudo, a existência de problemáticas subjacentes à idealização com a qual o autor trata os processos racionais. Ao defender a eliminação de proposições complexas ou duvidosas até que reste apenas a intuição mais simples como método para contornar os vieses do desejo do investigador, denota a crença explicitada de que seria possível diferenciar completamente os atos volitivos das percepções do entendimento, como dois modos do pensar independentes entre si. Seria essa uma correlação real, ou simplesmente a seleção de crenças mais simples demandaria, por consequência, justificativas mais fáceis de serem traçadas racionalmente? Para além do desejo, outros fenômenos mentais assumem papel de viés no exercício da razão, como preconceitos e necessidades emocionais: estando o conjunto desses fenômenos operando em uma mesma mente, seria possível separá-los? Se não, como então lidar com a influência das paixões na formulação racional?

Por ora, opta-se por manter abertas estas últimas questões, visto que compõem parte do objeto tomado no recorte da obra de Bion, presente na revisão que se segue apresentada neste trabalho. Enfatiza-se, neste tópico, que, tendo traçado a caracterização do pensamento como a experiência consciente sobre atividades mentais, ou seja, como forma de introspecção, o filósofo chama a atenção para o fato de que sua própria existência implica, portanto, na de um 'eu', ou um sujeito pensante. Se uma introspecção existe, ela é experienciada conscientemente, e se é consciente, existe, necessariamente, um sujeito que toma consciência dela. Isso não se limita a uma mera dedução lógica: em qualquer atividade mental consciente encontra-se contida, necessariamente, a referência a um 'eu', sujeito dessa atividade, de forma que tal conhecimento demonstra a característica de imediatidade. "Tenho a experiência de um eu que é sujeito dos pensamentos" (COELHO, 2010, p. 13). Há, latente nessa observação, um debate com uma citação de 'A Interpretação dos Sonhos', frente ao funcionamento psíquico, sobre qual seria o papel da consciência: "apenas o de um órgão dos sentidos para a percepção das qualidades psíquicas" (FREUD, 1900, p. 654). Na definição conceitual de Descartes sobre o pensamento, como introspecção, encontra-se que mesmo a percepção sensorial, sob a mente consciente, é experienciada de forma introspectiva. Sob esta análise, não apenas o fenômeno experiencial, seja de origem sensorial ou introspectiva, configura a existência de seu sujeito, mas também de sua consciência. Na filosofia da mente, é frequente o uso do termo qualia para denominar experiências de característica fenomênica, e, portanto, subjetiva. Na psicanálise, e, predominantemente na obra de Bion, há o emprego recorrente do termo 'experiência emocional'. Seria possível uma aproximação entre ambos?

Conforme abordado na introdução deste trabalho, uma das principais obras que abordam a teorização do pensar em Bion apresenta-se como ‘Aprendendo com a Experiência’, cujo título enuncia uma visão central sobre o papel da experiência subjetiva como fonte a partir da qual possa se gerar aprendizado. Em sua introdução, Bion (1962b) afirma, como objetivo desse livro, abordar a experiência emocional, sendo esta abordagem relacionada às teorias do conhecimento e à clínica psicanalítica em seu aspecto mais prático. Apesar das dificuldades dessa empreitada, acredita ser possível emergir uma ideia daquilo que é revelado pela tentativa de se compreender o próprio processo de compreensão. É curioso observar que, apesar dessa centralidade e do uso notadamente frequente do termo, em nenhum momento de sua obra Bion se propõe a uma descrição gnosiológica ou definição circunscrita do que pretende significar sob o termo ‘experiência emocional’, ainda que, de forma difusa, elenque inúmeras situações que configuram experiências tais. Se o aspecto estético da experiência com um conteúdo verbal pode ser referido como sua poesia, não seria ela o que se perde em sua tradução? Considerando a poética como uma experiência intimamente subjetiva, este pensamento pode representar a dificuldade introduzida por Bion: talvez a experiência emocional seja aquilo que se perde em sua descrição. Essa reflexão ressoa com a dos autores, no campo da filosofia da mente, que tomam o quale não somente como irreduzível, mas também indescritível em última instância. Com base em ‘Aprendendo com a Experiência’, pode-se inferir que a experiência emocional seja aquilo que se torna subtraído no produto de abstrações, ainda que, numa mente humana, a experiência de se abstrair ou de se elicitar uma abstração possa ser vivenciada como uma experiência emocional; contudo, se traduzida verbalmente em termos meramente descritivos, a abstração falha em conter a experiência. Na introdução desta dissertação muito se comentou sobre o estilo da escrita de Bion, suas formas e variações, o que faz imaginar a possibilidade de um certo rigor, de sua parte, ao optar por abster-se de uma descrição tal, já que tal atitude conota compromisso com a própria característica de indescritibilidade da experiência. A partir de ‘Transformações’, Bion (1965) aloca a experiência emocional no campo de O, signo que emprega para referenciar aquilo que existe em-si, que é inefável e incognoscível em última instância. É observável que essa reflexão gesta consigo uma inquietação crescente e incômoda: sendo não somente inefável, como também incognoscível, como é possível que coisa tal como uma experiência emocional possa gerar aprendizado?

Na filosofia da mente, diante da defesa da irreduzibilidade do quale pelas correntes



dualistas, esta questão representa o que alguns autores chamam de ‘problema duro’<sup>9</sup>. Alguns surgem com a proposta de um epifenomenalismo, que considera os fenômenos mentais como emergentes, secundários a um certo nível de complexidade da configuração do cérebro, não tendo estes, porém, causalidade direta no meio físico. Jackson (1982) conceitua o qualia como um tipo de informação, produto experiencial de característica subjetiva, e superveniente da constituição física do sujeito, diferente daquela que corresponde ao conhecimento objetivado pelas ciências fisicalistas. Apesar de embasado pela intuição sensível, seu conceito implica em um tipo de informação que não pode ser verbalizado em formalidade lógica; sendo de modalidade distinta, conclui uma unidirecionalidade, ou seja, os qualia não teriam qualquer influência determinante nas redes de causalidade dos processos físicos. Apesar de o autor tentar instituir uma tranquilização por meio de sua proposta, alguns de seus problemas subjacentes acabam por exponenciar as inquietações. Conforme visto em Descartes, o conhecimento da existência de um sujeito é derivado de sua intuição sensível da experiência subjetiva, não sendo, contudo, a experiência em-si; a afirmação lógico dedutiva que se segue, ‘*cogito ergo sum*’, assume valor de justificativa que lhe confere racionalidade. Dessa forma, ambos o conhecimento e sua justificativa assumem aspecto informacional, cabem na formalidade de um sistema lógico, e podem ser verbalizados e comunicados. A experiência em-si, porém, não pode ser reduzida a termos verbais ou informacionais, e nem mesmo ser estocada: a própria lembrança de uma experiência demanda elicitação de elementos que permitam, pelo processo imaginativo, uma revivência remotamente semelhante à primeira, porém nunca idêntica. Pode-se considerar certa incompatibilidade entre o que é uma informação e o que é inefável. Ocorre algum processo, porém, por meio do qual a experiência gera informações, como é o caso da existência de um sujeito, e esta sim pode ser verbalizada e comunicada, implicando em ações concretas, fato este que contradiz a teoria epifenomenológica. Dada a observação de que existe uma transformação tal, em que experiências geram informações, qual processo mental deve existir para possibilitar sua ocorrência? Sendo incognoscível em última instância, o que mais é possível apreender sobre a experiência subjetiva? Por que Bion adota o termo ‘experiência emocional’?

Sandler (2005) discorre que o termo ‘experiência’ faz alusão a um evento cuja ocorrência simultaneamente depende de fatores constitucionais e psíquicos de seu sujeito, e seminalmente o vincula, enquanto tal, à realidade que o circunscreve. Sendo a sensorialidade

---

<sup>9</sup>*The hard problem*: pode ser traduzido como problema ‘difícil’, porém a palavra ‘duro’ traz a conotação daquilo que não é maleável, que demanda esforço considerável para ser fracionado em partes, ou ‘analisado’.

a via de apreensão de estímulos sobre a realidade externa à instância mental, e a introspecção o meio de tomada de consciência sobre produtos dos processos psíquicos, isso significa que não só a realidade vivenciada determina a experiência, mas também os fatores de seu sujeito e de sua personalidade permitem sua ocorrência e modulação. Imagine-se a situação de uma pessoa que se depara sozinha diante de uma gestante em trabalho de parto: se ela já teve um estudo teórico, sua experiência emocional provavelmente será diferente daquela de quem não tem absolutamente ideia alguma do que pode ser feito; se trata-se de alguém que já teve experiências anteriores semelhantes, sua experiência atual deverá ser outra. A experiência será sempre decorrente de uma relação entre um sujeito e um objeto, e proverá os elementos para que este vínculo exista na atividade mental do primeiro. O termo ‘emocional’, por sua vez, faz referência às dinâmicas psíquicas decorrentes da experiência, seus fluxos de sentimentos e ideias, os investimentos afetivos em suas representações, e suas expressões pulsionais. No modelo anterior, a experiência emocional é diferente se a gestante é amada ou temida pelo sujeito, se ele se sente inseguro ou confiante demais, ou se sente aversão ou motivação em ajudá-la. A experiência emocional, assim, representa o resultado dinâmico do encontro entre sujeito e objeto, diante da realidade circunscrevente, interna e externa ao aparelho psíquico. Ainda que seja ausente um objeto externo, as capacidades mentais, como imaginação e representação, possibilitam a inepção de um objeto interno ao aparelho mental, abstrato, pertencente ao componente psíquico de sua realidade, e com o qual o sujeito pode-se relacionar, configurando, assim, também uma experiência emocional.

Pode-se observar que, apesar de complexa, a descrição acima narra as condições envolvidas com a experiência emocional, e não ela mesma. Alguns elementos se destacam: sujeito, objeto, realidade, vínculo, dinâmicas psíquicas, consciência. Algumas de suas articulações foram exploradas. Ainda assim, uma descrição psicanalítica teórica não passa de uma formulação gnosiológica, tal como seria uma descrição neurobiológica. Algo semelhante poderia ser feito ao se dizer sobre vias aferentes, mapeamento cortical, processamento secundário e terciário, sistema límbico, arcos reentrantes, padrões associativos. Ainda que configurem vértices distintos, e que se possa argumentar irredutibilidade de um pelo outro, intentam-se, em ambos os casos, descrever processos e hipotetizar teorias que possam se relacionar com a ocorrência de uma experiência emocional; esta, porém, não é passível de descrição. O leitor pode apenas aproximar-se da experiência emocional ao intuir sua essência, experienciá-la por ele mesmo; caso tente compreendê-la na forma de descrições gnosiológicas, contudo, ela será perdida. O uso feito do modelo acima, da gestante, pode

configurar uma tentativa de provocação de sua imaginação, por meio da qual algo será experienciado, ainda que esse algo possa corresponder apenas vagamente ao que seria a situação real correspondente. Mesmo que quase nada se possa apreender sobre a experiência de estar diante de um trabalho de parto, talvez alguma coisa possa ser apreendida sobre o experienciar, apreensão esta não gnosiológica, mas experiencial. Todavia, ainda que a experiência em-si não possa ser descrita, algum aprendizado pode dela ser resultado, como no caso das condições acima narradas. A experiência emocional tem uma certa característica viva, que se perde em abstrações conceituais. Resta a dúvida: como se podem, a partir dela, então, ser derivados produtos conceituais abstratos?

## 2.2. DO INFLUXO À EPIGÊNESE

Pôde-se observar, no item anterior deste capítulo, que um problema que se apresenta àquele que investiga o humano enquanto ser subjetivo é justamente o conjunto de processos que o permitem enunciar racionalmente alguma inferência correta sobre a realidade na qual se situa, seja esta externa ou pertencente ao seu instanciamento mental. Há muito já se conhecem algumas das distorções presentes na percepção sensorial, conforme consta na primeira meditação de Descartes (2006) sobre os sonhos e as alucinações, porém elas não se limitam aos estados do sono e da psicose, estendendo-se para além disso. A psiquiatria dos últimos dois séculos iniciou a ampliação dessa observação, conforme apontado por Jaspers (1997), em sua 'Psicopatologia Geral' lançada em 1910, na descrição do fenômeno da pseudo-alucinação, na qual um sujeito não psicótico verbaliza perceber a presença de um objeto, por meio de seus sentidos, que não é confirmada por outrem. Outras distorções caracterizam-se como não patológicas, sendo sua ocorrência esperada no sujeito são, como é o caso da pareidolia, quando o sujeito tende a enxergar rostos em objetos inanimados que apresentam disposição de padrões visuais em localização análoga a elementos faciais, como descrito por Seth (2021). A própria percepção visual de cores não corresponde necessariamente à realidade física: a retina humana tem cones, células nervosas cujo estímulo depende da proximidade da frequência de uma onda de luz àquela que as sensibiliza; dessa forma, a experiência visual humana de uma cor, como o amarelo, não consegue distinguir se ela corresponde a uma frequência de onda específica ou à sobreposição de um conjunto de ondas que estimulam os diferentes cones ao mesmo padrão de disparo; no caso de outras cores, como o magenta, sabe-se não existir nenhuma frequência de onda real correspondente, visto que sua percepção ocorre diante do disparo dos cones sensíveis às extremidades de frequência do espectro visível e da inatividade daqueles sensíveis a frequências intermediárias (LENT, 2010).

Algo semelhante ocorre com a introspecção de processos mentais: a psiquiatria nos fornece descrição de alguns desses fenômenos, como dissociações ideoafetivas, amnésias seletivas, confabulações, alexitimia, e outros, alguns dos quais presentes mesmo em estados não patológicos. Observa-se que uma pessoa pode descrever uma ideia que sabe ser triste para si, por exemplo, sem sentir tal tristeza no momento de sua descrição; outra pode claramente expressar sinais comportamentais de raiva sem, contudo, conseguir identificar tal sentimento. Um sujeito que não tem nenhuma alteração neurológica pode ter um prejuízo de memória relacionada a um tema específico, frequentemente associado a um sentimento aversivo, tendo

preservada a capacidade de memória para qualquer outro conteúdo; já outro, com uma lesão identificada, tende a não perceber qualquer falha de sua memória e, quando tenta elicitá-la, ‘lembra-se’ de terem ocorrido fatos de acordo com o que é mais provável em sua própria rotina, ainda que os eventos reais tenham sido diferentes (DALGALARRONDO, 2007). Na psicanálise, Freud (1893, 1894, 1900) investigou alguns fenômenos que lhe permitiram formular sobre processos que modulam as percepções sensorial e de qualidades psíquicas. Apesar de a característica dos fenômenos experienciados ser de ordem qualitativa, o direcionamento da consciência aos mesmos é afetado pelo nível de excitabilidade portado ou despertado pelas associações mnêmicas por eles elicitadas: um ruído suficientemente alto, que ultrapasse certo limiar, pode interromper a atenção de um sujeito que voltava-se imediatamente a outra tarefa específica, sem estar consciente de outros sons presentes; o mesmo pode ocorrer independentemente da intensidade do ruído, mas em relação à aversividade de sua associação, como num som que faça alusão à presença de um predador.

Ao investigar os fenômenos patológicos observados nos quadros que, à sua época, eram denominados sob o termo histeria, observou que, nesses pacientes, diferentemente dos portadores de psicose, as alterações sensoperceptivas<sup>10</sup>, assim como os sintomas conversivos e somatoformes, ocorriam frequentemente sob um estado de consciência obnubilado, algo similar ao observado na hipnose, e eram circunscritas a associações simbólicas com eventos que haviam sido subjetivamente experienciados de forma aversiva - para os quais empregou o modelo físico da alteração pelo impacto, ao denominá-los ‘traumáticos’ - e cuja elicitação de memória demandava vigoroso esforço pelo paciente, demonstrando existência de um mecanismo de resistência à mesma. Cruzando tais observações às das então ditas neuroses obsessivas e fobias específicas, formulou o conceito de ‘carga afetiva’, como conteúdo emocional associado a um nível de excitabilidade que, ao estar vinculado - ou ‘catexizado’ - a outro conteúdo mental, poderia irromper a barreira da consciência. Diante da aversibilidade à ideia originária, descreveu os processos de censura, condensação e deslocamento: a censura, ou repressão, denomina uma tendência do aparelho em manter os conteúdos emocionalmente aversivos a nível inconsciente; da condensação deriva o mecanismo de associação simbólica de ideias; o deslocamento surge a partir da dissociação entre uma ideia e sua catexia,

---

10 Freud (1883) usa o termo ‘alucinações’ e ‘alucinações histéricas’, porém opta-se abordar o termo mais geral ‘alterações sensoperceptivas’ tomando que, posteriormente, a psicopatologia diferenciou a alucinação como fenômeno especificamente psicótico, e a pseudoalucinação como alteração sensoperceptiva de característica dissociativa, presente nos quadros ditos ‘neuróticos’, ou nos atuais transtornos conversivo/dissociativo, de personalidade e outros não-psicóticos (JASPERS, 1997).

permitindo a manutenção do status inconsciente da ideia, porém pressionando pelo vínculo da catexia livre com outro conteúdo que possa subjugar-lo. Nas fobias específicas, a catexização aversiva ocorreria com a representação de um objeto externo, e o equilíbrio psíquico seria atingido às custas de restrição no relacionamento com a realidade externa, tencionando a manter o objeto temido ausente; na ‘histeria’, o alvo encontrado seria outra representação do próprio sujeito, tomando partes de seu corpo em somatizações ou conversões, ou de seu aparelho, nos sintomas dissociativos, e a instabilidade compensada às custas da negação de capacidades, como a de sentir afeto, de recordar eventos específicos ou de enxergar objetos que elicitam tais memórias, entre outras; nas ‘neuroses obsessivas’, o alvo seria outra ideia condensada, cuja compensação ocorreria sob sintomas compulsivos.

Observa-se, nesse trecho ora revisado, a importância exercida por seu estudo para a psicopatologia contemporânea, por um lado, e, por outro, a complexidade do problema mais geral sobre a mente e a apreensão de sua realidade circunscrevente. Apesar de a epistemologia reconhecer os vieses ocasionados por diversos fenômenos mentais, conforme apontado no capítulo anterior, é frequente a crença de que estes possam ser voluntariamente eliminados em favor da racionalidade; o que se nota na investigação da mente humana, por meio da experiência com suas diversas manifestações, ditas ‘normais’ ou ‘patológicas’, seja na prática psicanalítica, psiquiátrica, ou até neurobiológica, é não só que esses fenômenos são vastos, mas também que suas correlações e processos são bastante complexos. Ao se tomar a mente como objeto de investigação, por mais simples que possa parecer seu objetivo, como defender uma visão de realidade monista ou dualista, sua ignorância ou negação propulsionam a precipitação e o erro. Apesar de tal complexidade, concernente a uma investigação formal, algo ocorre que permite à maioria dos seres humanos não adoecidos, a partir de sua experiência cotidiana, formular asserções tais como “isto é uma cadeira”, “lembro-me de tal evento”, ou “sinto-me triste”; algo mais complexo, tomando o fenômeno da pareidolia, também seria considerado comum: “vejo uma face naquela nuvem, porém sei que não se trata de um rosto real”. No item anterior, abordou-se o papel da experiência subjetiva para a formulação de enunciados, que não pode ser conhecida, em última instância, porém pode, de algum modo, ser intuída, e, como se observa no humano em sua cotidianidade, gerar formulações algo assertivas. Exploradas agora as limitações da percepção consciente como fonte direta de informações, retorna-se à questão: como se podem, a partir da experiência intuída, ser derivados produtos conceituais abstratos?

Sobre os temas de áreas não psicanalíticas com os quais Bion dialoga em sua obra, a relevância dos trabalhos de Kant pode ser vista como um dos raros consensos entre os autores que a comentam. Tal é o observado por Bléandonu (1994), Britton (2016), Green (1992), Lansky (2003), Meltzer (1978), Sandler (2005, 2006), Schermer (2003), citando apenas aqueles que constam na bibliografia presente. Marques (2018), por sua vez, observa influência importante, para a obra de Kant, das disputas entre as formulações embriológicas que lhe eram contemporâneas. Se figuravam, por um lado, as teorias da geração espontânea da vida, segundo a qual apenas as condições ambientais seriam suficientes para determinar seu surgimento, defendiam-se, de outro, compreensões preformistas, imaginando a existência de um embrião preformado que já continha, em miniatura, todas as partes que cresceriam como um ser humano. Não obstante a tal embate, há que se lembrar, também ainda, do criacionismo teológico. Antes de publicar sua ‘Crítica à Razão Pura’, Kant já investigava o desenvolvimento do humano enquanto ser orgânico, tendo participação nessa disputa; não é de se admirar que o autor tenha traçado firmes paralelos dessas teorias com a questão sobre origem do pensamento. Embora possa parecer confusa a presença desta digressão neste momento, sua importância pode ser esclarecida ao se observar a necessidade, para o autor, de tomar o pensamento não como algo de origem independente da existência humana, mas como manifestação íntima de sua constituição orgânica. Trata-se justamente da questão que vem sendo abordada nestes últimos dois itens deste capítulo: não só o objeto e a realidade em que se situa determinam a experiência, mas os fatores de seu sujeito a modulam e permitem sua ocorrência. Numa investigação tal, poderia também ser encontrado algum elo entre a experiência e sua enunciação?

Ao tratar do ser orgânico, em sua terceira crítica, Kant (1993) nota uma diferença fundamental na característica de seus processos em relação às cadeias de eventos tomadas em outras instâncias da natureza física. A razão humana permite a observação da conexão entre eventos como causas e consequências: imagine-se a combustão, que pode ser vista como consequência da presença de pelo menos um combustível, uma substância comburentes, e um gatilho que desencadeia a reação entre os primeiros; estes últimos podem ser considerados como as causas mínimas necessárias para a ocorrência da primeira; sendo uma reação em cadeia, a combustão passa a ser, também, causa para a manutenção de sua continuidade. Configura-se, nesse modelo, uma conexão de cadeias descendentes entre causas e efeitos, ou um *nexus effectivus*. Ainda que se possa realizar como uma corrente interminável de consequências que passam a ser causas de efeitos subsequentes, sua descendência é linear.

Algo diferente pode ocorrer quando um sujeito humano se torna parte da equação; diante de sua capacidade racional, o humano pode planejar suas ações visando a finalidade de um alvo como motivo das mesmas: mediante investigação do fenômeno ora chamado de combustão, ele pode criar um extintor de incêndios a partir de um cilindro de gás carbônico comprimido, com a intenção de que seu uso dissipe o comburente e interrompa a combustão. O que se observa nesse segundo modelo difere essencialmente do primeiro; neste, as capacidades racionais de observação, hipotetização e testagem permitem o planejamento de uma ação com característica teleológica, ou seja, faz-se uma previsão da consequência visada para guiar a decisão sobre a ação necessária para atingi-la. Tem-se, dessa forma, um *nexus finalis*.

Quando o objeto considerado é o ser orgânico, contudo, a natureza de suas conexões de eventos torna-se mais complexa. Caso se resista à tentação de supor uma origem teológica, ou seja, a existência de um ser sobrenatural que, dotado de capacidades análogas à racionalidade humana, planejou e executou a criação de um ser vivo, observa-se uma sorte de relação muito distinta das duas anteriores. Nesta, o ser dispõe não somente de uma força motora, que coloca em movimento as cadeias descendentes das ações de suas partes, mas também de uma formadora, de característica organizacional, responsável por propagar sua reprodução como indivíduo e espécie. Um modelo possível dessa observação pode ser traçado a partir da pigmentação da pele no ser humano: quando passa a ser exposto a uma maior incidência de radiação solar do que estava, até então, acostumado, sua produção de melanina é intensificada, de forma a melhor proteger os tecidos da pele de danos mutacionais que poderiam ser causados pela primeira. Deve existir alguma disposição do organismo a reagir de tal forma, sendo discernível a existência de uma finalidade nela contida. Não havendo, contudo, qualquer evidência de um planejamento racional subjacente, cabe às próprias dinâmicas do organismo a reprodução de suas disposições, de forma tal que sejam não somente meios de sua manifestação, mas também fins em si; a manifestação, por outro lado, sendo necessária à forma específica daquele ser orgânico, não configura apenas finalidade da disposição, mas também meio de sua manutenção. Em seus ensaios de 1775 e 1785, Kant (2010, 2012) reflete sobre a reprodução do gênero humano, delineando os conceitos de disposições e germes, cuja totalidade estaria contida em um tronco originário comum. Não somente o acaso e condições físicas estariam relacionados ao seu desenvolvimento<sup>11</sup>, mas também

---

11 *Auswicklung*: ainda que a tradução literal possa significar algo como um ‘desenvolvimento’, Marques (2018) defende o uso do termo ‘evolvimento’ em compromisso com o conceito de conformidade a fim em Kant, justamente por não se tratar de um *nexus finalis*. Dessa forma, considerando que uma disposição, ou germen, não sofreu planejamento de um sujeito que a ‘envelopou’, ou ‘envolveu’, inicialmente, há certa inacurácia sob a



as contraposições geradas em meio social pela expressão de diferentes conjuntos de derivações do tronco originário em agrupamentos humanos. Ainda que uma conformidade a fim<sup>12</sup> não seja aparente, a faculdade de reprodução de um caráter particular já indicia algum germe ou disposição natural no ser orgânico.

No artigo sobre a ‘Ideia de uma História Universal com um propósito Cosmopolita’, Kant (1784) afirma que, mesmo diante da liberdade da vontade, é possível identificar um curso regular das ações humanas quando tomada a narrativa histórica da humanidade. Ainda que nos sujeitos singulares possa se aparentar confusão e desordem, na totalidade da espécie pode ser observado um desenvolvimento incessante e lento de disposições originárias. A oposição gerada pelas muitas ações conflitantes, de sujeitos singulares em suas disposições singulares, acaba por conduzir à disposição natural, ainda que desconhecida pelos primeiros. Aos sujeitos singulares, que procedem sem um plano próprio do todo, não se pode pressupor, então, nenhum propósito racional peculiar, mas, ainda assim, ocorre consonância com uma determinada disposição natural. Desta forma, aponta que, ainda que todas as disposições naturais de um ser organizado estejam determinadas a se evolver, alguma vez, de modo completo, aquelas que determinam a razão humana o farão apenas na espécie, e não no indivíduo. Tal é o observado nos processos que ocupam múltiplas gerações para que se atinjam certos conhecimentos. Caracteriza-se o humano por sua diferença em relação a outros seres orgânicos, tendo o primeiro a capacidade de ultrapassar o comportamento meramente instintual, e, portanto, a determinação mais mecânica de sua existência animal, por meio de suas faculdades racionais, que se elevam intergeracionalmente. Apesar de ser a razão o que permite ao humano planejar suas ações na forma de um *nexus finalis*, a sua própria expressão não ocorre de forma planejada, mas sim como fim natural, determinado por suas condições ambientais físicas e sociais, e possibilitado por algum germe ou disposição contido no humano.

O percurso do autor, ora traçado, permite compreender sua inquietação frente às teorias do conhecimento que se lhe apresentavam. Segundo seu legado manuscrito, consultado em Marques (2018), Kant comparava a teoria da involução do conhecimento ao preformacionismo, uma vez que postula que o humano já seria dotado do conhecimento, cabendo-lhe descobri-lo ao longo de sua vida: julgava não passar de mera exaltação teológica

---

literalidade da palavra ‘desenvolver’, sendo preferível o termo ‘evolver’ em seu lugar.

<sup>12</sup> *Zweckmäßigkeit*.

uma doutrina tal de *ideae connatae*, visto que sua defesa demanda, necessariamente, algum *nexus finalis* de um criador sobrenatural. Descartava também o *intuitus intellectualis*, por ignorar o papel da intuição sensível para o conhecimento, recaindo também em alguma sorte de explicação mística. Dessa forma, apenas poderiam ser considerados lógicos dois sistemas de conhecimentos intelectuais: o empírico, ou do *influxus physicus*, e o epigenético, este último de sua proposição. Segundo este, o conhecimento seria produzido pela consciência da constituição formal da sensibilidade humana e entendimento por ocasião da experiência, demandando, portanto, um componente *a priori*. Observa-se claro paralelo entre seus conceitos de disposição natural e conhecimento apriorístico, vez que o último se manifesta a partir das categorias da sensibilidade e do entendimento humano.

No § 27 da ‘Crítica da Razão Pura’, Kant (2001) afirma que nenhum objeto é passível de ser pensado senão por meio de categorias do entendimento, e, mesmo pensado, não pode ser conhecido sem uma intuição sensível que lhe corresponda. A intuição sensível, por sua vez, é sujeita às categorias da sensopercepção. Uma intuição sem conceito é cega, mas um conceito sem intuição é vazio de significado. Nessa medida, em que a intuição sensível apresenta a experiência dada, tal conhecimento tem alguma característica empírica, embora não deixe de depender de um conceito e de uma categoria que lhe são apriorísticas. O conhecimento puramente a priori também é possível, porém apenas caso se refira a uma experiência igualmente possível. Dessa forma, as experiências são possibilitadas pelos conceitos, de uma forma epigenética, e “as categorias contém, do lado do entendimento, os princípios da possibilidade de toda experiência em geral” (ibidem, B167). Tomando tal como argumentação, classifica o sistema empírico do conhecimento como sorte de *generatio aequivoca*, em comparação às teorias de geração espontânea da vida. Explora a possibilidade de um sistema de preformação da razão, salientando que, aí, faltariam às categorias sua necessidade, característica fundamental de seu próprio conceito. Sendo um conceito *a priori*, e, portanto, prévio à experiência sensível, possível tão somente na mesma medida da possibilidade de existência do objeto a ele correspondente, as categorias, como disposições naturais, cumprem o papel de delinear a conformidade a fim do conhecimento, em seu relacionamento com a experiência.

Embora Kant considere como categorias sensoriais apenas as percepções de tempo e espaço, a investigação esboçada no início deste subcapítulo aponta outros fatores constitucionais do sujeito que determinam sua forma de apreender a experiência por meio de

uma intuição sensível. No caso da retina humana, a configuração das células fotossensíveis determina uma qualidade da experiência visual de um espectro da luz; nas camadas do córtex visual, por sua vez, ocorrem outros processos, como associações sobre contornos e delimitações de objetos, de forma que a experiência ocorra sob percepção de objetos, e não apenas de borrões de cores. Talvez possa existir certa analogia entre a visão, que preenche seu ponto cego com informações circundantes, e a confabulação, que ocorre com a memória. Ainda que não se tenha traçado um elo sistemático sobre os processos que permitem uma experiência inefável ser traduzida em informações capazes de verbalização, a teoria epigenética de Kant parece observar alguma consistência no encontro conceptivo entre os fatores constitucionais do sujeito e sua apreensão do objeto. Se, de um lado, encontram-se as categorias da percepção, seja num conceito restrito de Kant, como tempo e espaço, ou num ampliado, assim permitido pelos avanços da psicopatologia e neurociências, como determinantes da experiência, de outro, as categorias do entendimento também o fazem. Cabe um momento para cogitar sobre a afirmação de Kant: as categorias do entendimento não determinam apenas a formulação abstrativa resultante de seu encontro com a intuição sensível, elas possibilitam a experiência em geral, ou talvez, até mesmo, em-si. Ora, dirá o leitor, mas como será isso possível?

No início deste subcapítulo, traçaram-se modelos de algumas experiências sensoriais; talvez sua retomada possa contribuir, atribuindo maior vivacidade à formulação genérica, qual seja, de que o entendimento determina não só os produtos da experiência mas também ela mesma. Imagine-se a contraposição entre algumas alterações sensoperceptivas: na alucinação o sujeito se depara com um dado sensorial, de uma única via aferente, embora na ausência de um estímulo físico, tomado imediatamente como se fosse um objeto presente; falta-lhe discernimento para testar a realidade por meio de outro sentido, numa busca intuitiva de um senso comum, e, incapaz de duvidar de que o dado corresponda a um objeto presente, ocorre algo denominado, na psicopatologia, como uma vivência psicótica, frequentemente expressa num afeto de susto ou medo. Numa ilusão, já não sendo patológica, o sujeito tende a interpretar um estímulo físico de forma distorcida: suponha-se que uma pessoa, em meio a uma multidão barulhenta, tenha a impressão de escutar uma voz familiar chamando pelo seu nome; há um afeto correspondente de preocupação ou interesse, contudo, a reação esperada seria um teste de realidade por meio de outro sentido, como a visão; virando os olhos em direção à fonte percebida do estímulo auditivo, caso não encontre uma pessoa correspondente, o afeto do sujeito tende a se tranquilizar. Na pareidolia ocorre uma conjunção de elementos

sensoriais similares aos que se corresponderiam a uma face, somada a outra conjunção de elementos que indicam que aquilo não é um rosto de fato, de forma que, sob sua capacidade de julgamento, não se engendre uma emoção aversiva; caso o sujeito tenha alguma crença, seja religiosa ou por superstição, de que aquela imagem deva ter algum significado particular, outras emoções podem ser experienciadas.

No aspecto explorado nesses modelos, observa-se o impacto da formulação de Kant, sendo não apenas o caso de os fatores do entendimento determinarem as abstrações resultantes de uma experiência, mas o próprio entendimento se faz responsável por possibilitar a forma e a qualidade de uma experiência. Talvez faça mais sentido, sob esse ângulo, sua afirmação de que uma intuição sem conceito é cega: não se trata apenas de uma obscuridade abstrata, de algo que não pôde ser traduzido em formulações compreensíveis, mas de uma experiência que sequer pôde ser apreendida; um leigo, observando um médico assistindo um parto em uma situação imprevista, suponha-se, em um vôo, dificilmente terá dimensão da experiência de aflição do segundo ao perceber uma apresentação pélvica do feto. Em neurociências utiliza-se o termo ‘arco reentrante’ para se referir a circuitos cíclicos em vias neuronais, isto é, nas quais uma determinada conexão liga um neurônio mais eferente a outro mais aferente, tendo esses função regulativa, análoga à de um mecanismo hormonal de retroalimentação. Embora não se tenha dados neurobiológicos ainda, nesse nível de especificidade, observa-se, na descrição de Kant, um processo regulatório entre experiência e pensamento, no qual não apenas a primeira atribui significado ao segundo, como este se faz responsável por possibilitar a anterior.

Na apresentação exposta sobre a epistemologia em Bion, vê-se que este autor, sem excluir a primeira, articula uma segunda dimensão de momentos nesse processo, na medida em que um conceito determina como a experiência será observada e abstraída, e a última permite uma reformulação do primeiro. A ortogonalização dessas dimensões demonstra algo bastante interessante: se, na primeira, a relação cíclica se realiza no domínio da experiência, visto que é possibilitada pelo pensamento e lhe atribui sentido qualitativo, na segunda, ocorre realização no domínio do pensamento, que permite a tradução verbal da experiência e, por ela, torna-se passível de reformulação. Nenhuma das partes do conjunto de processos é fim sem também ser meio de sua realização, relação esta análoga àquelas observadas entre genótipo e fenótipo, produção e reprodução, ou mesmo indivíduo e espécie. Embora não se tenha esgotado a relação sobre como dados abstratos e experiências sensíveis possam ser traduzidos

de uma forma para a outra, pôde-se melhor delinear seu entrelaçamento. No item anterior, sobre a experiência emocional, apontou-se que não somente a existência de um sujeito e de um objeto é necessária, mas também de um vínculo entre ambos. Qual disposição humana permitiria, assim, a realização mental de um vínculo?

### 2.3. A OBSERVAÇÃO DO SUJEITO

Churchland (1988) observa duas questões chave, de natureza epistemológica, contidas nas discussões sobre ontologia da mente: (1) Por qual meio seria possível determinar o fenômeno da consciência em um ser diferente do observador? (2) Como um sujeito pode tomar consciência de produtos de seus processos mentais que lhe permitam referenciar a si próprio, ou seja, tomar autoconsciência? Considerando que a observação de um sujeito por outro somente pode ser realizada de forma indireta, por meio das expressões de seu discurso e comportamento, decorrem-se duas deduções. A primeira é que a inferência sobre um sujeito ter ou não consciência dependerá necessariamente de alguma comparação realizada entre seus dados apreendidos e a própria intuição sobre o observador ter consciência de si, ocorrendo por semelhança, como quando ambos são seres humanos. Ainda que o observador tenha ampla experiência com esse tipo de avaliação, sendo, por exemplo, um perito psiquiatra, em última instância sua conclusão partirá sempre de uma autocomparação, assim como a origem de uma testagem empírica será sempre no senso comum enquanto processo mental, tal qual visto no capítulo anterior. Embora haja falibilidade sob uma tentativa de escrutínio empirista, por não ser viável uma comparação física e objetiva, e por se tratar de uma indução pontual entre particularidades, quanto maior a semelhança entre os seres, maior a chance de assertividade da avaliação; quando se questiona o fenômeno da consciência em outras classes de seres, como animais ou máquinas, isso já se torna mais obnubilado. Dessa forma, a investigação de (2) não consegue se tornar independente da de (1).

A segunda dedução, talvez estrategicamente ignorada pelo autor, por declarar-se identificar com um fisicalismo monista, é que, se existe algo na natureza impassível de testagem objetiva, implica-se: ou que esse algo é irreduzível a formulações fisicalistas, seja por ser de natureza delas distinta ou por uma limitação do método por elas configurado; ou que esse algo é ainda um desconhecido, sendo, portanto, também desconhecida a natureza da realidade à qual pertença. De qualquer forma, configuram a existência de algo inapreensível pelo método empirista em sua compreensão física da realidade; sendo pertencente ao complexo de fenômenos conscientes, poderia ser chamado de qualia, experiência emocional, ou outros termos. Ao abordar o problema da primeira dedução, pode-se observar que Churchland busca contornar o da segunda, ainda que permaneça de forma implícita em seu discurso. Alega que a linha de raciocínio mais aceita em relação ao problema seja a de justificações hipotético-dedutivas, de forma análoga à das ciências de objetos não

observáveis, sustentada por suas capacidades de explicação e previsão. Se, por um lado, a experiência consciente não pode ser reduzida a formulações, admite-se que algum derivado dela possa ser traduzido desta maneira, agregando compreensões parciais na forma de abstrações; por outro, uma capacidade de explicação ou previsão, sob o método empirista, depende de testagem, o que não elimina a problemática. Tenta, então, definir a autoconsciência como uma apreensão contínua da realidade interior dos próprios estados e atividades mentais, permitindo seu reconhecimento e distinção.

O que a percepção exige nada mais é que nossa faculdade de julgar esteja em contato causal sistemático com o domínio a ser percebido, de um modo tal que possamos aprender a fazer, em base contínua, julgamentos espontâneos, não inferidos, mas apropriados, sobre esse domínio. Nossa faculdade de julgamento está em contato causal com o mundo exterior, por meio das diversas modalidades sensoriais; mas também está em contato causal sistemático com todo o resto do domínio interior do qual ela faz parte (CHURCHLAND, 1988, pp. 66-67).

Ainda que o conceito de *nexus causalis*, contido nesse trecho, possa gerar polêmicas extensas, uma leitura de tal contato como apenas sistemático poderia não lhe trazer grandes prejuízos. Uma descrição dessas, porém, ainda se trata de uma hipótese parcial: por um lado, não permite testagem, e, por outro, não aborda diretamente seu objeto, reconhecidamente inapreensível via formulação verbal, mas aventa sobre conexões envolvidas. A associação entre o fenômeno consciente e o contato sistemático com a realidade - externa e interna à mente - demonstra capacidade de diálogo com a teoria epigenética enquanto fonte do conhecimento e suas relações, conforme exposto no item anterior. O próprio autor reconhece que a percepção de estados mentais carrega necessariamente um componente teórico, por serem interpretações especulativas embasadas em conceitos firmados em experiências prévias. Neste capítulo, discutiu-se, até este ponto, a questão (2), no que lhe tangem a fonte do conhecimento e as relações envolvidas em seu processo de tradução; este último será tomado com mais contundência no capítulo seguinte, sob o olhar da teoria do pensar, embora já seja possível imaginar a inesgotabilidade de sua investigação. Cabe então refletir sobre a questão (1), como pode ser possível a apreensão de fenômenos subjetivos em outro ser?

Costa (2005) introduz sua apresentação sobre o que é a filosofia da mente de forma bastante progressista, afirmando um desenvolvimento ‘explosivo’ dessa área a partir da metade do século XX. Implícito nessa afirmação, encontra-se não somente o avanço de linhas autointituladas como científicas, sob sua empreitada de tentar traçar uma psicologia dentro

dos parâmetros do empirismo, mas também da neurociência. Apesar de não ser tema deste trabalho uma comparação específica com a última, já terá percebido o leitor que não se furta a possibilidade de empregar alguns de seus achados como modelos dos processos investigados, tal qual Bion, em sua obra, empregava modelos de origem médica e fisiológica. O conflito outorgado pelas primeiras reside em seu reiterado discurso sobre a necessidade de se descartarem quaisquer teorias de outras linhas psicológicas; não se trata de uma decisão em realizar uma investigação independente, mas de um apelo exagerado, permeando sua escrita, de que seja indispensavelmente necessária uma *tabula rasa*. Ora, pode-se indagar, haveria algum sentimento de ameaça nas mentes desses investigadores? Ryle (1949) dedica boas páginas de seu livro demonstrando a inacurácia da preposição ‘em’ empregada a fenômenos mentais - e.g. ‘existe um pensamento em uma mente’ - vez que denota característica espacial, sob a ideia de algo estar ‘dentro’ de outra coisa, e não instanciado de forma abstrata; Bion (1963b) até mesmo cita essa passagem em uma nota de rodapé, sem grande debate, mas colocando que é um problema muito simples de resolução, se compreendido o emprego da preposição como uma analogia ou modelo, recurso que atribui maior vivacidade do enunciado em relação às experiências correspondentes. Para Costa, ‘O Conceito de Mente’ de Ryle representa um marco divisório, sendo sua proposta de um behaviorismo filosófico um desafio declarado ao que considera serem ‘concepções tradicionais’ da mente. Embora traga consigo diversas problemáticas, evidenciadas sob ambos olhares, psicanalítico e empirista, não se pode negar que coloque em pauta a questão (1), engendrando discussões sobre as expressões comportamentais e sua relação com a observação do sujeito humano.

Ryle (1949), em sua tentativa de trazer o foco para a observação do comportamento, enxerga a necessidade de que sejam desvinculados do conceito de atividade mental quaisquer fenômenos outros, que não aqueles observáveis por meio do comportamento do indivíduo. Designa os últimos como ‘episódios ocultos’, em analogia a uma ridicularidade atribuída a misticismos, e justifica sua postura diante de uma necessidade pressuposta de adequação da psicologia ao método empírico, buscando observações e procedimentos com capacidade de repetição e checagem pública - o que não poderia incluir a consciência e a introspecção, mas sim o comportamento. Nessa última categoria, aloca expressões humanas como ações, discursos, feições, gestos, tonalidades de voz e outras, as quais, para o autor, possibilitam a um sujeito galgar complexidade e superar um lugar meramente de máquina, bem como a superação de uma concepção cartesiana sobre a existência de alguma sorte de fantasma contido na máquina humana. Segue-se daí um problema: mesmo que se ignore o debate sobre



a uma máquina poder ou não galgar consciência, superar um lugar de máquina sem ser nada além de uma máquina é um enunciado do tipo ‘ $p \wedge \neg p$ ’, ou seja, uma afirmação paradoxal.

Ryle (1949) então diferencia ações planejadas de atos *absent-mindedly*, testáveis por meio de asserções explanatórias e preditivas, e reconhece a existência de qualidades mentais, expressas em muitas atividades humanas, sem considerá-las conseqüentes ou equivalentes a operações intelectuais. Para além do descarte dos qualia, já tratado no capítulo anterior, a segunda dificuldade encontrada pelo behaviorismo, conforme demonstra Churchland (1988), se faz na infinitude decorrente de uma tentativa de decomposição de fenômenos mentais em termos comportamentais. Diante das infindáveis variáveis ambientais e individuais que dispõem um ou outro comportamento, vê-se aniquilada sua pretensão científico-metodológica, por decorrência de sua imprevisibilidade e obstáculos em testagem. Outra questão reside no descarte que Ryle faz quanto à epistemologia, como se não passasse de uma metáfora para a gramática da ciência, partindo do que considera erros na definição de categorias psicológicas. O problema se encontra em que, ao tomá-la como mera ‘gramática’, implica que a metodologia seja apenas a descrição de um método de investigação já existente, como se fosse universal e absoluto, e não como um constructo partindo da atividade humana. Mesmo que tivesse galgado capacidades de testagem e previsão, sob assunção de irrelevância epistemológica, o behaviorismo filosófico perde também sua capacidade de justificativa. Ainda que se mantenha a necessidade de investigar a capacidade de observação de um sujeito humano por meio de seu comportamento, conforme a questão (1), a tentativa behaviorista de redução de todas as qualidades humanas em termos comportamentais ocasionou na incoerência interna ao seu próprio sistema. Como, então, pode-se observar o comportamento humano? Como tal observação poderia permitir inferências sobre sua consciência ou processos subjetivos?

Levin (2018) apresenta o funcionalismo como uma ontologia materialista da mente, e que toma como prioridade não a composição estrutural da matéria que a expressa, mas sim a função desempenhada pelo humano dotado de capacidades mentais. Tal qual não é a substância física que determina a categoria de uma faca, mas sim sua capacidade de ser usada como instrumento de corte em uma mão humana, defende que a mente não possa ser meramente equiparada ao corpo ou uma parte deste, se constituindo pelo exercício funcional de suas capacidades. Considera a existência de estados mentais, como pensamento, desejo e outros, admitindo não só a correlação entre estímulo, estado mental e comportamento, mas

também entre diferentes estados mentais, diferenciando-se, assim, do behaviorismo. Churchland (1988) observa que, pela teoria do funcionalismo, um estado mental é definido pelo conjunto de cadeias de relações que este mantém com o meio, demais estados mentais e o comportamento. Considera haver relações mediativas entre outros estados mentais, e não correspondência imediata entre estímulo e comportamento, admitindo fatores econômicos funcionais semelhantes mesmo em configurações materiais diversas. Nessa linha, o compromisso com a diferenciação entre mental e físico adquire característica virtual, delineando um objeto abstrato com o qual possa lidar a psicologia, enquanto ciência. Ainda que, enquanto fisicalismo monista, o funcionalismo admita uma natureza física e conhecida da realidade e desconsidere uma irreducibilidade dos qualia, sua inversão de foco permite observar o comportamento não como reação imediata, mas como produto de alguma função mental, de forma que essas e suas relações possam ser também investigadas.

Na introdução deste trabalho, abordou-se a preocupação de Bion em diferenciar, de maneira sistemática, os divergentes níveis da escrita no campo da psicanálise, explicitando o que se refere a observações clínicas, modelos, descrições de fenômenos, hipóteses e teorias. Nessa última categoria, ainda traz distinções subsequentes, como o que se poderia tomar como teorias propriamente psicanalíticas, ou observacionais, ainda que suas fronteiras venham a conter zonas de intersecção entre as mesmas (BION, 1962b, 1963b, 1965, 1992). Sandler (2005) atribui responsabilidade por essa postura à percepção, por um lado, de uma crescente proliferação de teorizações *ad hoc* dentro da psicanálise, gerando grande volume de descrições carentes de generalização e precárias em sua capacidade de servir ao entendimento de experiências subsequentes. Por outro, a relevância da concretude dos fatores subjetivos da experiência para a prática psicanalítica, subtraídos em proporção ao grau de abstração de suas formulações correspondentes, incorre no risco de que seus elementos sejam manipulados sob adoção de regras arbitrárias, intencionando uma correspondência forçada entre uma teoria e experiências para as quais o emprego da primeira não permita melhores compreensões, tornando-se mero jargão. Nesse sentido, sua postura visa a busca de uma maior precisão na comunicação pelo esclarecimento sobre definições conceituais em seus elementos insaturados e o emprego de modelos implícitos, por meio de penumbras de associações contidas em termos empregados, ou explícitos - tal qual apresentado na introdução do presente trabalho - delineando a construção de teorias observacionais. Observa-se, em tal atitude, compromisso com a questão (1) deste subcapítulo, porém não apenas como mera preocupação filosófica, mas sob a experiência vivenciada frente às consequências práticas de ela não ser tomada

como premissa em uma investigação do aspecto subjetivo do ser. A experiência psicanalítica de Bion permitiu-lhe perceber que ignorar os fatores observacionais tende a conduzir o produto das investigações a extremos de inaplicabilidade ou distorção.

Tal qual abordado no capítulo anterior, a questão observacional reside como base de qualquer método que se intencione status científico. Apesar das tentativas de delimitá-lo como nada mais do que generalizações na forma de leis e testagens empíricas, pôde-se refletir que, de um lado, as formulações abstratas emergem a partir de um contato experiencial com a realidade, como no fenômeno descrito como descoberta, e de outro, por mais que se apliquem instrumentos inanimados de medida, os mecanismos de testagem derivam sempre de um senso comum, função esta resultante de processos mentais. Nesse sentido torna-se possível esclarecer a zona fronteira entre a teorização psicanalítica, que toma como seu objeto o funcionamento da mente humana, e as teorias observacionais: sendo, em última instância, sempre dependente de um olhar humano, o método observacional não pode excluir as questões intrínsecas ao seu funcionamento mental. A questão (1), desta maneira, implica não apenas na investigação dos fatores do sujeito que permitem sua observação, mas também daqueles do observador que o permitem fazê-la. A intersecção entre a teorização psicanalítica e a observacional, assim, implica no delineamento de uma metateorização, ou seja, de uma teoria sobre os fatores mentais da observação, ou uma teoria sobre o pensar. Sendo esta tema do próximo capítulo, resta aqui indagar: como se observar uma subjetividade alheia?

No início do primeiro capítulo de ‘Aprendendo com a Experiência’, Bion (1962b) apresenta uma de suas primeiras teorias observacionais, na proposta de investigação do que chama ‘funções da personalidade’. Não só essa teoria se coloca como a primeira apresentada nessa obra, como conduz todo o seu desenvolvimento subsequente, demonstrando a importância da questão observacional para o autor. Bion aponta que, em uma conversação casual, é comum apelidar uma certa forma de ação, em situações específicas, pelo nome de uma pessoa conhecida por agir tipicamente dessa maneira. Imagine-se um sujeito chamado Machado, que tenha o costume de adjetivar qualidades concretas e abstratas em uma mesma sentença, às vezes com certa ironia; tendo conhecido o dito Machado, não seria pouco comum que uma pessoa, ao se deparar com situação tal, lembre-se dele, afirmando ser isso um ‘machadismo’, ou uma ‘mania do Machado’. Sendo Machado um escritor renomado, poder-se-ia até formalizar uma observação dessa sorte, dizendo-se de um estilo ‘machadiano’ presente em alguma narrativa. Nesse tipo de fenômeno, corriqueiro em sua cotidianidade,

observa-se que algo dos traços subjetivos de uma personalidade é apreendido nas entrelinhas de suas formas de agir. Não é o caso, contudo, de um sujeito refletir que, sob determinados parâmetros, torna-se possível inferir ironia na escrita de Machado; a sensação de ironia é apreendida de forma intuitiva, sem demandar raciocínio, de maneira que mesmo um sujeito leigo nos campos da psicologia ou da comunicação consiga fazê-lo sem dificuldades. Dessa forma, algum processo deve existir que permita que, por meio de expressões comportamentais físicas, alguma comunicação subjetiva e não verbal ocorra, referente a aspectos subjetivos da personalidade.

Bion (1962b, 1963b) intenciona derivar, da consideração desse tipo de fenômeno, uma teoria de funções para uso algo mais rigoroso, buscando nela uma forma de acesso ao que ocorre com uma personalidade. Destaca, para isso, a existência de atividades mentais que se combinam e operam em conjunto para produzir as funções de personalidade, sendo elas os seus fatores. Os fatores, desta forma, não se observam diretamente, senão por dedução a partir das funções nas quais eles se combinam, e podem corresponder a teorizações psicanalíticas ou às realizações por elas representadas. Suponha-se a sentença ‘O padrão de relacionamentos do sujeito X com seus colegas é típico de uma personalidade que tem a inveja como um de seus fatores’: um enunciado tal expressa a observação de uma função, um modo de agir de ‘X’ em situações algo específicas, a partir da qual se deduzem fatores, como inveja e transferência. Não se trata de uma observação direta da inveja ou transferência de ‘X’, mas sim de um fenômeno que ocorre em função desses fatores, cuja investigação permite deduzir novos fatores a partir das mudanças observadas em uma função, e distinguir diferentes funções. A palavra ‘função’, neste uso, ganha dupla conotação: herda o modelo matemático, no sentido de gerar um resultado, pela combinação de seus fatores, em função de um domínio, e também o biológico e o cotidiano, da expressão de uma ‘funcionalidade’, um fenômeno que, portanto, tem um alvo funcional. Uma teoria das funções, dessa forma, torna mais fácil aproximar a observação de uma realização com o sistema dedutivo que a representa, dando maior flexibilidade a um escopo teórico psicanalítico para representar observações que possam ser feitas sobre a particularidade de pacientes, em seus fenômenos expressos durante uma sessão.

Sandler (2005) considera que a analogia matemática contida na teoria das funções expressa embasamento nos ‘Dois Princípios do Funcionamento Mental’: não apenas Freud apresenta, nesse trabalho, suas primeiras descrições de funções do ego, como atenção e memória, como também demonstra o papel da pressão exercida pela realidade sobre a psique

no desenvolvimento dessas funções. Uma função matemática conecta cada elemento de seu domínio a outro de sua imagem, sendo, assim, a abstração conceitual de uma relação; sua formulação algébrica torna-se conhecida como uma hipótese que possa representar as observações dessa relação. Suponha-se, como modelo, a relação física entre o tempo 't' e a posição 'S' ocupada por um corpo. Diante de um conjunto de observações de uma relação linear, pode-se formular  $H_1$ , tal que ' $S = S_0 + Vt$ ', sendo de seus termos derivadas, como fatores, as constantes da posição inicial do objeto e de sua velocidade. Embora  $H_1$  sirva para observação de corpos inertes, mostra-se inacurada quando a relação não é linear, demandando reformulação como a contida em  $H_2$ , tal que ' $S = S_0 + V_0t + at^2/2$ ', de forma que demonstre ser aplicável a ambas situações, de um corpo inerte ou submetido a uma aceleração. Ainda assim, ocorre um raciocínio circular, na medida em que aceleração e velocidade são medidas relativas ao padrão de deslocamento de um corpo no espaço e tempo. Uma observação mais atenta aos fenômenos envolvidos em uma relação não linear de deslocamento de um corpo em função do tempo pode evidenciar influência de alguma propriedade externa que atue sobre o objeto, bem como de alguma característica dele. Mediante investigação, podem-se descobrir estas como uma força aplicada e a massa do corpo, havendo proporção indireta entre tais grandezas dada uma aceleração, levando a  $H_3$ , tal que ' $F = ma$ '; a partir de  $H_2$  e  $H_3$ , pode-se deduzir que ' $S = S_0 + V_0t + Ft^2/2m$ ', evidenciando força e massa como fatores envolvidos na variação angular do padrão de movimento.

Embora o domínio da experiência e o de seu impacto subjetivo não sejam redutíveis a uma dimensão meramente numérica, a teoria de uma função de personalidade se implica da percepção de uma relação entre ambas as instâncias, sendo seus fatores dependentes da personalidade do sujeito. Mesmo não sendo possível uma formulação algébrica aplicável a quantificações numéricas, o modelo matemático demonstra que não se trata de os termos serem deduzidos a partir de uma fórmula conhecida, mas sim que a dedução dos fatores envolvidos em uma relação é o que permite a hipotetização de uma fórmula pela soma de seus termos correspondentes. Dois conjuntos de relações são assim delineados: o primeiro se trata daquela entre domínio e imagem, que configura uma função; o segundo ocorre pela observação da primeira relação por um sujeito, tendo, como finalidade, sua descoberta e de seus fatores. Sendo a necessidade da descoberta uma pressão da realidade sobre a psique humana, a teoria das funções de personalidade permite não apenas a investigação dessas funções de maneira geral, mas também daquelas relacionadas à própria capacidade humana de se observar uma função em um sujeito distinto do observador. Tomada sob esse aspecto,

ainda que uma relação demonstre seguir um certo padrão, sua função não deixa de ser uma incógnita. Tal qual o que ocorre relativo à realidade em-si, ela não é cognoscível, ainda que conhecimentos parciais possam ser obtidos a partir de uma relação observacional ou investigativa, que, com ela, se estabeleça.

Diante de uma experiência de forte impacto emocional, um sujeito pode sentir a necessidade de um interlocutor para comunicá-la; porém, perdendo-se na abstração, como tornar pública sua subjetividade? Por mais que a importância desta questão pareça óbvia ao filósofo ou ao cientista, pode soar ridícula ao sujeito cotidiano. Sendo o próprio sujeito da situação, quem se questiona isso? O fato é que o ser humano se comunica, e nessa comunicação compartilha dados subjetivos. Em sua observação, podem-se notar expressões faciais, variações de tonalidade, ou até mesmo elementos verbais como comparações ou metáforas, os quais parecem permitir transcender o que seria apenas uma descrição lógico abstrata; se escrita, pode recorrer à poética, se pintada, a outros traços estilísticos. Uma criança, porém, pode sentir dificuldade em expressar uma emoção por meio de um desenho, sendo necessária uma explicação complementar e uma pessoa disposta a compreendê-la. Um pintor, por outro lado, pode estudar e treinar técnicas de pintura que lhe permitam expandir sua capacidade expressiva, logrando impactar seu interlocutor até o ponto em que lhe brotem lágrimas. Um paciente sofrendo de embotamento afetivo pode não conseguir comunicar uma emoção sem ajuda ativa; já outro, com traços *borderline* de personalidade, pode ter dificuldade em encontrar um interlocutor que suporte recebê-la.

Da função observada, contida neste modelo, pode-se deduzir que o contato com a realidade seja um fator da função de comunicação, proporcional ao sucesso atingido em compartilhar dados subjetivos. Mesmo não tendo sido possível formular uma hipótese algébrica que reduzisse a relação entre uma experiência e sua comunicação, o vínculo investigativo permitiu deduzir um fator da personalidade do sujeito a partir de uma relação específica contida na função observada. De forma análoga, partindo do mesmo modelo, no qual um adulto pode esforçar-se para compreender o desenho de uma criança, bem como um médico pode buscar compreender ambos os pacientes, pode-se deduzir que o vínculo entre o sujeito e o objeto tomado seja um fator da função de observação. Há algo que perpassa uma mera semelhança passiva entre ambos os sujeitos, observador e comunicador, dependendo da capacidade e esforço do último em buscar uma forma de se expressar, e do primeiro em buscar uma forma de compreendê-la. Embora qualquer comunicação dependa sempre de um

meio físico e de uma expressão comportamental - seja planejada, impulsiva ou até mesmo um reflexo orgânico, como corar-se - reduzir a vida mental a meros comportamentos não implica apenas em ignorar os processos a eles subjacentes, mas também uma parte considerável de seus alvos. O alvo de um comportamento, passível de abstração por meio da teoria das funções de personalidade, pode visar uma reação subjetiva no interlocutor, comunicando-lhe algo para além de descrições lógicas; em contrapartida, pode também buscar uma reação emocional no próprio sujeito, como alívio ou sensação de 'ser compreendido'. Dessa forma, não se exclui o componente passional de uma função, expresso por seu alvo; quer seja externo, interno à psique, ou até mesmo o próprio sujeito, a tomada de um objeto é sempre necessária à atividade mental, devendo se realizar por meio de um vínculo.

## 2.4. UMA QUESTÃO DE PONTOS DE VISTA

Ao longo deste capítulo, observou-se o papel exercido pelos fatores constitucionais e psíquicos do sujeito na modulação de sua experiência. Se, por um lado, a constituição do organismo determina as formas com as quais os estímulos possam ser apreendidos por seu sistema nervoso e os dados possam ser tratados por suas conexões sinápticas, configurando categorias mais gerais da percepção e do entendimento, o conjunto de experiências prévias e conceitos, a partir delas formulados, impactam diretamente, não somente nas formulações subsequentes, mas também na forma e conteúdo daquilo que pode ser experienciado. Dessa maneira, a determinação da experiência supera suas fronteiras meramente biológicas, ainda que não deixe de ser um desdobramento dessas, por meio dos processos instanciados mental e socialmente: enquanto que a vida psíquica se transforma continuamente no ser individual, os avanços sociais - científicos, tecnológicos, culturais, etc. - ocorrem num ciclo sistemático a ela conectado. Não obstante, um dado auferido indiretamente, pela visão, mas representante de uma aferição física de frequências de ondas invisíveis, como numa radiografia, pode ser fonte sensorial para uma experiência. Ou então uma descoberta sobre o funcionamento da mente humana, como do fenômeno da transferência, por meio da psicanálise, pode possibilitar novas experiências subsequentes. Sob a função que lhe permite observar algo, um sujeito pode tomar outro ser como seu objeto, ou a si mesmo, sendo as flutuações desse alvo responsáveis pelo evolvimento de sua própria disposição.

Se, num momento, a observação de um outro sujeito permite a intuição da existência de um 'eu' subjetivo, a inflexão sobre a própria experiência de ser um sujeito engendra a capacidade de se tomar o outro não meramente como ser inanimado, mas também subjetivo. A constituição física do ser humano lhe permite relacionar-se com a realidade, de uma forma que possa criar representações mentais dos objetos, acessíveis durante sua ausência física, e manipulá-las imaginativamente em seu processo de tomada de decisão, para executar uma ação com finalidade de modificar a realidade concreta - e.g. um engenheiro pode desenvolver uma máquina que amplie a visibilidade de objetos, como um microscópio. Os desenvolvimentos psíquico e social - sendo o último resultante das dinâmicas grupais do primeiro - permitem, por sua vez, que um sujeito expanda suas disposições inatas em sua capacidade de coleta de dados, diante do desenvolvimento tecnológico ocasionado e do aprendizado ao qual o sujeito se submete; tal é o caso da análise de uma lâmina sob microscopia, no qual a conjunção de ambos, instrumento criado e treinamento em sua



habilidade de uso, possibilitam a experiência e suas formulações subsequentes. O último conjunto de atividades, então, permite estudos médicos e biológicos sobre o funcionamento humano, engendrando a possibilidade de se investigarem expansões ulteriores - como na situação que envolve as células da retina e a descoberta de seu funcionamento. A investigação contida neste parágrafo, por sua vez, enseja reflexão simultânea sobre o funcionamento da mente humana, tomado como objeto, e sobre o processo de investigação da realidade sob tal funcionamento, em seus aspectos onto e epistemológicos. Nesta sumarização, evidencia-se uma rede complexa de cadeias cíclicas, cuja realização pode encontrar, no conceito de conformidade a fim, uma possibilidade de ajuizamento:

[...] para um corpo dever ser ajuizado em si e segundo a sua forma interna, é necessário que as partes do mesmo se produzam umas às outras reciprocamente em conjunto, tanto segundo a sua forma como na ligação, e assim produzam um todo a partir da sua própria causalidade, cujo conceito por sua vez e inversamente (num ser que possuísse a causalidade adequada a um tal produto) poderia ser causa dele mesmo segundo um princípio, e em consequência a conexão das causas eficientes poderia ser ajuizada, simultaneamente como efeito mediante causas finais (KANT, 1993, p. 216)<sup>13</sup>.

Em um fim natural, a relação bidirecional entre partes e todo é, simultaneamente, meio para sua realização e fim dessa mesma, contida em si mesma e independente de seres racionais externos. Suas partes, somente possíveis mediante sua relação com o todo, devem ligar-se para formar a unidade desse mesmo todo, e cada uma delas existe mediante as demais e suas relações, devendo ser pensadas como instrumentos do próprio organismo, ou órgãos. Quando o objeto tomado é concreto, torna-se mais fácil notar evidência desse tipo de cadeia de relações, como é o caso de um estômago: sendo necessário à vida humana, é uma finalidade que o organismo consiga desenvolvê-lo, e um meio para garantir a sobrevivência e reprodução deste, e de seus demais órgãos. Em sua embriogênese, não se reduz a determinação a um conjunto específico de genes, visto que os desdobramentos dos folhetos embrionários na configuração dos órgãos subjacentes também determinam sua expressão fenotípica, seja na regulação celular epigenética ou nos conjuntos desencadeados fisicamente pelas proteínas transcritas, dentro e fora das células, em suas funções enzimáticas e estruturais, e pelas demais circunstâncias. Pode-se, ainda, realizar uma ‘variação angular’ na observação desse modelo, tomando agora não o estômago, mas o gene responsável pela

---

13 Apesar da adoção do termo ‘causalidade’, já observado como fonte de problemática, devido à fronteira entre ontologia e epistemologia, faz-se prudente a consideração de que, neste contexto, Kant não o faz sob o conceito de um *nexus causalis*, mas em sua reconceitualização de uma conformidade a fim, ou *Zweckmäßigkeit*, como espécie de conexão justamente incognoscível em última instância.

transcrição de uma bomba de prótons, que, na membrana celular, será responsável pela manutenção da acidez na cavidade estomacal. Sendo necessário à fisiologia orgânica, o gene também é simultaneamente meio e fim de sua totalidade e de si mesmo: na espécie, sua manutenção depende de fatores genéticos e físicos, nos processos de formação de gametas, acasalamento, e de sua própria seleção natural; no indivíduo, sua manutenção também depende dessa conjunção de fatores. Imagine-se uma variação genética que aumente o bombeamento iônico, isso pode levar a uma maior acidez estomacal, sob a qual a produção de muco não seja suficiente para proteger as células de dano, podendo levar à mutação e destruição do próprio gene; a lesão estomacal, por sua vez, pode ocasionar numa restrição alimentar, cuja desnutrição subsequente prejudique a formação de gametas, bem como a expressão de comportamento reprodutivo. Se, na natureza selvagem, esse conjunto de relações pode levar a uma seleção negativa do gene dentro da espécie, na sociedade humana, que descobriu medicações inibidoras de bombas de prótons, a maior complexidade do conjunto de circunstâncias torna difícil uma previsão dessa sorte<sup>14</sup>.

Mesmo em se tomando um modelo concreto, fisicamente mensurável, nota-se uma complexidade extremamente condensada de suas relações. Como não se trata de um *nexus effectivus* ou *finalis*, observa-se uma dificuldade em sua investigação. Kant (1993) afirma que o conceito de uma coisa, sendo fim natural, não se pode constituir na razão ou na compreensão, não sendo próprio desses domínios. Porém, se tomado pela faculdade de juízo reflexiva, pode servir como conceito regulativo na orientação da investigação de objetos da mesma espécie, numa remota analogia à causalidade finalística, bem como na reflexão sobre seu fundamento último. Nota-se que, enquanto o ser orgânico se constitui em cadeias cujos elementos são simultaneamente fins e meios, a capacidade racional humana demanda que se tome um elemento específico como ponto de partida, a partir do qual possam ser analisadas suas conexões com os demais e com a totalidade, permitindo uma síntese dessas análises num ajuizamento que busque aproximação ao todo, como tentativa de representá-lo. Ainda assim, emergem-se duas questões: a partir de um único elemento segue-se uma investigação infundável, demandando aprofundamentos e reformulações, seja pela complexidade ensejada por um tal sistema de relações, seja por sua característica de incessantes transformações - e.g. no modelo colocado, fruto de um entendimento superficial do que se conhece de genética

---

14 Por meio deste modelo, pode-se aqui observar o problema da previsibilidade, abordado no capítulo anterior, não como uma limitação exclusiva do campo investigado, podendo este ser a psicanálise, a mente de forma mais geral, ou até mesmo as demais derivações do ser orgânico, mas das próprias capacidades mentais humanas frente a um objeto cujas conexões não se determinam por *nexus effectivus* ou *finalis*.

hoje, não só é vasta a fronteira desse conhecimento como ainda podem-se observar novos fenômenos, por não terem sido antes observados ou até mesmo por não terem ocorrido sob conjunções prévias de circunstâncias possíveis; ao configurar um ponto de partida, cada elemento observado permite o desdobramento de novas linhas de investigação em suas relações com os demais elementos, com o todo, e consigo mesmo, como o que se nota no modelo descrito, no qual diferentes desdobramentos são verificados a partir do órgão ou do gene, tomados como objeto.

Percebe-se, dessa forma, uma conjunção constante de elementos relacionada à experiência: os fatores constitucionais do sujeito, não apenas em seu aparato sensorial e sistema nervoso, sob um ângulo físico, ou de sua sensopercepção e entendimento, sob ângulo introspectivo, mas também de seu organismo como um todo; seu conjunto prévio de experiências e formulações abstratas; o contexto de realidade no qual se situa o sujeito, sendo o primeiro totalidade da qual o último é parte; os fatores psíquicos do funcionamento de sua personalidade; a representação mental que sujeito faz de si mesmo, do objeto, e da relação entre os anteriores, na forma de um vínculo; os componentes passionais de seu alvo; e a própria experiência tomada. Diferentemente do modelo físico, acima narrado, estes elementos portam consigo a dificuldade adicional de suas características abstratas ou inefáveis, ao passo em que compartilham a semelhança de cadeias de relação sistemática típicas da conformidade a fim. Como afirma Bion (1963b), em 'Elementos de Psicanálise', ainda que um alfabeto, constando de poucas dezenas de caracteres, contenha em si a possibilidade infindável de todo um idioma - ou, muito frequentemente, de mais de um - a compreensão de um fenômeno não depende exclusivamente da abstração dos elementos cuja conjunção lhe corresponda, mas também da de suas relações. No caso em que se toma a experiência de uma observação, nota-se que cada parte do conjunto implica em certas facetas da forma de seu produto, configurando um ponto de vista. Se o objeto se trata também de um ser orgânico, ou em conformidade a fins, adiciona-se ainda os ângulos dos elementos tomados como pontos de partida da investigação. Tomando-se, como partida, a própria questão sobre o ponto de vista, o que mais poderia ser apreendido?

Nagel (1974), em seu artigo clássico '*What is like to be a bat*', introduz a questão do ponto de vista na filosofia da mente. Aponta que, se um organismo tem a capacidade de se tornar consciente, deve existir uma forma que se experiencia ser esse organismo, por um lado, e uma determinação da forma de sua experiência por suas características enquanto organismo,

por outro. Nota-se, nessa reflexão, uma percepção da relação bidirecional entre a constituição do corpo do sujeito e sua experiência subjetiva: a capacidade de um estado mental consciente de um organismo depende, assim, da existência de alguma característica sobre como é ser aquele organismo, apreensível para si mesmo, configurando assim o aspecto subjetivo da experiência. Dessa maneira, cada fenômeno subjetivo conecta-se essencialmente a um ponto de vista singular; tendo papel de generalização, seja para que possa corresponder a um conjunto de diferentes situações, ou a observações de um fenômeno por diferentes observadores, uma teorização abstrata, visando ‘objetividade’, subtrai-se justamente desse aspecto singular subjetivo, afastando-se, portanto, de sua característica. Enquanto que o termo ‘subjetivo’ costuma ser empregado para designar aquilo que é despertado em um sujeito a partir de sua relação com um objeto, qual seja, a representação que ocorre ‘para-si’, o uso do ‘objetivo’ tende a expressar um esforço ativo no sentido de diferenciar as características próprias do objeto, independentes do sujeito que o observa, tentando aproximar-se de uma representação ‘em-si’ daquele, ainda que com questionável acurácia.

Como se já não bastasse essa dificuldade, os aspectos sobre a experiência de ser sob uma determinada forma - ‘*what is like to be*’- são peculiares a ponto de poder comprometer a compreensão de sua importância: o autor toma como modelo a particularização da experiência de um morcego, que, como mamífero, tem semelhanças entre a arquitetura de seu sistema nervoso central e a de um humano, mas cuja parte sensorial se difere a ponto de permitir ecolocalização em sua interação com o espaço tridimensional, caracterizando uma experiência subjetiva radicalmente diversa daquela que se pode conhecer, enquanto sujeitos da espécie humana. Ainda que se tome o processo de imaginação, sabidamente presente no humano, para conjecturar sobre a experiência de outro ser fundamentalmente diferente do observador - note-se que, para Nagel, a própria constituição física do organismo, seja de seu cérebro ou de outras partes de seu corpo, já é suficiente para configurar tal diferença - isso dificilmente forneceria qualquer informação para além da imaginação de como seria para o sujeito comportar-se da mesma forma que os comportamentos então observados, vez que está restrito aos recursos de sua própria mente e natureza. Uma extrapolação dessa sorte seria sempre incompleta, permitindo, no máximo, uma concepção esquemática que possa atribuir características mais gerais às experiências, tomando a estrutura e comportamento observados no ser. A característica subjetiva da experiência é altamente específica, incluindo variações e complexidade de enormes proporções - em muitas de suas vezes, nem mesmo o próprio sujeito humano possui vocabulário suficiente para descrevê-la adequadamente - de forma que

um alto nível de similaridade entre dois seres faz-se necessária para que haja alguma comunicação e compreensão sobre a mesma. Percebe-se, entretanto, que o autor considera apenas os fatores sensoriais da observação de um comportamento, ignorando outros aspectos da comunicação subjetiva entre dois seres, tal qual abordado no item anterior deste capítulo, que, apesar de ter também suas limitações, expande o leque de possibilidades de apreensão.

Ao se propor tal investigação, Nagel encontra-se sob a necessidade de refletir não apenas suas bases epistemológicas, mas as implicações da primeira nas últimas. A partir da existência de fatos que não podem meramente ser apreendidos pela formulação de sistemas conceituais ou representacionais pelo humano, encontra, no último, a ausência de conceitos apriorísticos para representar ou compreender os primeiros - conceitos tais determinados pela estrutura do próprio ser, ou organismo. Compele-se, porém, a reconhecer sua existência, o que permite uma observação mais geral da característica subjetiva da experiência, tomando-os como fatos incorporados em um ponto de vista particular. Havendo suficiente nível de similaridade entre dois sujeitos, ou seja, possuindo ambos as mesmas disposições que lhes permitam conceituar uma experiência, é possível que um deles tome de forma objetiva a vivência fenomênica do outro - nomeando, por exemplo, suas qualidades - desde que o primeiro adote o ponto de vista do segundo. Ao se assumir uma postura fisicalista para estudar a operação de um organismo, todavia, perde-se necessariamente a característica da experiência subjetiva: diante de uma preocupação em atingir fatos objetivos, por excelência, o método fisicalista se desenvolve não como um ponto de vista singular, mas como um conjunto conceitual que pode ser observado e testado por diferentes sujeitos - humanos, ao menos - independentemente de cada um de seus pontos de vista, removendo, assim, sua característica subjetiva.

Observa-se, daí, que a 'objetividade' de uma descrição fisicalista não se dá como um ponto de vista espontâneo do observador, mas configura um método constituído socialmente - e que pode ser treinado por sujeitos individuais - para aproximar-se daquelas características do objeto tomado que independam de qual seja sua relação com o observador, num movimento que se distancia daquilo que pode ser nomeado como 'subjetivo'. Em outro momento, Nagel (1986) afirma que, como método de entendimento, que toma como fatores aparência e perspectiva, suas crenças e atitudes são objetivas num primeiro sentido, mas apenas derivadamente podem-se chamar verdades as atingidas dessa maneira. "Talvez seja mais acurado pensar na objetividade como uma direção para a qual a compreensão possa

transitar” (NAGEL, 1974, p. 443, trad. nossa). O processo de redução da ciência fisicalista se mostra extremamente útil para investigações outras que a subjetividade tomada como objeto, permitindo avanços incessantes na acurácia com que se observa a natureza das coisas, permitindo ao humano ultrapassar as limitações de seus próprios sentidos. A redução psicofísica, contudo, limita-se a distanciar-se do próprio objeto que alega a intenção de investigar. O autor encerra este artigo declarando-se não dualista ou fisicalista, mas apostando na proposta especulativa de alguma abordagem que possa, simultaneamente, vir a tomar os fenômenos experienciados em sua subjetividade e formulá-los abstrativamente numa forma que possa ser comunicada e compartilhada socialmente, buscando aproximação entre o que é subjetivo e objetivo.

Na apresentação do modelo da experiência consciente de um morcego, o autor enfoca majoritariamente suas características constitucionais; sendo este animal um mamífero, sujeito às dinâmicas ecológicas nas quais se insere e portando estruturas semelhantes àquelas que, no humano, se demonstram responsáveis por reações afetivas, como o sistema límbico, considerações adicionais devem ser tecidas. Sob diferentes contextos nos quais se possa encontrar, como estar sendo perseguido por um predador, tendo fome, ou estando sob impulso de reprodução sexual, sob condições subjacentes de estar em ambiente aberto ou fechado, com maior ou menor refletividade acústica, ou luminosidade, será fundamentalmente diverso o componente emocional de sua experiência da situação, configurando diferentes pontos de vista em um mesmo sujeito. Embora pouco se saiba sobre funções ditas ‘cognitivas’ no morcego, elas se somam como cadeias cíclicas de complexidade quando tomada a experiência humana, mediante suas formulações conceituais, memória, fatores de personalidade, demais representações mentais, e inserção social. Sob o contexto social, um humano pode ter acesso a bebidas alcoólicas, de forma que a memória de uma experiência sob libação somente seja acessível quando seu organismo novamente se encontre sob uma tal condição física, ainda que possibilitada socialmente. Tomando como dimensão cada elemento da conjunção constante de uma experiência, cada variação subsequente implica em uma variação do próprio ponto de vista experienciado. Como seria então possível, por meio de uma abstração, alcançar alguma proximidade da realização da experiência, de forma que aquela possa representá-la?

Em seu livro ‘*The view from nowhere*’, Nagel (1986) apresenta o problema sobre como combinar a perspectiva de um sujeito particular com uma visão objetiva do mesmo mundo no qual o primeiro se insere, incluindo nela a si mesmo e seu próprio ponto de vista.

Afirma que tal problema “é encarado por toda criatura que tenha impulso e capacidade de transcender seu ponto de vista particular e de conceber o mundo como um todo” (p. 3, trad. nossa)<sup>15</sup>. Acredita que uma explicação sobre como se relacionam ambos os pontos - subjetivo e objetivo - como cada um se desenvolve e modifica no sentido de tomar o outro em conta, e como governam o pensamento e ação de cada pessoa, acarretaria na possibilidade de uma concepção de mundo como um todo. Não sendo espontânea, porém, tal busca demanda esforço deliberado para se atingir unificação quando possível, ou reconhecer claramente quando não, o que acaba por levar não a uma visão absoluta, mas a um interjogo de tipos distintos essencialmente irreconciliáveis, em última instância, porém inseparáveis, variando espectralmente: “O impulso transcendental é uma força simultaneamente criativa e destrutiva” (p.4, trad. nossa). A objetividade de uma visão ou de uma forma de pensamento se faz indiretamente proporcional à sua dependência da posição de um indivíduo específico, ou da característica de seu tipo particular de ser<sup>16</sup>. Dessa forma, quanto mais objetiva uma formulação, menos esta depende de capacidades subjetivas específicas e mais se torna acessível a consciências de diferentes especificidades. Ao mesmo tempo em que é importante para o desenvolvimento de uma compreensão que se aproxime do mundo como existe em si, ao substituir o ponto subjetivo a partir do qual se se diferencia, é insuficiente para prover uma visão completa daquele. Faz-se necessário examinar a relação entre o mundo e a consciência humana, relação essa responsável pelo processo de compreensão da última, buscando uma concepção que contenha um entendimento mais imparcial das três instâncias - mundo, consciência e sua relação; nessa configuração, a objetividade pode permitir a transcendência de um ponto de vista particular.

Ao se voltar para a subjetividade e abrangê-la em sua concepção de realidade, porém, a objetividade depara-se com suas limitações; é inevitável que a objetividade e sua reivindicação de completude sejam afetadas pelo ponto do sujeito que as toma, assim como seu ponto subjetivo é modificado pela tentativa de coexistência com as mesmas. Requer-se alguma modificação na forma da objetividade, aliada ao reconhecimento de que sua representação de mundo é incompleta em última instância: haverá momentos em que diferentes pontos de vista não poderão ser integrados, devendo sua oposição manter-se clara sem a supressão de algum deles; tal tensão pode gerar alguma nova configuração de pensamento, sendo necessário, contudo, tolerar a compreensão de coisas que possam ser

---

15 Num tal impulso, observa-se um desejo em conhecer, delineando um componente passional epistemofílico.

16 Caberiam-se citar, até mesmo, os demais elementos particulares ou subjetivos da experiência.

essencialmente cindidas. A tendência científicista contemporaneamente dominante na filosofia, da qual parte o fisicalismo, pode assim ser analisada como desdobramento de uma concepção idealista de realidade, na qual qualquer coisa deve poder ser pensada pela mente humana, nos moldes específicos de seu método, não sendo concebível a existência de nada que não se adeque a tal especificação. Sendo operação específica da mente humana, não há razão para se assumir que a ciência física se correlacione completamente com a realidade.

A problemática ora delineada por Nagel, ressoa com outra apresentada por Bion (1963b), em 'Elementos de Psicanálise'. Esta disciplina, que toma justamente, como seu objeto de investigação, a mente humana em sua subjetividade, em suas formulações, depara-se com a dificuldade simultânea em ser muito representacional para configurar observações, e muito concreta para ter a flexibilidade necessária a uma teoria. Sendo um pensamento representação de um objeto que permite sua manipulação mental mesmo durante a ausência concreta do último, de um lado, a notação de um sistema dedutivo sobre a mente se afasta da subjetividade de sua experiência, e de outro, a narrativa concreta pode inibir a postura investigativa de um sistema abstrato que lhe corresponda. Deve existir, assim, alguma forma de alternância e combinação entre momentos em que se adota uma postura abstrativa de generalização, visando uma construção teórica, e outra de particularização, fornecendo modelos que possam revitalizar a formulação abstraída.

Se, por um lado, a construção de um sistema abstrativo, que vise representar um objeto sendo fim natural, não se pode constituir de forma absoluta, num conjunto de enunciados fixados e conhecidos, seja por limitação da razão humana ou pela infinitude transformativa de um objeto tal, o emprego de modelos, tentando corresponder a especificidades circunstanciais como pontos de vista, mostra-se também inesgotável. A própria nomenclatura 'ponto de vista', embora se aplique à observação de um fenômeno, pode ser notada por configurar mais um modelo do que uma teoria, vez que carrega consigo a conotação do olhar do observador na circunstância própria de seu olhar, o que lhe atribui vivacidade significativa sob custo de limitar seu espectro metafórico. Outro termo, aplicável ao mesmo fenômeno, poderia ser 'vértice', a partir do qual se podem derivar analogias com processos geométricos, como projeção, perspectiva, intersecção, etc. Na mesma medida em que o vértice, em suas infindáveis variações possíveis, indica a irredutibilidade da experiência em sua subjetividade, e sua conformidade a fim, contida em suas relações, cumprindo, assim, papel ontológico, demonstra também a limitação da razão humana diante das relações



complexas de um fim natural, visto que não é possível uma ideia que dele se aproxime senão na forma de uma conjunção com múltiplos vértices, tomados um de cada vez, assumindo então função epistemológica.



### **CAPÍTULO 3: A ATIVIDADE MENTAL EM SUAS RELAÇÕES**

#### 3.1. UMA MENTE QUE PENSA

Em um seminário realizado na clínica Tavistock, em julho de 1978, Bion (2005) inicia seu discurso dizendo da importância do problema da observação, emblemática a qualquer trabalho que pretenda atingir patamar científico, intencionando a aproximação de suas formulações a algo que seja factual. Um sujeito cego pode tomar um bastão como instrumento que o auxilie a deambular pela testagem do ambiente: neste tipo de atividade, a interação mediativa permite que o sujeito aprenda sobre as relações entre instrumento e objeto, bem como entre suas capacidades perceptivas e motoras e a realidade que o cerca; o uso contínuo do instrumento leva a um refinamento crescente sobre como deve ser manipulado, assim como o andar subsequente permite a testagem de correspondência entre os dados táteis e auditivos e a experiência de locomover-se num dado meio, aprimorando sua capacidade diagnóstica, ou de inferência. A correlação entre o observar e o agir indica o papel desses elementos como intrínsecos à atividade humana, e o instrumento demonstra somente existir, enquanto tal, tão somente em seu emprego mediativo nessa atividade: um pedaço de madeira, em si, não é um instrumento, tornando-se um bastão guia somente quando assim utilizado. Sendo a psicanálise uma prática, na qual o analista ‘tateia’ o discurso do paciente, em busca de elementos que permitam sua interação no vínculo com este, e, para a qual o analista deva ser treinado continuamente para aprimorar seu poder de observação sobre a mente humana, o conjunto de seus aspectos técnicos configuram um instrumento, ainda que abstrato. Eis que uma integrante da plateia o interrompe com uma questão, dizendo-se interessada na distinção entre os termos ‘mente’ e ‘personalidade’.

Bion aponta ser justamente este o problema para o qual se dirigia. O que é mente? O que é personalidade? Caso se detenha no debate sobre diferentes conceitos e teorias, incorre-se no risco de que se perca o foco do objeto factual ao qual uma formulação deveria visar correspondência. Tal é o caso das disputas vazias entre tantas escolas de psicanálise por um reconhecimento de superioridade, na qual se perde sua ancoragem factual<sup>17</sup>. Antes de se

---

17 Extrapolando a asserção de Bion, poderia ser vista, pertencente a esse caso, a própria disputa entre diferentes linhas psicológicas ou correntes filosóficas que pretendam abordar o ser humano em sua subjetividade: uma coisa seria estabelecer um campo de atividade humana do qual se derivem observações, como a psicanálise, a filosofia, ou a própria psicologia, independentes em seus métodos mas que possam dialogar entre si diante da semelhança do objeto tomado; outra, diversa, seria a disputa entre teorizações apartadas do objeto ao qual

decidirem diferentes delineamentos conceituais sob termos como ‘mente’ e ‘personalidade’, deve-se refletir sobre qual o objeto que se busca observar. Qual é o objeto que corresponde ao emprego de termos como ‘mente’ e ‘personalidade’? Há um termo específico que lhe permita melhor correspondência? Por muito tempo a filosofia tratou dos fenômenos mentais sob termos como ‘atividades espirituais’, agregando penumbras de associações bastante polêmicas aos seus desenvolvimentos conceituais. Bion recorre à palavra ‘sortilégio’, que toma do idioma francês, mas para a qual não encontra uma tradução na língua inglesa. Se um sortilégio indica, por um lado, um fenômeno visto de forma fascinante e assombrosa, como um encantamento, uma manipulação conspiratória, ou até mesmo uma heresia ou aviltação, por outro, sua própria tentativa de tradução para um idioma que não dispõe de um termo que lhe corresponda pode-se tornar um sortilégio. Nesse sentido, indica não fazer uma distinção conceitual específica sob o emprego de termos como ‘mente’ e ‘personalidade’, trazendo o foco novamente para o problema da observação do objeto abstrato e inefável ao qual se possa tentar aproximação por meio daqueles. Supondo que se adote provisoriamente uma convenção sob o termo ‘mente’, o que é uma mente? Embora impalpável e indescritível, existe alguma intuição sensível que permite ao sujeito inferir sua existência, que não ocorre senão em seu próprio funcionamento. Tal qual o instrumento, a mente existe em sua operacionalidade aplicada, sendo meio da própria atividade humana; uma observação que tome a mente como seu objeto de investigação, dessa forma, volta-se necessariamente a estas mesmas atividades, o investigar e o observar, e, talvez de forma mais ampla, o experienciar e o pensar.

Bion (1962a) apresenta, em sua teoria, o pensar como resultante de dois processos: o desenvolvimento de pensamentos, que dependem de um aparato para lidar com eles, e o próprio desenvolvimento de um tal aparato de pensar, que precisa ser chamado à existência para lidar com pensamentos. Nesse sentido, por um lado, não se toma o pensamento como mero resultado do processo de pensar, mas como algo cuja pressão força a psique a desenvolver-se como aparato para pensá-los. Por outro, o pensar não se toma como uma função inata na personalidade humana, mas como um desenvolvimento, a partir de suas disposições, frente à inquietação de ter que lidar com pensamentos. Observa-se, já nessa breve descrição, dois desdobramentos dignos de nota: em seu aspecto mental, para Bion, nem toda experiência configura propriamente um pensamento<sup>18</sup>, sendo este apenas aquela que pressione a psique, de modo que esta possa se desenvolver de uma forma que lhe permita pensá-los;

---

deveriam buscar aproximação em sua correspondência.

18 O que diferencia seu conceito de pensamento do de Descartes, conforme visto no capítulo anterior.

sendo necessário um tal desenvolvimento, nem toda atividade psíquica configura um pensar, mas apenas aquela que possa lidar com o tipo de experiência que configure um pensamento. Tendo-se delineado uma relação mediativa, em que seu desenvolvimento ulterior se expressa como o pensar, devem também existir outros fenômenos psíquicos que lidem com outras experiências, que não se configurem como um pensamento, e possibilitem sua ocorrência.

Um pensamento, dessa forma, caracteriza-se, em essência, como um problema com o qual o sujeito deve lidar. Assim como o estudo do patológico, na medicina, cumpre papel de auxiliar na investigação da fisiologia do organismo não adoecido, a experiência com sujeitos sob sofrimento ou transtorno mental enseja uma expansão na compreensão da mente humana. Quando se investigam quadros psicopatológicos que se expressam com prejuízos do pensamento, observa-se a ocorrência de colapso em algum desses desenvolvimentos, do pensamento, do pensar, ou até mesmo de ambos. Suponha-se um transtorno de humor: um indivíduo, durante um episódio depressivo com sintomas de desesperança, pode perceber um pequeno contratempo como se fosse um problema intratável; outro, em episódio maníaco com sintomas de onipotência, pode simplesmente não perceber que um problema existe. Sob sintomas obsessivos, o paciente pode elaborar passos mentais exageradamente controlados para lidar com um problema percebido, enquanto que, sob sintomas impulsivos, pode recorrer à agressividade ou a outras atitudes que lhe deem a impressão de livrar-se do pensamento. Em graus mais atenuados, ambos conjuntos de fenômenos se observam também em indivíduos não adoecidos. Nota-se, dessa maneira, a existência de dois processos distintos, ainda que correlacionados, visto que, em alguns momentos, identifica-se distorção na formação do pensamento, e, em outros, da forma de pensá-los, ainda que possam estar simultaneamente presentes num mesmo sujeito. No capítulo anterior, explorou-se o papel dos fatores envolvidos na correlação entre experiência e formulações conceituais, não apenas na determinação dessa relação, mas também no ensejo da própria experiência e de sua abstração, em cada um de seus domínios. Sendo o pensamento algo que se experiencia, e o pensar um processo abstrativo, percebe-se proximidade à distinção traçada entre ambos processos.

Bion (1962a) aponta que, enquanto representação mental, um pensamento pode ser classificado em diferentes graus de abstração, de acordo com a natureza de seu desenvolvimento, dentre os quais cita pré-concepções<sup>19</sup>, concepções e conceitos. Enquanto

---

19 Apesar da grafia mais adequada da língua portuguesa ser 'pré-concepção', Bion (1962b) diferencia dois termos, sendo este uma categoria correspondente a um determinado nível de abstratividade de um enunciado, e 'preconcepção' uma função que, à exceção dos elementos-beta, qualquer formulação abstrata pode vir a cumprir.

nível de abstração, considera conceitos como concepções nomeadas e fixas, e concepções como conjunções entre uma pré-concepção e a tomada de consciência de uma realização que dela se aproxime. A categoria de pré-concepção corresponderia a expectativas de objetos cuja existência ainda não se conhece, análoga, para o autor, ao conceito de pensamentos vazios, ou conhecimento *a priori*, em Kant: pode-se observar, como modelo dessa categoria, a disposição de um recém-nascido a encontrar e relacionar-se com uma figura materna, ou seja, uma pessoa que lhe forneça nutrição e cuidados, já presente antes mesmo que essa experiência ocorra. Ao passo em que esse tipo de concepção está constantemente conjugado a uma experiência emocional satisfatória, por corresponder ao encontro de uma realização positiva à pré-concepção, o autor opta por limitar o termo pensamento ao que ocorre no encontro desta com uma realização negativa, ou frustração. No modelo de uma pré-concepção congênita do seio<sup>20</sup> materno, qual seja, sobre a existência de um objeto que supra as necessidades básicas do recém-nascido, sendo as últimas percebidas psiquicamente na forma de qualidades aversivas e desprazerosas, o encontro com uma pessoa que lhe ofereça cuidados satisfatórios desencadeia o início de uma concepção positiva, isto é, da representação de um objeto ‘bom’ ou prazeroso em sua psique; quando a realização é negativa, por outro lado, na forma de uma qualidade aversiva que persiste ao não encontrar satisfação, a frustração pressiona a psique a, de alguma forma, com ela lidar.

Nessa classificação proposta, observa-se a gradação entre níveis de abstratividade pela variação entre particularidade e generalização: sendo uma expectativa, a pré-concepção contém tudo aquilo que o sujeito espera encontrar no objeto, disposto a ser, por meio dela, experienciado; em sua realização, porém, a reformulação em uma concepção abstrai um pouco mais a representação, para melhor corresponder ao contato com um objeto real, ainda que este não contenha todas as expectativas previstas em sua pré-concepção; o conceito, por sua vez, se generaliza para corresponder a um certo conjunto de concepções, subtraindo-se dos elementos que conferem particularidade a cada uma dessas. Adjacente à gradação por nível de abstratividade, há, contido na relação entre tais categorias, um componente funcional, de maneira que deve existir uma abstração mental que possa ser empregada em aproximação ao objeto, possibilitando a experiência de sua realização, por um lado, e ensejando uma reformulação a partir de um encontro conceutivo, por outro. Não parece exagerado observar

---

20 Sendo ainda rudimentar a capacidade perceptiva do neonato, as derivações kleinianas da teoria psicanalítica compreendem a representação objetual realizada sob o termo ‘seio’, fazendo alusão ao peito no qual a criança é tomada durante sua amamentação, seja ela natural ou artificial, por uma mama ou mamadeira.

proximidade notável com a teoria epigenética de Kant: o termo ‘concepção’ faz alusão a uma conjunção sexual, reprodutiva, típica do ser orgânico em sua conformidade a fim, tomado, pelo último autor, como modelo para a investigação da razão e da experiência sensível. Para além do processo de reformulação a partir do encontro conceitual, Bion expande a observação desse conjunto processual, ao notar que a abstração permite não apenas a experiência sob o encontro com um objeto presente que lhe corresponda, mas também daquela vivida em sua falta, traçada como uma realização negativa. De certa forma, o contato com a realidade implica que toda realização deva ter um componente negativo em variados níveis, visto que uma abstração não tem a capacidade de esgotar o que se pode conhecer a partir dela, sendo passíveis de ser experienciados novos elementos, e que uma experiência sempre será, de algum modo, diferente de experiências anteriores, dado seu vasto conjunto de circunstâncias envolvidas. Apesar disso, pela participação dos fatores de personalidade do sujeito no ensejo de sua experiência, sua percepção quanto ao aspecto negativo dependerá daqueles implicados em sua capacidade de fazê-lo.

Sendo aversiva a experiência de uma realização negativa, Bion (1962a) afirma que os processos subsequentes dependem, então, da capacidade do sujeito em lidar com a frustração, particularmente se sua decisão tende a evadir-se da mesma, ou a agir sobre a realidade para modificá-la. Caso a capacidade de tolerar frustrações seja suficiente, sob a ausência do objeto ou em sua incapacidade de satisfazer completamente a expectativa, a representação da realização negativa pode-se tornar um pensamento e promover desenvolvimento do aparato que possa pensá-lo. Salienta que este processo enseja o estado mental descrito por Freud, em ‘Dois Princípios do Funcionamento Psíquico’, no qual a dominância do princípio da realidade faz-se síncrono com o desenvolvimento da capacidade de pensar, pontificando o hiato temporal entre o momento em que uma necessidade é percebida e em que a ação para satisfazê-la torna-se possível. Considerando os elementos explorados no capítulo anterior, constantemente conjugados na experiência e em sua abstração, o papel da tolerabilidade à frustração, em sua compreensão, atribui coerência à participação do contexto apresentado da realidade, dos fatores de personalidade, e do componente passional do alvo no conjunto processual ora abordado. A aversividade de uma frustração indica não somente característica emocional, percebida, portanto, na forma de um sentimento, ou afeto, mas contém, no modelo implícito à sua penumbra de associações, a ideia de um direcionamento do sujeito em sentido oposto ao seu encontro.

Em uma relação experienciada com predomínio dessa qualidade, portanto, ocorre uma tendência psíquica de que o sujeito tome, como seu alvo, a fuga daquilo que lhe provoca aversão. Diante da realidade que se lhe apresenta, contudo, a situação pode tornar-se mais ou menos complicada: se está sendo perseguido por um predador, a característica do ambiente - se é aberto ou fechado, se permite sua camuflagem, etc. - deve influenciar sua tomada de decisão entre as possibilidades de esconder-se, fugir, ou lutar contra este; se está sentindo fome e não dispõe de fonte imediata de alimento, deve buscar uma forma de obtê-lo, o que elicit suas capacidades mentais em sua relação com a realidade externa ao aparelho mental; se o sujeito se encontra sob a necessidade de enfrentar uma situação que lhe desagrada - suponha-se ter encontrado alguma evidência que invalide uma teoria que está estudando - torna-se mais evidente o papel cumprido pelos componentes da realidade interna a seu aparelho mental, vez que modulam sua experiência. Num caso como o último, frente a uma frustração intolerável, algo análogo à fuga pode-se realizar como uma resistência mental, seja por repressão, racionalização, ou outros mecanismos, interrompendo o desenvolvimento do pensamento ou de seu pensar correspondente; para que possa ser pensado, o pensamento demanda que sua carga afetiva aversiva, ainda que parcialmente, seja mantida consciente. Dessa forma, delinea-se a tolerabilidade a frustrações como um fator psíquico que não apenas se contém na conjunção de elementos relacionada ao pensamento e ao pensar, mas também que os vincula aos fatores passionais e de realidade.

Se é o caso de o hiato temporal se determinar pela ausência de circunstâncias reais que permitam a ação, ou pelo tempo tomado para que se possa pensar uma solução, em ambos a frustração demanda ser tolerada. É nesse sentido que a capacidade de tolerar uma frustração habilita a psique a desenvolver o pensamento como meio pelo qual a frustração torna-se mais tolerável: a modificação da realidade frustrante, dessa maneira, pode tomar como alvo tanto as circunstâncias externas quanto internas da realidade; em se transformando fatores internos, pode-se modificar a própria experiência vivenciada enquanto pensamento. Torna-se possível uma cadeia cíclica em que a flexibilidade mental permite ações, e a realização destas, por sua vez, engendra transformações: no modelo em que se percebe uma evidência que contradiz um conceito dedicadamente estudado, a qualidade experienciada pode ser de indignação ou elevada ansiedade; se tolerada, o sujeito pode persistir em sua investigação e descobrir um elemento que lhe permita reformular o conceito, ao invés de meramente descartá-lo; diante da experiência da descoberta, a memória de uma sensação de confiança engendrada pode servir-lhe para atenuar a qualidade aversiva em situações futuras nas quais se perceba uma



contradição. Para isso, contudo, algum limiar sobre a frustração deve existir: na medida em que é tolerável, viabiliza o desenvolvimento de seu pensar durante o hiato temporal necessário; sua ultrapassagem, quando se torna intolerável, não obstante, impulsiona a psique à necessidade de uma tomada de decisão, seja por evadir-se da realidade frustrante ou modificá-la. Caso o limiar seja muito alto ou flácido, o pensar pode ser utilizado como substituto da ação, configurando também uma sorte de fuga: suponha-se que, neste último modelo, mesmo diante da descoberta, o indivíduo opte por resistir à adoção da reformulação conceitual, imaginando que futuras contradições serão encontradas, limitando-se o surgimento de uma nova abstração, responsável por possibilitar novos tipos de experiências subsequentes.

A falha ou incipiência do desenvolvimento da capacidade de tolerar frustrações, em situações nas quais predomina um funcionamento de mente mais primitivo, como no modelo do seio materno, promove que o encontro entre pré-concepção e realização negativa seja representado como a presença de um objeto aversivo. A percepção de que uma experiência corresponde à ausência de um objeto, ou à sua limitação em corresponder às expectativas esperadas, demanda operacionalidade de conceitos como os de ausência e limitação, o que, devido ao seu grau de abstração, já não é tão imediato nesse tipo de funcionamento. Sendo a consciência de uma experiência tomada imediatamente como algo que se faz presente ao indivíduo, uma qualidade aversiva não é sentida intuitivamente como algo que lhe falta, mas sim como a presença de um objeto ameaçador que demanda ser combatido, ou do qual se necessita fugir. Sob os valores de bem e mal, correspondentes a qualidades experienciadas como prazerosas ou aversivas, o sujeito tende a representar a realização positiva como a presença de um ‘bom’ objeto, e a negativa como a de um ‘mau’. No modelo do neonato, dessa forma, ainda em desenvolvimento incipiente, a experiência aversiva tende a ser interpretada não como a percepção de necessidades, como fome ou dor, diante da ausência de um objeto que possa vir a satisfazê-las, mas sim como a presença de um objeto ‘mau’ que lhe causa tal aversão. Em sua atividade mental, não sendo tolerável a frustração, e nem viável alguma atitude imediata que lhe permita descarregar-se do estímulo aversivo, como numa fuga, resta ao sujeito suas fantasias<sup>21</sup> de combater e tentar destruir o objeto ameaçador. Se, nesse tipo de

---

21 Isaacs (1952) salienta a diferença entre devaneios e fantasia inconsciente: enquanto que os primeiros são tomados como produtos de atividades mentais que se direcionam à consciência, ainda que seu acesso possa ser barrado pelo mecanismo de repressão, o último caracteriza forma mais primitiva deste processo, cujas associações independem de fragmentos verbais ou qualidades sensíveis outras que o afeto a elas relacionado. Opera desde a infância mais remota, dirigida pelos anseios instintivos frente aos objetos que se apresentam ao sujeito, constituindo a forma representativa inconsciente das pulsões e urgências do organismo. Sendo mais primitiva que a simbolização, seus produtos conscientes emergem apenas como conteúdo afetivo, demandando dedução e investigação da fantasia que lhes é correspondente.

atividade fantástica, o sujeito pode sentir prazer diante da imaginação de ter uma potência destrutiva, a tendência animista de se reconhecer, em outro ser, características próprias ao seu funcionamento subjetivo<sup>22</sup>, leva a que se projetem, no objeto tomado como ‘mau’, sua própria crueldade e sadismo.

Enquanto que a intolerância à frustração se torna inevitável diante da inexistência prévia de um conceito de ausência, na criança recém-nascida, a operacionalidade do último não garante a extinção da frustração, no adulto, visto que seu alívio depende não só de um conceito com o qual possa ser pensada a experiência, mas também de que esse pensar encontre uma possibilidade de ação em seu produto. Se, na criança, o limiar de tolerância pontifica o hiato temporal entre seu choro e o cuidado materno ofertado, o adulto frequentemente não disporá de outro sujeito que cuide de suas necessidades, necessitando encontrar uma forma que lhe permita fazê-lo por si só. Quando mais baixo esse limiar, também o adulto pode encontrar-se em situação semelhante à do neonato, percebendo a presença de um objeto ‘mau’ ao invés da ausência de um ‘bom’. Suponha-se que, diante de um experimento em que não se atingiu um intervalo de confiança necessário para afirmar sua hipótese<sup>23</sup>, um sujeito, percebendo-se ansioso e ameaçado, seja lá qual for o motivo de sua aposta naquela hipótese, pode decidir-se que esse artigo deva ser ignorado ou combatido. Subjacente a essa narrativa, percebe-se que a experiência feita pelo sujeito não foi a de que o estudo concluiu não haver provas de sua hipótese, mas de que sua conclusão foi haver provas em contrário dela, tornando-se uma ‘prova má’, ao invés de uma ‘boa’. Caso o sujeito tivesse suportado um maior limiar à frustração, mediante o seu pensar, poderia ter refletido sobre a diferença entre uma prova contrária e uma ausência de prova, e então investigado melhor o desenho do estudo, descobrindo algo como um viés em sua hipótese de controle, o que o aliviaria. A tolerância à frustração faz-se necessária para que haja reflexão sobre a realização negativa que se impõe ao aparelho, na forma de pensamento, representando as limitações ou ausência do objeto pré-concebido, de forma que, no modelo, o sujeito possa concebê-la como sua própria necessidade que demanda satisfação.

A incapacidade de tolerar frustrações influencia no direcionamento à evasão de ambos, a frustração e o conjunto de eventos característicos do pensamento sob predomínio do

---

22 Vide capítulo anterior, no que tange à observação de um sujeito diferente do observador, em suas qualidades subjetivas, em sua dependência do reconhecimento da própria subjetividade do último.

23 Neste modelo, diz-se de um intervalo de confiança que não exclui  $H_0$ , e não de um que exclua  $H_1$ .

princípio da realidade. Nesse estado, percebe-se o sujeito estar diante não de um pensamento, mas de um objeto ‘mau’, percebido como se fosse concreto, e não abstrato. Implica-se, disso, que a impossibilidade do pensar decorre de duas situações, a evasão já apresentada, e também a impressão de concretude do objeto: não sendo percebido como pensamento, não só o objeto assim internalizado se apresenta como algo que não possa ser abstraído, como também se impede a distinção entre representação e coisa, na medida em que o sujeito entende que a imagem tomada como um objeto seria a própria coisa existente em si, e não uma instanciação de sua própria mente. Ao invés de se desenvolver a capacidade de aprendizado a partir da experiência, por meio do pensamento e do pensar, decorrentes do acasalamento conceutivo, alimenta-se uma fantasia onisciente de que a realidade não é nada mais além daquilo que se acessa pela mente do sujeito. Sendo o ‘mau’ objeto tomado como fonte da frustração, e não podendo ser, nessa sua forma, pensado, resta ao sujeito apenas atitudes análogas aos comportamentos primitivos, sob fantasias que lhe deem a impressão de poder aniquilar o objeto ou expulsá-lo de sua presença, como se fosse algo que se pudesse evacuar. Nesse sentido, interrompe-se o desenvolvimento não só do pensamento, mas também do aparelho para pensá-lo, tomando-lhe o lugar um hipertrófico aparato mental evacuatório. O modelo proposto para esse desenvolvimento é o de uma psique que opera como se a evacuação de uma representação objetual ‘má’ fosse sinônimo da obtenção de gratificação de um objeto ‘bom’; disso resulta que seus pensamentos sejam tratados de maneira indistinta de representações aversivas, e que o maquinário desenvolvido seja aquele apropriado para com estas lidar, ou seja, um aparato para descarregar a psique do acúmulo de representações objetais ‘más’, e não para pensar pensamentos.

No modelo do desenvolvimento infantil, o hiato temporal entre estímulo e satisfação se pontifica sob intervenção materna: o neonato pode sentir uma aversão, porém, não sendo ainda capaz de significá-la ou nomeá-la, cabe à mãe a distinção se um choro indica fome, dor, ou outras fontes de problemas. Sendo incipiente esse momento do desenvolvimento, a criança não dispõe de recursos para lidar com sua experiência, senão numa tentativa de evacuar seu objeto ‘mau’. Expressa a fantasia evacuatória em comportamento, como no choro, decorre-se uma sequência de eventos: (i) alguma comunicação intersubjetiva, entre a criança e a mãe, ocorre por meio deste, indicando alguma zona de intersecção entre uma fantasia evacuatória e a capacidade de comunicação; (ii) alguma função materna lhe permite intuir, por meio da experiência do choro, a necessidade à qual se refere a frustração e refletir sobre o cuidado necessário para satisfazê-la; (iii) na medida em que a mãe pensa e age, aliviando a frustração

da criança, uma segunda comunicação ocorre, permitindo que a última aprenda a pensar e expanda o desenvolvimento deste e de seus pensamentos. Nos capítulos anteriores, apresentou-se a questão sobre como se podem derivar elementos abstratos a partir de uma experiência subjetiva. A ela, soma-se uma segunda: que processos permitem a comunicação intersubjetiva prévia à formulação de elementos abstratos?

### 3.2. CONSCIÊNCIA E REALIDADE

Velmans (2012), diante das relações complexas entre consciência, mente, cérebro e mundo externo, e da dificuldade encontrada em outras correntes teóricas para abordá-las, seja sob visão em primeira ou terceira pessoas, apresenta o arcabouço teórico do monismo reflexivo, o qual se propõe como um mapa multidimensional, que possa abranger os contornos tanto da experiência cotidiana quanto dos achados científicos, e que possa ser utilizado por seres autoconscientes tais quais os humanos. Tomando o modelo da percepção visual, em que um sujeito enxerga um objeto diante de si, um observador externo poderia investigar os processos físicos aí envolvidos: os raios luminosos emitidos ou refletidos pelo objeto atingiriam a retina, cujas células fotossensíveis propagariam estímulos a trafegar pelo nervo óptico para o sistema nervoso central, passando por outras sinapses até atingir o córtex visual primário; nessa região, ocorreria um mapeamento inicial da imagem, que, ao passar para o secundário e terciário, sofreria um processamento para delimitação de contraste, bordas, perspectiva, moção e outras características visuais do objeto; já em conexões anteriores, os estímulos visuais seriam associados aos de outras aferências sensoriais, como auditiva e proprioceptiva, de forma a regular a musculatura ocular e outros reflexos básicos relacionados à interação com o objeto, mas a partir das sinapses entre o córtex visual e o associativo, provavelmente, ocorreriam os fenômenos neurofisiológicos responsáveis pela consciência do objeto em relação ao sujeito<sup>24</sup>. Nessa investigação, o observador externo poderia ver-se tentado a encontrar, no córtex e em outras estruturas, diante dos mapeamentos neurais, representações do objeto, como se ali se localizassem. Porém, não tendo acesso à experiência subjetiva - por se tratar do campo fenomenológico, e não ontológico - para saber algo sobre esta, o observador teria que indagar o sujeito, cuja resposta esperada seria a de que vê o objeto não dentro de sua cabeça, mas no mundo externo, configurando sua natureza projetiva.

Embora o observador do experimento possa parecer algo obtuso, já que um neurocientista se depara, necessariamente, com os mecanismos neurais responsáveis por localizar o objeto correspondente ao estímulo da via aferente no mundo externo<sup>25</sup>, o autor

---

24 Apesar de Velmans (2012) não detalhar, em seu artigo, as conexões sinápticas e neurofuncionais do modelo apresentado, complementa-se a descrição com base em Lent (2010).

25 Nas conexões subcorticais, o processamento dos dados visuais e seu cruzamento com diferentes vias aferentes cumpre a função de localização espacial do objeto, modulando respostas independentes da consciência que reagem à própria localização do objeto, como o controle da musculatura ocular que permite focalizar

destaca que ambos o fisicalismo reducionista e o dualismo de substância separam os objetos percebidos de sua experiência, atribuindo a localização da última dentro do cérebro, ou em lugar nenhum, respectivamente. Na medida em que o processo forma um arco reentrante, qual seja, a origem do estímulo que desencadeia suas conexões torna-se o próprio destino para o qual elas se dirigem, o autor o caracteriza como reflexivo. O mesmo ocorre com outras aferências, como a proprioceptiva e a nociceptiva - e.g. uma dor é localizada na porção corporal à qual corresponde - porém pode ser menos óbvio quando o objeto tomado é abstrato, como um pensamento, cuja localização pode ser experienciada em lugar algum, ou dentro da cabeça, mas cujo estímulo, possivelmente, encontra-se interno ao sistema nervoso. O conjunto dessas localizações, mentais, corporais e externas ao sujeito, configuram seu espaço fenomênico; embora diferente do espaço real, onde os objetos podem existir em si, seu emprego pode exercer função de permitir representações conscientes que se aproximem dos últimos, e, apesar de as ciências poderem descrevê-los de forma muito distinta daquela experienciada imediatamente, “tais fenômenos observados podem ser pensados como modelos mentais de suas causas iniciais biologicamente evoluídos no sentido de se tornarem suficientemente úteis aos propósitos da vida cotidiana” (VELMANS, 2012, p. 4, trad. nossa).

Nesse sentido, observa-se que a característica da consciência em localizar sua experiência não onde ocorreriam suas representações, mas sim na origem espacial percebida como sendo a fonte primária de seus estímulos e objetos, demonstra-se como fator que permite ao sujeito orientar o alvo de suas ações direta e imediatamente para a realidade com a qual se relaciona, cumprindo um papel de manutenção da vida do sujeito na medida em que lhe garante o contato com a última. Suponha-se que um indivíduo precisasse sempre raciocinar para inferir a posição relativa de um objeto ao seu próprio corpo, nesse caso, uma falha ou limitação cognitiva seria responsável por desfecho fatal: imagine-se a tragédia quando perseguido por um predador, nesse caso seria impossível que a fuga se consolidasse como intuitiva, de modo que, mesmo preservada a cognição, sua resposta motora estaria sempre sujeita à limitação do tempo demandado pela mediação do raciocínio. Percebe-se, dessa maneira, que, ainda que o raciocínio possa deduzir dados sobre localização espacial, essa não é sentida como real senão na medida em que corresponda à experiência; para que

---

binocularmente o objeto em sua distância física, ou dos movimentos reflexivos que mantém os olhos fixos no objeto quando a cabeça está em movimento, ou até mesmo do reflexo de retirada quando um objeto se projeta em direção do sujeito. Considerando que a experiência consciente ocorre sobre tais bases, dela indissociáveis, torna-se óbvio, para o neurocientista, o entendimento de que a experiência visual de um objeto físico é localizada espacialmente (LENT, 2010).

uma dedução racional sobre espaço ultrapasse a percepção de uma mera hipótese abstrata, torna-se necessário que essa hipótese corresponda a uma experiência espacial sensível. A experiência consciente da realidade em seu formato reflexivo, assim, configura disposição para o vínculo que se estabelece entre esta última e a subjetividade do indivíduo.

Enquanto que Velmans parte de uma observação fenomênica do que se espera encontrar em uma distribuição normal do padrão de funcionamento subjetivo, o estudo de fenômenos patológicos pode-lhe acrescer significado. Freud (1911) aponta que o conjunto de sintomas e fenômenos observados em seu estudo e experiência com pacientes portadores de quadros neuróticos os direciona para um afastamento da vida real, alienando-os de um contato mais íntimo com a realidade; tomando o processo de repressão como gênese dos fenômenos neuróticos, afirma que a qualidade de insuportabilidade do desprazer, percebida por eles de forma que a atribuíssem à última, ocasionaria um prejuízo em sua '*fonction du réel*'<sup>26</sup>. Diferentemente do paciente psicótico, contudo, sua quebra não é tão generalizada, mas circunscrita às representações específicas tomadas como insuportáveis. Destaca a característica ontogeneticamente mais primitiva dos processos anímicos responsáveis pelo tratamento inconsciente de seus dados, que o autor denomina como processo primário, como resíduos de uma fase de desenvolvimento em que eram o único tipo de processo mental, e sua regência pelo princípio da busca pelo prazer e da evitação do desprazer, mediada pelo mecanismo da repressão<sup>27</sup>. A pressão da realidade, porém, quando mostraram-se insuficientes para lidar com esta as respostas psíquicas mais instintivas, de evasão ou descarga motora, mediadas pelo processo primário e guiadas pelas percepções qualitativas de prazer e desprazer, propulsionou o desenvolvimento do aparelho em direção não apenas à percepção de novas qualidades, pautadas num juízo de realidade, mas também ao aprimoramento de seus sistemas e de sua instância consciente. A maior relevância da realidade externa, assim,

---

26 Termo cunhado por Janet (1909, pp. 299-300), cuja perda relacionou mais especificamente ao estado de psicastenia, descrevendo-a como algo que “[...] *paraît plutôt consister dans l’absence de décision, de résolution volontaire, dans l’absence de croyance et d’attention, dans l’incapacité d’éprouver un sentiment exact en rapport avec la situation présente*”. É possível observar, pela descrição, que não se trata, clinicamente, de um sintoma psicótico franco, mas sim, de uma obnubilação da percepção do real, ou do que hoje a psicopatologia chamaria de sintoma dissociativo (DALGALARRONDO, 2007).

27 Embora Freud (1911) não dispusesse, em sua época, de estudos que o permitissem alegar prioridade ontogenética dos processos inconscientes no desenvolvimento filogenético do sistema nervoso, embasa que ocorra ao menos no individual, tomando como base o desenvolvimento do bebê da espécie humana. Os estudos contemporâneos, como aponta Lent (2010), contudo, demonstram uma sobreposição de estruturas neuroanatômicas no desenvolvimento filogenético dos répteis até os humanos, onde as mais primitivas se relacionam a reações como luta ou fuga diante de estímulos aversivos, as límbicas - presentes nos mamíferos - se associam a respostas emocionais, e as neocorticais a uma especialização ulterior da percepção sensorial e aos processos cognitivos propriamente humanos, estando possivelmente vinculadas aos fenômenos conscientes.

favoreceu a especialização dos sistemas perceptivos que a ela se voltavam e da consciência a eles ligada, passando a última a abranger não apenas as qualidades valorativas da série prazer-desprazer, mas também as sensoriais. A função da atenção, de acordo, passou a cumprir o papel de vasculhar periodicamente o mundo externo, por meio da sensopercepção, a fim de que, diante da urgência de alguma necessidade, seus dados já pudessem ser conhecidos: “Sua atividade vai encontrar as impressões sensoriais a meio caminho, ao invés de esperar por seu aparecimento” (ibidem, p. 280). Sob a necessidade de registro dessa atividade periódica da consciência, deu-se relevância a um processo de notação, base da formação da memória, e, por conseguinte, dos sistemas mnemônicos.

Se a percepção de qualidades de prazer e aversão cumpre, em algumas situações, a função de garantir sobrevivência orgânica, como no caso da fuga do predador, em outras, como no exemplo de uma presa que se camufla e simula algum aspecto de um predador, sua reatividade imediata pode passar a representar prejuízo. Dessa forma, as qualidades tomadas como prazer e realidade<sup>28</sup> não devem ser precipitadamente compreendidas como opostos, mas sim como duas variações espectrais da experiência, sendo que a ultrapassagem de um limiar de tolerabilidade da primeira configura característica insuportável, e, da segunda, de certeza; assim, pode existir uma zona parcial de intersecção entre ambas. Na medida em que a realidade pressiona a subjetividade no sentido de melhor se adaptar à primeira, não só se propulsa a percepção de qualidades subjetivas, mas também das sensoriais, dando ensejo ao desenvolvimento das funções de atenção e memória. Ainda assim, há uma parte da realidade que se origina interna ao organismo, na forma de suas necessidades instintivas de sobrevivência e reprodução, que demandam encontrar equilíbrio com a realidade externa na qual se situa: no caso em que a presa aparenta ser ameaçadora, o resultado do conflito entre fome e medo determina o comportamento adotado. Um estudo sobre o conjunto de fenômenos expressos nas posturas passíveis de serem adotadas pelo sujeito faz-se assim necessário.

Klein (1959), em seu trabalho e observação de crianças da mais tenra idade, identificou estados de raiva, falta de interesse em seus arredores, incapacidade de suportar

---

<sup>28</sup>Há alguma diferença aqui entre as sensações qualitativas de ‘real’ ou ‘irreal’, experienciadas imediatamente numa situação, que podem surgir na consciência sob aspecto intuitivo, sem produtos intermediários, em relação ao julgamento lógico racional, ao qual se chega após análise consciente de cada passo da mesma situação - embora não se negue uma tendência psíquica a guiar o resultado de suas reflexões pelo desejo de coerência com sua vivência afetiva, e nem de que aquelas possam moldar a última. Assemelha-se assim, sob alguns aspectos, ao que Damásio (2011) descreveu como o afeto de ‘fazer sentido’, frente a uma ideia, e ao que Bion (1962b) chama de experiência emocional do fato selecionado.



frustrações e até mesmo vagas expressões de tristeza, fornecendo indícios da ocorrência de conflitos emocionais pelo menos desde o nascimento. Cruzando com os dados de seu estudo e experiência na análise de adultos, identificou que sua transferência opera sob as catexias mais remotas presentes no aparelho, traçando caminho para emoções primitivas e fantasias inconscientes. Tomando a condição do recém-nascido, passando pelas situações do parto e da vida pós-natal que lhe segue, traumáticas em relação à sua constituição, infere sua experiência sob uma ansiedade de natureza persecutória. Quando o conforto lhe é oferecido, cessando as fontes de estímulos aversivos ao suprir suas necessidades, emoções prazerosas podem surgir, de maneira que o primeiro possa ser sentido como proveniente de uma fonte externa à qual se atribui valor positivo; permite-se o início da formação da primeira representação objetal da relação com uma pessoa amada, que cumpre a função materna, podendo ser inferida a partir do comportamento da criança, já nas primeiras semanas, em reações correspondentes a afetos positivos diante de sua presença. Na condição de mamífero, é constitucionalmente impossível ao animal humano sobreviver sem a existência de um outro ser que assuma tal função materna nas primeiras fases de seu desenvolvimento individual, de forma que a autora propõe a hipótese de uma ‘percepção inconsciente’ (*‘unconscious awareness’*), inata ao humano, da existência de uma figura materna, sendo esse conhecimento instintivo base da relação objetal primária. Nota-se, na observação da autora, não só o fenômeno descrito por Velmans, em que um sujeito projeta dados de sua experiência sobre o próprio objeto à qual se refere, mas que, mesmo num momento primitivo do desenvolvimento, carente de processos cognitivos, os fatores subjetivos do organismo e de suas experiências prévias também nele se projetam. O início ou obstrução no desenvolvimento desses processos, porém, exerce determinação se o sujeito será capaz de diferenciar seu espaço fenomênico de uma realidade à qual se tem apenas acesso indireto, ou se fará confusão entre ambos.

Klein (1946) observa que, diante do parco domínio sobre o corpo e a realidade externa no período neonatal, o papel das sensações de prazer e desprazer tem implicação muito maior que o mero desejo de esvaziar o aparelho do excesso de estímulos; os afetos aversivos anunciam, em última instância, condições que ameaçam a manutenção da vida orgânica, e, diante da impotência de resolvê-los por conta própria nesse momento, atingem qualidade de ameaça de morte ou terror de aniquilação. Tomando a existência de alguém que cumpra a função materna, a morte por inanição orgânica é evitada; no hiato temporal entre a percepção aversiva, a descarga motora por agitação e choro, e a resposta maternal, entretanto, o terror psíquico é vivenciado, e sob a forma de fantasia inconsciente, tende-se a deslocar a

catexia aversiva ao objeto primário do qual se dispõe, configurando uma representação objetal com qualidade de 'seio mau'. Na medida em que a fonte da ameaça aniquiladora suposta é atribuída ao 'seio mau', o equilíbrio psíquico da catexia é galgado por fantasias sádicas de controle e ataque ao objeto interno, que, contudo, ainda não encontra subsídio psíquico suficiente para ser diferenciado de um objeto externo. Por projetar no objeto as características destrutivas que percebe em si próprio, somadas à potência percebida no último - exercida pelo poder não só de aliviar a necessidade mas de ameaçar o sujeito ao não fazê-lo - e dada a indiferenciação perceptiva entre objeto interno e externo, o inconsciente não consegue distinguir fantasia de ataque real, e associa a elas o medo de retaliação por parte do objeto atacado, predominando, assim, uma ansiedade de característica persecutória. Dadas as sensações psíquicas da necessidade de sobrevivência e da impotência diante do objeto, o processo inconsciente depara-se com a urgência de manter também a representação de um objeto amado, que resgate o sujeito das ameaças de aniquilação diante das quais sente-se impotente. Daí decorre o surgimento do mecanismo de cisão, em que a representação objetal se divide em duas distintas, como 'seio bom' e 'seio mau'. Sendo caracterizada pela ansiedade persecutória e emprego do mecanismo de cisão, denominou esse conjunto de ansiedades, fantasias, defesas, e forma de relacionamento objetal como posição esquizoparanoide. Klein (1952) aponta para um predomínio narcísico de direcionamento da libido na posição esquizoparanoide, ainda que identifique, desde o primeiro momento após o nascimento, o desenvolvimento da relação objetal: o afeto de amor pelo objeto 'bom' vincula-se necessariamente à gratificação por este provida, e a qualidade da culpa experienciada pelas fantasias de ataque ao objeto 'mau' é de característica persecutória, visto que provém das fantasias de retaliação.

Klein (1959) afirma que, sob a limitação da criança em reconhecer qualidades aversivas apenas em seu aspecto afetivo, a operação da função materna coloca-a não apenas em contato físico, mas também psíquico, muitas vezes inconsciente, podendo intuir o cuidado que se faz necessário no momento. Ao exercitar-se na diferenciação da necessidade expressa pelo choro da criança e da ação que pode saciá-la, a figura materna provê não somente conforto, mas também parâmetros para que a criança associe ao alívio de uma qualidade aversiva específica um determinado tipo de cuidado satisfatório, subsidiando o início do desenvolvimento das capacidades de amor e compreensão, ansiadas pelo infante no contato materno. A criança aprende a compreender e associar a partir da compreensão e associações da figura materna. Desse conjunto de fenômenos a autora deriva os processos incessantes de

introjeção e projeção, que determinam o contato do sujeito com a realidade, a configuração de seu mundo representacional, e sua própria personalidade. Explica que, pela introjeção, não apenas a representação objetal pode estreitar sua aproximação do objeto externo pelo enriquecimento de informações dele derivadas, mas que a própria personalidade do sujeito, por sua experiência, pode aprender e adquirir para si competências exercidas pelo objeto. A projeção, por sua vez, permite ao sujeito enxergar no objeto qualidades advindas de seu mundo psíquico, conseguindo assim atribuir-lhe emoções, com base em suas posturas e expressões, e relacionar-se com este, tomando-o como sujeito com propriedades subjetivas, tal qual a si mesmo. “Mesmo no adulto, portanto, o julgamento de realidade nunca é completamente livre da influência de seu mundo interno” (KLEIN, 1959, p. 250, trad. nossa).

À medida em que as dinâmicas de introjeção e projeção do objeto, reguladas pelo padrão de relacionamento que com este se desenvolve no campo da fantasia, permitem a identificação de suas características com a personalidade do sujeito, ocorre um enriquecimento nas capacidades egóicas de coerência e integração. As associações entre percepção de qualidades aversivas e cuidados que as aliviam de forma gratificante iniciam mecanismos de significação e simbolização que não apenas enriquecem o pensamento onírico, mas propulsionam o início do racional. A regularidade da experiência de alívio proporciona a percepção de temporalidade, a partir da qual a aversão vivida como terror de aniquilação pode ser ressignificada na qualidade de mera frustração, cuja fonte de alívio tornou-se conhecida. Diante da redução da ansiedade paranoide e das fantasias destrutivas a ela associadas, do aumento do limiar de tolerância a frustrações e percepção de temporalidade, e da capacidade de integração egóica, o sujeito torna-se capaz de perceber a frustração não mais como a presença de um objeto ‘mau’ que lhe intenciona perseguir, cindido do objeto amado, mas como ausência ou falha do último. Ocorre então uma diferenciação da posição esquizoparanoide, que, sob predomínio do mecanismo de cisão, caracterizava-se por uma postura analítica diante do objeto, em outra posição integrativa, de postura sintética. Ao perceber o objeto como total, portador simultaneamente de suas qualidades e defeitos, o sujeito se dá conta que suas fantasias sádicas de ataque foram a ele dirigidas. Tendo introjetado e se identificado com a capacidade de amar, a libido, até então voltada narcisicamente, direciona-se propriamente ao objeto, dando espaço à sensação de culpa depressiva, associada a fantasias de que aqueles ataques sádicos possam ter lesionado o objeto total amado; o enriquecimento da personalidade pelas habilidades introjetadas, contudo, eleva sua sensação de potência diante da relação com o mundo, de forma tal que,

frente à ansiedade reparatória, possam surgir fantasias de restauração do objeto e expressões de amor e apreço por este. Por encontrar semelhança nos sintomas exacerbados dos quadros depressivos, denominou-se esta como posição depressiva. Enfatiza que o desenvolvimento normal depende de flutuações entre ambas as posições, não sendo possível traçar uma fronteira nítida: considerando a gradualidade de sua transição, seus elementos se entremisturam e interatuam em certa medida. Mesmo depois de atingida a posição depressiva, ambas as posições seguem flutuantes ao longo da vida, intercalando-se diante dos sucessivos predomínios entre as formas de ansiedade, persecutória e depressiva, em movimentos de cisão e integração dos elementos componentes das representações objetais (KLEIN, 1946, 1959).

Ao passo em que se observa uma tendência mais inata do fenômeno projetivo em direção à realidade concreta, o desenvolvimento da percepção de um 'eu' subjetivo, bem como da diferenciação perceptiva entre objetos externos e aqueles pertencentes a essa subjetividade, depende não só da percepção do objeto primário como um ser subjetivo, mas também de uma introjeção de suas capacidades. Desse modo, a introjeção passa a permitir novas experiências, e, portanto, novas projeções. Enquanto que Velmans configurou um arco reentrante pela consciência projetiva, as observações de Klein permitem aprofundá-lo de modo mais completo, como conformidade a fim, ao passo que não só a projeção da experiência é fim e meio de si e de sua totalidade, mas também a introjeção, em suas relações com a anterior. Velmans (2012) afirma que, no experimento de um observador externo que toma a relação entre um sujeito e seu objeto, mantendo-se o último, ambos poderiam intercambiar seus papéis, o segundo dirigindo sua atenção à sua experiência visual do objeto, e o primeiro, para a relação entre os anteriores. Tal possibilidade de intercâmbio demonstra que a visão mais 'objetiva' da cena, ou em terceira-pessoa, não existe apartada da própria visão do sujeito que observa; ela se diferencia da visão em primeira-pessoa, mais 'subjetiva', na medida em que seu sujeito lhe subtrai as características que atribui como subjetivas, porém não consegue existir de outra forma que não no espaço fenomênico do observador. Nesse sentido, a corrente reducionista se esbarra com o absurdo, na medida em que propõe reduzir justamente o campo específico que lhe permite suas observações e formulações. A possibilidade de intercâmbio, porém, depende não apenas da semelhança orgânica entre os indivíduos participantes, mas também de seus fatores subjetivos: e.g. caso um deles se sinta ameaçado pelo objeto e o outro não, as experiências serão fundamentalmente diversas.

Velmans (2012) afirma que, ao se tomar o processo mental como objeto de

investigação, ambos os pontos de vista agregam informações, já que em primeira-pessoa é possível algum acesso à experiência, e em terceira, a alguma forma de compreensão sobre seus processos correlatos - neurobiológicos ou funcionais. Sua característica, porém, mostra-se irreduzível: mesmo que se desenvolvam as mais sofisticadas técnicas de mapeamento de imagem, que permitam detalhes das configurações sinápticas de um sujeito diante de uma experiência, tal conteúdo informacional, em terceira-pessoa, não passaria de uma correspondência àquela experiência, um mero significante, cujo significado não seria acessível senão pelo ponto de vista da experiência daquele sujeito cujo processo mental foi objeto de investigação. Ao ancorar e unificar as formas de conhecimento sobre si, em primeira e terceira pessoa, a investigação do mental sob o monismo reflexivo configura então um monismo ontológico combinado a uma epistemologia dualista. Enquanto processadora de informações, a mente pode ser vista como cérebro, em terceira-pessoa, ou como experiência consciente, em primeira, ambos os pontos mutuamente complementares e irreduzíveis, apontando para sua natureza psicofísica. Nas observações de Klein, notou-se que a transição de uma posição esquizoparanoide para uma depressiva engendrou o início dos processos abstrativos da representação mental, e que uma reformulação subsequente demanda uma transição cíclica, sob novas cisões e integrações; ainda assim, o significado da representação não pode ser atingido senão na experiência que lhe corresponda. Apesar de Velmans observar um dualismo epistemológico, os processos ulteriores de generalização, comunicação, testagem, e outros pertencentes aos métodos que se convenham chamar de científicos, derivam sempre, em última instância, da experiência subjetiva, ou de um ponto-de-vista em primeira pessoa. Salienta-se disso uma questão: seria o caso de um dualismo epistemológico de fato, por haverem duas aplicações epistemológicas distintas, ou seriam ambas derivadas de um mesmo conjunto processual, porém, pela limitação da compreensão humana, demanda-se uma cisão como se fossem distintas?

Velmans (2012) afirma que, havendo tomado o mental como objeto de investigação, o experimento que diferencia sujeito e observador externo permitiu explorar o fator da perspectiva, na medida em que ambos possam intercambiá-la, se assimétrica, ou construir um campo intersubjetivo ao compartilhar um mesmo ponto de vista. Sua descrição, porém, mantém-se no domínio da aparência, sendo necessário abordar o fator de sua relação com a realidade, sobre a qual levantam-se apenas os indícios mais fugazes dos complexos eventos e processos que permitem o surgimento do primeiro, o qual, por sua vez, reflete como as coisas parecem ser na vida cotidiana. O conteúdo introspectivo da mente humana, somado ao corpo

experienciado e ao mundo fenomênico circundante, indica apenas subliminarmente os eventos e energias mais amplos, dos quais são amostra, ou os processos complexos que os suportam, pré-conscientes e inconscientes: a própria sensoimpressão já se limita por suas características físicas, por exemplo, a um determinado espectro da visão em relação às ondas eletromagnéticas existentes, ou aos limites de tamanho e distância dos objetos passíveis de serem enxergados. Os processos perceptivos que traduzem os impulsos captados pelos órgãos sensitivos em conteúdo experienciado qualitativamente, por sua vez, o fazem de forma especializada e espécie-específica, moldando categorias da percepção pelos próprios fatores constitucionais da mente humana: até mesmo o espaço tridimensional, que se apresenta imediatamente à percepção como mundo físico, pode ser tomado como uma forma especificamente humana de enxergar e relacionar-se com o mundo em si, do qual aproxima-se apenas parcialmente por modos da compreensão, como o da física, mas que não se domina pelo entendimento em última instância. Tomando-se o próprio sujeito como objeto de sua atenção, devem-se observar também as fronteiras de sua percepção imediata: assim como a propriocepção oferece informação sobre o corpo mas não de seu funcionamento, a introspecção acessa conscientemente apenas alguns resultados finais de processos mentais cuja operacionalidade ocorre em instâncias inconscientes, como o próprio pensamento. Considerando que o mundo experiencial consciente surge a partir dessas instâncias, considera-as como ‘terreno inconsciente da existência’.

A partir do conjunto de observações de Velmans, desdobra-se agora uma segunda questão. Considere-se, como modelo, um trecho do parágrafo anterior, em que algo possa “ser tomado como uma forma especificamente humana de enxergar”: nota-se que um enunciado dessa espécie não descreve uma experiência subjetiva, e que mesmo uma proposta tal de descrição afasta-se da mesma, por ser ultimamente inefável à formulação gnosiológica; o que se contém no enunciado já é uma generalização abstrata que parte da experiência subjetiva, mas que, por fazê-lo, torna-se menos ‘subjetivo’ e mais ‘objetivo’. Nesse sentido, os níveis de abstratividade galgados pelas descrições que partem mesmo dos aspectos subjetivos, em sua observação, dependem também da experiência para que atinjam significado, não se tratando o ponto-de-vista apenas a partir da fonte tomada (se é sensorial ou introspectiva), mas também do tratamento intelectual que lhe é dedicado. No caso deste modelo, o leitor terá que fazer referência à sua própria experiência de enxergar, no que lhe parece ser sua especificidade. Se, por um lado, a analogia experiencial é necessária para conferir significado às abstrações formuladas para lhe corresponderem, quando a observação é fenomênica, por outro, o

processo de formulação ‘objetiva’, ‘física’ ou ‘científica’ é influenciado pelos processos implicados na tradução de sua própria experiência. A ‘variação angular’ de um vértice, desse modo, demonstra ter mais de uma dimensão, vez que depende não apenas do foco tomado, mas do conjunto de processos envolvidos em como os seus dados derivados serão tratados. Considerando as cadeias cíclicas de uma conformidade a fim, cada parte assim tomada como ponto de partida da investigação permite a observação de certos conjuntos de elementos a ela relacionados e de suas próprias relações, mas não de uma totalidade em-si do objeto. Nesse aspecto, diferentes disciplinas podem se relacionar no que tange à investigação de um mesmo objeto, sob diferentes pontos de partida, trazendo descobertas que permitam consideração e reformulação de seus conceitos entre si, como no caso da medicina, psicanálise, filosofia, neurociências e outras. Mesmo assim, em cada uma delas, não se exime do risco de conclusões precipitadas mediante a dispensa do papel cumprido pelos fatores experienciais.

Para Velmans (2012), o monismo reflexivo adota que, uma vez que a substância fundamental do universo se diferenciou em partes que incluem observadores conscientes como os humanos, várias formas de dualismo e suas diferenças relacionadas emergiram, como observador e observado, objetivo e subjetivo, aparência e realidade, perspectiva simétrica e assimétrica, cérebro físico e experiência qualitativa, e até mesmo consciente e inconsciente. Nessa forma de observar a realidade, porém, a consciência humana se mostra incorporada em um universo maior, que lhe é também suporte, sendo, portanto, expressão natural ou manifestação do último. Ainda que se tome a causa proximal da consciência no cérebro, este último não opera independente de seu corpo ou mundo circundante, e os conteúdos da consciência para a qual é suporte emergem, a partir do processamento perceptivo, de uma relação reflexiva com as entidades, eventos e processos que ocorrem no mundo circundante, corpo e em si mesma, enquanto mente ou cérebro.

### 3.3. UMA FUNÇÃO PARA LIDAR COM A EXPERIÊNCIA

Nos capítulos anteriores deste trabalho, nota-se uma questão central que não só conduziu o desenvolvimento teórico de Bion, mas que se coloca como fundamento em qualquer investigação que tome seriamente os fenômenos subjetivos do humano ao delinear a mente como seu objeto. Ainda que seja passível de consciência a experiência, e que suas formulações correspondentes apenas dela se aproximem parcialmente, o que permite que algo inefável e indescritível seja traduzido sob forma abstrata? Sandler (2005) compreende que a fronteira de conhecimento traçada por essa questão representa um dos mais misteriosos segredos da vida humana em si. Ao longo de toda história da humanidade, importantes autores das mais diversas áreas, como da filosofia, religião, literatura, medicina, psicologia, psicanálise, e da própria ciência, debruçaram-se sobre ela, sem jamais terem encontrado uma resposta que não incorresse, em algum grau, a fantasias oniscientes. Em diferentes mitologias, expressa-se a temática do desejo humano pelo conhecimento levando-o à ruína, como nos casos da torre de Babel, da tragédia de Édipo, ou do jardim do Éden. Talvez essa observação possa servir não como um ‘mau’ objeto, que deva ser evitado, mas como um pensamento que demanda reflexão, ou ser pensado. Tal qual descreve Kant sobre a conformidade a fim, haveria alguma limitação da faculdade da razão humana para compreender esse tipo de questionamento? Será que uma tentativa obstinada em encontrar uma resposta corre o risco de ultrapassar até o mais resiliente limiar à frustração, levando a crenças fantasiosas? Sandler afirma que Bion não se propõe a resolver um tal problema, embora se note, em sua obra, que, em nenhum momento, deixa de levá-lo em consideração. Embora não se saiba o como, e se interogue se seria até mesmo possível um tal conhecimento, o fato é que o processo ocorre, e que o fenômeno em que experiências são traduzidas em formulações é observado. Como esse pensamento poderia, então, ser pensado?

Bion (1962b), empregando sua teoria observacional sobre funções de personalidade, nota que se opera alguma função na personalidade do sujeito que toma como domínio a experiência emocional, e retorna, em sua imagem, elementos abstratos, passíveis de serem pensados. Opta por chamá-la de função-alfa, recorrendo ao uso matemático de nomeação de um elemento incógnito. Explica que termos concretos tendem a carregar penumbras de significados que podem distorcer o conceito a ser investigado, e que o nome escolhido é dotado de uma insaturação de significados prévios que se possam aderir à mesma, como uma incógnita que pode ser investida de algum valor, quando seu uso pode ajudar a determiná-lo.



Afirma que a função-alfa vem a operar sobre tudo aquilo que se tem percepção<sup>29</sup>, impressões sensoriais e emoções, seja em se tratando da vida em vigília ou das experiências emocionais vividas na forma de sonhos, mediante a regressão sensorial tornada possível durante o adormecimento; quando bem sucedida, produz elementos-alfa, passíveis de armazenamento como memória, e matéria prima para os pensamentos e sonhos.

Caso ocorra falha da operação da função-alfa, a impressão sensorial se mantém inalterada, sendo então tomada como aquilo que se chama de elemento-beta: sendo percebido de forma concreta, e não abstrata, não é passível de distinção como pertencente à realidade representacional do sujeito, sendo por ele sentido como se fosse uma ‘coisa-em-si’, sem possibilidade de dúvida, e não como elemento que lhe permite investigar a existência de um fenômeno. Por se fazerem indisponíveis para serem pensados, assemelham-se ao modelo contido na expressão ‘fatos indigestos’, uma vez que não podem se tornar inconscientes, ou ser esquecidos após armazenamento na memória. Na medida em que populam a psique, exercem pressão de uma sobrecarga, demandando que algo seja feito com eles. Caso se opere a função-alfa sobre sua consciência, mesmo em momento subsequente, eles se transformam em elementos-alfa, perdendo sua característica de beta. Enquanto elementos-beta, cabem-lhe apenas aquelas atitudes mentais análogas a uma função evacuatória, expressa na forma de descargas motoras que correspondam a estímulos não suportados; sendo uma sorte de atitude impulsiva, em que a percepção de uma urgência é posta na forma de atos, antes de que possa ser pensada, caracterizam uma atuação. Dessa maneira, caso ocorra a evacuação de elementos-beta por meio do discurso, nota-se que este não visa primariamente a função de comunicar algo a outrem, mas sim de lhe causar um impacto, sob a fantasia de que seria possível se livrar de um elemento indesejado ao forçá-lo em direção a outro sujeito.

Se a situação experienciada for aquela não de uma falha pontual, mas de uma inoperabilidade mais generalizada da função-alfa, galgam-se complicações mais emaranhadas no conjunto de seus processos. Ao passo em que, na fantasia, o elemento indesejado é agressivamente projetado em outro objeto, esse objeto não se torna representável senão na forma de outro elemento-beta. Diante da indistinção que o sujeito passa a fazer entre realidade interna, ou representacional, e externa, ou concreta, sua experiência será a de que o objeto assim atacado continua a orbitar-lhe, estando sempre presente; projetando-lhe seu próprio sadismo e crueldade, esse objeto torna-se ameaçador por sua capacidade de retaliação, de

---

29 “[...] of which the patient is aware” (BION, 1962b, p. 6).

modo que o sujeito permanece preso a um estado de ansiedade sob sensação de ameaça. Enquanto que, na falha pontual, a atividade evacuatória possa indiretamente comunicar, ao indivíduo por ela impactado, algum aspecto subjetivo do elemento projetado, caso este último consiga compreendê-la, ou até mesmo suportá-la, o primeiro sujeito pode então reintrojetar a representação do objeto sob operação de sua função-alfa, ‘digerindo’, assim, os elementos-beta que se lhe apresentam. Denominada essa atividade evacuatória sob o termo identificação projetiva, caso excessiva, sob falha generalizada da função-alfa, seu alvo se torna apenas evacuatório, sem intenção comunicativa - ainda que, a depender da compreensão do objeto, esta possa ocorrer. Mesmo assim, dada uma tal configuração funcional, o primeiro sujeito não escapa daquele destino persecutório. Apresenta-se, neste caso, um estado de mente diametralmente contrastante com aquele necessário ao cientista em sua ocupação, que deve saber dedicar-se a fenômenos, porém sem ter certeza se estes correspondem ou não a algum objeto existente como coisa-em-si.

Para que haja aprendizado a partir da experiência emocional, há que se operar a função-alfa sobre a consciência (*‘awareness’*) da mesma. Elementos-alfa são produzidos a partir das impressões resultantes desta, que, então, são armazenados e tornam-se disponíveis para os pensamentos oníricos. Não apenas o pensar consciente torna-se possível, mas também a translação de tarefas aprendidas para a execução que não consome consciência, como o menino que aprende a andar e não precisa mais ‘pensar’ para executar os passos dessa tarefa. “A função-alfa é necessária para o pensamento e raciocínio conscientes e para a delegação do pensar para o inconsciente quando se faz necessário desincumbir a consciência da carga de pensamentos no aprendizado de uma habilidade” (BION, 1962b, p. 8, trad. nossa). Os elementos-beta, todavia, não podendo ser pensados, tampouco podem ser reprimidos, suprimidos, aprendidos ou sequer tornar-se inconscientes. Ao mesmo tempo em que impedem o distanciamento da impressão sensorial, dificultam a aproximação com a realidade, por não permitir processos que retifiquem suas distorções, como abstração e raciocínio. Considerando que a tomada de consciência de qualidades psíquicas não se difere das sensoriais, no que tange à uma apropriação indireta a uma realidade correspondente, a psique cria representações não apenas de objetos externos ao aparelho, mas também do próprio *self* e de seus processos psíquicos; dessa forma, algum objeto representacional deve corresponder à própria função que lhe permite experienciar a realidade na forma de pensamentos, aqui tomada como alfa. Sendo esta função a que permite ao sujeito tomar consciência de sua subjetividade, os ataques a ela direcionados em sua fantasia, sob fatores passionais como ódio ou inveja, impedem um

contato consciente consigo mesmo, enquanto ser subjetivo, ou com outros objetos vivos (*'live objects'*). Embora esta observação possa soar confusa, uma vez que o sujeito não tem a capacidade de destruir uma função em-si, mas apenas de atacar sua representação sob fantasia, algum esclarecimento pode ser atingido em suas dinâmicas psíquicas: caso opere a função-alfa, não se sustenta a fantasia de que ela tenha sido eficientemente atacada e destruída, logo, a manutenção de uma tal fantasia demanda que se mantenha inibida sua operacionalidade. Nesses casos, o sujeito tende a falar de pessoas como quem fala de objetos inanimados, num fenômeno de reificação, contrastante ao animismo.

Partindo da teoria das funções de personalidade, ainda que não sejam passíveis de formulação algébrica que represente relações entre grandezas matemáticas numericamente quantificáveis, o conjunto de observações sobre o sucesso e as falhas em sua operacionalidade permite a notação de alguns dos fatores contidos na função-alfa. O limiar de tolerabilidade a frustrações, responsável pelo direcionamento do aparelho nos sentidos do pensar ou da tomada de decisão, seja essa de evadir-se da realidade ou modificá-la, apresenta-se como resultado do desenvolvimento do princípio da realidade em relação ao do prazer. Caso exista uma intersecção relativa entre estes, ou seja, havendo alguma zona em que a aproximação da realidade ocorra sob prazer, e cujo atravessamento de sua fronteira, mantendo essa aproximação, passe a engendrar aversão, o limiar de tolerabilidade pode ser alto o suficiente para que não se iniba o pensar, e baixo o suficiente para que este não se torne substituto da ação. Se a relação entre os princípios for de uma disjunção exclusiva, porém, na qual se confunda realidade como sinônimo de aversão, podem-se engatilhar fantasias de ataque a ambos os desenvolvimentos, do pensamento e do pensar. Sob a prevalência dessa disjunção, ocorre o predomínio daquilo que Bion observa como sendo a parte psicótica da personalidade<sup>30</sup>, tal qual o observado no modelo em que o sujeito, incapaz de tolerar a realidade como um todo, ataca as representações sobre as partes do aparelho que lhe permitem contato com esta, como a própria função-alfa, sobrecarregando-se de elementos-beta, tornando excessiva a identificação projetiva em seu emprego, e adotando uma perspectiva reificada em relação ao mundo e a si mesmo. Caso predomine a parte não psicótica de sua personalidade, o limiar de tolerabilidade permite uma flutuação entre momentos em que uma frustração pode ou não ser tolerada, bem como o emprego da identificação projetiva em sua forma realística, possível como instrumento de comunicação. Delineiam-se, assim, como fatores da função-alfa, o limiar de tolerabilidade a frustrações, e o predomínio subsequente da

---

30 Bion (1956, 1957).

parte psicótica ou não psicótica da personalidade, a identificação projetiva, a transição entre as posições depressiva e esquizoparanoide, e seus fatores adjacentes, como a formação de símbolos, o desenvolvimento do pensamento verbal, e a cisão.

Bion (1962b) reflete sobre a instituição do princípio da realidade, o qual, diante da pressão exercida pelos componentes da realidade externos ao organismo, cumpriu o papel de propulsionar não só o desenvolvimento do aparato sensorial mas também da consciência, que se tornou a eles anexada; dessa maneira, a última teve que desenvolver a compreensão não apenas de qualidades afetivas valorativas, como ‘bom’ e ‘mau’, ou ‘real’ e ‘falso’, mas também de qualidades sensoriais em sua experiência subjetiva. Damásio (2011) fornece uma observação experimental que pode ser tomada como modelo desta questão: no caso de um indivíduo humano que sofre uma lesão em suas vias visuais, de forma que interrompam-se suas conexões com o córtex, mas se mantenham as demais, em particular com os colículos, o sujeito deixa de ter uma consciência perceptiva do que é visto; porém, ao ser alvo de um projétil visível, ele se desvia instintivamente e relata uma experiência de medo ou susto, sem, contudo, conseguir compreender o que lhe ocorreu no espaço externo. Preservadas as conexões com as estruturas neurais mais primitivas, ocorre a percepção de uma qualidade afetiva, porém não a sensorial que lhe seria correspondente. Sabendo que a filogênese do sistema nervoso encontra, no humano, uma sobreposição de estruturas posteriores em relação às mais primitivas, o autor propõe que seja a partir disso possível inferir, parcialmente, a experiência consciente em animais portadores apenas dessas estruturas mais primitivas, de forma que a percepção consciente sensorial seja ulterior à afetiva em seu desenvolvimento filogenético. Sendo a compreensão já um processo psíquico, sob o conceito de consciência como ‘órgão’ responsável pela percepção de qualidades psíquicas, sua instanciação ocorre nesta, o que dialoga com a observação de Descartes de que mesmo as experiências de sentir uma sensação ou de realizar uma ação motora ocorrem nessa instância. Desse modo, Bion (1962b) afirma tratar a compreensão de ambas, qualidades sensoriais e afetivas, como fenômeno real, independentemente se partem seus estímulos de componentes da realidade internos ou externos ao aparelho, sendo determinante apenas a diferença cumprida pela dinâmica entre os princípios do prazer e da realidade na escolha tomada pelo sujeito entre modificar uma realidade frustrante ou evadir-se dela. Nota-se uma característica mais ampla desse conceito de compreensão, por não se tratar exclusivamente do uso de faculdades racionais para interpretar logicamente os dados tomados, mas abranger também os fenômenos mais primitivos, como na tomada imediata de uma compreensão; dessa maneira, a razão, em

sua forma ou inibição de operacionalidade, é um dos fatores da função de compreensão, mas não seu mero sinônimo.

Sob o aumento da carga de elementos com os quais deve lidar a consciência, pressionada pelo princípio da realidade, o desenvolvimento da função da atenção passa a permitir não apenas o recorte de um foco da observação do sujeito, mas também uma atividade prospectiva de antever, frente à familiaridade de dados auferidos de seu ambiente, a emergência urgente de necessidades, podendo encontrar-se com impressões sensoriais em meio caminho, ao invés de aguardar sua aparição. Dessa maneira, a prospecção da atenção mostra ser não só produto de uma atividade racional, mas também intuitiva, na medida em que a presença de urgências na experiência de um dado ambiente configura experiências subsequentes. A psicopatologia fornece um modelo que pode ajudar a compreender essa abstração: enquanto que, para Dalgarrondo (2007), num fenômeno classificado como medo, o sujeito depara-se com impressões sensoriais diretamente relacionadas ao objeto aversivo, e.g. o cheiro de um predador, na ansiedade, por outro lado, ele se depara com indícios indiretos do mesmo, como no caso de um ambiente conhecido como sendo habitat do último. Ocorre que, numa crise de ansiedade, por exemplo, uma experiência dolorosa na região torácica pode ser imediatamente compreendida como sendo um ataque cardíaco, e não sintoma da própria crise. Tendo sido sujeito a outras crises prévias de ansiedade, contudo, o indivíduo pode tornar-se capaz de dirigir sua atenção sob elementos já familiares, e reconhecer que uma experiência momentânea é, de alguma forma, diferente das prévias, de forma que conclua ser prudente uma atenção médica que descarte a ocorrência de um evento cardíaco. Neste último caso, a atenção permite a diferenciação entre uma ansiedade e um medo, diferentemente da conclusão precipitada abordada no anterior. A atenção, sob influência do limiar de tolerabilidade, direciona se a compreensão tomará para si o produto da experiência como sendo um elemento-alfa ou elemento-beta, ou seja, como um indício de que algo ocorre ou como a sensação de certeza quanto à sua presença, sendo, portanto, um fator operacional da função-alfa. Na medida em que a atenção recorre à memória, vasculhando o conjunto de dados percebidos em busca de elementos já familiares, a função de notação, sendo aquela que permite que os elementos-alfa resultantes de uma experiência sejam registrados no aparelho psíquico para que se garanta sua possibilidade de resgate posterior, demonstra-se também como fator da função-alfa.

Bion (1962b) revisa o fenômeno de cisão, compreendendo que ele não apenas atua

sobre representações de objetos externos, mas também sobre as do próprio aparelho mental e a percepção de satisfação material e psíquica. Estabelece uma diferenciação qualitativa, ainda, entre a cisão que visa defender-se da ansiedade depressiva, e a forçada, por ser sufundida por destrutividade, que impede as experiências de fruição. Reitera que, na relação com o objeto primário, não apenas confortos materiais são ofertados, como alimentação e higiene, mas também, pelo contato psíquico inconscientemente estabelecido, demonstrações afetivas como amor, consolo e compreensão. Sob destrutividade excessiva, a emoção do medo de agressão pode ser forte suficiente para inibir até mesmo os impulsos de obtenção de sustento. Neste caso, o amor ofertado pelo objeto, sendo inseparável, na fantasia, da inveja, rivalidade e ódio, e compondo uma turbulência emocional violenta, indistinguível de destrutividade, pode aumentar a obstrução. O medo de morte por inanição compele a retomada da sucção, porém, forçando a cisão entre as percepções de satisfação psíquica e material. A aversão intensa provocada pelos afetos de medo, ódio e inveja pode desencadear um processo em que a destrutividade se direciona à representação das partes do aparelho responsáveis pela percepção do afeto em geral, e, portanto, componentes da função-alfa, levando a um estado em que o paciente não consegue distinguir-se como objeto vivo, confundindo-se com o inanimado. A necessidade latente por amor, compreensão e desenvolvimento mental vê-se defletida, sem possibilidade de satisfação, ainda que diante de uma exagerada e incessante busca por confortos materiais. Ao tomar suas impressões não como representações, mas coisas-em-si, mediante prejuízo da função-alfa, o paciente encontra dificuldade em lidar com outras pessoas como objetos vivos, povoando seu mundo representacional com objetos bizarros e inanimados. Nesse ataque à função-alfa, os elementos-beta são impedidos de se transformar, e, sob uma reversão da função-alfa, os elementos-alfa prévios são fragmentados e amalgamados a restos representativos da personalidade, formando uma órbita de objetos bizarros. Num funcionamento psicótico de personalidade, encontrando-se comprometida a flutuação posicional, e estagnando-se o sujeito em dinâmicas de cisão, as dificuldades encontradas decorrem da inoperabilidade da função-alfa; em outros casos, porém, algo semelhante pode decorrer das limitações próprias da última. Na medida em que o produto de uma experiência é sucessivamente abstraído a maiores níveis de generalização, cada vez mais se distancia das características vivas e subjetivas desta, de forma que o cientista que se ocupa da investigação dos fenômenos da vida subjetiva encontra-se em situação algo paralela. Se, por um lado, o prejuízo na capacidade do pensar, por intermédio da função-alfa, implica na indiferenciação entre coisa e representação, característica do elemento-beta, sem ser passível de abstração ulterior, por outro, a necessidade imposta pelo método científico de que uma

hipótese não deva conter nada mais que uma generalização, configurando, assim, uma abstração última, demanda o abandono de suas conexões com a realidade experiencial. Em ambos os casos, o que se perde é a bidimensionalidade, seja na percepção ou no discurso.

A inabilidade, mesmo dos mais avançados seres humanos, em fazer uso de seus pensamentos, em razão da rudimentaridade da capacidade de pensar em todos nós, implica que seu campo de investigação - sendo toda investigação científica em última instância - é limitado, por inadequação humana, àqueles fenômenos que têm a característica do inanimado. Nós assumimos que a limitação psicótica é devida a um adoecimento: mas a do cientista, não. A investigação dessa suposição ilumina o adoecimento, de um lado, e o método científico, de outro. Parece que o nosso rudimentar equipamento para “pensar” pensamentos mostra-se adequado quando os problemas tomados se associam ao inanimado, porém não quando o objeto de investigação é o fenômeno da vida em si (BION, 1962b, p. 14, trad. nossa).

O autor observa que um sujeito que tem a função-alfa preservada e vive uma experiência emocional é capaz de convertê-la em elementos-alfa, e, então, permanecer inconsciente quanto a esta ou torná-la consciente - o que não ocorre num paciente psicótico. Neste último caso, a pessoa não consegue diferenciar sonho de vigília, ou mesmo permanecer atenta a uma conversa enquanto reprime outros estímulos que possam ser ruídos, enquanto que seu discurso carrega uma impressão de unidimensionalidade, faltando-lhe variações de tonalidade conotativa. Os fenômenos de censura e resistência, que mantêm um conteúdo como inconsciente, dependem, portanto, da operação da função-alfa. Opta por chamar essa fronteira entre consciente e inconsciente de barreira de contato, sendo esta responsável, simultaneamente, por impedir que as atividades conscientes sejam sobrecarregadas por fenômenos mentais, por um lado, e que elas sobrecarreguem o pensamento onírico de vigília, sob processos inconscientes, por outro; conseqüentemente, é também responsável pelo sonhar. Conclui que tal barreira seja formada pelos elementos-alfa em sua articulação, estando em contínuo processo de formação. Sua natureza dependerá da natureza do suprimento de elementos-alfa, e da maneira com que estes se relacionem entre si. Eles podem coerir ou aglomerar-se, e ordenar-se, sequencialmente na aparência de uma narrativa, logicamente, ou até geometricamente. O termo ‘contato’ implica em uma seletividade na transição de conteúdos entre as instâncias, tal qual o modelo da membrana semipermeável de uma célula, de forma que de sua natureza depende o intercâmbio e transformação de elementos conscientes e inconscientes, e vice-versa, e, portanto, também a formação de memória.

Bion (1962b) retoma as formulações sobre o princípio da realidade, apontando o

papel do processo do pensamento em conter a descarga motora como reação imediata do aparelho, endossado por qualidades que permitem ao último suportar aumento de tensão durante a prorrogação de um processo de descarga: nesse sentido, pode ser tomado como um modo experimental do agir, pelo qual menores proporções de catexias se ligam às suas representações. Afirma que, implícito nessas considerações, encontra-se o papel do limiar de tolerância a frustrações em produzir tensão, e do emprego do pensamento para preencher o intervalo entre a necessidade de descarregar a psique da sobrecarga de estímulos e sua real descarga. Quando excessiva a intolerância, contudo, a diferença quantitativa pode tornar-se qualitativa, diante da cisão forçada entre as percepções de alívio material e psíquico, implicando na balança decisória entre os padrões de escolha em evadir da frustração ou modificá-la, expressão esta do predomínio do princípio do prazer ou da realidade. Salienta haver outras formas de classificar o procedimento adotado em tal escolha, como, por exemplo, entre um movimento muscular, propriamente físico, ou pelo emprego de processos psíquicos, como imaginação, racionalização, ou outros mecanismos. Afirma a importância, nessa investigação, de atentar-se para a coexistência, em uma mesma personalidade, de fenômenos tais como sentimentos de frustração, intolerância a sentimentos de frustração, emoções relacionadas e as decisões que surgem da articulação de tais elementos.

Na observação da função-alfa nos contextos de sua operacionalidade e falha, nota-se o fenômeno de que o aparelho representa não apenas os objetos pertencentes à esfera concreta de sua realidade, mas também dos componentes inconscientes de seus processos psíquicos e da própria existência de um 'eu' subjetivo, representado pela identificação que se forma com o *self*. Ao passo em que os processos psíquicos mais primitivos, como as próprias fantasias do sujeito, tomam, como objeto, seu conjunto de representações - sejam aquelas percebidas como tais, como elementos-alfa, mas também as que não conseguem distinguir-se da realidade, como os beta - as qualidades emocionais, como sensações de coerência ou incoerência, na medida em que sua percepção consciente se expressa sob algum grau de frustração, instigam sua tolerabilidade, de modo que a ultrapassagem de seu limiar guia os processos psíquicos subsequentes. Dessa maneira, sob uma fantasia de ataque à capacidade de pensar e ao contato com a realidade, a intolerância sentida frente à percepção de operabilidade da função-alfa leva a uma tentativa psíquica inconsciente de efetivar sua inibição. Na medida em que a percepção de operação dessa função engendra frustração, sua inibição se realiza como forma de evitar a própria experiência frustrante; caso tal inibição não seja alcançada, porém, a representação da função, enquanto elemento-beta, pode ser projetada em outros objetos indesejados, de forma



que se sinta não mais pertencer ao sujeito, que, então, pode também renegar seus produtos. Caso a representação do próprio aparelho seja tomada como um elemento-alfa, porém, torna-se passível de atividade pensante. Caso o sujeito tome como objeto algo que exista na realidade de forma algo independente de si mesmo, a representação carrega consigo a percepção de uma fronteira em que o objeto se faz como um outro, levando, portanto, à percepção da existência de um 'eu', ainda que sob sua relação com o último. Desse modo, torna-se o sujeito capaz de representar não somente objetos que lhe são externos, mas também seu próprio corpo, acessível por vias proprioceptivas, com as mesmas características da percepção sensorial, bem como, pela percepção introspectiva, seus processos mentais e seu próprio *self*.

Pereira Jr (2018), ao debruçar-se sobre a teoria projetiva da consciência, reformula o conceito de espaço fenomênico na forma que denomina como um domínio consciente estendido, ou ECD. Nesse modelo, não só o sujeito projeta os objetos percebidos como pertencentes à realidade externa, por meio de suas vias aferentes, como também projeta, em sentido introspectivo, as representações referentes ao *self*, delineando, desse modo, dois polos distintos de projeção, responsáveis por um senso de *self* e outro de mundo. Tomando a consciência como produto de três sistemas neurobiológicos, quais sejam, o sentir, o agir, e o saber, observa o fenômeno da projeção como princípio pontificador entre estes e a estrutura fenomênica bipolar, responsável pela geração dos sentidos de *self* e de mundo. Enquanto que aqueles sistemas podem ser investigados sob um ponto de vista em terceira pessoa, o ECD, sob sua característica fenomênica, demanda ser experienciado sob perspectiva em primeira pessoa. Na medida em que o autor considera a fundamentação epistemológica de sua teoria pela conjunção dos ângulos observacionais da neurobiologia, da filogenética, e da psicologia, sob as características das atividades conscientes de cognição, afeto, e enação, convida a um debate como este que se realiza com a produção teórica de Bion sobre o pensamento, o pensar e a experiência emocional como fonte do aprendizado.

Ainda que Pereira Jr saliente a diferença do ECD em relação a uma teoria de realidade virtual, visto que o primeiro tem a característica do domínio apresentacional da experiência, pôde-se notar, na teoria de Bion, dois pontos que permitem a manutenção do diálogo. O primeiro se mostra na medida em que seu conceito de representação perpassa aquele exclusivo a formulações de elevado grau de abstratividade, abarcando até as formas mais primitivas, em que não se distingue em absoluto o objeto interno e sua experiência da

realidade externa ao sujeito, quais sejam, os elementos-beta. O segundo se encontra na observação detalhada das cadeias cíclicas processuais que culminam na possibilidade da experiência, sendo estas influenciadas não apenas pelo conjunto de representações do sujeito, mas também por suas dinâmicas psíquicas. Desse modo, um elemento-beta não somente é passível de ser experienciado, como participa das cadeias determinantes das experiências subjetivas. Parece ser neste mesmo sentido que Pereira Jr afirma que, apesar de o ECD não ser intrínseco às representações, estas são componentes do último, na medida em que se empregam para permitir as operações projetivas que geram seu domínio. Além disso, o ECD depende do contato experiencial com algo que existe para além de seu campo fenomênico, configurando uma relação durante sua ocorrência, não sendo, assim, redutível a meras formulações abstratas na ausência dos objetos: o ECD refere-se ao campo da experiência, e não do entendimento, ainda que se reconheça sua modulação pelo segundo. Mesmo no caso em que o elemento-beta é sentido como presença de um objeto de qualidade negativa, existe uma fonte real da experiência aversiva, senão no componente externo da realidade, no interno, interoceptivo, como em situações de fome, ou introspectivo, quando produto de suas atividades fantásticas; o que se decorre desse caso não é uma experiência que prescinde de um objeto, e sim uma falha da compreensão sobre a característica do objeto, o que implica, assim, no sentido da projeção realizada.

Nesse aspecto, pode-se observar o valor do papel cumprido pelos elementos-beta. Caso não fossem estes o substrato do qual se partem abstrações subsequentes, ocorreria uma dissociação entre a experiência e a realidade à qual corresponde, prejudicando, assim, o vínculo interativo com esta. Tal situação se nota em um dos modelos anteriormente apresentados, se um sujeito tivesse sempre que refletir se a presença de um predador é realmente factual, correria um elevado risco de não sobreviver a ela. A sensação de factualidade do elemento-beta ancora o sujeito à sua realidade, de maneira que se possibilite uma sensação de algo ser real, e não que a impressão de realidade seja sempre dependente de cogitações dedutivas. Ao contrário disso, frente às situações menos frequentes em que a impressão imediata falha em sua capacidade de correspondência, a tomada de consciência sobre a característica representacional do elemento psíquico, mediada pela tolerância à dúvida, é o que demanda outros processos psíquicos ulteriores, como a função-alfa, mais próxima à experiência, ou a dedução, pertencente a níveis de mais elevada abstração. Se um aparelho hipertrófico de identificações projetivas pode substituir patologicamente o desenvolvimento do aparelho para pensar pensamentos, uma ausência total da identificação

projetiva implica não somente na impossibilidade de desenvolvimento do pensar, como também numa impossibilidade da própria experiência como um todo. Em ‘Cogitações’, Bion (1992, p. 182, trad. nossa) aponta:

Prescindindo-se de elementos-alfa, não se torna possível o conhecimento de nada. Indispondo-se de elementos-beta, porém, torna-se impossível fazer-se ignorante de qualquer coisa: eles são essenciais ao funcionamento da identificação projetiva; qualquer ideia indesejada demanda ser convertida em um elemento-beta para que possa ser ejetada da personalidade, tornando-se, assim, um fato que possa passar despercebido ao indivíduo, ainda que este possa estar ciente das sensações de persecutoriedade por ele estimuladas. Eu reservo o termo ‘conhecimento’ para a soma total de elementos-alfa e beta, sendo, assim, um termo que cobre tudo o que um sujeito individual conhece ou deixa de conhecer. [...] Nesse sentido, ‘conhecimento’ deve ser puramente observado como pertencente ao reino da epistemologia.

Soma-se, ao seu apontamento, a observação de que, sem elementos-beta, nem mesmo os alfa se tornam possíveis. Caso não seja viável a instalação de elementos-alfa, pela operação da função cujo produto lhes é correspondente, o sujeito tende a encontrar-se em um estado psíquico confusional e persecutório, semelhante ao que se observa num paciente psicótico. Na experiência de seu espaço fenomênico, o indivíduo torna-se incapaz de duvidar de qualquer coisa, restando-lhe apenas a certeza sobre suas impressões, uma vez que não podem tornar-se pensamentos ou ser pensadas. Neste aspecto, perde-se a capacidade de distinção até mesmo daqueles sistemas apontados por Pereira Jr, uma vez que o pensar é substituído por um tipo de certeza que impossibilita o sujeito de saber sobre qualquer coisa, e que o agir perde a capacidade de ser planejado na medida em que se torna uma descarga motora imediata, análoga a meros arcos reflexos. Ainda que cada sistema se realize de forma intimamente conectada aos demais, sua completa indistinção implica em sua disfuncionalidade, por inibição, como se suas conexões perdessem suas sinapses na forma de um sincício celular simplificado. Observa-se, num fenômeno tal, que a função-alfa cumpre não apenas o papel de permitir o desenvolvimento do pensar, mas do próprio pensamento e de sua experiência. Sob predomínio de elementos-beta, o arcabouço projetivo perde também sua configuração, pois subtrai-se a capacidade de identificar a diferença entre o objeto e a experiência, de maneira que a certeza sobre o elemento-beta, por um lado, impede que o sujeito interaja com o objeto no sentido de melhor conhecê-lo, e, por outro, sem distinguir fenômenos fantásticos daqueles que correspondem à presença de um objeto real, confundem-se também as interações realizadas por meio da relação real, e aquelas dadas apenas sob fantasia. Mesmo no caso da fantasia de destruição da representação da função-alfa, o que se decorre não é uma destruição

da função em si, ou de seus fatores, mas sim um processo psíquico que, para evadir-se de uma frustração, mantém-na inoperante, de modo que não ocorra uma interação real entre sujeito e objeto, e sim uma consequência do funcionamento psíquico sob fantasia e dinâmicas afetivas. Caso o sujeito passe a compreender a diferença entre fantasia de destruição e processo de inibição, não apenas se institui uma relação com um objeto real, ainda que esse objeto seja seu próprio processo psíquico, como também se institui a operação da função-alfa, necessária a uma tal distinção. Diante desse conjunto de observações, nota-se que a dinâmica psíquica constante que permite um equilíbrio flutuacional entre elementos-alfa e elementos-beta, preservada a operacionalidade da função-alfa, determina não apenas a configuração do espaço fenomênico ou do ECD, mas também o próprio contato do sujeito com sua realidade total apresentada, em ambas parcelas interna e externa ao aparelho.

### 3.4. IDENTIFICAÇÃO PROJETIVA E CONTINÊNCIA

Bion (1962b) aponta que a atividade conhecida como pensar tem origem em um procedimento para descarregar a psique de acréscimos de estímulos, sendo seu mecanismo o descrito por Melanie Klein como identificação projetiva. O esboço geral dessa teoria é o de uma sorte de fantasia onipotente, na qual torna-se possível, para o sujeito, separar temporariamente partes indesejáveis de sua personalidade, apesar de, algumas vezes, valiosas, e alocá-las em outro objeto. Na prática, é possível e desejado, para benefício terapêutico, observar e interpretar as evidências que a suportam, e as quais são por ela explicadas de uma forma que nenhuma outra teoria o faz. São observáveis evidências que mostram que um sujeito - no qual a operação dessa fantasia onipotente pode ser deduzida - é capaz de um comportamento ancorado à contraparte dessa fantasia na realidade: expressa, assim, suficiente contato com a realidade para permiti-lo agir de um modo que engendre certos sentimentos em outra pessoa, de acordo com o desejo do primeiro em se ver livre destes ou de causá-los à segunda. O autor propõe uma emenda à teoria freudiana do princípio do prazer, de modo que o princípio da realidade possa operar coexistencialmente àquele<sup>31</sup>. Em casos de pacientes psicóticos, essa fantasia pode-se manifestar de forma mais concreta, levando, por exemplo, a tentativas de agressão a outros como forma de se ver livre de características indesejadas de si.

Há instâncias menos dramáticas, exigindo, portanto, maior perspicácia do observador para discerni-las. O psicanalista deve observar e interpretar a operação de tais fantasias como um fenômeno mental dedutível da evidência, e também observar sinais de que o paciente está suficientemente ajustado à realidade, para ser capaz de manipular seu ambiente de forma que a identificação projetiva aparente ter substância na realidade. A capacidade de um sujeito de engrenar a fantasia onipotente de uma identificação projetiva à realidade é diretamente relacionada à sua capacidade de tolerar frustrações. Caso não consiga tolerá-las, a fantasia torna-se menos factual na realidade externa, o que contribui para o estado descrito por Melanie Klein como identificação projetiva excessiva, em que a outra pessoa percebe ser, de algum modo, forçada a senti-la, devido à forma dos passos tomados pelo sujeito, com objetivo de fazer a primeira experimentar emoções de um tipo indesejado pelo segundo. Quando não é excessiva, porém, a identificação projetiva assume função de comunicação de conteúdos não-verbais, por vezes inconscientemente, de forma que seu interlocutor possa sentir a emoção

---

31 Nota-se, no início deste capítulo, que uma própria reflexão sobre o desenvolvimento do princípio da realidade permite não só observá-lo como derivado daquele do prazer, como também atingir essa mesma conclusão. Salvitti (2009) observa que, em obras ulteriores, Freud admite explicitamente tal concomitância.

que o sujeito, por meio dela, comunica. A identificação projetiva não pode existir sem a atividade recíproca de introjeção, com finalidade de acumular representações objetais percebidas como boas ou positivas.

Nota-se que, apesar de partir de observações de fenômenos introspectivos, a teoria que visa compreender a identificação projetiva é demasiadamente abstrata para corresponder às possíveis descrições desses fenômenos. Apesar da alegação de Velmans (2012) de que se demanda um cruzamento entre observações físicas e fenomênicas dos processos mentais para sua compreensão, mesmo as últimas podem variar em seus aspectos mais concretos ou abstratos, demandando correlação entre estes. O conceito de uma identificação projetiva, em específico, pode se mostrar notavelmente árduo de compreensão, caso o sujeito não disponha de alguma experiência com a qual possa concebê-lo, elicitando a sensação de necessidade de um modelo. Imagine-se um residente em psiquiatria, que, numa manhã em que atendia em ambulatório, notou uma descrição em prontuário sobre um atendimento no qual a paciente brigou com o médico anterior devido a um exame que não era indicado em seu caso, perguntando-se se ela havia sido devidamente orientada dos motivos pelos quais ele não seria recomendado. Ao chamá-la para a sala, já entrou irritada, lhe apontando o dedo e dizendo que “você não querem pedir o exame que eu preciso”. Decorreu-se, naquele, uma sensação imediata de não ser o caso de não querer pedir o exame, por negligência ou falta de cuidado, mas justamente de que isso poderia lhe causar algum dano. Ao longo do atendimento, algo aconteceu, naquele vínculo incipiente, que a paciente se acalmou; ao término da consulta, contudo, este médico iniciou o que lhe parecia ser uma explicação acessível e coerente sobre as indicações e contraindicações daquele tipo de exame, ao passo que a paciente se irritou a ponto de insultá-lo e sair em meio ao diálogo, batendo a porta com força. Restou-lhe uma inquietação, pois, ao mesmo tempo em que pôde experimentar raiva e indignação, sentiu que aqueles sentimentos não lhe pertenciam, como se a paciente o tivesse ‘empurrado’ em um lugar que não lhe era devido. Sob a sedimentação de um conceito que aqui pode-se denominar como uma identificação projetiva excessiva, a experiência com a paciente pôde, então, ‘fazer sentido’. Refletindo-se a narrativa, por outro lado, pode-se questionar se, na leitura do atendimento anterior, a identificação projetiva realística do outro médico lhe permitiu redigi-lo de tal forma que engendrasse, no médico seguinte, sua própria preocupação em realizar uma orientação compreensível e coerente sobre os motivos de sua conduta. A paciente, por sua vez, poderia ter sido tomada por algum desejo de autoagressividade que, não sendo suportável, fantasiou ser pertencente ao seu psiquiatra, que a agrediria ou por meio de um

exame, ou por meio de um conflito por não querer pedir o exame; na medida em que os médicos optaram por uma tentativa de acolhimento e explicação, sua fantasia não pôde se realizar concretamente, ultrapassando seu limiar de frustração.

Pela observação de Bion sobre o fenômeno da identificação projetiva, nota-se existir uma fronteira, onde esta ocorre, entre a atividade fantástica e o contato com a realidade intersubjetiva, quando se faz presente um objeto subjetivo correspondente ao interno. Ao passo que, em sua forma realística, leva a que o objeto se sinta como detentor daquilo que lhe é projetado, quando excessiva, provoca uma sensação no objeto de que aquilo lhe foi forçado, permitindo, assim, que seja mais facilmente identificada como tal. Quanto menos factual com a realidade externa ao sujeito, menor é a capacidade dela em engendrar, em seu objeto vivo, a sensação de ser realmente seu o conteúdo por ela projetado: não são raras as descrições de pacientes psicóticos que, repentinamente, tornam-se agressivos com uma pessoa sem ser minimamente perceptível um motivo para tal comportamento, o que se apresenta como um modelo extremo dessa perda de factualidade. A agressividade decorrente de sua expressão excessiva, por sua vez, tende a afastar o objeto e destruir o vínculo deste com o sujeito, de forma que ocasione, no último, uma percepção de sua própria destrutividade; esta destrutividade, assim dirigida à própria representação do *self*, ameaça-o sob a culpa de ser o próprio sujeito responsável pela destruição de seus vínculos, de forma que uma intolerância à última provoque a estase da posição esquizoparanoide, na qual a destrutividade possa manter-se projetada sobre os ‘maus’ objetos. Não raro que, no paciente com transtorno de personalidade *borderline*, a ameaça de abandono do objeto seja experienciada como aniquilação, levando-o a tentativas desesperadas de evitá-lo; a realização do abandono pode, pelo paciente, ser vista como evidência da culpa que tão desesperadamente se tenta evitar. Na medida em que o sujeito dispõe de introjeções de objetos ‘bons’, porém, pode-se identificar com suas formas de comunicação mais realísticas, adotando-as para si mesmo.

Sob a conjunção de atividades simultaneamente fantásticas e realísticas na operação da identificação projetiva, observa-se uma cadeia cíclica de relações em que, por um lado, a partir da atividade psíquica do fantasiar, opera-se uma atividade motora que impacta e modifica, de certo modo, a realidade externa ao sujeito, e que, por outro, a experiência dessa mesma realidade alimenta os processos psíquicos dela decorrentes. Diante do sucesso obtido por sua forma realística, em outorgar ao objeto os elementos que se intencionaram nele projetar, alimenta-se a própria fantasia de que seja possível escindir partes indesejadas da

representação do *self* e projetá-las em outro objeto, uma vez que o sucesso cumpre papel de evidência de a fantasia ser real. Sendo maior o ancoramento do sujeito à sua realidade, entretanto, pode-se perceber, em algum momento, que não se trata de um sucesso diante da ideia de que um elemento psíquico possa transitar para outra pessoa, mas sim que a adoção de certos comportamentos cumpre a função de comunicar algo subjetivo, para além de conteúdos pictóricos ou verbais, tornando-se a identificação projetiva não mais uma representação fantástica, mas, sob reformulação, a representação conceitual de um processo envolvido no fenômeno da comunicação. Ainda que não ocorra sob um conceito filosófico ou psicanalítico mais abstrato, tal é o que se pode observar em técnicas dramatúrgicas de atuação, por exemplo, pelas quais o sujeito reflete sua performance sob o objetivo de melhor atingir o impacto visado no público sobre aquela personagem. Observando a variação do componente realístico, pode-se deduzir a existência de alguma intuição no indivíduo sobre quais comportamentos possam causar, no interlocutor, determinados sentimentos ou sensações. Seria ela uma forma de percepção inconsciente? Seria a explosividade de sua forma excessiva um dos fatores responsáveis por seu desnudamento na percepção do objeto? E no caso do neonato, ainda carente de experiências prévias que lhe permitam intuir um comportamento, como seu choro pode afirmar-se como identificação projetiva à figura materna?

Bion (1962b) faz uma suposição, de que o seio supra a criança de leite e sensações de segurança, bem estar e amor, e de que a criança tenha uma necessidade de tais suprimentos. O primeiro é uma substância material, presumidamente lidada pelo aparelho digestivo; as demais são subjetivas, porém necessárias para a saúde mental da criança. Pode-se, por um lado, distinguir leite e amor nessas duas categorias, ou outras que se mostrem pertinentes, ou, por outro, aproximá-los em respeito aos aspectos pelos quais aparentem-se semelhantes. Diferentes fontes classificatórias poderiam ser empregadas nessa atividade dual de aproximação ou diferenciação, como filosóficas, religiosas, endocrinológicas ou neurofisiológicas, apontando, contudo, para uma mesma objeção: elas intentam descrever estados mentais com os quais se familiarizam os investigadores, requerendo-se, dessa descrição, conter fenômenos - ou realidades assumidas como contrapartes de tais fenômenos - já não tão familiares, mas que se acreditam terem sido corretamente observados e imputados à criança. Tornam-se claras duas fontes maiores de erros que imediatamente se apresentam: o hiato semântico que precisa ser pontificado entre dois adultos discutindo o problema - já que os conceitos empregados sob um mesmo termo, como 'amor', podem diferir - e a acurácia científica em atribuir à experiência infantil uma experiência reconhecível, ainda que



modificada, algo similar à do adulto. Pode-se assumir, com certa convicção, que o leite é recebido e lidado pelo canal alimentar; abre-se a questão se a semelhança seria suficiente para supor a existência de algo que receba e lide com qualidades subjetivas, como ‘amor’, diante da qual se faz necessária a observação dos processos decorrentes também do lado materno. O leite, recebido pela criança, é lidado pelo trato alimentar e provido pelo sistema glandular materno, embora sua oferta possa frequentemente falhar, e a falha pode ser atribuída a perturbações emocionais; a criança, de forma semelhante, pode sofrer distúrbios digestivos causados por perturbações emocionais. Pode-se supor, então, a existência de alguma aproximação psicossomática ao seio e ao canal alimentar, existente na realidade, para tratar de sensações subjetivas. A criança necessita do seio, portanto, para supri-la não somente de leite, mas também de objetos internos ‘bons’; mesmo que ela ainda não seja capaz de perceber tal necessidade conscientemente, ela pode ter consciência (*‘awareness’*) da sensação de insatisfação dessa necessidade. Para isso, é necessária a existência de algum aparelho com o qual a sensação de frustração possa ser experienciada, o que pode ser preenchido pelo conceito freudiano de consciência como instância para perceber qualidades psíquicas.

Assim como um analista pode tornar-se consciente de algo que ainda é inconsciente para o paciente, uma mãe pode discernir o estado de mente de sua criança antes que esta possa se tornar consciente do mesmo. Ainda incapaz de abstrair o conceito de uma necessidade, a sensação subjetiva de aversão da criança pode se configurar como um objeto ‘mau’ em seu mundo representacional, que não pode ser pensado, mas cuja insuportabilidade demanda evacuação; tal evacuação pode efetivar-se por meio de identificação projetiva, na medida em que seus movimentos musculares e choro ajustem-se minimamente à realidade, de forma a engendrar, na figura materna, experiência subjetiva similar à aversão vivida pela criança. A figura materna, ao interpretar sua experiência subjetiva com a criança, em seu choro e psicomotricidade, como comunicações de fome, dor, ou indigestão, por exemplo, pode fornecer os cuidados demandados para alívio da experiência aversiva infantil. Esta última pode então sentir a evacuação efetiva do objeto ‘mau’, diante da sensação de alívio, e também a introjeção do objeto ‘bom’, por meio da percepção de estar sendo cuidada, compreendida e amada por outra pessoa. Nesse estado de mente, não se distingue a concretude das diferentes representações, de forma que ambos os objetos são sentidos como correspondentes a coisas que existem na realidade externa. Na medida em que se desenvolve o aparelho, e a frustração pode ser pensada como um pensamento, torna-se a criança capaz de compreender o conceito de ausência, relativa a um objeto desejado mas que não se faz imediatamente presente. A

frustração é, portanto, mais propícia a tornar-se uma ideia, vez que tende a se relacionar com o objeto que está ausente. Pode instanciar a representação sedimentada no sujeito sobre algo que não está na sua sensorialidade imediata, diferentemente da satisfação, que implica um objeto presente.

Uma questão, contudo, deve ser atentada: se a barreira de contato é formada por elementos-alfa, e ela é necessária para a distinção de fronteira entre consciente e inconsciente, bem como pela passagem seletiva e configuração de seus conteúdos, como pode a instância consciente desenvolver-se na criança? Não é possível afirmar que ela toma a experiência emocional de consciência de qualidades psíquicas para, pela função-alfa, transformá-la em elementos-alfa, vez que tal consciência ainda não se tornou viável. Deve-se assumir que a própria sensação da presença de objetos ‘bons’ e ‘maus’ seja vivida como experiência emocional, admitindo-se prioridade cronológica dos elementos-beta sobre os elementos-alfa, de forma que o componente mental correspondente à percepção de qualidades psíquicas, como amor, segurança e ansiedade, sendo distinto do somático, requer um processo análogo à digestão. A figura materna, ao tolerar a aversão projetada pela criança, por meio de seus gestos e choro, e permitir o predomínio de seu afeto positivo, na forma de preocupação e carinho, pode libertar seus processos imaginativos para intuir o significado da aversão, que, em seu aparelho, torna-se qualidade psíquica, numa forma específica de devaneio que o autor chama de reverie, em alusão à ideia do ‘sonhar acordado’, da língua francesa. Durante esse estado, a figura materna se coloca disponível para receber as identificações projetivas do bebê, e, ao oferecer o cuidado correspondente à intuição delas derivada, comunica seus afetos no vínculo psíquico que com ele estabelece, de forma análoga à identificação projetiva realística: se negativos, como cansaço e impaciência, podem ser vividos, por parte do bebê, como ‘maus objetos’ que não puderam ser evacuados durante o alívio da aversão primária, pendendo a balança da tolerabilidade a frustrações em direção à cisão forçada entre percepção de qualidades físicas e psíquicas; se positivos, por outro lado, podem manifestar-se como uma experiência emocional sujeita à função-alfa. Sob o modelo análogo ao trato digestivo, pode-se afirmar que a figura materna comunica ao bebê um conteúdo mais ‘digesto’, sentido como seguro e que não excede seus limiares de tolerabilidade à frustração.

Bion (1962b) conceitua a reverie como um estado de mente aberto à recepção de quaisquer ‘objetos’ projetados pelo objeto amado, sejam perfundidos por amor ou por ódio, tornando possível a recepção das identificações projetivas do bebê, sentidas por este como

‘boas’ ou ‘más’, e manifestando-se, portanto, como fator da função-alfa materna. Nessa atividade, a criança tem oportunidade não somente de aliviar-se da tensão provocada por um objeto ‘mau’ que sente não conseguir conter dentro de si, mas também de perceber, paulatinamente, a capacidade materna em conter e ‘digerir’ esse conteúdo projetado, e ofertá-lo de volta na forma de ‘bons’ objetos, podendo assim introjetar elementos que impulsionem o desenvolvimento de sua própria habilidade de continência. O limiar de tolerabilidade a frustrações é expandido, na criança, e na medida em que ausências ou falhas mais toleráveis vão se apresentando, sua capacidade de tolerar o pensamento e o pensar pode ser testada. Desta forma, a identificação projetiva pode ser compreendida não apenas como precursora do pensar, mas também como uma forma primitiva deste.

Observa-se, na capacidade de continência, possivelmente internalizada durante o próprio período neonatal da pessoa que cumpre função materna, e desenvolvida ao longo de sua vida, uma disposição à recepção de identificações projetivas, que, ao ser internalizada pelo recém-nascido, o permite processar tanto as suas identificações quanto aquelas que lhe são projetadas por outrem. Desse modo, o ajustamento da identificação projetiva à realidade torna-se dependente de uma conjunção de capacidades do sujeito e do objeto, do primeiro em adotar um comportamento mais ou menos compatível com o que se visa comunicar, e do segundo em processar e compreender a comunicação visada, por meio de sua continência. Sob uma tal conjunção ela pode tornar-se uma relação continente-contido, em que um conteúdo subjetivo pode ser apreendido por outrem, ou até mesmo processado pelo próprio sujeito que o detém. Ao tomar o objeto como inanimado, Velmans (2012) observa que a característica projetiva da consciência, por meio de seu espaço fenomênico, permite ao sujeito interagir fisicamente com a realidade concreta, direcionando suas ações para a mesma localização do objeto externo ao aparelho. A investigação da identificação projetiva permite um aprofundamento dessa observação: enquanto que um sujeito possa interagir com um objeto, e.g. um computador, sob animismo excessivo pode projetar na máquina a ‘culpa’ por não funcionar corretamente, desejando ‘jogá-la contra a parede’. Sendo um objeto vivo, por outro lado, dotado de características subjetivas semelhantes às do sujeito, o espaço físico passa a intermediar uma zona de intersecção entre os espaços fenomênicos de ambos os sujeitos, permitindo uma comunicação que transcenda o conteúdo verbal meramente ‘objetivo’ ou mais abstrato. Não somente isso permite uma expansão das dimensões do que se é comunicado, como, diante do arco reflexivo que se direciona também ao processo de identificação com aquilo que é introjetado, interfere diretamente no desenvolvimento do pensamento e do

pensar, em ambos os sujeitos. Nesse aspecto, a experiência projetiva não é somente útil à vida humana cotidiana, mas essencial ao desenvolvimento dessa forma de vida em sua especificidade, que não apenas interage com a realidade concreta como também apreende a capacidade de ter pensamentos e de pensá-los.

Sob o conceito de ECD em Pereira Jr (2018), pode-se observar que não só o sujeito projeta sua expectativa sobre o objeto, em sua localidade externa à mente - e não ao corpo, uma vez que projeções interoceptivas se realizam também nesse espaço, onde se encontra o último - mas também sobre o seu próprio senso de *self*, em sentido introspectivo. Seja no caso em que o alvo da identificação projetiva é um objeto com o qual não se tem contato físico, como na representação de uma pessoa no momento ausente, ou em que é uma representação da própria personalidade, ou de seus processos, promulga-se uma interação entre o sujeito e uma de suas próprias partes. Nessa situação, caso haja predomínio da parte psicótica da personalidade, povoada por elementos-beta diante da inibição operacional da função-alfa, a interação decorre por meio de processos psíquicos inconscientes, regidos pelas dinâmicas fantástica e emocional, em especial no que envolve a intolerabilidade a conteúdos aversivos. Caso predomine a parte não psicótica, operando assim a função-alfa, e tendo sido introjetada uma função de continência, o sujeito torna-se capaz de experienciar esse fenômeno na forma de um pensamento, vindo assim a desenvolver os processos que o permitam pensá-lo. Nesta última situação, mesmo diante de um objeto presente, caso sua representação objetal tenha a característica de elementos-alfa, sabendo-se, assim, existir uma distinção entre representação e objeto real, o sujeito pode, então, conter uma identificação projetiva antes de atuá-la sobre a relação que ocorre em espaço físico, processando-a como um pensamento, de forma que seu agir, nessa relação, adquira a capacidade de ser planejado, e não meramente de uma atuação impulsiva, como descarga motora.

### 3.5. O VÍNCULO 'K' E O CONHECER

Bion (1962b) delinea o conhecer (K) como um vínculo que se estabelece entre um sujeito (x) e um objeto (y) - este último podendo ser inanimado, vivo, ou até mesmo partes do próprio sujeito tomado, por si, como objeto; por ser relação ativa, representa uma experiência emocional de 'x', e sugere que, se 'x K y', então 'x faz algo a y'. Propõe que seu uso não vise senso de finalidade, no sentido de que 'x tem posse de um fragmento de conhecimento chamado y', mas sim um senso de relação, na qual 'x coloca-se num estado de vir a conhecer y, e y num estado de vir a ser conhecido por x'. Existindo um vínculo genuíno do tipo 'x K y', deve haver, então, um compromisso com a verdade. Defendem-se crenças de que um compromisso tal possa ser atingido por uma perspectiva científica, cujas técnicas empregadas demonstram sucesso, principalmente, se 'y' é um objeto inanimado, e se 'x' pode se fazer aproximar ao inanimado, como no uso de uma máquina. Nesse caso, o valor da verdade parece ser inerente a um dado estatístico, ou mesmo a um registro verbal que aparente distanciar-se do julgamento humano. No objeto vivo, isto é, com qualidades subjetivas, porém, a situação é outra. A dúvida sobre a capacidade humana de se saber qualquer coisa é subjacente às investigações da filosofia da ciência; para o autor, tal dúvida emerge de uma inescapável percepção (*'awareness'*) de que a situação abstratamente representada por 'x K y' envolve inevitavelmente a presença de pelo menos um elemento animado, com qualidades subjetivas, tal qual em outros vínculos cuja característica predominante não seja o conhecer (K), mas o amar (L) ou o odiar (H). Nesse sentido, a introdução de um maquinário inanimado, ou de outras formas de obnubilar as características subjetivas da relação, tende a obliterar seu próprio sujeito, e, conseqüentemente, a característica daquela, seja 'K', 'L', ou 'H'. No caso mais específico de a investigação de 'y' ser relacionada à sua capacidade de estabelecer contato com a realidade, o que se aplica à psicanálise e outros campos de investigação que tomam como objeto o humano em sua subjetividade, depende-se necessariamente de 'x' ser também um sujeito vivo, característica a qual lhe imputa, simultaneamente, todas as fragilidades envolvidas numa empreitada de tomar como objetivo o que tem natureza subjetiva. Diante disso, a questão sobre 'como pode um sujeito conhecer qualquer coisa' expressa uma sensação aparentemente dolorosa, inerente à experiência emocional representada por 'x K y'.

Frente a uma experiência emocional sentida como dolorosa, dependendo da capacidade da personalidade do sujeito em tolerar frustrações, podem ser tomados dois tipos

de escolhas intencionadas à remoção da dor: evasão da frustração, ou modificação da realidade frustrante. A modificação pode partir do uso instrumental da relação 'x K y' no sentido de conduzir a outra situação, na qual 'x' está em posse de um fragmento de conhecimento denominado 'y'. A evasão, por sua vez, pode ser atingida pela substituição do sentido da relação 'x K y' pela crença de que 'x está em posse de um fragmento de conhecimento denominado y'. Desta forma, subtraem-se as inquietações contidas na experiência emocional originalmente representada, trocando-a pela suposição de uma outra experiência, indolor: ocorre, neste processo, uma negação da realidade ao invés de se tentar afirmá-la, adulterando o que originalmente seria a representação de uma experiência emocional no sentido de aparentá-la ao preenchimento de sua realização, e não ao esforço por preenchê-la. Nessa sorte de manobra, o grau de abstração do conhecimento - ou do enunciado que se pretende fingir como um - cede relevância ao uso que é feito do mesmo, que se pode chamar de resistência. Embora não haja uma fuga como descarga motora, há uma transformação da adoção dos valores de dúvida ou certeza, que passam a se confundir aos de prazer ou dor, caracterizando a evasão como dinâmica mental. Bion (1963a, 1963b) afirma que se encontram, nessa categoria, afirmações que cumprem a função de aliviar a ansiedade diante de algo que, por trás dela, pode ser desconhecido e ameaçador. Pode ser defendida uma hipótese sabidamente falsa, agindo como barreira contra a ansiedade antecipatória de qualquer outra ideia que possa vir a tomar-lhe o lugar.

Na medida em que um vínculo contém uma direção, em sentido positivo caso se aproxime do objeto, ou negativo, caso dele se afaste, e também uma atitude, expressa por 'x faz algo a y', percebe-se um alvo, sob algum objetivo visado em aproximação ou afastamento do objeto. Contendo um direcionamento, ou pulsão<sup>32</sup>, o vínculo indica um componente passional, tal qual se o sujeito põe-se a amar o objeto, odiá-lo, ou conhecê-lo. Deve haver, deste modo, algum afeto envolvido no conhecer: sendo positivo o sentido, sua qualidade pode ser epistemofílica, indicando prazer no ato de se dispor a vir a conhecer o objeto; sendo negativo, como '-K', aponta para uma evasão desse tipo de atividade, podendo então ser preenchida por um sadismo arrogante de se apossar do objeto como se este fosse um mero fragmento conhecido. No caso de 'K', a epistemofilia pode expandir o limiar de tolerabilidade à frustração, no sentido de que o sujeito suporte a percepção de que o objeto não poderá ser conhecido tal qual ele existe em si; sendo ultrapassado, pode-se promulgar o uso do vínculo 'x K y' como instrumento para formular um enunciado hipotético, que busque aproximação

---

32 Sendo 'pulsão' tradução do alemão '*trieb*', tal qual utilizado por Freud (1905), indica também 'direção'.

abstrata ao objeto, como meio de modificar a realidade frustrante. Desse modo, a ideia de que as funções racionais possam ser dissociadas das expressões emocionais demonstra-se como evasão de uma realidade frustrante: ainda que reforçada pelo sucesso atingido se o objeto é inanimado, torna mais aparente sua característica ‘-K’ quando toma o ser subjetivo como tal. Esta própria ideia mostra ser uma racionalização, qual seja, um uso da razão com propósito passional, no sentido de aliviar-se de uma realidade frustrante por meio de seu afastamento, ainda que travestida de racionalidade<sup>33</sup>. A manutenção, direção e uso de um vínculo ‘K’ dependem, deste modo, dos fatores de personalidade do sujeito. Se, por um lado, a concretude da sensorialidade traz distorções na apreensão do objeto, dependendo da constituição orgânica do sujeito, a experiência que dela parte não somente é necessária às abstrações subsequentes, que podem cumprir papel corretivo, como também responsável por atribuir significado às últimas, uma vez que o conjunto de impressões prévias de um sujeito determina também seu campo experiencial.

No primeiro capítulo deste trabalho, notou-se que a epistemologia traça distinção entre tipos de conhecimento, destacando-se o enunciado proposicional, a habilidade, e a experiência, na medida em que parecem estar contidos na proposição de vínculo ‘K’ de Bion. Apesar de uma leitura inicial poder dar a impressão de que o autor confunde três fenômenos distintos, uma consideração mais atenta pode notar não ser este o caso. Sua prioridade é como experiência emocional, sendo esta imprescindível para quaisquer formulações subsequentes necessárias para a atribuição de sentido às últimas, e responsável pela manutenção de contato com a realidade do objeto, ultimamente inapreensível, mas que pode vir a ser conhecida por meio do vínculo. Desta maneira, a formulação de uma hipótese, ou enunciado proposicional, demonstra ocorrer não como atividade aleatória ou mero palpite, mas sim como derivada do vínculo, seja numa tentativa de modificação de uma realidade frustrante por meio de seu uso, ou em evasão desta através da distorção de sua característica. Apesar de configurar atividade predominantemente mental, e não muscular, o emprego do vínculo ‘K’, quer ocorra sob propósito de enunciar descobertas sobre o objeto ou de fingir a posse de seu conhecimento, demanda habilidades psicomotoras na adoção de passos realísticos e condução de processos mentais, seja para sua investigação, ou para evitar o encontro com evidências que lhe sejam contrárias. Desta maneira, coloca-se o descrito não como confusão de tipos distintos de

---

33 Mesmo a neurociência observa evidências em contrário a tal ideia, notando que atividades cognitivas não só se relacionam a sensações de certeza, dúvida, coerência ou inconformidade, como também suas vias neurais estimulam e são estimuladas por circuitos relacionados a fenômenos afetivos (DAMÁSIO, 2011).

conhecimento, mas sim como observação da correlação e necessidade de sua articulação para que se atinjam formulações, sendo prioritária sua forma como experiência emocional de um vínculo. Assim sendo, a manutenção do vínculo 'x K y' denota compromisso com aquilo que se sente sendo verdadeiro, em contraste ao uso que visa negar uma incógnita ou ameaça. Apesar de não ser suficiente como justificativa de uma hipótese, sua manutenção é necessária a qualquer elemento que busque se aproximar de uma, dado que é sua experiência emocional o que permite a reformulação daquela. Além da reformulação, não sendo a realidade passível de ser esgotada pelo conhecimento, a confiabilidade de uma asserção se modifica diante da descoberta de novos fatores do contexto de realidade em que se situam o sujeito e o objeto, de modo que sua apreensão contínua dependa da manutenção do vínculo. Pode-se, assim, levantar uma questão: pelo emprego do vínculo 'K' para a modificação de uma realidade frustrante por ser desconhecida, como se traduz uma experiência em enunciação?

Em 'Cogitações', Bion (1992) investiga o processo de indução, apontando que o sucesso de uma ciência depende mais de sua validação como técnica de descoberta do que apenas do conhecimento por ela gerado. Este último é sempre alvo de substituição, cuja ação de trazer novos achados torna-se critério para julgamento da vitalidade daquela. O autor pontua que uma generalização é induzida por um conjunto de instâncias, porém sua conclusão parece não se passar de uma hipótese, mesmo que possa ser usada como premissa para um conjunto de deduções. Elas próprias se derivam de outras hipóteses: e.g. em 'todo homem é mortal', o termo 'homem' já é uma hipótese ou generalização de uma categoria de seres. A combinação dos termos em uma sentença tal, então, tem também característica hipotética. Uma característica fundamental de uma generalização é poder ser utilizada na dedução de particularizações: se 'Todo homem é mortal' e 'Sócrates é homem', então 'Sócrates é mortal'. Considerar que a primeira premissa seja resultado de uma indução, porém, implica na crença de que ela foi obtida por observações do tipo 'muitos homens morreram'. Aponta não ser razoável assumir que se tenha observado 'muitos homens morrerem' antes de se começar a suspeitar que 'homens morrem', até que a suspeita comece a se concretizar em convicção e, em um dado momento, a generalização surja.

Propõe outra teoria: o contato com a realidade induz questões, e o processo de indução origina questões. A hipótese, por sua vez, é inspirada pela necessidade de lidar com uma questão, e não necessariamente de respondê-la. Pode existir o caso em que a hipótese responda a questão, porém apenas em uma instância em que tal resposta seja eficaz para lidar



com a mesma. A significância social de uma questão é variável, podendo ser puramente privada, como em instâncias em que a sensoimpressão constitui conhecimento privado. Exemplifica com o caso de um sujeito em temor de que tenha sido responsável pela morte de outra pessoa: poderia lidar com suas dúvidas e questões com uma hipótese tal qual ‘Todo homem é mortal’, e com a dedução que se segue de que aquela pessoa morreu devido à sua mortalidade e não em decorrência de alguma ação do sujeito que tenta lidar com seu sentimento de culpa. Um processo indutivo de maior significância social, por outro lado, por ser objeto de comunicação pública, deve apresentar um componente de verificabilidade por senso comum, em que diferentes sujeitos submetem a hipótese ao teste de conseguir lidar com as questões induzidas, ainda que privadas ou até mesmo inconscientes, na medida em que a hipótese permite o alívio de seu sentimento de inquietação correspondente. Qualquer contato com a realidade, desta forma, conduz não a um conjunto de fatos que poderiam ser considerados como material adequado para observação empírica e testagem, mas à indução de uma série de questões, ou até a uma amálgama destas, dos mais diversos tipos, como ‘o quê’, ‘porquê’, ‘como’ e ‘onde’. Um enunciado como ‘Todo homem é mortal’ pode ser visto, portanto, como uma resposta a uma questão privada, e o problema filosófico migraria de como uma premissa se deu, para qual a questão com a qual uma hipótese foi usada para lidar.

Partindo do vínculo ‘K’ em Bion (1962b), pôde-se caracterizar a relação ‘x K y’, na qual há uma disposição de ‘x’ a vir a conhecer ‘y’, e de ‘y’ a vir a ser conhecido por ‘x’. Tal relação configura uma experiência emocional de inquietação, especialmente se as qualidades vivas de ‘x’ e ‘y’ são essenciais ao processo. O alívio dessa inquietação pode servir de indício para algum grau de confusão entre os valores de realidade e de prazer, em extremos de evasão, sob impressão de certeza - onde a resistência ocupa papel de negar e distorcer a experiência emocional original - e de modificação da realidade, com percepção de seu valor hipotético. Em ambos os casos, a relação ‘x K y’ é empregada para se atingir domínio sobre algum fragmento de conhecimento sobre ‘y’, havendo algum distanciamento do princípio de realidade, ainda que isso seja muito mais evidente no primeiro. Um certo grau de tolerabilidade a frustrações deve ser necessário para que o sujeito não se perca na fantasia onisciente de que detém algum conhecimento final e absoluto sobre seu objeto; como Bion (1992) destaca, todo conhecimento deve ser passível de substituição, o fundamental deve ser sua técnica de descoberta. Assim como no caso em que o objeto da investigação é o próprio conhecer, em que surge a questão ‘como pode um sujeito conhecer qualquer coisa’, todo contato com a realidade, vivido na forma de uma experiência emocional, gera questões.

Em um ponto anterior deste capítulo, citou-se um trecho em que Bion (1992) afirma empregar o termo ‘conhecimento’ apenas para a união dos conjuntos de elementos-alfa e beta de seu sujeito, de modo que pertença ao reino da epistemologia. Isso reitera a observação da incognoscibilidade última da realidade, uma vez que um conhecimento não a reduz, podendo apenas revelar a certeza de uma crença que se pode dominá-la, ainda que contida uma inquietação correspondente a alguma percepção sobre sua incerteza, ou corresponder apenas a hipóteses que buscam a ela aproximar-se, sob a ressalva de que isso dependa da manutenção de uma experiência vincular com o objeto, não sendo dela independente o conhecimento. Neste último caso, ainda que predomine característica epistemológica, alguma aproximação ontológica parcial pode vir a ser atingida sob a manutenção de um vínculo de investigação. Caso o vértice da observação seja sobre os processos mentais assim envolvidos, alguma semelhança poderia ser traçada. Sendo composto de elementos-alfa e elementos-beta, não só o vínculo ‘K’ configura-se pertencente ao campo experiencial, mas o próprio conhecimento, seja em suas características de impressão mais imediata, ou de formulação abstrata, depende de uma experiência que o tome como objeto para se tornar consciente.

No capítulo anterior, abordou-se a questão sobre como um observador pode acessar fenômenos mentais em um ser outro que não ele mesmo. As teorias observacionais de Bion se aparentam a hipóteses dirigidas à inquietação passível de ser formulada sob uma tal questão. Ao invés de se moldarem como narrativa de uma resposta, porém, na medida em que são passíveis de ser empregadas como técnicas observacionais, passam a se caracterizar como um instrumento, tal qual um bastão guia que permite tatear um ambiente que não se enxerga. Nesse sentido, assumem não só valor hipotético, mas também metodológico instrumental, ainda que sejam sujeitas a reformulações ulteriores diante de novos achados. Durante seu emprego, porém, caso não se ignore essa sujeição sob a crença de serem técnicas dogmáticas, tal qual o fazem algumas pessoas sobre o método científico, propicia-se a manutenção de um vínculo ‘K’. Podendo ser tomadas por diferentes pessoas e em diversos contextos distintos, possibilitam-se experiências em variados vértices, expandindo suas chances de descoberta e reformulação: sendo a observação uma função de personalidade, fatores ainda desconhecidos podem ser iluminados por novas experiências da própria observação de sua operacionalidade ou falha. Tomando a teoria projetiva da consciência, seja sob os modelos de espaço fenomênico ou de domínio consciente estendido, observa-se que o fenômeno da projeção cumpre a função de manter o contato entre o sujeito e o objeto por ele tomado; algo semelhante ocorre em relação à identificação projetiva, sendo esta responsável por sensações

como as de ser compreendido por outra pessoa, ou de compreendê-la, caracterizando-se como componente fundamental da comunicação e do pensar. Na medida em que tais fenômenos permitem a manutenção de um vínculo entre sujeito e objeto, é a existência de algum vínculo, portador de um alvo passional, o que permite a continuidade dos primeiros. A partir de uma relação objetal é que o sujeito pode perceber-se como tal, unidade subjetiva independente da existência de outros seres, ainda que em relação com estes. Dessa maneira, uma relação do tipo 'x K y' pode permitir outra relação subsequente do tipo 'x K x', que, em suas ciclagens de manutenção e ultrapassagem do limiar de frustração, garante o contato experiencial e hipotetizações subsequentes sobre si mesmo. Os elementos derivados de 'x K x', sendo abstrações, podem modular novas experiências sob vínculo 'x K y', até então desconhecidas, e sobre as quais o sujeito pode focar sua atenção, em novas formas de 'x K x'. A recursão permite flutuações entre 'x K x' e 'x K y' em direção a algum autoconhecimento, ainda que parcial, ou mesmo como contribuição a algum desenvolvimento gradual da capacidade de autoconsciência.

### 3.6. ABSTRAÇÃO, PARTICULARIZAÇÃO E INSATURAÇÃO

Na atividade ‘K’ que toma o conhecer como objeto, Bion (1962b) afirma que o sujeito deve estar consciente de sua experiência emocional e apto a dela abstrair algum enunciado que a represente corretamente. Caso ela venha a representar outras experiências ainda desconhecidas no momento em que foi feita, a abstração gera um senso de confiança, similar ao que se encontra ao amparar alguma crença por um ‘senso comum’<sup>34</sup>. A confiança é associada, então, a uma crença de que a representação é suportada por ‘senso comum’ e que esta representa outras experiências para além daquela a partir da qual foi abstraída, ainda desconhecidas. A concretização de uma representação, como numa narrativa ou descrição observacional, uma vez que se aproxima em direção aos dados sensoriais, pode ser vista como forma de publicação que facilita correlação por ‘senso comum’. A abstração, em contraste, ao galgar maior nível de generalização, pode ser vista como um passo no processo de publicação, o qual facilita correlação por comparações com representações abstraídas de outras realizações, diversas daquela a partir da qual originalmente se abstraiu a primeira. Na astronomia, por exemplo, por muito tempo, o único sentido disponível foi a visão, porém a capacidade de se abstrair enunciados da observação experienciada permitiu comparações entre teóricos de diferentes épocas. Nesse sentido, o critério de um enunciado deve ser seu valor em facilitar testagem por mais de um senso, ou pelos sentidos de mais de uma pessoa, e o processo de abstração é essencial ao desenvolvimento da relação ‘x K y’ em suas formulações subsequentes.

Há estados mentais, observados em pacientes em que predomina o funcionamento da parte psicótica da personalidade, em que a capacidade de abstração pode encontrar-se disfuncional. Uma palavra como ‘cão’ não se refere a um animal específico, mas a uma classe de seres que, por suas características biológicas, se convém chamar de espécie; em situações em que decorrem tais estados, porém, indifere-se representação de coisa, e o paciente a concebe não apenas como um objeto específico, mas necessariamente presente, naquele momento, de alguma forma. Imagine-se um estado de estresse pós-traumático, em que um sujeito foi gravemente agredido por um animal dessa espécie; meses depois, ainda que

---

34 De acordo com Sandler (2006), Bion toma o conceito de ‘*common sense*’ de Locke. Diferentemente de ‘*commonplace*’, a expressão anterior aponta para a adoção epistemológica do uso de dois ou mais sentidos na investigação sobre a existência de um objeto na realidade, a partir da qual se podem derivar múltiplos modelos: diante da percepção de um barulho, um sujeito tende imediatamente a procurar sua fonte visual, podendo tranquilizar-se com o conceito de um ‘ruído’ caso nada seja encontrado; frente a uma imagem visual que gera dúvida entre ser um objeto ou projeção luminosa, o sujeito pode tentar tocá-la; etc.

fisicamente já ‘curado’, ao escutar essa palavra, pode-se desencadear uma revivência desesperante na qual se sente estar presente aquele mesmo cão que o traumatizou. Quanto mais abstratas as formulações, mais se despem de seus termos e descrições que a aproximam da experiência emocional que pretendem representar. É algo que ocorre ao representar a relação ‘x K y’, por exemplo, distanciada da formulação acima revisada. A formalização, porém, ao remover o concreto e o particular, clarifica as relações de articulação entre os elementos abstraídos, como no caso em que se descreve ‘cão’ como espécie animal, fazendo alusão à articulação entre relações de reprodutibilidade e compatibilidade cromossômica. Diante das abstrações mais generalizadas, novas deduções podem aproximá-las de particularizações mais concretas: no caso do conceito de espécie biológica como conjunto de seres com compatibilidade genética suficiente para que sua reprodução sexuada resulte em novos indivíduos férteis, as particularizações de ‘cão’ e de ‘lobo’, tomadas como diferentes espécies a princípio, demandam uma reformulação da hipótese generalizada, vez que indivíduos de ambas apresentam uma tal compatibilidade; a reformulação, neste caso, deve assim somar o critério de pertencerem a um mesmo nicho ecológico. Observa-se, portanto, que transformações entre abstração e concretização são necessárias para corrigir distorções de suas representações, na medida em que se tornam conhecidas pelo vínculo investigativo.

Os termos concretos tendem a trazer uma penumbra de associações prévias ao tentarem descrever uma situação sem precedentes, sendo esta penumbra adquirida na busca de um relacionamento mental com objetos concretos. No desenvolvimento de um indivíduo, sendo o objeto inanimado, esta busca é bem menos exigente do que a tentativa de estabelecer uma relação com uma personalidade, própria ou de outrem. Uma personalidade é apresentada aos sentidos com material que deve ser trabalhado para se atingir uma percepção consciente<sup>35</sup>, anexa aos mesmos, não sendo tão imediata quanto a da contraparte física dos objetos. É difícil crer, como se compreende ordinariamente, que os dados sensoriais possam trazer muito material relevante quando seu objeto é a experiência emocional de uma personalidade. Eles podem contribuir, em estados de medo ou raiva, por exemplo, com informações sobre aceleração cardíaca, perfusão periférica, e outros eventos subsequentes a um estado emocional, porém não há dados sensoriais diretamente relacionados com qualidades psíquicas, tal como ocorre com objetos concretos. Ainda que um sujeito possa inferir que uma reação física como o ‘corar-se’ possa indicar a ocorrência de algum elemento de um determinado conjunto de emoções, uma tal associação depende da formulação de uma

---

35 ‘*Conscious awareness*’.

hipótese diante de alguma experiência na qual, sob determinadas emoções, percebe-se uma reação física dessa sorte. Nesse sentido, a observação física parece cumprir maior papel de uma justificativa do que de fonte para a asserção. A percepção de uma subjetividade demanda operação de uma função de continência, exercida por algum elemento psíquico do observador, seja na personalidade de um sujeito diferente ou em sua própria: mesmo no próprio sujeito, a percepção mais imediata de suas sensações ocorre sob elementos-alfa e elementos-beta; se os últimos são impossíveis de ser reconhecidos como representações, e portanto, pertencentes a uma personalidade que os representa, o nível de abstração dos primeiros ainda é muito incipiente para garantir uma percepção tão clara. Um modelo que pode ser adotado é o do paciente que, incapaz de derivar formulações mais abstratas da experiência de sua subjetividade, ao tentar contato com suas qualidades psíquicas, as substitui por sensações físicas, como sintomas hipocondríacos.

Adotando o conceito de consciência como sistema de percepção de qualidades mentais, ou introspectivas, o autor propõe que ambos os níveis, consciente e inconsciente, permanecem constantemente em construção dinâmica um do outro, pela formação e dinâmica dos produtos de experiências emocionais. A articulação de elementos-alfa na barreira de contato pode assumir configurações diversas, não só como aglomeração, mas também sob coerência entre os mesmos, em formas como narrativa, lógica, geométrica ou algébrica. Desse modo, a transição de elementos entre instâncias consciente e inconsciente pode ocorrer sob operação da função-alfa e de uma função preceptiva exercida pela disposição dos elementos na barreira de contato, propulsionando transformações dos elementos em trânsito em formações mais particulares ou abstratas. Ocorrem assim transformações em ambos os sentidos de transição, seja de uma ideia que, após meditação consciente, pode vir a se tornar inconsciente, ou de outra, que, tendo sido processada no inconsciente, pode então tornar-se percebida. Sob a limitação da tradução de idiomas, adota-se chamar de percepção consciente o que seria uma *'conscious awareness'*, e de percepção inconsciente o que ocorreria como *'unconscious awareness'*. Diferentemente do predomínio da parte psicótica da personalidade, em que o indivíduo tem prejudicada a capacidade de discernir representação de coisa, o sujeito não pode fazer uso dessas flutuações como uma sorte de 'visão binocular', análoga às formas do 'senso comum', e que dá senso de profundidade às observações introspectivas. Em 'Elementos de Psicanálise', Bion (1963b) exemplifica este fenômeno quando há a percepção de um conjunto de dois ou mais objetos contida implicitamente no uso da preposição 'em', como quando um paciente afirma estar 'em análise', ou 'em uma família', ou até 'em uma

sala’, sendo uma sorte de percepção inconsciente; ainda que sua explicação abstrata possa ser diversa, sob ideias de localização espacial, pertencimento, instanciação, ou circunstância, contém um elemento generalizado que lhes é comum, sobre a existência de uma relação entre objetos, sendo tal abstração uma percepção consciente.

Em ‘Uma Teoria sobre o Pensar’, Bion (1962a) aponta que o aparelho disponível à psique pode se desenvolver no sentido de cumprir quatro tarefas distintas: criar fantasias, como as de onipotência e onisciência, em fuga à realidade que se lhe apresenta; evacuar suas representações persecutórias sob identificação projetiva excessiva; pensar e decidir-se entre fuga ou modificação da realidade; comunicar-se. Nesse sentido, aquilo que lhe é apresentado como pensamento pode ser tomado como algo que contém ou expressa um problema, ou como um problema em-si que precisa ser eliminado; ao serem pensados, e, portanto, tomados como expressão de um problema, a operacionalidade da função-alfa é necessária para traduzi-los em ação, o que envolve publicação, comunicação e ‘senso comum’. Apesar de sua origem provavelmente encontrar-se no desenvolvimento processual que tornou os dados sensoriais acessíveis à instância consciente, a publicação deve ser observada como forma pela qual um conhecimento até então privado ao sujeito torna-se público, por meio de técnicas linguísticas. Os problemas emocionais nela envolvidos associam-se à característica do humano como animal político, dependendo de sua inserção no grupo social para realizar-se e satisfazer-se emocionalmente, ao passo que suas pulsões emocionais são fundamentalmente narcísicas, gerando conflito interno. A comunicação, que parte da identificação projetiva realística, quando pública, desenvolve-se como capacidade social do indivíduo; diante do risco de engendrar persecutoriedade por parte de seus receptores, propulsiona-se a tendência a abstrações mais distantes da experiência subjetiva, subtraindo-lhe elementos que possam desnudar suas representações de si mesmo. Ainda assim, a comunicação pública é essencial para se atingir um ‘senso comum’ que perpasse a instância individual do sujeito, como abordado acima, permitindo um maior leque de sujeitos e vértices de experiências que possam testar uma hipótese em sua correspondência a estas, na medida em que cumpre o papel de lidar com as diversas questões privadas induzidas ao aliviar sua inquietação.

Bion (1962b) afirma que, assim como observado na publicação de uma abstração, na qual a experiência de outros observadores possa encontrar correspondência com a última, o distanciamento dos elementos mais particulares da experiência emocional, causado pelo processo abstrativo, permite que uma ideia assim abstraída possa corresponder a outras

experiências do mesmo observador, provocando a qualidade de confiança, acima abordada. Desta forma, o encontro entre experiência e representação que a corresponda não se limita ao nível de abstração específico de uma pré-concepção, mas pode ocorrer com qualquer ideia apta a assumir função preconceptiva - o que exclui, portanto, os elementos-beta, dada sua concretude e incapacidade de articulação. O encontro entre uma ideia e os produtos derivados de uma experiência emocional, por sua vez, não resulta necessariamente numa abstração de nível imediatamente subsequente à da ideia tomada em sua função preconceptiva: como observado no modelo do neonato, apesar de dispor de uma pré-concepção do objeto primário, a incipiência do desenvolvimento de sua própria capacidade de continência não lhe permite formular a experiência senão na forma de elementos-beta. Sob a ideia de um sistema matemático, a experiência de se investigar a teoria da relatividade leva à pré-concepção de objetos ainda desconhecidos, como buracos negros. A teoria da relatividade, por sua vez, sob a experiência de investigação deste trabalho, permite a formulação de uma analogia mais concreta, como descrita na frase anterior. A capacidade de continência, sob operacionalidade da função-alfa, permite não apenas que as transformações da ideia possam variar em seu grau abstrativo, seja em sentido mais concreto ou generalizado, mas também que possam tornar-se suficientemente insaturadas para conceber experiências outras das quais se originaram. Um sistema dedutivo, assim, tomado pela coerência correspondente aos padrões de relação entre os seus elementos constituintes, pode implicar na derivação de uma ideia conceitual cuja experiência de realização ainda não tenha sido satisfeita, mas que possa sê-la no momento em que ocorra.

Tal é o que ocorre com a função-alfa em relação à teoria das funções; tendo a última sido abstraída a partir da prática observacional da psicanálise, deduz-se, da mesma, a existência de alguma função que opere em relação à experiência emocional. A escolha de seu nome, derivado do conceito matemático de uma variável, é intencionada, pelo autor, para cumprir a função de uma incógnita que possa agregar significado mediante a experiência psicanalítica, tornando-se não apenas objeto a ser investigado, mas instrumento para conduzir tal investigação. Essa nomenclatura incógnita ou 'desconhecida', em contraste com a penumbra de significados que um termo mais específico poderia carregar, arriscando, assim, confundir a investigação no sentido de transpor ao objeto investigado características que poderiam não ser próprias do mesmo, caracteriza um elemento de insaturação atribuído à ideia. As transformações do nível de abstratividade de uma ideia, transladando entre particularização e generalização, dessa forma, podem sofrer insaturação ou saturação. O



resultado do encontro entre experiência e ideia preconceptiva, dependendo da tolerabilidade a frustrações e do uso feito por seu sujeito, pode assim seguir para ambos os lados. Quando a expulsão de um elemento-beta produz uma experiência de satisfação, a depender da personalidade do sujeito, estimula-se interação entre os princípios do prazer e da realidade. Um modelo para esta abstração pode ser dado pela evacuação de um ‘seio mau’: caso sua realização tenha como alvo a via respiratória, por meio de choros e gritos, a insatisfação do estímulo originário reforça a fantasia de existência, no mundo externo, desse objeto ‘mau’ assim evacuado, que, por sua vez, pode tornar-se persecutório; caso ocorra por via digestiva, na sucção de um mamilo (ou mamadeira) pertencente a uma pessoa real que se fez presente, pode-se, sob predomínio da parte psicótica, acarretar um equacionamento indistinto entre as representações do pensar e do alimentar-se, ou, sob direção da parte não-psicótica, fomentar ensejo para que a representação fantástica de objetos cindidos, pelas qualidades por eles provocadas, ceda lugar à percepção de uma presença real.

Ocorre, então, um processo de diferenciação entre a representação original e a realização correspondente, permeabilizando o início de uma distinção entre as percepções de uma ideia e de uma coisa-em-si; tal distinção, patente à introdução do princípio da realidade, o qual toma como condução as atribuições objetais das qualidades de ‘real’ ou ‘imaginário’, permite novas configurações da posição esquizoparanoide, nas quais o processo de cisão pode se guiar pelas qualidades recém-adquiridas, ainda que não deixe de cindi-las elas próprias como ‘boas’ ou favoráveis, e ‘más’ ou desfavoráveis (e.g. diante da necessidade de investigação de um objeto inanimado, toma-se a qualidade ‘real’ como ‘bem vinda’, e a ‘imaginária’ de forma contrária). Observa-se que, no contato com a realidade, e, conseqüentemente, na vida psíquica como um todo, na mesma medida em que a flutuação entre posições esquizoparanoide e depressiva permite que um conteúdo comunicado por identificação projetiva possa ser contido e processado por uma instância psíquica, a relação de continência assim exercida possibilita novas flutuações posicionais. Sob predomínio da parte psicótica da personalidade, entretanto, a destrutividade direcionada às representações do aparelho acarreta em resistência e estacionamento desses processos, limitando a apreensão de qualidades à sua concretude, como doçura, pungência ou amargor, cuja aplicação a novas experiências tenderá a uma concretização saturada que aliene suas qualidades subjetivas, em contraste com o uso metafórico e insaturado guiado pela parte não-psicótica da personalidade.

Na medida em que o processo de abstração se afasta da concretude de representações

mais particulares, dessa forma, não se deve assumir insaturação imediata das ideias formuladas; ainda que a insaturação dependa de alguma capacidade de abstração, o exercício da primeira não implica automaticamente no da segunda. Na abstração, a concretude e particularidade dos objetos e experiências emocionais são sacrificadas em favor da evidenciação de algumas articulações presentes entre seus elementos. Assim, um sujeito pode organizar seu conteúdo representacional de distintas formas: (1) incapaz de abstrair, esforça-se em sobreviver com um aparato mental com hipertrofia da identificação projetiva de elementos-beta; (2) capaz de alguma abstração mas não de insaturação, produz sistemas dedutivos muito distanciados do contexto das realizações das quais foram abstraídos, ainda que suas regras tornem consistentes, entre si, abstrações de quaisquer de seus sistemas; (3) tendo deficiência na operação abstrativa mas ainda capaz de alguma insaturação, prolifera sistemas distanciados de seu contexto original e que não aparentam seguir quaisquer regras consistentes, ainda que suas abstrações possam corresponder a alguma nova realização; (4) tendo preservada a abstração porém não a insaturação, forma sistemas com regras que garantem compatibilidade entre as abstrações contidas em cada um deles, porém incapazes de conceber realizações; (5) tendo ambas preservadas, torna-se capaz de combinar suas abstrações em sistemas, cuja natureza das regras é passível de alguma demonstração e garanta-lhes compatibilidade interna, sendo possível deles deduzir seu contexto original e aproximá-los de realizações ulteriores, ainda que desconhecidas no momento de sua formulação. Alguma semelhança pode ser abstraída a partir de (1) e (3), na medida em que ambos afastam a vida psíquica do contato com a realidade pela sua deficiência na capacidade de abstração, enquanto que (2) e (4) operam tal afastamento por inflexibilidade de suas saturações excessivas.

Nagel (1974), em sua proposta da teoria projetiva da consciência, afirma não se comprometer com a visão de uma natureza intrínseca completamente objetiva das coisas, defendendo ser mais acurado pensar na objetividade como uma direção tomada pela própria compreensão. Pereira Jr (2018) enxerga nessa direcionalidade algum tipo de processo projetivo, conduzindo a hipóteses como a ‘*view from nowhere*’ de Nagel. Faz uma discussão com ambos os autores, relacionando o que seria um ponto de vista de ‘lugar nenhum’, característico de uma perspectiva de objetividade, e obtido a partir de observações em terceira pessoa, com a perspectiva científica para Velmans, um tipo especial de acordo intersubjetivo; neste, a constrição metodológica e a testagem experimental de hipóteses alegam-se como aproximação do conhecimento a alguma característica de objetividade. Nessa investigação

sobre as perspectivas adotadas pela consciência humana, podem-se observar três fatores que participam, de forma determinante, do conhecimento dito objetivo: a constrição metodológica aponta para a necessidade da forma, portanto se faz necessário atingir um nível de abstração que permita a formulação de generalizações; a testagem experimental de hipóteses indica a participação de um movimento contrário, de concretização, colocando abstrações sempre à prova da experiência real; o acordo intersubjetivo sugere participação coletiva, na qual deve haver um compartilhamento público do conhecimento em todas as suas formas, do particular ao geral. Desta maneira, observa-se que o ponto de vista objetivo não é automaticamente atingido, mas sim construído.

Diante da investigação de Bion, algumas considerações podem ser tecidas. Apesar do domínio de um conceito de método científico como conjunção apenas de generalizações abstratas e suas correspondentes testagens empíricas, o surgimento de tais generalizações não ocorre de modo espontâneo ou mágico, sendo necessária a investigação de seu processo de formulação. Pereira Jr o observa como produto de um vértice de observação em ‘terceira pessoa’, ou seja, distanciando-se o observador do objeto que investiga. Ainda que deva existir sempre alguma interação com o objeto no ato de sua observação, tomado o inanimado, faz-se possível uma minimização suficiente daquela para que seja significativa apenas em casos específicos, como na aferição de partículas subatômicas. O viés que se tenta contornar pela proposição daquele método científico são as transformações decorrentes de uma interação com o objeto, de modo que a observação não corresponda à sua ‘objetividade’ independente da subjetividade do observador. Diante dessa inquietação, duas decisões podem ser tomadas, sua evasão ou modificação. Ainda que o método científico não negue o viés de observação, a resposta formulada contém a crença de que o distanciamento da interação seja suficiente para garantir sua exclusão; nota-se que, frente a uma inquietação subsequente, contida numa pergunta do tipo se o método proposto realiza capacidade suficiente para excluir o viés, uma certeza dogmática do método cumpre o papel de negar a dúvida da questão, evadindo-se da inquietação.

Ainda que, numa primeira iteração, permitiu-se uma reformulação do método de observação, pela proposta de distanciamento, uma leitura dogmática o satura de modo a impedir sua reformulação diante de experiências para as quais demonstra ser insuficiente. Em ciências médicas, costuma-se deparar com múltiplas instâncias subjetivas, como a dos sujeitos da pesquisa e dos aplicadores de testes; na medida em que se pôde tolerar a inquietação desse

viés, atingiu-se compreensão de um fenômeno de sugestionabilidade, no qual a informação sobre estar recebendo uma medicação, independentemente se correta ou falsa, pareceu influenciar a resposta orgânica. Mesmo após se ocultar a informação por meio da aplicação de um placebo ao grupo controle, observou-se que o próprio aplicador poderia adotar alguma postura que comunicasse indiretamente algo ao sujeito, demandando um modelo ‘duplo cego’. A dificuldade em ter que lidar com sujeitos humanos impediu a medicina de negar um viés, delineando uma variação do método em que não apenas o observador acredita conseguir se manter impassional frente ao objeto, mas também tenta limitar uma variável descoberta como tal. Talvez a permeabilidade à experiência que permitiu uma reformulação tenha influenciado em uma outra descoberta, de que a informação, demonstrada como viés na coleta de dados, o faz também na redação de seus achados, permitindo um novo delineamento metodológico chamado de ‘triplo cego’, no qual o redator analisa os dados sem saber quais correspondem ao placebo ou à intervenção pesquisada. Para além da questão se é suficiente para excluir o viés, outra inquietação se decorre do leque constricto de estudos para o qual se faz aplicável. Mesmo assim, a insaturação de sua compreensão permitiu avanços em relação ao método tomado de forma dogmática, por meio de iterações de ciclos entre experiências e reformulações.

Nesse modelo da ciência médica, entretanto, o que se testa são reações biológicas a intervenções físicas ou químicas, podendo-se, assim, subtrair o componente objetual subjetivo. Quando a investigação se volta para o fenômeno mental, o problema se torna mais complexo. Em saúde mental, uma das respostas encontradas consiste no emprego de escalas para avaliar fenômenos subjetivos; inexistindo uma unidade objetiva que os quantifique, contudo, diversos fatores se demonstram como vieses, como diferenças culturais, socioeconômicas, étnicas, idiomáticas e outras, demandando validações distintas em variações de cada um de seus conjuntos. Mesmo que esse desenho permita algumas descobertas e avanços, não se excluem as interações e outros fatores subjetivos que influenciam no resultado, por um lado, nem se permite uma quantificação para além de uma convenção virtual. Pereira Jr, ao delinear a perspectiva científica como um tipo de acordo intersubjetivo, aponta o compartilhamento de dados em suas variações abstrativas, do geral ao particular, o último representado pelos dados de uma testagem empírica. Cabe-se observar, contudo, que tais dados já são uma derivação, não correspondendo à perspectiva em primeira pessoa, mas já a um processo em que esta se coloca em distanciamento de sua experiência subjetiva. Mesmo que se constriam a formalidade da generalização e o método de testagem, o processo de publicação deve lidar com os fatores subjetivos relacionados ao conflito entre o narcisismo e o direcionamento

social do sujeito, tal qual observado por Bion, e, talvez de forma intuitiva, pela proposta do delineamento ‘triplo cego’ de pesquisa.

Observa-se, neste subcapítulo, o papel exercido pela conjunção de três fatores na formulação de algum conhecimento, o processo de abstração, o de insaturação, e o limiar de tolerabilidade à frustração e sua decisão subsequente por modificação ou fuga. A variação abstrativa, sob os extremos de generalização e particularidade, permite que conceitos galguem amplitude para que se reconheça a articulação de seus elementos, por um lado, e que retomem vivacidade pela concretude de suas particularizações, por outro, de maneira que sua flutuação permita insaturação. Se um enunciado é excessivamente saturado, torna-se demasiadamente rígido para que possa corresponder a realizações subsequentes, incapaz de exercer função preconceptiva; todavia, se houver exagero em sua insaturação, sua flacidez permite que corresponda a qualquer experiência, perdendo elasticidade para que possa definir hipóteses sobre realizações negativas; em ambos os casos, obstruem-se as subsequentes abstrações. Caso o limiar de tolerabilidade tenda a extremos, o pensamento se torna substituto da ação, ou insuportável, demandando evasão; seu equilíbrio permite o pensar e a tomada de decisão, viabilizando as dinâmicas dos processos de abstração e insaturação. Na medida em que a operação destes permite a formulação ideativa e sua capacidade preconceptiva, moldam também a experiência, formatando a frustração e engendrando seu limiar de tolerabilidade. A limitação do método científico proposto, se tomada como justificativa para seu abandono, indica ser uma resposta que lida com a inquietação apenas no sentido de evasão. Se tomada pelo pensar, pode indicar a necessidade de reformulação do método ou de formulação de um novo. Contudo, na medida em que ainda não se consiga atingir uma tal proposta, demanda-se o uso dos métodos disponíveis para evitar uma mera paralisação, ou substituição da ação pelo pensar. Não se impede, porém, o emprego de métodos que se demonstrem efetivos, seja nas pesquisas médicas, ou na técnica psicanalítica, como se um determinado conceito de método científico, em seu dogmatismo, devesse ser utilizado para combater tudo o que dele se diferencie. Neste emprego dos métodos que se fazem disponíveis, novas experiências podem surgir, provendo elementos para proposições ainda por vir.

Sob a prática psicanalítica, Bion identificou fenômenos indicativos de processos que participam na tomada de algum conhecimento. Apesar de ter esboçado artigos, presentes em ‘Cogitações’, em debate com o método científico e em proposição de uma metateoria que possa ser por ele empregada, o fato de não os ter publicado em vida pode ser indicativo de não

ter atingido uma compreensão suficientemente aprofundada para delinear algo aplicável a ambos os casos, na investigação do subjetivo e do inanimado. Seria equivocados, entretanto, supor que a conjunção de dois métodos possíveis ou necessários implica em uma dualidade epistemológica, e não apenas como metodológica. Ao se traçarem pontos de vista em primeira e terceira pessoa, o que se aponta é uma derivação do primeiro para o segundo, na qual se subtraem aspectos, tal qual o que se observa no experimento de Velmans, no qual os papéis entre sujeito e observador demonstram ser intercambiáveis. Não se tratam de conjuntos de processos mentais separados e independentes, em uma investigação de seus fenômenos, nem de dois sistemas neurais distintos, sob a neurociência. Tal é o caso, que não se limitam as investigações humanas a apenas dois métodos, existindo múltiplos, seja nas diferentes correntes da psicologia ou da filosofia, ou mesmo em outros campos, como física, ciências sociais, medicina, etc. Pode-se retomar o modelo da formulação algébrica para iluminar o problema: ainda que a hipótese ' $S = S_0 + V_0t + at^2/2$ ' possa ser aplicada às situações em que o corpo está inerte ou em aceleração, indicando indiretamente a participação dos fatores de massa e força, ela se limita a um movimento retilíneo, ou seja, em que o vetor da força coincide com a direção do movimento; mesmo que outras fórmulas sejam empregadas para representar outros contextos, como no movimento curvilíneo, ainda se trata da situação de um corpo massivo movendo-se diante da aplicação de uma força. Supondo que se atinja uma fórmula capaz de representar todas as variações possíveis do vetor, o avanço da atividade humana tende a descobrir novos fatores, como curvaturas e dimensões espaciais. Do mesmo modo que a ontologia se limita a nunca conhecer a realidade como ela existe em si, esbarra-se a epistemologia com a impossibilidade de se dominar absolutamente o processo pelo qual o humano é capaz de atingir algum conhecimento. Se for o caso de este ser pertencer a uma única realidade, porém, dadas as evidências fenomênicas e neurofisiológicas, será também o caso de ser monista sua epistemologia, ainda que, por não ser totalmente conhecida, demandará desdobramentos em diferentes métodos. Enquanto que o método fisicalista permitiu o emprego das variações abstrativas, em que uma visão em 'terceira pessoa' pôde-se abstrair naquilo que Nagel chamou de uma visão em '*nowhere*', uma contribuição de Bion à psicanálise foi ter-lhe fornecido um arcabouço que lhe possibilite variação semelhante, por meio de formulações abstratas sobre o funcionamento subjetivo, e modelos capazes de lhe conferirem vivacidade e significado. Sendo o caso de um monismo metodológico que tome o subjetivo, ou de um dualismo, como o do monismo reflexivo, sua contribuição enseja novas possibilidades de desdobramento na investigação e compreensão da mente humana.

### 3.7. MODELOS E SUA ELABORAÇÃO

Quando se diz que um pensamento está ‘entalado na garganta’, ou que um sujeito ‘vomitou’ tudo que estava pensando durante uma discussão, comunica-se algo que não está contido em sentenças como ‘o pensamento foi intolerável’ ou ‘não se refletiu o que foi verbalizado’; no primeiro caso, pode-se transmitir melhor a sensação vivenciada. A analogia a movimentos típicos do funcionamento do canal alimentar para descrever fenômenos próprios do aparelho mental, nesse caso, constitui o emprego de um modelo. O movimento de abstração de uma experiência permite a elaboração de conceitos, e, por conseguinte, de sistemas dedutivos, onde se salientam as articulações entre os fenômenos, às custas de um distanciamento das qualidades da realização original - especialmente daquelas tidas como subjetivas. O uso de um modelo pode restaurar algum senso de concretude à descrição que se intenciona corresponder à experiência, tendo o mérito de uma abordagem abstrativa primitiva, em que a totalidade de uma experiência prévia é utilizada como modelo de uma problematização posterior. Até mesmo a definição de fantasia, ainda que inconsciente em seu processo e tendo como produtos conscientes apenas qualidades sensitivas, pode ser tomada como um primórdio do processo de formação de modelos, na medida em que dão sentido às experiências vividas: “O que os psicanalistas chamam de fantasias são, em alguns casos ao menos, os sobreviventes remanescentes daquilo que, no passado, representou os modelos formados pelo paciente para corresponderem a suas experiências emocionais” (BION, 1962b, p. 104, trad. nossa).

Seu defeito como instrumento, porém, reside no risco de se transporem conexões entre experiências distintas, como no caso de se supor que o funcionamento mental indifere do digestivo, o que reforça a necessidade de que se produzam abstrações mais generalizantes. O modelo é constituído por elementos do passado individual, imagens concretas combinadas entre si que enfatizam senso de realidade, dando, porém, efeito de narrativa, o que pode implicar em alguns de seus elementos sendo vistos como se cumprissem papel de causalidade. Seu mérito em preencher algumas funções de uma abstração, na aplicação de uma totalidade para investigar uma experiência subsequente, ou mesmo alguns de seus aspectos, carrega em si os próprios elementos que acabam por torná-lo obsoleto. Os elementos de uma abstração, em oposição aos de um modelo, não se combinam por narrativa, mas por um método intencionado a revelar as relações entre os objetos, impregnado não de passado, mas de preconcepções para experiências futuras, deixando os objetos reais em segundo plano. O

sistema dedutivo abstrai, a partir de uma experiência emocional, aquelas qualidades que ressaltam as relações entre os elementos dessa mesma experiência, ganhando flexibilidade e aplicabilidade obtida pela perda de imagens particulares concretas. Não existe correspondência exata entre experiências atuais e prévias, de forma que ambos, modelos e suas imagens, e sistemas dedutivos e suas abstrações, podem apenas se aproximar e ser aproximados às realizações; sua similaridade se dá na origem em uma experiência emocional prévia e sua aplicabilidade a uma nova. Tal fato fornece estímulo para a constante formulação de novas abstrações e modelos, afinal, o sucesso de uma técnica de investigação reside mais em sua capacidade de descoberta do que na imutabilidade de seus conceitos gerados. Se um sujeito é intolerante à frustração essencial ao processo de aprendizado, ele se torna indulgente a fantasias de onisciência e a uma crença em um estado em que as coisas são conhecidas, ou que ele detém um fragmento de conhecimento ao invés de poder estabelecer um vínculo ‘K’ positivo.

O modelo pode ser observado como uma abstração primitiva que parte de uma experiência emocional, como acima explorado, mas também pode se apresentar como concretização de uma abstração já formulada, em afinidade à transformação de uma hipótese em termos de dados empiricamente verificáveis. Na teoria da relatividade de Einstein, postula-se que a densidade de um corpo curva o espaço-tempo, de forma que mesmo raios de luz teriam uma trajetória curvilínea ao seu redor; uma concretização dessa teoria permite a dedução da lente gravitacional, pela qual objetos luminosos que se encontram atrás de objetos densos e escuros seriam vistos distorcidamente, como se estivessem ao seu redor. Dois fenômenos são aqui expressados: a hipótese da lente gravitacional permite a confirmação da existência de corpos escuros, por um lado; por outro, o presente fragmento sobre a teoria da relatividade constitui um modelo concretizado a partir da abstração contida nas primeiras sentenças deste parágrafo, no que tange à formulação de modelos como concretização de abstrações e não como abstração primitiva de experiências.

Diferentemente da hipótese a ser testada empiricamente, ainda que o sujeito com predomínio da parte psicótica da personalidade em seu funcionamento possa ter dificuldades em fazer tal distinção, o uso de um modelo não serve ao propósito de comprovação de uma teoria, não tendo valor de evidência, mas sim de comunicação, podendo ‘iluminar’ - note-se aqui o modelo implícito contido, o de verter luz sobre alguma obscuridade - alguns dos problemas contidos em uma abstração. O modelo é um artefato, composto de elementos



selecionados e combinados por seu autor com esse propósito específico, a partir do armazenamento resultante de seu próprio conjunto de experiências. Sua característica é efêmera, na medida em que sua vitalidade se perde quando o modelo torna-se falho em corresponder à realização que se busca iluminar, e um novo modelo se faz necessário; caso esta falha não ocorra, e o modelo se prove útil a um conjunto específico de ocasiões, talvez seja o momento de considerar a abstração do modelo em uma teoria.

A elaboração de modelos pode intervir no processo de abstração de uma realização em um novo modelo, ou até mesmo em um sistema dedutivo, na medida em que são selecionados elementos dos primeiros para serem empregados nos últimos. A necessidade de tal intervenção torna-se aparente quando um modelo utilizado para iluminar uma realização descobre-se insuficientemente similar para clarificar os problemas para os quais uma solução é buscada. Por muito tempo, o modelo de ‘vapores tóxicos’ foi tomado para lidar com processos de adoecimento, e houve alguma efetividade em fomentar medidas como saneamento básico; o advindo da peste, porém, forçou a investigação mais aprofundada sobre fatores etiológicos, induzindo o início da patologia como sistema científico de teorias, a qual, contudo, herdou o elemento do contato, presente no modelo prévio. Uma falha importante a ser considerada é aquela em que o modelo se vê como a aproximação mais próxima possível a uma realização, e, ainda assim, fracassa em espelhar desenvolvimentos da realização pelos movimentos em sua própria estrutura interna; ainda que tal falha possa ocorrer em qualquer elaboração de modelos, há um risco elevado quando o objeto de investigação é irreduzível ou inapreensível de algum modo, como no caso dos fenômenos mentais.

Um defeito do modelo ‘mecanismos mentais’ reside na alusão a alguma espécie de máquina inanimada, contida em sua penumbra de associações, enquanto que o grupo de fenômenos dos quais o modelo é empregado para aproximar-se corresponde necessariamente às qualidades subjetivas de um organismo complexo. Enfatiza-se, desta forma, os aspectos que são compartilhados entre o vivo e o inanimado, sendo negligenciados aqueles que são próprios ao primeiro. Sendo o problema a ser investigado justamente as realizações subjetivas de experiências emocionais, a aproximação pode sucumbir em distanciamento. O uso de teorias de elevado grau de abstração também se distancia da concretude da experiência, de forma a não admitir uma fácil solução pelo descarte da atividade de formulação de modelos. Nesta situação, um modelo que possa ser empregado para evitar o perigo do distanciamento tende a sofrer o defeito complementar de ser tão próximo da realização da qual é derivado,

que mostra-se correspondentemente intratável quando requerido a representar outra realização, da qual é separado por sua própria concretude. Este último defeito se assemelha àquele dos elementos-beta, quando tomados como elementos a ser pensados; a transformação à qual um modelo precisa submeter-se para permitir seu emprego como generalização é análoga ao processo pelo qual os dados sensoriais são transformados em elementos-alfa. A alternativa à concretude, quando não se encontram modelos capazes de os substituírem, encontra-se em seu uso conjugado a sistemas de mais elevada abstração.

O uso de termos como ‘vivo’ e ‘inanimado’ para se referir às contrapartes subjetiva e física de um objeto demonstra ser um emprego de modelos implícitos, por meio da penumbra de associações que carregam. Seu uso concomitante a explicações dedutivas atribui sentido experiencial às últimas e esclarece o risco de imputações inapropriadas aos primeiros. Por um lado, isso significa que um objeto ‘vivo’ possibilita ao observador uma melhor aproximação de seu funcionamento ser tão ‘vivo’ quanto o de si próprio, dando sentido à palavra ‘subjetividade’, e que um objeto ‘inanimado’ não lhe responderá à interação que com ele se estabelecer senão na forma de reações físicas ou químicas, sendo incapaz de sentir sensações ou tomar decisões como ocorre consigo mesmo. De outro, as abstrações conjugadas permitem compreender que ‘vivo’ não se refere ao domínio biológico, e sim da consciência, e que ‘inanimado’, cujo radical significa algo sem alma, não implica numa crença de que exista algo dessa sorte, como um espírito, mas que se aplica como modelo. Na revisão sobre a teoria das funções de personalidade, recorreu-se ao emprego de uma fórmula algébrica como modelo, no caso do corpo em movimento retilíneo, a partir de cuja investigação se pôde observar a participação dos fatores da massa e da força em relação de proporcionalidade indireta. Na física, esse modelo permite dar vivacidade à teorização sistemática que se faz sobre o papel de formulações abstratas, no sentido de que permitem evidenciar com maior clareza a articulação entre elementos. Ao se tomar esse modelo para outro campo, da investigação mental, mesmo tendo sido derivado de uma abstração mais elevada, como cálculo algébrico, o modelo confere vivacidade ao passo em que narra ou provoca uma experiência de clareza na observação de articulações por meio do uso de abstrações mais elevadas, tornando-se assim mais concreto, na medida em que se aproxima dos elementos de uma experiência que lhe possa ser correspondente.

Na medida em que um modelo se aproxima da subjetividade experiencial, independente de sua origem ser mais abstrata ou particular, ele passa a esboçar os fatores

cujas variações implicam na configuração da experiência: ainda que a experiência tal qual ocorre em si seja autóctone ao seu sujeito, o modelo contém elementos de sua subjetividade, quer se comuniquem pela descrição verbal ou pelo impacto de suas formas, sendo a última forma de comunicação análoga à identificação projetiva realística. Emprestando conceitos de outras áreas, como no emprego de uma equação física, o modelo expande o vértice no sentido da influência de formulações e experiências prévias; não se limitando a esse fator, pode ainda conter elementos situacionais de uma realidade apresentada, características da constituição do sujeito, do vínculo desenvolvido com o objeto que descreve, do alvo e demais fatores de sua personalidade, e da própria descrição da experiência de se viver uma experiência tal qual é por ele narrada. A proposta de se analisar o ‘ponto de vista’ de uma formulação comunicada, proposta por Nagel e reiterada por Velmans e Pereira Jr, parece conter alguma intuição sobre o papel de tais variações de perspectiva. A investigação de processos mentais relacionados aos desenvolvimentos do pensamento e do pensar parece ensejar diálogo com aquela.

A ideia de dois pontos de vista como primeira e terceira pessoas surge da diferença entre as observações introspectiva de um sujeito, e a física, de um observador externo, em relação aos circuitos neuronais ativados naquele, permite o experimento de intercâmbio de papéis de Velmans. Supondo que ‘S’ observa uma lâmpada e que ‘E’ observa os processos de ‘S’, do mesmo modo em que ‘S’ experiencia fenômenos subjetivos em sua atividade que só podem ser comunicados de maneira indireta, ‘E’ também vive algo semelhante de sua parte. Havendo intercâmbio, a diferença não reside na capacidade experiencial dos indivíduos, mas no alvo de cada observação: enquanto ‘S’ enfoca o significado emocional daquela experiência para si, ‘E’ dirige sua atenção para os aspectos físicos do que vê. Ainda que ‘E’ não elimine os elementos que lhe são subjetivos, o processo de publicação, sob os conflitos entre as representações do *self* e do nicho social, seja numa posição depressiva ou esquizoparanoide em relação a estes, enseja sua subtração. Mesmo que se limite a publicação ao que se torna verbalizado por meio concreto, a dinâmica intrínseca parte de fatores internos da personalidade, como na representação do conflito, podendo guiar mesmo os processos privados, como no caso em que a resistência a um elemento subjetivo leva a uma racionalização. Dessa maneira, a formulação representativa pode ser formatada sob uma visão que vise aproximação do que se descreve como ‘terceira pessoa’, ou ‘objetiva’, ou tendo como alvo suas características mais subjetivas, como o que Pereira Jr afirma sendo um ‘senso de *self*’, numa sorte de ‘*view from within*’: ambas derivam de uma perspectiva em ‘primeira pessoa’, mesmo que se demande a conjunção de modelo e generalização para lhes permitir,

respectivamente, sentido e clareza. A relação entre ambas as variações, de abstratividade e objetividade, permite uma ortogonalização de eixos como dimensões nas quais possa uma experiência ou descrição variar. Sendo influenciadas por outros fatores além de alvo e elementos prévios, como constituição, situação, vínculo, personalidade e recursão, muitos vértices ou ‘pontos de vista’ distintos podem ser traçados.

Na medida em que o ‘*view from nowhere*’ decorre de um acordo intersubjetivo de um nicho social de investigadores, tal qual defende Pereira Jr, participam não apenas os fatores do sujeito em sua elaboração, mas também as dinâmicas mentais do grupo que constitui o nicho tomado. Nesse sentido, não apenas a ‘objetividade’ se configura como uma direção para a qual se projeta uma descrição, não correspondendo diretamente à realidade em si, mas ao resultado de processos que podem cumprir a função de corrigir algumas distorções das impressões mais imediatas, ou até mesmo de acentuá-las. Em ‘Cogitações’, Bion (1992) nota a existência de uma inquietação que percorre o desenvolvimento social humano: ainda que o modelo platônico da caverna não tenha galgado patamar para além de mito, a investigação humeana sobre o processo científico aponta uma dúvida até então insolúvel, sobre qual o limite no qual a conjunção constante de elementos configura uma relação real, ou derivada da forma humana de compreensão da realidade, como padrões. Assim como o geocentrismo se manteve vigente em correspondência a uma necessidade grupal de sustentar uma fantasia, esta observação se torna possível diante do distanciamento cronológico atingido. Seria possível o emprego de uma fantasia onipotente de que o humano consiga separar a razão de seus afetos tomado como meio de manter reprimida a inquietação sobre sua capacidade de conhecer a realidade? Ainda que o método científico tenha galgado sucessos até este momento, é possível que suas limitações em tomar alguns tipos de objeto somente seja transcendida diante de uma investigação não só dessa dúvida, mas dos processos que relacionam estes e outros elementos mentais.

Existe uma concretude implícita ao modelo ‘*view from nowhere*’, expressa pela ideia de um ‘lugar nenhum’. Na experiência subjetiva, Velmans apontou que um pensamento pode ser localizado ‘dentro da cabeça’, num modelo que dá concretude à ideia de uma instanciação mental, ou em ‘lugar nenhum’. Pereira Jr o considera como um processo projetivo, indicando a existência de alguma localidade virtual de onde o sujeito sente partir a ideia, podendo ser denominada ‘lugar nenhum’. Assim como o senso de *self* pode indicar a fantasia de uma localidade para além do cérebro e da psique, onde existiria o sujeito como uma alma ou

espírito, o *'no-where'* pode ser empregado para substituir a noção de uma instanciação por outra de localidade - algo semelhante ao que ocorre com um *'seio mau'*, ou *'no-breast'*, ao ocupar o lugar do que seria a concepção negativa de uma ausência. Caso um conceito seja tomado como hipótese, isto é, como representação que visa aproximar-se de uma realidade, mas que pode corresponder ou não a ela, parece mais fácil concebê-lo como instância mental; caso seja dogmatizado na forma de uma lei natural, porém, sugere a existência de um lugar para além da realidade física onde se encontrariam suas leis, como se estas fossem absolutas e conhecidas, e não reformuláveis diante de algum avanço da compreensão humana. Apesar de uma fórmula ter uma forma mais abstrata, vincula-se a ela um elemento-beta, como certeza de um método de conhecer a realidade. Na medida em que o questionamento ameaça não apenas o sujeito individual mas também o coletivo, uma vez que um nicho científico se estabelece pelos elementos comuns aos seus indivíduos, a ameaça se transfere à sobrevivência grupal tal qual este se constitui sob seus sistemas de leis. Talvez não seja à toa que os subnichos que tratam da mente, como a psicanálise, sejam vistos com *'maus olhos'* pelo meio científico em geral, e que as teorias reducionistas e eliminativistas sejam defendidas com tanto *'fervor'*.

A questão sobre a investigação da mente humana, entretanto, não se trata exclusivamente de sua capacidade de pertencimento subjetivo, uma vez que tal postura indicaria uma perversão do vínculo com o objeto tomado, de modo que seu prosseguimento dependa transcender as limitações observadas do método consensuado. Numa epistemologia que compreenda as limitações do aparelho mental humano e os processos que nelas incorrem, ainda que não se atinja um monismo metodológico, pode-se agregar um método de investigação do subjetivo; a compreensão monista epistemológica, todavia, permite que métodos distintos sejam cruzados, como projeções bidimensionais de um objeto tridimensional, tal qual o que propõe a teoria projetiva. Algo semelhante ocorre com o vértice ou o *'ponto de vista'*, na medida em que se referem a ângulos de observação, cujo cruzamento pode aprofundar a compreensão de um objeto. A própria reflexão sobre ambos os termos permite uma análise algo semelhante: apesar de serem ambos analogias, o primeiro se mostra um pouco mais abstrato do que a concretude do segundo. O vértice não se faz compreensível sem uma narrativa que permita observar os fatores implicados em sua descrição. Incorrendo na imagem de um olho que enxerga algo em seu mundo concreto, por sua vez, o *'ponto de vista'* demanda abstrações adjacentes que lhe deem maior flexibilidade, tornando-o aplicável a ambos os correspondentes do espaço fenomênico, seja o concreto ou outras localidades virtuais. Ainda assim, pode dar a impressão de que tais localidades sejam sempre reais,

ensejando uma análise subsequente sobre o papel da fantasia, enquanto processo, formando também locais fantásticos. Se conjugados ambos os termos, podem permitir insaturação.

Bion (1962b, 1965) aponta a importância de se investigar, na prática psicanalítica, o modelo adotado pelo paciente. Ele contém derivados do vértice de sua experiência, dadas suas dinâmicas psíquicas, fatores de personalidade, pressões da realidade apresentada, vínculo estabelecido, alvos e recursividade. Por outro lado, permite uma melhor compreensão empática de sua vivência, também sob seu arcabouço de notações, características de sua especificidade, e funcionamento mais geral - e.g. conhecer algo do funcionamento de personalidade de uma pessoa com transtorno borderline permeabiliza um vínculo empático que possa se tornar L ou K. Algumas variações específicas cumprem papel epistemológico, na medida em que implicam na ocorrência de um 'senso comum', quer seja no cruzamento de dados de duas ou mais vias aferentes, de uma mesma via em momentos distintos, de graus de abstração, de 'binocularidade', de acordos sociais, ou outros que se façam possíveis.

Pereira Jr (2018) também observa um gradiente em que uma experiência consciente possa ser mais ou menos abstrata, ou, em seus termos, mais ou menos conceitual. Propõe um modelo gráfico, no qual a flutuação do nível de abstratividade, tal qual representada por uma senoidal, corresponderia a um fluxo da consciência, responsável por um aumento gradativo da autoconsciência do sujeito. Apesar de propor 'fases' correspondentes aos picos e vales dessa ondulação, a noção sobre uma variação multidimensional da experiência pode permitir superação da ideia de uma sequência linear, vez que a perpendicularidade entre graus de abstração e autoconsciência não esgota suas variações possíveis. Sendo o objeto a própria mente, enquanto generalização de uma expressão fenomênica imanente ao gênero humano, um fator relevante é a propriedade recursiva de suas funções de personalidade, como no modelo em que uma função de observação toma sua própria capacidade observacional como objeto. Como vem sendo abordado neste capítulo, ocorre uma interação, no sujeito humano, em que o vínculo com um objeto subjetivo lhe permite intuir sua própria subjetividade, e esta, então, se projeta no objeto vinculado. Para que ocorra uma abstração a partir de fenômenos que pareçam corresponder ao aspecto subjetivo de suas experiências, porém, como aquela em que a reação do 'corar-se' corresponde a um certo conjunto de emoções, torna-se necessária a introjeção da capacidade de continência, capaz, assim, de conter as próprias identificações projetivas do sujeito. Tendo-se possibilitado um vínculo do tipo 'x K x', as variações abstrativas, se apropriadamente insaturadas, permitem novas descobertas sobre a própria

personalidade do sujeito e sua experiência consciente; estas, por sua vez, na medida em que possibilitam novas experiências, podem expandir o leque de sua capacidade de tornar-se consciente de si mesmo.

Em diálogo com a investigação sobre o pensar, talvez possa ser reformulado o modelo gráfico proposto, sob vínculo ‘K’, e limiares apropriados de tolerabilidade a frustrações e insaturação, no qual o desenvolvimento da autoconsciência poderia ser tomado como proporcional às flutuações de nível de abstratividade e das variações de experiências possíveis ao sujeito. Nesse sentido, ultrapassando a necessidade de se classificarem tipos de experiências com sucessões lineares, o modelo seria tornado mais insaturado, podendo conceber distintas combinações possíveis entre elementos correspondentes aos fenômenos descritos em cada ‘fase’, quer sejam os próprios qualia, a influência de elementos prévios, a automatização, o pensamento, a intuição, a decisão volitiva, e outros que não tenham sido nelas descritos, ou ainda descobertos. Parece ser um tanto arriscado crer que seja possível, neste momento da compreensão humana sobre o fenômeno consciente, classificar todas suas variações possíveis, e, mesmo que uma tal totalidade fosse cognoscível, o conjunto de fenômenos e processos emergentes em sua investigação indicam variabilidade para além de uma única dimensão linear. Ao longo deste trabalho, levantaram-se alguns dos fatores que parecem estar implicados na configuração de uma experiência; ainda que sua totalidade e possíveis articulações sejam incógnitas, um modelo lógico pode esclarecer sua infinitude, sob um conjunto ‘E’ de elementos, mesmo que finito, com ‘B’ articulações aplicáveis entre eles e suas subarticulações, configurando suas possibilidades ‘P’:

$$\forall E, \exists B, P / P^n = \{ \{E' \cup B', e\} ; \quad \begin{array}{l} B' \subset B_{(\{E', e\})}, \\ E' \subset (E \cup P^{n-1}), \\ e \subset E', \end{array} \quad \begin{array}{l} |B'| = 1, \\ |E'| \geq 1, \\ |e| = 1, n \geq 0 \end{array} \}$$

$$\models \quad n \rightarrow \infty \Rightarrow |P^n| \rightarrow \infty$$

Mesmo sendo infinitas as configurações possíveis de uma experiência, a ampliação do conjunto daquelas vividas pelo sujeito permitiria um ‘autoexperienciar-se’ mais amplo, expandindo o que se pode conhecer sobre si mesmo. De maneira análoga à fronteira entre elementos-alfa e elementos-beta, dada pela incapacidade de os últimos serem pensados, ainda que se apresentem à experiência, poderia ser imaginada alguma transição, na curva, correspondente ao desenvolvimento da capacidade de uma experiência recursiva: ainda que o vínculo com um outro objeto subjetivo, diferente de si, permita algum nível de consciência

sobre o *self*, a recursividade indica possibilidade de que o sujeito tome a si mesmo, ou suas partes, como objeto ou alvo de suas funções, mesmo que indiretamente referenciados por representações. Tornada possível a flutuação entre aplicações recursiva e não recursiva, expandem-se suas compreensões concretas e abstratas de si mesmo, e, portanto, sua autoconsciência.



### 3.8. CONJUNÇÃO CONSTANTE E FATO SELECIONADO

Bion (1962b) aponta que, em sua investigação sobre o vínculo K e aplicação deste mesmo vínculo como instrumento da investigação que tem a si próprio como objeto, encontram-se similaridades entre as dificuldades apresentadas por pacientes portadores de transtornos do pensamento e aquelas que afligem os cientistas, e outros investigadores que se ocupam do estabelecimento de fatos, na medida em que elas emergem da falha em se determinarem fatos, demandando, portanto, investigação da natureza da falha. Apesar de, no primeiro caso, a falha ser patente ao desenvolvimento da personalidade, a psicanálise desta não se faz possível sem uma compreensão do problema da filosofia da ciência, uma vez que o paciente não consegue abstrair elementos para formular uma hipótese; a última, por sua vez, não consegue formular completamente seu problema sem o auxílio da experiência psicanalítica dos transtornos do pensamento, uma vez que se distanciam da concretude de sua experiência. O duplo aspecto dessa abordagem pode ser atingido a partir da investigação do processo de abstração como fator da função-alfa sob vínculo K, cuja insaturação apropriada possa permitir concepções e abstrações subseqüentes. Sandler (2006) afirma que o autor anterior toma o conceito humeano de conjunção constante, que, por sua vez, observa que, apesar de alguns fatos somente poderem ser observados nesta forma, nem sempre tais conjunções correspondem a contrapartes na realidade, ligando-se a necessidades psicológicas, preferências ou crenças do observador. Diante das limitações da percepção e dos poderes da mente humana, aponta três abismos epistemológicos: o dogmatismo; o realismo ingênuo, associado à crença de que a pura razão cartesiana é suficiente, como instrumento, para o acesso à realidade pelos sentidos; o idealismo ingênuo, que parte de derivações da crença de que o universo seria alguma sorte de criação mental. Atribui papel de relevância a Bion, nessa investigação epistemológica, por associar a apreensão de conjunções constantes à flutuação entre posições depressiva e esquizoparanoide, a partir da qual, pelo mecanismo de integração, uma sensação de ‘fazer sentido’ pode derivar. Salienta que um certo nível de tolerância a paradoxos é sempre essencial às empreitadas humanas de contato com a realidade. Afinal, poderia um paradoxo ser representação de uma derivação real que, dados os limites de seu aparelho, o humano não conseguiria abstrair de forma coerente, ou seria o paradoxo um componente da realidade que, pela limitação do aparelho em sua capacidade de pensá-lo, o humano não se faz capaz de compreender a coerência de sua abstração? Haveria, ainda, tipos diferentes de paradoxos, como esses dois, e outros possíveis, como aquele que não diz respeito a uma apreensão real mas se dá meramente como falha do pensamento ou do pensar?

Como investigar a conjunção de elementos responsável por uma abstração, como aquela que se configura como um paradoxo?

Para esta investigação, Bion (1962b) propõe um modelo em que uma criança repete uma experiência emocional, na qual um conjunto de elementos se apresenta como se estes estivessem constantemente conjugados: (i) a visão de um homem, (ii) a sensação de ser amada por ele, (iii) a sensação de desejá-lo, (iv) a escuta repetida da voz materna afirmando ‘é o papai’, (v) a sensação de afeto contido nessa voz, (vi) e a sensação de aprovação materna quando (vii) verbaliza ‘pa-pa’ em resposta. Dessa experiência emocional, a criança abstrai, a depender de sua personalidade, certos elementos cuja ocorrência concomitante nomeia sob o termo ‘papai’, podendo ser este utilizado em outras situações em que os mesmos elementos se apresentem conjugados. Partindo desse modelo, o autor abstrai a seguinte teoria: ‘papai’ é o nome atribuído a uma hipótese que, por sua vez, enuncia que determinados elementos estão constantemente conjugados; ainda que a criança não seja capaz de abstrair os conceitos de ‘hipótese’ e ‘formulação’, o contato com os derivados de sua experiência lhe permitem, a partir deles, exercer uma atividade mental de hipotetizar a existência de algo e formular uma abstração que lhe vise aproximação em correspondência ao que foi experienciado. Caso a criança se depare com outra situação em que escuta ‘papai’, mas cujas circunstâncias não preenchem, como critérios, todos os elementos previamente associados como constantemente conjugados, a realização negativa pressiona a revisão de sua hipótese para que possa representar novas realizações: ela pode ser abandonada em favor de outra hipótese que lhe pareça mais acurada, ou pode dar início a um sistema de hipóteses progressivamente mais complexo, um sistema dedutivo.

Uma consideração pode ser traçada sobre os elementos no modelo elencado: todos são sensações qualitativas sujeitas a um mesmo processo de compreensão, ainda que (i), (iv) e (vii) tenham característica sensorial, na medida em que uma ação motora apresenta arcos reentrantes que indicam sucesso ou falha em sua execução, enquanto que (ii), (iii), (v) e (vi) tenham qualidade afetiva. Enquanto que os primeiros se projetam em objetos que se sentem pertencer ao espaço físico, como ‘pai’ e ‘mãe’, os segundos se direcionam a pelo menos duas direções, a esses objetos, e às partes do aparelho responsáveis por suas representações, como a da percepção de afetos, determinando-se uns pelos outros. Sendo (iii) um alvo que indica vínculo ‘L’ com o objeto paterno, quer se dirija ao objeto externo à mente, à sua representação interna, ou a uma indistinção entre ambos, pode conter uma percepção de

‘amar’ o objeto, que, sendo nele projetada, engendra uma sensação de ser o sujeito amado por ele (ii). Havendo um contato com o objeto externo, ou seja, no qual o vínculo se realiza sob uma presença factual, em sua comunicação projetiva de amar o objeto (iii), pode ser elicitado o próprio amor que o objeto sente pelo sujeito, que, ao ser comunicada projetivamente, provoca a sensação do último (ii). Sob uma identificação introjetiva, diante da percepção da capacidade do objeto em amar o sujeito, este pode também vir a sentir amá-lo, de modo que (ii) também influencia no desenvolvimento de (iii). Algo semelhante ocorre com o segundo objeto do modelo, elencado como ‘mãe’, ainda que muitos de seus elementos permaneçam implícitos. A sensação de afeto (v) na voz materna que indica a presença do ‘pai’ (iv) demonstra seu alvo (o da mãe) como intenção de que o sujeito estabeleça um vínculo positivo com o objeto paterno, que, se recebido pelo sujeito sob vínculo ‘L’ com o objeto materno, pode propulsionar as demais relações contidas entre os elementos do modelo, o que é confirmado pela relação entre (vi) e (vii), pela aprovação de um objeto amado diante da concretização motora que indica dois fenômenos: a internalização de um vínculo com o objeto paterno, e o desenvolvimento da capacidade do sujeito em abstraí-lo e nomeá-lo.

Suponha que se troque o alvo, (iii), ao invés de desejar e amar o pai, a criança sinta odiá-lo; neste caso, desdobram-se algumas possibilidades de acordo com os fatores da personalidade do sujeito, como no caso de seu limiar de tolerabilidade a frustrações, podendo implicar num elemento-beta que demanda evacuação, como num ‘mau pai’, ou numa concepção reformulada notando um pai que nem sempre se faz desejável, mas que contém também algumas características ‘boas’, ou bem vindas ao sujeito, deduzidas pelos demais elementos registrados de experiências prévias. Na troca do objeto, deduzida pela visão de um homem diferente do que se espera encontrar (i), a variação do alvo (iii) pode impelir outros desdobramentos: se mantido, pode indicar reformulação de uma concepção de outro ‘pai’ desejado, ou de um conceito de que o ‘pai’ possa mudar sua aparência - imagine-se quando fantasiado de ‘papai noel’; Se (iii) for negativo, porém, pode indicar um ‘pai’ mau que deva ser evacuado, ainda que seja o mesmo objeto externo sob outra aparência visual. Caso se altere (iv), sob a escuta da palavra ‘titio’, mantendo-se os demais elementos, pode-se formular uma concepção nova, referente a um outro homem amado que se aparente ao ‘papai’. A análise do modelo indica que, apesar de uma conjunção mínima de elementos, ao se evidenciar sua coerência, possa ser tomada como substrato para uma representação que vise se aproximar de um objeto, ou de uma experiência com este, não apenas a especificidade de suas relações indica variações possíveis dentro de seu sistema, como também implicam na

conformidade de cada uma de suas partes e do conjunto. A relação entre (vi) e (vii), ainda, pode ensejar outra observação bastante relevante, na medida em que se assemelha ao afeto de que uma hipótese ‘faz sentido’ em relação à experiência que visa representar: tomando o fenômeno da descoberta, investigado por Poincaré, seria essa capacidade inata ao humano, ou introjetada a partir do seu desenvolvimento em suas relações? De qualquer modo, o elemento que parece ligar os demais e possibilitar uma sensação de coerência, ou de aprovação externa, se mostra sendo a denominação verbal, que, se por um lado, possibilita uma comunicação abstrata, por outro, engendra também seu pensar.

Tomando o modelo acima, Bion (1962b) observa que um sujeito deve ser capaz de abstrair, de uma experiência emocional, os elementos que se apresentem constantemente conjugados, incluindo o nome associado à hipótese - ou sistema de hipóteses - que enuncia sua conjunção constante e lhe atribui coerência, correspondendo à nomeação da categoria de realização que se sente aproximar daquela hipótese. Nesse sentido, uma palavra pode cumprir quatro papéis: (1) nomear uma coisa-em-si, tal qual se supõe existir na realidade externa, ainda que esta não possa ser completamente conhecida, em última instância; (2) nomear um fato selecionado; (3) nomear uma seleção de sensações e impressões que, em virtude do fato selecionado, sentem-se estar correlacionadas e ser coerentes; (4) nomear a hipótese definitiva que enuncia estes elementos como uma conjunção constante. Enquanto que (1) pode assumir dois aspectos contrapostos, como assunção de correspondência aproximada, na realidade externa, de um objeto representado pelos elementos derivados da experiência, ou como indistinção entre representação e coisa, característica da parte psicótica da personalidade, as variações de (2) a (4) indicam, no vínculo estabelecido com objeto e por meio da experiência, um processo de apreensão psíquica daquelas de suas propriedades que se fazem corresponder aos conceitos kantianos de qualidades primárias e secundárias<sup>36</sup>, que, ao serem abstraídas em sua conjunção e coerência, e formuladas sob um conceito então nomeado, passam a poder ser

---

36 Sandler (2006) explica que, enquanto as qualidades primárias se associam às propriedades da coisa que existe em-si, ou *noumena*, pertencente ao campo da realidade em última instância, as secundárias se manifestam a partir do fenômeno observado, o que depende dos sentidos e distorções do próprio observador. Ainda que as qualidades primárias não possam ser conhecidas, em termos dos sentidos, algo delas pode-se investigar, ajuizar ou intuir. A fisiologia da visão indica que a retina humana é capaz de diferenciar três cores específicas (vermelho, verde e azul), correspondentes a determinados comprimentos de ondas e pertencentes ao espectro da luz visível; as ondas de outras frequências contidas neste espectro são ‘interpretadas’ como intensidades das cores anteriores de acordo com sua proximidade. Ainda que um sujeito intua que a cor é qualidade secundária e a frequência de onda refletida é a primária, não será capaz de discernir se um objeto ‘amarelo’ realmente está refletindo a frequência de onda correspondente a essa cor, ou se está refletindo frequências sobrepostas correspondentes ao verde e ao vermelho, em diferentes intensidades; nesse sentido, a cor ‘amarela’ jamais será ‘conhecida’ pela visão humana, ainda que possa ser concebida intelectualmente por representação abstrata.

comunicadas dentro de um grupo que deste compartilhe.

Bion (1962b) observa que, ainda que em última instância, qualquer concepção de objeto não abandone completamente seu valor hipotético, um problema comum entre a investigação psicanalítica e outras ciências que tomem como seu objeto os processos que envolvem as qualidades subjetivas do humano reside na inapreensibilidade desse objeto por meios outros que não por sua própria subjetividade; uma cadeira pode ser mensurada pelos mais variados instrumentos físicos e químicos disponíveis ao investigador, enquanto que uma frustração demanda ser indiretamente hipotetizada por suas mais diversas manifestações, e, mesmo assim, não é passível de completa redução. Algo semelhante ocorre na matemática, cujas formulações resultam em alguns objetos que não encontram correspondentes diretos na realidade apreensível pelos sentidos, senão de forma indireta: é o que ocorre com a circunferência em relação ao seu desenho traçado em papel; nesse último caso, uma solução encontrou-se na proposição aristotélica da formulação de objetos matemáticos. Com base no processo de nomeação descrito acima como (3), o autor propõe que o conteúdo de tais observações possam ser tomadas, paralelamente, como objetos psicanalíticos, sob método homônimo. Sua identificação depende da possibilidade de se encontrar meios pelos quais sua natureza possa ser comunicada, o que implica na necessidade de emprego, como instrumentos, dos próprios processos tomados como objeto dessa investigação, e da capacidade do observador em mobilizar um equipamento mental que possa, com eles, lidar.

De todos os elementos de uma realização, apenas alguns têm seus dados sensoriais correspondentes articulados na forma de uma conjunção constante, de forma em que ambos, elementos e correspondência, podem ser já tomados como abstração da realização em relação à sua totalidade. Uma segunda abstração toma lugar quando um nome é atribuído para representar a anterior, devendo esta ser capaz de assumir função preconceptiva diante de novas realizações, e de sofrer processos de particularização e concretização. Nesse último termo, ‘concretização’, encontra-se contido um modelo implícito que equipara a sensorialidade de ‘tornar algo concreto’ à de ‘tornar algo real’, em casos que tomem como dualidade as diferenças entre representações instanciadas mentalmente e objetos reais, tal qual na consolidação de um plano mentalmente arquitetado - lembre-se a concepção freudiana do pensar como uma forma de ensaiar o agir em condições mentalmente controladas. Sob vínculo K, a conjunção entre modelo e teoria abstrata a ele correspondente viabiliza a compreensão de quais aspectos contidos no modelo estão realmente supostos a ser realizações

dessa teoria, de forma que o primeiro possa fornecer um plano de fundo de significações à segunda, o que permite, por exemplo, classificar elementos-beta como ‘concretos’ quando em relação a abstrações algébricas, ainda sabendo que não se concretizam em espaço propriamente físico. Sob vínculo negativo, típico da parte psicótica da personalidade, a situação pode ser outra: diante da posição em que ‘x se coloca num estado de não vir a conhecer y, e y num estado de não vir a ser conhecido por x’, o autor propõe a caracterização de um vínculo negativo de ‘K’, ou ‘-K’, representando a anterior como ‘x -K y’. Nesse aspecto, o uso de um modelo tem característica necessariamente metafórica, cuja compreensão depende de um predomínio positivo no vínculo ‘K’. Retomando a teoria de que um conceito enuncia a conjunção constante de determinados elementos sob um nome a ele atribuído, desta vez como modelo de produto da experiência emocional, o autor propõe uma abstração mais ampla: “A realização de cada situação emocional é uma aproximação a um sistema dedutivo teórico que a representa, ainda que tal sistema ou sua representação ainda não tenha sido descoberta” (BION, 1962b, p. 69, trad. nossa).

Partindo desse sistema abstrativo, o autor propõe que um objeto psicanalítico possa ser representado por uma conjunção de elementos: uma constante ( $\Psi$ ) que corresponda a uma hipótese representada em algum grau de abstração, ainda que incógnita; algum elemento insaturado ( $\square$ ) que confira flexibilidade à constante, permitindo que esta cumpra papel preconceptivo diante da realização de uma experiência, e podendo, assim, ser-lhe atribuído significado; o conjunto de fatores da personalidade do sujeito ( $\mathcal{M}$ ), que guia sua decisão diante da qualidade subjetiva da experiência, seja no sentido de tolerá-la, ou de reagir em direção à sua modificação ou evasão; o vetor de transformação do pensamento e do aparelho para pensá-lo ( $\pm Y$ ), diante da conjunção dos elementos anteriores, no sentido de crescimento ou de ataque destrutivo às suas representações. A constante, quando incógnita, pode representar uma disposição ou pré-concepção inata, ou uma categoria apriorística, no conceito kantiano, cujo conhecimento ou envolvimento dependa de seu encontro a uma experiência com as qualidades secundárias do fenômeno que possa lhe corresponder, por meio do elemento insaturado; desta forma, a conjunção entre constante e realização, existindo algum elemento insaturado que possa ser preenchido pela última, configura uma concepção. Sob vínculo ‘K’, a representação de um objeto abstrato deve ser capaz de ser utilizada como uma constante, cuja penumbra de associações, atribuída pelo encontro com os objetos abstratos da qual deriva a primeira, ainda permita insaturação suficiente para que algo de si seja desconhecido; desta forma, sob novos encontros com experiências, a penumbra de significados deve ser suficiente

para delimitar aquelas que correspondam à categoria de objeto a que se pretende corresponder, e a insaturação deve permitir que algum novo significado seja ainda descoberto.

Ao explorar o processo de delineamento de elementos que caracterizam uma conjunção constante, Bion (1962b) destaca o fato selecionado, cujo papel se define em ocasionar uma sensação de correlação e coerência entre os elementos identificados. Afirma derivar esse elemento da descrição de Poincaré sobre a descoberta matemática, segundo a qual o valor de um novo resultado deve ser proporcional à sua capacidade de unificar elementos já conhecidos, porém, até então, tomados como estrangeiros uns aos outros, introduzindo um padrão de ordenação onde antes parecia não haver nenhum. Desta forma, torna-se possível uma compreensão da complexidade de padrões de relacionamentos entre os elementos, e entre estes e o todo, até então inapreensível, investindo de novo valor não apenas o novo resultado, mas cada um dos elementos relacionados e sua totalidade. O psicanalista aproxima essa descrição à da transição entre as posições depressiva e esquizoparanoide, denominando como fato selecionado a experiência emocional particular ao processo de síntese, na medida em que múltiplos fragmentos até então dispersos, resultantes de mecanismo de cisão, podem ser percebidos como componentes de uma mesma representação. Diante de um conceito ou hipótese sobre a conjunção constante, que tome como constantemente conjugados o surgimento repentino de um elemento significativo, a agregação de elementos até então dispersos, uma imagem de totalidade no conjunto de elementos tomados, a percepção de um padrão de coerência dos elementos entre si e com sua totalidade, e a atribuição de valor às instâncias do conjunto, a coerência interna a essa própria representação depende da investigação da hipótese de um fato selecionado, que possa ser aplicada a múltiplas experiências com fatos selecionados para que sua similaridade possa ser testada.

Dentre os múltiplos fatos selecionados tomados da emergência de objetos analíticos e abstratos, algum elemento de coesão, que os atribua coerência, deve ser encontrado, não sendo possível, contudo, sua formulação de acordo com os princípios governantes de sistemas dedutivos: antes que um sistema tal possa ser criado, os fatos selecionados precisariam ser transformados por processos racionais tornados conscientes, remodelando sua coerência interna para as regras pertencentes ao campo da lógica. Num sistema dedutivo, a articulação entre suas hipóteses deve seguir estas leis, de forma que a especificidade da coerência encontrada na articulação dos elementos pelo fato selecionado seja obliterada em sua

tradução. O sistema de relações entre hipóteses regido pela lógica, e colocado em destaque pela formulação de sistemas dedutivos, é caracterizado pelas regras próprias aos processos racionais do pensamento, e não pela relação entre elementos de uma realização cujo fenômeno aparente coesão como resultado da descoberta de um fato selecionado. Nesse sentido, ‘fato selecionado’ é um nome atribuído a uma categoria de experiência emocional, na qual ocorre um sentido de descoberta de coerência, de forma que sua significância seja de ordem epistemológica, e que a relação entre fatos selecionados não possa ser imediatamente tomada como lógica. Admitindo-se que os elementos pensados tenham alguma contraparte na realidade existente das coisas, seja por meio de suas qualidades primárias ou secundárias, uma questão que não pode ser negligenciada é se ambos os sistemas de regras de relações, o lógico e o do fato selecionado, correspondem, de alguma forma, à relação existente entre as coisas-em-si na realidade externa ao aparelho, ou apenas às regras que regem as formas racional e intuitiva dos processos de pensamento, que, por operarem em instâncias inconscientes do aparelho, e terem apenas parcelas de resultados tornadas conscientes por associações a resíduos verbais, perfazem uma realidade psíquica à qual o acesso consciente também é indireto.

Os processos de formulações matemáticas portam, como uma de suas características, uma tentativa de aproximar as relações entre seus objetos abstratos às realizações às quais pretende corresponder, o que demanda constantes reformulações ao invés de postulados de se ter atingido alguma verdade absoluta<sup>37</sup>; a ausência de uma correspondência imediata indica a última hipótese, de tais sistemas corresponderem à realidade dos processos do pensamento, apesar de seu emprego no sentido de aproximação à realidade da qual se toma os objetos de sua investigação. No caso em que sua característica é inanimada, ou em que os aspectos tomados do objeto vivo são aqueles que compartilham dessa característica, as formulações representadas sob o sistema de articulações ditado pela lógica demonstram relativo sucesso em sua capacidade de vir a representar a realidade da qual toma seu objeto, provavelmente devido à circunstância de tal sistema de relações ter sido abstraído a partir de realizações similares, em relação à tomada de objetos inanimados. No caso em que se toma como objeto características animadas, contudo, como qualidades subjetivas, seu emprego se mostra falho em sua capacidade de representação, indicando que as formas de associação regidas por racionalidade ou causalidade não se aplicam aos processos que ocorrem derivados da transição entre posições esquizoparanoide e depressiva, cujo poder de síntese depende da

---

37 ‘Verdade absoluta’ refere-se a uma crença do observador, e não a uma correspondência real.



precipitação de um fato selecionado em sua experiência emocional.

Ao se tomarem os precipitados de uma experiência emocional na construção de um modelo que possa se insaturar diante de novas experiências, opera sobre o modelo a função da atenção, que vasculha periodicamente as vias de acesso à realidade para que seus dados já sejam familiares caso ocorra emergência de uma necessidade; o valor do modelo reside, então, na familiaridade com que se tomam seus dados, capacitando-o a corresponder à emergência de uma necessidade na forma de experiência, o que, por sua vez, ocorre sob precipitação do fato selecionado. Para tal, os dados sensoriais da experiência tomada como base da elaboração do modelo demandam ser transformados em elementos-alfa, passíveis de armazenamento e articulação em novos níveis de abstração, destacando o papel da função-alfa na formulação de modelos. A pressão exercida por uma experiência precipita o modelo necessário para concebê-la, agindo ela, então, como seu fato selecionado, e lhe dando flexibilidade para que possa corresponder, ainda que parcialmente, a outra experiência que não aquela que originou seus elementos. A necessidade em se manter correspondência a características da experiência que seriam perdidas em abstrações subsequentes, devido à incompatibilidade entre suas articulações e aquelas regidas pela lógica, em conjunto com a necessidade em se atingirem maiores graus de abstração para prevenir a inflexibilização do modelo, ou pior, seu uso equivocado ao transpor características que não pertençam à experiência para o qual se visa corresponder, demandam a manutenção simultânea de uma medida de particularidade ou ‘concretude’<sup>38</sup> e de generalizações mais abstratas, que pode ser preservada mediante o uso concomitante do sistema dedutivo e do modelo correspondente.

---

38 Note-se, como exemplificação do que se desenvolve nesta sentença, o emprego concomitante do modelo contido no termo ‘concreto’ e do conceito que se faz presente em ‘particular’.



## CAPÍTULO 4: INVESTIGANDO A MENTE E SUA INVESTIGAÇÃO

### 4.1. IDEIA E INTROSPECÇÃO

Bion (1962a, 1962b), em ‘Uma Teoria sobre o Pensar’ e ‘Aprendendo com a Experiência’, faz uso de um conjunto de termos que se referem ao nível de abstração de uma representação mental, e outro sobre o uso que se faz dessa representação. Dessa maneira, um sistema dedutivo pode ser concebido de forma suficientemente saturada para que não permita correspondência a uma realização que visa ocultar, sob influência de um processo de racionalização. Um conceito pode ser hipotetizado para definir uma conjunção constante, um mito pode ser empregado para notar um fenômeno, uma pré-concepção, para atentar elementos em direção à realização de uma expectativa, um cálculo, para investigar relações entre grandezas, ou um elemento-beta para ser evacuado. Nota-se que, à exceção dos elementos-beta, que não podem ser pensados, cada diferente uso pode ser feito de cada nível de abstração representativa. Em ‘Elementos de Psicanálise’, Bion (1963b) sistematiza o cruzamento de abstração e uso como o que mais apropriadamente se possa chamar de ‘ideia’, uma vez que ambas as variações de sua forma, ao se tornarem conscientes por meio da percepção introspectiva de qualidades psíquicas, impactam no papel exercido para o aparelho mental, em seus fatores, dinâmicas e atividades.

Propõe a notação *I* para representar o conjunto dos pares ordenados resultantes do produto entre o grau genético de abstração de uma formulação e o uso sistemático adotado em sua introspecção. Como elementos do conjunto tomado como primeiro fator<sup>39</sup>, encontram-se: (A) elementos-beta, compostos de representações primitivas que não conseguem ser distinguidas da presença de objetos na realidade em-si, vez que se indiferenciam de senso impressões, mas de cuja matriz podem-se originar pensamentos a partir da função-alfa; (B) elementos-alfa, sendo o produto imediato da função homônima, correspondem às representações mais primitivas que já conseguem ser diferenciadas da presença do objeto, compondo o conjunto de elementos que podem ser articulados da forma de outros níveis de abstração, como sonhos ou narrativas; (C) pensamentos oníricos, operados de forma latente mas que se expressam pelo conteúdo manifesto dos sonhos e dos devaneios, em instância

---

<sup>39</sup> O termo ‘fator’ aqui se aplica como fator de uma multiplicação entre conjuntos, tal qual o que se observa num plano cartesiano como  $\mathbb{R}^2 = \mathbb{R} \times \mathbb{R}$ , em que cada fator configura um eixo, e não como fator de personalidade.

privada, ou de mitos e alegorias, quando passam por processo de publicação; (D) pré-concepção, correspondente a um estado de expectativa de existência de um objeto ou fenômeno, ainda desconhecido, mas que possa preencher as condições por ela delineadas; (E) concepção, correspondendo ao encontro fértil entre uma pré-concepção e sua realização, formalizando a representação de um determinado objeto tomada como tal, e não como presença de alguma outra coisa; (F) conceito, correspondendo ao produto entre concepção e realizações negativas, de forma a representar classes de objetos ou fenômenos; (G) sistema dedutivo, sendo produto da combinação de conceitos a formar hipóteses ou sistemas de hipóteses, traçando relações lógicas entre os anteriores e vinculando uma representação de totalidade; (H) cálculo, o qual se distancia das representações conceituais no sentido de evidenciar com maior clareza suas conexões.

Considerando que o aparelho lida com duas espécies de qualidades, uma que corresponde aos fenômenos como manifestações secundárias de objetos pertencentes à realidade que cerca o sujeito<sup>40</sup>, e outra que surge dos produtos dos processos inconscientes - ou da parcela psíquica da realidade - tornados conscientes por sua travessia da barreira de contato, duas consequências se seguem: (a) a compreensão de ambas as espécies de qualidades, sejam referentes aos âmbitos interno ou externo ao aparelho, é distorcida da realidade a elas correspondente, sendo necessário processamento de suas informações para que suas representações se aproximem da última, tal o que ocorre pelas transformações em nível de abstração e insaturação; (b) não sendo coisas-em-si, ainda que existentes durante a efemeridade da experiência emocional, e que seus produtos, sob função-alfa, possam compor objetos abstratos, pertencentes ao âmbito psíquico da realidade, as qualidades psíquicas são responsáveis por permitir a tomada de consciência dos últimos, sejam nas formas de devaneios, memórias, pensamentos, ou outros; a percepção consciente, contudo, apreende apenas tais qualidades, de modo que mesmo o acesso às representações mentais seja indireto, mediado por suas qualidades tornadas conscientes. Estando assim sujeita a processos como repressão, sob governo da dinâmica entre os princípios do prazer e da realidade, a introspecção de uma ideia, enquanto ‘consciência de qualidades psíquicas’, implica no uso feito da formulação genética em relação à experiência emocional que toma como realização, traçando assim as categorias sistemáticas de *I*: (1) hipótese definitória, na qual os elementos da formulação são assumidos como uma conjunção constante, cuja nomeação pode assim

---

40 ‘*Environmental reality*’ (BION, 1963b).

classificar a realização tomada; (2) resistência<sup>41</sup>, na qual uma formulação pode ser tomada no sentido de negar a característica desconhecida de uma realização, quando sua admissão ameaça engendrar qualidades aversivas que ultrapassem o limiar de tolerabilidade do sujeito; (3) notação, na qual os elementos registrados de uma formulação possam ser empregados como parâmetros para notar os elementos resultantes da realização, permitindo que uma realização negativa seja compreendida como ausência, ou que de uma realização parcial possa ser abstraída uma nova formulação; (4) atenção, derivada da anterior, correspondendo a um estado mental no qual a formulação permite que uma realização seja intuitivamente vasculhada em busca de elementos previamente conhecidos, sondando assim a realidade da qual parte a experiência; (5) investigação ou inquérito, mais ativa que a anterior, na qual a formulação é empregada para investigar a realização que se reconhece como incógnita, utilizando dos elementos da primeira como tentativa de se fazerem iluminar os da segunda; (6) ação, seja no sentido de uma descarga motora ou de um uso que vise a modificação da realidade externa, na qual os elementos da formulação direcionam a mobilização de vias motoras no sentido de uma externalização que corresponda a elementos da realização.

O produto do eixo genético ( $I_g$ ), equivalente ao grau de abstração de um pensamento, seja como formulação ou hipótese, e do eixo sistemático ( $I_s$ ), contendo este o uso empregado da formulação em relação à experiência, corresponde, assim, à formulação do conceito de ideia pelo autor. Sendo a formulação uma constante, ainda que possa conter elementos incógnitos e insaturados, seu desenvolvimento genético no sentido de conceber uma nova formulação, seja mais ‘concreta’, em direção a  $I_B$ , ou abstrata, a  $I_H$ , depende não apenas dessa insaturação, mas da capacidade de ser empregada, diante de uma realização, como  $I_3$  a  $I_5$  pelo sujeito. Considerando a consequência (b), acima apontada, um elemento ordenado de  $I$  pode assumir função de continência diante da experiência relativa a outro, permitindo uma reformulação (e.g.  $I_{E4}$  serve como continente de  $I_{G3}$ , produzindo  $I_{C1}$ , onde um conceito pode facilitar a investigação de um sistema dedutivo notado para produzir a hipótese definitiva de um modelo); para tal, a categoria continente deve assumir funções preceptiva e de registro, o que implica que deva ser capaz de tornar-se inconsciente. Nesse sentido, as transformações em  $I$ , e conseqüentemente, os desenvolvimentos do pensamento e do pensar, se relacionam intrinsecamente com a mecânica psíquica representada pelas flutuações posicionais e pela

---

41 Bion (1963a, 1963b, 1965) também classifica essa categoria sistemática sob o símbolo isolado ( $\square$ ) o que sugere o uso de um enunciado como uma constante saturada, de modo a impedir sua concepção com realizações que se buscam evitar.

relação de continência, e se direcionam pelo componente passional do vínculo estabelecido, no caso, 'x K y'. Ainda que suponha prioridade genética ao pensamento, o autor admite sua inexistência sem um mecanismo primitivo, minimamente capaz de produzi-los, sendo este a identificação projetiva realística. Na medida em que a psicomecânica permite a introjeção não apenas de conteúdos processados pela figura materna, mas também dessa capacidade de continência, de forma que com ela o sujeito possa se identificar, desenvolve-se o aparelho de pensar: "Quando pensamentos têm que ser usados sob as exigências da realidade, psíquica ou externa, os mecanismos primitivos devem ser endossados com capacidades de precisão demandadas pela necessidade de sobrevivência" (BION, 1963b, p. 35, trad. nossa).

A razão, tomada como função de personalidade para lidar com o domínio passional (contido nos vínculos H, L ou K), modula-se de acordo com a dinâmica entre os princípios do prazer e da realidade. Quando baixo ou inexistente o limiar de tolerabilidade à incerteza, a dúvida sobrecarrega o sistema com a qualidade de desprazer, demandando ser evacuada em uma descarga motora ( $I_6$ ), como se faz com um 'mau' objeto, ou negada por meio do emprego da razão em sua forma racionalizada ( $I_2$ ); em ambos os casos, tornam-se as ideias hipersaturadas, independentemente de seu grau de abstração. Algo semelhante ocorre sob limiar baixo ou ausente de tolerabilidade ao desprazer, levando à certeza de que a percepção deva ser combatida ou negada, numa decisão evasiva. Caso sejam ambos muito elevados, entretanto, a razão perde seu alvo de encontrar uma maneira de modificar a realidade frustrante - quer seja por ser desconhecida ou desprazerosa; configurando uma racionalização que impede a definição de hipóteses, ou que insatura excessivamente quaisquer ideias, perde-se a capacidade de correspondência a realizações negativas, e, subsequentemente, de reformulações, numa dinâmica em que o pensamento substitui a tomada de uma decisão. Uma racionalidade genuína, dessa maneira, depende não de uma negação de sua característica passional ( $I_2$ ), o que seria mera racionalização, mas sim dessa admissão sob um limite de desprazer por não ser controlável e de incerteza sobre como empregá-la eficazmente. Sob um equilíbrio entre ambos os limiares, ou de seu produto, como limiar de tolerabilidade a frustrações, o pensamento pode ser pensado sob o alvo de encontrar alguma modificação possível da realidade frustrante, na forma de uma ação motora, transformação psíquica, ou ambas combinadas; nessa configuração, o hiato temporal do pensar acarreta em um aumento progressivo das qualidades frustrantes, até que, atingindo seus limiares, o sujeito possa tomar uma decisão de modificação, ainda que tal decisão deva conter alguma medida de inibição dos elementos ainda desconhecidos ( $I_2$ ), e outra de iniciativa de modificação ( $I_1$  e/ou  $I_6$ ). Este

parágrafo pode ser lido como descrição mais abstrata dos elementos e relações envolvidos com a razão, ou como modelo frente à inquietação presente na percepção de sua característica passional. Neste modelo, o pensar sobre seus mecanismos permite a decisão pelo emprego racional de abstrações, ainda que não correspondam totalmente à realidade apresentada, mas por serem as mais próximas até então atingidas, enquanto outras mais aproximadas não surjam para substituí-las, na medida em que se possibilitem suas reformulações pelo contato experiencial subsequente desta investigação.

Velmans (2012) toma a coisa-em-si kantiana não como absolutamente incognoscível. Considera que, se o conhecimento humano é manifestação de um processo reflexivo em que um universo vem a conhecer a si mesmo, não há separação, em última instância, entre conhecedor e conhecido, e o conhecimento pode ser visto como autoconhecimento. Concorda com Kant em que o conhecimento humano é constricto pelos modos com que os sistemas perceptivo e cognitivo operam, e, portanto, não pode prover conhecimento independente do observador. Consequentemente, pode não ser possível à mente humana conhecer plenamente a natureza de seu próprio ser; isto, porém, não impede conhecimentos parciais e espécie-específicos, convencionais à ciência. Um problema de uma concepção tal se encontra num paradoxo de conjuntos, qual seja, como um conjunto pode conter a si mesmo como um de seus elementos? Já seria um conjunto diferente do original, tal qual no modelo lógico adotado no capítulo anterior, em que uma instância de um conjunto de possibilidades pode tomar recursivamente uma outra instância, mas não a si mesma. O problema pode se tornar mais claro diante de uma variação de seu vértice: a palavra ‘conceito’ pode ser empregada para nomear uma abstração que corresponda a outras abstrações conceituais, como os conceitos nomeados pelas palavras ‘emprego’, ‘nome’, ‘abstração’, etc.; apesar do paradoxo, como poderia não ser a própria abstração nomeada como ‘conceito’ um conceito?

$$\forall A \exists B = A / A \in B \Rightarrow B \supseteq \{A\} \Rightarrow A \not\subseteq \{B\} \Rightarrow A \neq A$$

Sendo ‘A’ denominado como ‘conceito’, como conjunto abstrato que contém como elementos todos os conceitos, e sendo a palavra ‘conceito’ denominação de um conceito sobre ‘conceitos’, incorrem-se as possibilidades: ou a lógica dos conjuntos está errada e demanda reformulação, ou a lógica em geral precisa admitir paradoxos, ou a concepção epistemológica sobre a formulação conceitual está equivocada. Segundo a hipótese (a), delineada acima, a operação do aparelho mental humano, dada sua funcionalidade, delineia dois âmbitos de

realidade, externo e interno ao aparelho, ainda que sua percepção seja indireta e distorcida. A contraposição da nomeação, pertencente ao papel elencado em (1) do subcapítulo da conjunção constante, indica a confusão ensejada pelo predomínio da parte psicótica da personalidade, em sua indistinção entre representação e coisa ( $I_{A1}$ ), uma vez que o aparelho as nomeia sob um único termo. O que se trata na distinção de ambas ( $I_{E1}$ ), porém, não é da existência de uma coisa e da inexistência de sua representação ( $I_{F2}$ ): ambas são existentes, ainda que não equivalentes, podendo pertencer a um mesmo âmbito, ou a âmbitos distintos ( $I_{E3}$ ) - mesmo que tal distinção possa ser apenas conformidade operacional da mente humana ( $I_{G1}$ ). Magritte (1929) aplica essa intuição de modo lúdico, ao pintar um cachimbo e uma frase, “*Ceci n’est pas une pipe*”; a pintura é indubitavelmente real, concreta, e diferente de um objeto chamado ‘cachimbo’: é a atividade mental humana pictogramática que vincula esses dois objetos, sendo um representado e outro representação. Na comunicação intersubjetiva, uma composição verbal, ainda que sob forma poética, pode intentar representar a concepção de uma emoção, situação na qual a representação pode-se tornar concreta, como palavras escritas num papel, pertencendo o objeto representado ao âmbito mental subjetivo.

No caso em que ambos pertençam ao âmbito mental, como objetos abstratos, o paradoxo pode ser melhor investigado sob a compreensão de que a palavra ‘conceito’ pode se referir a coisas distintas: (I) uma classe de objetos abstratos à qual pertencem todos os conceitos concebidos; (II) a descoberta de um fato selecionado que atribui coerência classificatória aos objetos de (I); (III) uma conjunção de elementos constante a todos os objetos de (I), tornada coerente por meio de (II); (IV) uma hipótese de que (III) possa vir a representar todos os elementos de (I), bem como outros ‘conceitos’ ainda desconhecidos. Dessa maneira, caso se tomem os objetos abstratos definidos como ‘conceitos’ pertencentes às formas (II), (III) ou (IV), a palavra ‘conceito’ pode pertencer à classe de ‘conceitos’, sendo esta (I), na medida em que não seja a primeira equivalente à segunda, mas representando um produto abstrato da atividade de pensá-la como pensamento, configurando alguma(s) das formas ulteriores. Caso predomine a parte psicótica da personalidade, inibidos os processos que permitem produtos dos tipos (II) a (IV), a intolerância ao paradoxo impele o ataque fantástico à própria representação conceitual, tornando-a, pela reversão da função-alfa, elemento-beta que demanda evacuação ( $I_{A6}$ ). Caso se considere este parágrafo como suficiente para eliminar o problema do paradoxo, contudo, a inibição precoce do pensar pode impedir uma modificação genuína da situação paradoxal, tornando-se mera racionalização ( $I_{G2}$ ). Suponha-se novamente ‘X’ como conjunto de objetos passíveis de abstração conceitual, e ‘F’



como a função que permite formular uma hipótese conceitual de elementos constantemente conjugados, tem-se que:

$$\forall F_{(x)} \exists x \in X / F_{(x)} \Rightarrow X \in X \Rightarrow X \neq X$$

Ainda que processos como o ‘conhecer’ ou o ‘conceituar’ sejam tomados como funções de uma personalidade, com produto representacional, ao mesmo tempo em que sua reflexividade incorre em um paradoxo, existe algum fato, como no modelo de ‘conceito’ ser um conceito. A investigação do problema demanda um aprofundamento da própria investigação sobre o funcionamento da mente humana. Retomando as hipóteses (a) e (b), acima delineadas, qualquer objeto só atingiria consciência por meio de qualidades experienciadas, seja pertencente ao âmbito interno ou externo à mente: isso implica que até mesmo um conceito, tal qual existe em instâncias inconscientes da mente, apenas possa ser apreendido pela consciência por meio de qualidades sensíveis, tais quais sua denominação verbal, imagens pictográficas, ou emoções associadas. O conceito em si, enquanto associações de elementos supostamente conjugados de maneira constante, pertence ao domínio mental da realidade desconhecida, onde residiriam também as funções responsáveis por seu processamento, de modo que suas qualidades experienciais assumam função de referenciá-lo: e.g. caso elicitte algum afeto tolerável de dúvida, há uma referência de que o conceito seja tomado como hipótese, caso se sigam outras construções verbais além de seu nome, imagens, modelos geométricos ou algébricos, etc., faz referência aos elementos ou relações que se supõem estar nele conjugados. A percepção desse fenômeno confere ‘binocularidade’ ao observador, na medida em que se dá conta de uma parcela de percepção consciente e outra inconsciente: o atravessamento da barreira de contato pelas qualidades psíquicas permite que seja apreendido algum significado experiencial consciente, elicitando reações psíquicas a elas correspondentes, sejam por associações subsequentes, transições posicionais, continência de identificações projetivas, vínculo com o objeto, limiares de tolerabilidade, decisões ou outros processos; o atravessamento contrário de elementos de *I*, em direção inconsciente, por sua vez, permite que estes sejam empregados em reformulações abstrativas. Uma vez que a barreira é formada por elementos-alfa em uma determinada articulação, a notação ou atenção de uma abstração nessa barreira (*I*<sub>3.5</sub>) permite que esta cumpra função preceptiva em relação à experiência emocional, mesmo que sua fonte seja introspectiva: nesse sentido, a ideia preceptiva modula ambos os campos, da experiência emocional em sua consciência, e da formulação abstrativa em seus processos inconscientes. Os últimos dois modelos lógicos

ignoram esses fenômenos, de forma que sua redução implica em paradoxo. Sendo ‘i’ uma impressão, introspectiva ou sensitiva, e ‘X’ representação do domínio experiencial, pode-se imaginar um outro modelo para a experiência de um objeto abstrato:

$$\begin{array}{l}
 \forall x \in X \exists [\alpha, \quad \Psi_{(i)} \in I_{3-5}, \quad i \in (I \cup S), \quad e \in I, \quad c \in I \quad / \\
 \Psi_{(i)} \rightarrow i \quad \Rightarrow \quad \alpha_{(x)} \rightarrow \Psi_{(i)} \quad \Rightarrow \quad \Psi_{(e)} \rightarrow [\alpha_{(x)} \quad \Rightarrow \\
 [\alpha_{(e)} \rightarrow \Psi_{(e)} \Rightarrow \quad i' \vee \Psi' \rightarrow [\alpha_{(e)} \quad \Rightarrow \quad +Y \rightarrow i' \vee \Psi' \\
 \models \quad \exists \Psi \in I, \quad \Psi: (I \cup S) \rightarrow (I \cup X) \quad / \quad \Psi_{(\Psi)} \rightarrow \Psi
 \end{array}$$

A simplificação contida neste modelo implica em uma determinada especificidade à qual seja possível sua aplicação, em que se consideram minimamente preservados os fatores de personalidade para garantir operacionalidade da função-alfa e da função preceptiva, tomado um objeto abstrato sob vínculo ‘K’ e ensejando o crescimento do pensamento ou do aparelho necessário para pensá-lo. Tomando-se o objeto como o conceito denominado como ‘conceito’, permite observar que não se trata do caso de o sujeito ter uma experiência com a totalidade de seus conceitos para abstrair a formulação daquele, como parte do conjunto total: isso não só seria logicamente paradoxal, como também experiencialmente impossível. O que parece ocorrer é que, a cada experiência com qualidades referentes a um objeto, esta é modulada por alguma ideia que possa cumprir função preceptiva diante das impressões objetais imediatas; a abstração formulada, por sua vez, é guiada pela função preceptiva que toma os elementos resultantes da experiência, sob operação da função-alfa. Esse conjunto processual pode ensejar desenvolvimento de ambos, ideia preceptiva e representação da impressão objetual, tal qual assumem papel de continente e contido, ou de pensar e pensamento. Por ser um tipo de crescimento, não se trata meramente da preservação estática de um conjunto pré-estabelecido, mas de uma constante reformulação de abstrações no sentido de melhor aproximar sua correspondência aos objetos ou classes que visam representar.

Embora não se torne aplicável um conceito estritamente mecânico de reflexividade, tendo em vista sua improbabilidade tanto lógica quanto operacional, uma investigação minuciosa da teoria e modelos possíveis sobre o pensar indica a existência de recursividade iterativa a cada instância cíclica de seu conjunto de processos, configurando, como seu produto, um processo reflexivo em múltiplos âmbitos, sejam da realidade do objeto tomado, da experiência ou de suas representações abstratas. Desse modo, cada conceito prévio pode

assumir função preceptiva diante da impressão de existência de um conceito sobre ‘um conceito’, modulando sua experiência na forma de um pensamento, que, ao poder ser pensado, enseja a reformulação de ambas as ideias, a preceptiva e a experienciada; a ideia de ‘conceito’, por sua vez, pode assumir função preceptiva a cada impressão de um pensamento conceitual, tendo resultado semelhante. Sendo o conjunto processual pertencente às relações cíclicas sob conformidade a fim, a separação de suas partes pode ser tomada apenas como artifício sob as necessidades delineadas pelas limitações do aparelho mental humano. A investigação da iteratividade recursiva, assim, reitera a hipótese reflexiva de Velmans, de uma parcela do universo, enquanto realidade única, que lhe permita, mesmo que parcialmente, vir a conhecer a si mesmo.

## 4.2. TEORIA E MODELO SOBRE O PENSAR

Bion (1962b) afirma que o modelo para o pensar derivado da experiência emocional do sistema digestivo, tendo distribuição difundida, mostra-se útil para traduzir fenômenos como ‘fatos indigestos’, em seu uso cotidiano. Aponta que o desenvolvimento concomitante ao aparelho digestório, num momento em que sua capacidade de representação era, portanto, primitiva, alimenta a hipótese de que tenha ele mesmo sido o modelo arcaico tomado pela criança nesse momento de seu desenvolvimento, ainda que sob fantasia. Para uma investigação psicanalítica, entretanto, sua inadequação demanda elaborações ulteriores: o sujeito que pensa que palavras são indistintas de coisas-em-si, sob domínio da parte psicótica da personalidade, ao dizer que está pensando, não sente que está fazendo a mesma coisa que outro observador pode pensar que ele está fazendo; pode supor, por exemplo, que o produto de seu pensamento possa ser análogo a fezes. As falhas do sujeito em corresponder às suas realizações podem indicar o emprego equivocado de um modelo, alertando a necessidade de se analisar criticamente seu processo: o modelo deve favorecer o surgimento de uma interpretação correta dos fatos que se apresentam para seu escrutínio.

O autor afirma que, de acordo com o modelo freudiano do pensamento, como atividade que pôde prover um meio para a contenção da descarga motora, libertando o aparelho para ocupar-se do planejamento para alteração adequada da realidade, o pensamento torna-se substituto da descarga motora, ainda que o emprego desta, como método de alívio, possa não ser totalmente cessado. Por meio da identificação projetiva, o próprio pensamento pode, ainda, tomar aquela função previamente confiada à descarga motora, de forma que, assemelhando-se à ação, ele possa ser direcionado à alteração do ambiente, dependendo de a personalidade estar direcionada à evasão de frustrações ou modificação do último. Pensar pode ser observado como um nome dado a um modelo ou a uma abstração, ambos derivados de uma realização, o problema é determinar o que representa para um sujeito. Para este, um pensamento pode, ao invés de representar um objeto que está ausente no momento em que se sente sua necessidade, ser indistinto da presença de um objeto ‘não-bom’ - ou objeto ‘mau’ na terminologia kleiniana - que não o satisfaz. A questão, então, seria como o sujeito faz uso de seu ‘objeto’, particularmente se sente ser incapaz de evacuá-lo, e então aliviar-se do acréscimo de estímulos internos.

Simplifica-se a questão se os pensamentos forem tomados epistemologicamente

como precedentes ao ato de pensar, e que este teve que desenvolver-se como método ou aparato para lidar com os primeiros. Sendo este o caso, muito dependerá de os pensamentos serem tomados para evasão ou modificação dos mesmos, ou utilizados como parte de uma tentativa de evasão ou modificação de alguma outra coisa. Caso sejam sentidos como acréscimos de estímulos, podem assemelhar-se, ou até ser idênticos, a elementos-beta, e, como tais, prestar-se-iam ao tratamento por descarga motora e à operação muscular para efetuar-las. A fala, então, deve ser considerada como duas atividades potencialmente distintas, uma como modo de comunicação de pensamentos, e outra como emprego da musculatura para desincumbir a personalidade de pensamentos. Como modelo de pensamento, pode-se tomar a sensação de fome associada à imagem visual de um seio que não a satisfaz, ainda que do tipo do qual se necessita. Sua necessidade surge por não serem possuídos de fato no momento, daí sua característica tantalizante, e, portanto, a atribuição de valor negativo, desprazeroso, ou de 'objeto mau'. Estes objetos 'maus', tomados como protopensamentos, podem ser evacuados se a escolha da personalidade for evasão, ou se desenvolver em pensamentos que possam ser pensados, diante da escolha de modificação da realidade, psíquica e concreta, o que depende do limiar de tolerabilidade a frustrações. As deficiências na capacidade de pensar, dessa forma, se desdobram em duas origens, que podem ou não se conjugar: uma falha na produção de elementos-alfa, ou seja, no desenvolvimento do pensamento, e uma falha no desenvolvimento do aparelho necessário para com estes lidar. O pensar, nesse sentido, como atividade que se ocupa em lidar com pensamentos, é embrionário até mesmo em adultos, tendo ocasião para ainda ser desenvolvido no gênero humano mediante sua necessidade em lidar com novos pensamentos. A divisão em pensamento e pensar e a prioridade do anterior surgem de uma necessidade lógica e epistemológica: diante de um sistema que tem, dentre suas hipóteses, uma teoria de que alguma forma de representação, ou pensamento, deve existir para pressionar um aparelho que cumpria outra função - descarregar-se de estímulos - e outra, de que esse aparelho, sob pressão, passa a se desenvolver no sentido de adquirir a função de lidar com o pensamento, admite-se prioridade hierárquica à primeira.

O sistema dedutivo é chamado à existência devido às limitações de concretude de um modelo, durante uma experiência emocional, dada sua constituição insuficientemente abstrata. Sob o custo de afastar-se da experiência emocional e de suas qualidades subjetivas, permite construção complexa de significações e regras em tentativa a melhor representar as relações e articulações entre os objetos tomados. Sendo ambos formados por elementos-alfa em sua

articulação, dependendo, portanto, da operabilidade da função-alfa, o modelo é precipitado por binocularidade, em recurso ao modelo da percepção de profundidade tridimensional atingida pelo cruzamento de dois ângulos distintos de visão, na medida em que a consciência porta a capacidade de observar as qualidades psíquicas correspondentes a produtos finais e intermediários dos processos que operam em instâncias inconscientes, de forma que, ao deduzi-los, pode lhes atribuir qualidades outras que, por sua vez, possam ser empregadas por tais instâncias para guiar seus processos; o modelo da barreira de contato como membrana semipermeável, cuja seletividade se determina dinamicamente pela articulação constantemente mutável de seus elementos-alfa, de forma a regular a passagem de elementos abstratos, ou ‘conteúdos’, em ambas as direções, pode ser empregado para agregar compreensão pictórica a essa teoria.

A precipitação do fato selecionado, responsável por atribuir coerência aos elementos observados, e, portanto, à construção de modelos e formulação de hipóteses e teorias, depende de um conjunto de circunstâncias relacionadas à capacidade de transição entre posições esquizoparanoide e depressiva. As fronteiras de conhecimento contidas nos sistemas dedutivos devem ser visíveis ao observador, permitindo, por meio de insaturação, que algum elemento incógnito seja investido de novas significações sob precipitação do fato selecionado como experiência emocional; para que isso seja possível, demanda-se um exercício ativo de que se observem suas próprias resistências e mecanismos de repressão, cuidando para que suas fantasias onipotentes de controle e domínio não substituam a relação ‘x K y’ pela crença de deter um fragmento de conhecimento já consolidado e inflexível. Este estado, de disposição a vir conhecer algo sobre seu objeto de investigação, demanda um abrandamento de suas ansiedades persecutórias, permitindo que a tendência narcísica de direcionamento de seu interesse possa ceder a um interesse genuíno pelo objeto, relaxando a atenção, de forma que o aparelho possa, então, perceber elementos antes obliterados por sua preocupação excessiva, e tomá-los como conteúdos que possam ser contidos por sua capacidade de continência - um cientista do qual se cobra excessivamente um resultado específico, ao sentir sua carreira profissional ameaçada, tende a ter maior dificuldade de ‘enxergar algo bem diante de seu nariz’, na medida em que se vê obrigado a ocupar-se das fantasias destrutivas voltadas à representação profissional de sua personalidade; não é ‘à toa’ que a experiência emocional de um fato selecionado seja frequentemente descrita em momentos de relaxamento, ou ‘ócio criativo’, como se por acaso, como na imagem contida na expressão ‘*serendipity*’ da língua inglesa, ou ‘*eureka*’, da grega. Sendo o objeto da relação outro ser vivo, dotado de qualidades

subjetivas, sua investigação demanda não apenas definições hipotéticas para construção de modelos e formulação de teorias, mas a observação dos modelos e teorias contidos explícita e implicitamente em seu discurso e outras formas de comunicação, para que, a partir desses, possam ser deduzidos os processos por ele adotados.

Nos últimos capítulos de ‘Aprendendo com a Experiência’, Bion (1962b) retoma os conteúdos abordados na obra na intenção de formular uma teoria. Uma função de personalidade, herdando as conotações de função matemática e funcionalidade cotidiana, lida com os elementos de seu domínio, por meio da conjunção articulada de seus fatores, de forma a produzir resultados não apenas na forma de um elemento de contradomínio, mas de expressão vetorial, indicando um alvo na conjunção de sua direção e sentido. Ainda que a totalidade de seus fatores seja incógnita, demandando dedução de cada um por meio da observação de sua operacionalidade, uma vez fixados, estes atribuem valor de constante à função; desta forma, o autor adota a letra grega ‘psi’ ( $\Psi$ ) para representar uma função de personalidade. Seus fatores, podendo ser descritos como atividades mentais, podem representar outras funções aninhadas - como na afirmação de que a função-alfa é fator de  $\Psi$  - ou elementos, disponíveis ao aparelho, que correspondam a realizações que deles possam se aproximar. Se um elemento insaturado - representado pela letra grega ‘csi’ ( $\Omega$ ) - está contido no conjunto de fatores de uma constante, implica em sua capacidade de ser empregada para processar novas realizações, ainda desconhecidas ao aparelho, tomando os elementos provenientes da experiência emocional como seu domínio, de forma que a formulação ‘ $\Psi(\Omega)$ ’ possa representar uma função preconceptiva ( $I_{3-5}$ ), cuja operação resulte em alguma concepção. A depender dos traços de personalidade do sujeito - representados por ‘ $\mathcal{M}$ ’ - especialmente no predomínio de suas partes psicótica ou não psicótica, contidos como fatores de suas funções, a operação de  $\Psi(\Omega \mathcal{M})$  deve implicar não só no desenvolvimento do pensamento, mas do aparelho para com este lidar, no sentido de expandir suas capacidades ou de atacar suas representações, tendo como consequência, portanto, um vetor de crescimento, representado por  $\pm Y$ . O objeto psicanalítico expressa-se como função de personalidade, assim representado como  $\{(\pm Y)\Psi(\Omega \mathcal{M})\}$ .

A dinâmica entre as posições depressiva e esquizoparanoide, tomadas como conjuntos típicos de ansiedades, fantasias, direcionamento da libido, mecanismos de defesa e padrões de relacionamento objetal, delinea um grupo de flutuações que determina a postura do sujeito diante da realidade. Um certo nível de ansiedade persecutória influencia no

direcionamento da libido, ou preocupação, do sujeito para a representação mental do seu próprio 'eu', de forma narcísica, cindindo as qualidades subjetivas apreendidas em categorias que indicam a favorabilidade de sua manutenção. Essa categorização de qualidades permite, então, que sejam atribuídos valores aos elementos apreendidos a partir do contato com a realidade, por meio da relação objetal, de acordo com as qualidades subjetivas concomitantes a esses, caracterizando suas representações de forma analítica. O progresso dessa apreensão, ao ir-se atingindo um limiar de elementos de valor favorável, simultaneamente abrandando a ansiedade persecutória e redireciona a libido ao objeto; o alívio de tensão insatura os processos, até então comprometidos com a preservação do 'eu' e a repressão de fantasias persecutórias, permeabilizando a barreira de contato para um intercâmbio binocular de elementos entre as instâncias consciente e inconsciente; o redirecionamento objetal da libido, em encontro à precipitação do fato selecionado como fator de coesão entre seus elementos, propicia um rearranjo da representação objetal numa tentativa de conter sua totalidade e articulação interna, num movimento de síntese. Os fenômenos de aprendizado e crescimento do aparelho de pensar induzem o discernimento de novas qualidades, que, por portarem características do que ainda é desconhecido, desencadeiam novas ansiedades e fantasias correspondentes, e propiciam novas cisões analíticas. Tomando os termos da língua inglesa, '*paranoid-schizoid*' e '*depressive*', o autor representa essa dinâmica flutuacional entre as posições sob a notação  $PS \leftrightarrow D$ .

Diante das capacidades de síntese e análise, contidas em  $PS \leftrightarrow D$ , e dos processos de abstração e concretização possibilitados pela função-alfa, o conjunto de suas representações mentais pode galgar insaturação suficiente para que estimulem manutenção de seu contato com a realidade, seja ela externa ao aparelho, o que inclui o mundo físico e os processos subjetivos de outros sujeitos, ou interna, constituída pelas instâncias inconscientes, às quais não se tem acesso direto. A distorção causada pelas vias aferentes da sensorialidade faz com que o conhecimento não possa ser imediato ou absoluto, de maneira que suas informações precisem ser constantemente testadas para permitir a formulação e reformulação de hipóteses; algo semelhante ocorre com a introspecção, visto que as qualidades psíquicas sensíveis à consciência correspondem a produtos finais ou intermediários de processos inconscientes, cuja operação, em-si, pode apenas ser deduzida. A tolerabilidade a frustrações determina a capacidade de testar a realidade e o desenvolvimento de seus métodos, como o senso comum, a binocularidade, o emprego de instrumentos e máquinas, ou até mesmo a identificação de transferências: ultrapassado seu limiar, a ansiedade persecutória decorrente do não saber pode



alimentar fantasias onipotentes sobre ‘x ter um fragmento de conhecimento denominado y’, obliterando a relação genuína em que ‘x coloca-se num estado de vir a conhecer y, e y num estado de vir a ser conhecido por x’, representada sob a notação ‘x K y’.

A dinâmica constante entre os movimentos de introjeção e projeção, caracterizados pela capacidade do aparelho em reter impressões do objeto com o qual se relaciona na forma de representações, de maneira que, mesmo durante sua ausência física, algo de si perdure nas instâncias psíquicas do sujeito e se torne parte delas, e pela capacidade de atribuir ao objeto, durante seu contato com a realidade, as expectativas produzidas por seus processos psíquicos, que tomam como conteúdo informacional aquelas representações, permite o desenvolvimento da identificação projetiva como modo de interagir subjetivamente com essa realidade, adquirindo função comunicativa, quando em predomínio da parte não psicótica da personalidade, sob sua forma realística. Numa relação em que o objeto, sendo também sujeito vivo, faz-se disponível para receber o conteúdo dessas identificações projetivas e processá-lo numa investigação de seus significados, e os projeta novamente, em uma forma mais elaborada e acessível para o sujeito, este passa a ter a oportunidade dupla de aprendizado e crescimento, a partir da significação atribuída e do início de uma introjeção da capacidade observada. A disponibilidade acima descrita é atingida pela articulação dos elementos-alfa do objeto, que se molda dinamicamente frente ao conteúdo recebido de maneira que possa contê-lo e processá-lo, por intermédio da função-alfa, configurando o objeto psicanalítico que se pode denominar ‘continente’; o conteúdo, assim recebido, por penetração do aparelho psíquico do objeto, torna-se ‘contido’. Em notação simbólica, enquanto encontro conceitual, o autor representa a relação continente-contido como ♀♂.

Continente e contido, assim, são suscetíveis à conjunção e a serem permeados por emoção, de forma em que ambos possam se transformar em direção a crescimento psíquico; quando disjuntos ou desnudados de emoção, porém, podem decrescer em vitalidade e aproximar-se a objetos inanimados. Permeados emocionalmente, a conjunção da repetição de seus encontros configura uma relação comensal, representada como ♂♀, o que permite crescimento de ambos, e, conseqüentemente, dos processos do pensamento e do pensar. O modelo do crescimento de ♀ se assemelha ao desenvolvimento de um retículo endoplasmático, no qual a acresção de elementos à membrana permite novas e mais complexas invaginações, capazes de receber e conter ♂; a articulação entre suas camadas, necessária para que não se desfaça em uma micela flácida ou se torne uma estrutura

inflexível, ‘calcificada’, é sustentada pela emoção que o permeia, vez que direciona o tipo de vínculo da relação (H, L ou K). O crescimento de  $\sigma$ , por sua vez, pode ser concebido no modelo de um meio que sustente os seus conteúdos, cuja base de protrusão é desconhecida, de forma que mantenham seu poder de penetrância e capacidade de sofrer transformação, dependendo este do quanto  $\sigma$  é permeado pelo afeto de dúvida e por sua tolerância; as fantasias oniscientes, sejam de certeza ou de incerteza extremas, podem torná-lo rígido ou flácido demais para que possa ser processado por  $\rho$ , enquanto que a inapropriação de um limiar de tolerabilidade ao desconhecido pode comprometer seu poder de penetração. O crescimento representado pela relação  $\sigma\rho$  proporciona a base do aparato para se aprender com a experiência, correspondendo aos desenvolvimentos do pensamento e do pensar.

Nesta teoria, quatro processos fundamentais foram descritos, ‘x K y’,  $PS\leftrightarrow D$ ,  $\rho\sigma$  e  $\{(\pm Y)\Psi(\mathbb{M}\mathcal{M})\}$ , cujas abstrações se atingem por operação da função-alfa. Enquanto que o objeto, ou função de personalidade, depende do desenvolvimento de  $I$  para atingir não apenas seus fatores mas também um contradomínio, o que, por sua vez, depende da relação  $\rho\sigma$  para atingir insaturação e significado e da dinâmica  $PS\leftrightarrow D$  para ser delineado, implicando na necessidade do início do processo de crescimento a partir da introjeção da capacidade materna de continência, e desenvolvimento da relação  $\sigma\rho$  interna ao próprio sujeito, não se pode atribuir prioridade ontogenética aos três anteriores, ainda que, em sua operação, estejam intimamente interarticulados uns com os outros. Emerge disso um modelo multidimensional da mente humana, em que seus eixos ortogonais se afetam reciprocamente. A interarticulação  $\rho\sigma$  e  $PS\leftrightarrow D$ , sob vínculo K, pode apresentar alguma aparência de incompatibilidade, num primeiro momento: “Seria figurável que há uma conexão entre  $PS\leftrightarrow D$  e  $\rho\sigma$ , ainda que a dissimilaridade torne difícil ver qual formato a conexão, caso existente, possa tomar.” (BION, 1963b, p. 37, tradução nossa). Ataques de cisão destrutiva podem transformar a representação de  $\sigma$  em fragmentos tais que, ainda assim, mantenham mínima coesão para preservar sua capacidade de penetrar um problema. Uma fragmentação similar da representação de  $\rho$ , por sua vez, é passível de manter suas capacidades de receber e conter  $\sigma$ . A aliança entre  $\rho\sigma$  e  $PS\leftrightarrow D$  é responsável pelo crescimento da pré-concepção em ambos os sentidos de insaturação, seja de sofisticação, em direção a  $I_H$ , seja de ingenuidade, em direção a  $I_B$ . Enquanto que o conjunto de oscilações  $PS\leftrightarrow D$  permite o delineamento de um objeto em suas conjunções constantes, os sucessivos encontros  $\rho\sigma$  possibilitam que lhe seja atribuído significado: “O que poderia ser chamado a psicomecânica do pensar, representada pela interação entre  $\rho$  e  $\sigma$  e entre as posições esquizoparanoide e depressiva ( $PS\leftrightarrow D$  e o Fato

Seleccionado), proporciona o elo [entre as categorías de  $I$ ]" (BION, 1963b, p. 94, trad. nossa).

### 4.3. DISCUTINDO ALGUNS CONCEITOS

Ao longo deste trabalho, adotou-se como linha de investigação não uma única questão isolada, mas uma sobre as conexões existentes na relação entre dois tipos de questão: o primeiro se refere ao que é o objeto que se convém chamar de ‘mente humana’; o segundo é sobre como se pode investigar um objeto tal. No início do capítulo anterior, citou-se um seminário em que Bion (2005) deparou-se com uma questão do primeiro tipo, ‘o que é mente e o que é personalidade’, e chamou a atenção para que, caso se enfoque denominações e formulações conceituais, perde-se a oportunidade de atentar-se ao objeto que se visa investigar e notar os derivados de sua observação. Demonstra o elevado risco de distorção em se propor uma resposta para uma questão do tipo ‘um’ sem que se considere primeiro a questão implícita do tipo ‘dois’. Na medida em que o autor cogita sobre a questão implícita, demonstra ter que lidar, simultaneamente, com o problema de um conjunto de intuições sensíveis que indica a existência de um objeto, seja sob o vértice da própria mente ou das de outras pessoas, para o qual não sente encontrar uma tradução apropriada; decorre-se que, para lidar com uma investigação, a mente humana, em suas funções, demonstra ser um instrumento indispensável, recorrendo, novamente, à questão do tipo ‘um’. Observa-se um entrelaçamento inescapável, que implica na necessidade de que ambos os tipos de questões sejam pensados recursivamente um ao outro, em cada uma de suas iterações. Haveria semelhança suficiente para supor que cada uma delas porte a capacidade de ser notada sob função preceptiva para a investigação da outra, de modo que seu encontro pudesse conceber objetos abstratos do tipo representado por  $\{(\pm Y)\Psi(\mathbb{M}, \mathcal{M})\}$ ? Pode-se equiparar uma questão a uma formulação abstrata? E o que seria uma questão senão a característica hipotética da definição de uma própria hipótese ( $I_1$ )? Caso não predomine sua característica irônica, como descarga ( $I_6$ ), ou indutiva ( $I_2$ ), poderia uma questão representar um uso investigativo ( $I_{3-5}$ )? Sendo empregada para publicação, poderia ser outra variação de  $I_6$ ?

Empregou-se, no parágrafo anterior, a palavra ‘vértice’, em alusão a um ângulo de observação, ou à característica mais subjetiva da experiência de um observador em seu ato de observação. A ideia de um vértice subjetivamente aproximado ou distanciado do objeto, ou de um ponto de vista em primeira ou terceira pessoa, faz recurso a um dos fatores implicados em uma experiência emocional, em específico sobre o objeto tomado e o vínculo com ele assumido pelo sujeito. No decorrer do capítulo 2, contudo, sob a questão epistemológica deixada em aberto no capítulo que lhe antecede, sobre o acesso aos fenômenos mentais,

confrontou-se a multiplicidade de fatores que se implicam em uma experiência, o que, conforme explorado no capítulo 3, apontou para uma multiplicidade de vértices, sejam contidos nas experiências privadas ou nos modelos que se formulam para comunicação, que tende ao infinito. O modelo ‘vértice’, em sua analogia geométrica, demonstra ser ligeiramente mais abstrato do que o ‘ponto-de-vista’, permitindo observar uma transposição que pode ser questionada como adequada ou não. Em um espaço bidimensional, o vértice sempre deve ocorrer pelo encontro de dois segmentos de reta, e não mais, demarcando um ponto nesse espaço; caso o espaço contenha três ou mais dimensões, entretanto, o número de segmentos deixa de se tornar correspondente preciso ao número de dimensões que determina seu ponto. Num cubo, cada vértice representa a interseção de três arestas, porém, num icosaedro, passa a ser a interseção de cinco; imagine-se que, numa esfera, apesar de não existirem ‘vértices’ propriamente ditos, cada ponto de sua superfície representa a interseção de infinitas circunferências. Apesar das infundáveis variações de um objeto tridimensional, ele sempre será determinado pela relação entre as três dimensões do espaço ao qual pertence, mesmo que os pontos de sua superfície possam conter a interseção de infinitas arestas ou arcos. Sem que se saibam previamente as dimensões desse espaço, a definição de um ponto depende de alguma referência aos elementos que com ele se relacionam. Seria possível observar analogia semelhante à experiência, ou seria essa já uma transposição inapropriada?

Na investigação levantada a partir do capítulo 2, observaram-se alguns fatores que parecem estar implicados na ocorrência de uma experiência emocional, dentre os quais podem ser citados a constituição do sujeito, a realidade apresentada à sua percepção, seus alvos pulsionais, o vínculo passional com o objeto, seus fatores de personalidade, seu conjunto de elementos e impressões prévias, e a própria experiência em sua recursividade iterativa. Nessa investigação, foi possível a observação de que não somente esses fatores se relacionam com a experiência, como também se relacionam entre si mesmos: e.g. a constituição orgânica implica nas formas de apresentação da realidade, o direcionamento de um alvo influencia no vínculo que se estabelece com o objeto, os limiares de tolerabilidade a frustrações guiam o emprego da razão e as formulações do sujeito, dentre outras relações abordadas. A articulação de cada parte com outras implica em relações indiretas com partes terceiras relacionadas às segundas, sucessivamente, de forma que se estabeleçam relações de cada parte consigo mesma e com sua totalidade unitária. Nota-se uma relação consistente com o conceito de conformidade a fim, estabelecido por Kant, como modo de ajuizar a operação do ser orgânico; diante do funcionamento do aparelho racional, porém, limitado a raciocínios de *nexus*

*effectivus* e *finalis*, a aproximação mental a um objeto sob tal conjunto de relações demanda analogias finalísticas tomadas em cada uma de suas partes em relação às demais, tornando necessárias ‘idas e vindas’ ao longo de sua investigação. Alguma similaridade pode ter sido notada neste trabalho, no qual alguns conceitos, tendo sido apresentados em sua introdução ou em seu primeiro capítulo, tiveram que ser trazidos repetidamente nos capítulos subsequentes, sob novos vértices tornados possíveis pelo aprofundamento do conjunto investigado, permitindo, assim, o próprio aprofundamento ou reformulação desses conceitos iniciais.

No modelo do vértice de um poliedro, a alteração de quaisquer de seus pontos implicará em alguma mudança de cada uma de suas partes, de modo que suas ordenações dimensionais pertençam ao conjunto de relações possíveis àquele objeto. Nesse modelo, a redução algébrica do objeto geométrico, sendo às relações entre as dimensões pertencentes ao espaço que o contém, demonstra a capacidade de preservar suas características essenciais, sem distorcê-lo ou perder alguma de suas partes ou relações. Poderia ser estabelecida uma segunda analogia ao modelo, na qual a redução algébrica poderia ser observada como uma forma de integral entre todas as relações entre as partes, e não como derivada que subtrai elementos em sua maior abstração. Suponha-se o modelo da fórmula da posição espacial de um objeto em função do tempo decorrido, ‘ $S = S_0 + V_0t + at^2/2$ ’: a derivação de sua variação angular permite uma fórmula sobre a velocidade, tal qual ‘ $V = V_0 + at$ ’; se isolada, entretanto, perde-se qualquer possibilidade de afirmar algo sobre a localização espacial do objeto, tendo-se perdido seu ‘ $S_0$ ’. Caso se adote o cálculo integral como modelo para os processos de redução, observa-se a necessidade de alguma linguagem que possa ‘envolver’ todo o conjunto de partes e relações pertencentes ao objeto. No caso do poliedro, suas cadeias de relações são efetivas: um poliedro não produz a si mesmo, e nem se reproduz. No ser orgânico, as relações entre disposições e seus respectivos evolvimentos indicam já existir alguma forma de redução entre ambas as categorias, tal qual a fórmula de uma figura geométrica permite que essa seja traçada num plano cartesiano. No conjunto de uma conformidade a fim, entretanto, uma disposição não é somente meio como também finalidade, assim como seu evolvimento, de modo que ambas sejam produto e redução uma da outra; essa redução específica, de tal modo, ocorre entre partes que se relacionam diretamente, como fim natural, independente de uma atividade mental simbólica ou finalística para mediá-los. Nesse tipo de ser, na medida em que uma de suas partes contém também subpartes que se relacionam de modo análogo, essa própria parte configura uma conformidade a fim: tal é o que se possa afirmar sobre o cérebro como órgão físico, ou sobre a mente, enquanto instância

funcional. Ainda assim, ocorrem certos enovelamentos que permitem que um tecido contenha tipos celulares e um conjunto de disposições - genéticas, químicas, físicas, ou outras - que o permitam configurar uma conformidade a fim, e, ao mesmo tempo, ser parte de outra, como de um órgão; analogamente pode-se dizer do órgão para o corpo, do indivíduo para a espécie, da espécie para o ecossistema, etc. Talvez seja necessário admitir a necessidade de um elemento recursivo no conjunto de relações que possibilite a existência de uma conformidade a fim, e alguma diferença entre as reduções sob conformidade a fim e aquelas que se direcionam às atividades de compreensão e planejamento da mente humana.

No último caso, o fenômeno da redução demonstra ser sempre um processo abstrativo: uma fórmula escrita sempre poderá ser contida em um espaço bidimensional, ainda que se refira a inúmeras dimensões imagináveis; ela não é o objeto ao qual se refere, nem desencadeia relações naturais que permitem seu desenvolvimento, sendo apenas um conjunto simbólico que permite sua representação. Mesmo que uma representação possa ser fisicamente concretizada, como numa pintura ou num livro, sua contraparte concreta sempre terá a função de mobilizar estímulos sensoriais cuja percepção seja associada a algum símbolo ou significação pelo ser humano em seu funcionamento mental. Considerando a investigação dos fenômenos mentais envolvidos com os processos de significação e abstração, faz-se possível uma reflexão sobre o monismo reducionista: num processo lógico, seria minimamente coerente a alegação de que algo seja fisicamente redutível? Nos métodos de investigação que se intitulam como científicos, na medida em que se alegam constituir apenas de hipóteses e de conjuntos de testagens que permitam suas justificativas, ocorre uma redução em sentido inverso, da materialidade para a abstração mental em sua forma generalizada: reitera-se a observação de Sandler sobre sua ingenuidade, e a de Nagel, uma vez que a crença de um monismo fisicalista na capacidade redutiva de seu método não indica senão um idealismo pueril, que fantasia ser outra coisa, tal qual uma criança brincando de vestir-se como super-herói. Sob essa reflexão, permite-se perceber que a hipótese de irreducibilidade de um quale, ou de uma experiência emocional, permite o desdobramento de diferentes questões: assim como se sabe haver relações físicas entre o DNA e sua tradução proteica, bem como entre as proteínas traduzidas e a manutenção e reprodução do primeiro, existiriam elementos e relações físicas, que, na especificidade de sua configuração, seriam equivalentes exatos a um fenômeno qualitativo? Ainda que isso seja possível, seria o aparelho mental humano capaz de conceber uma representação abstrata minimamente correspondente a uma tal configuração física? Quais problemas podem estar envolvidos no emprego de um termo tal como 'físico'?

Churchland (1988), em sua defesa do eliminacionismo, alega que a sobrevivência da psicologia não tenha se dado por mostrar-se correta, mas por examinar fenômenos ‘terrivelmente difíceis’, improváveis de serem descartados, e aposta em uma maior probabilidade de uma neurociência mostrar-se correta caso não tenha necessidade de apresentar correspondência a outras teorias. A fragilidade de seu argumento permite que se desdobrem algumas considerações: enquanto linha biológica, pertencem à neurociência os campos da neuroanatomia, neurofisiologia, e neuropatologia, não devendo explicações a nenhuma das correntes da psicologia, embora possa, com elas, ensejar algum diálogo; a ideia de uma necessidade de correspondência indica uma tendência a extremos de saturação e insaturação, em ambos os casos comprometendo-se a capacidade de conceber uma realização negativa e propulsionar reformulação abstrativa; caso contrário, podendo duas ciências exercer seus métodos investigativos de modo independente, os achados de uma, tomados pela outra, podem servir como instrumento para questionar a capacidade de correspondência de suas próprias formulações, permitindo novos desenhos de aplicações metodológicas, e consequentes reformulações; as ciências que investigam fenômenos mentais, como a psicologia, psiquiatria, psicopatologia, e até mesmo a psicofarmacologia, visto que os efeitos desejados de suas drogas correspondem a fenômenos mentais, costumam esbarrar-se com duas dificuldades em comum, sobre como quantificar fenômenos que não são fisicamente mensuráveis, e sobre como alinhar grupos de sujeitos em pesquisa com um conjunto tão vasto de variáveis causadoras de vieses; ainda assim, em cada uma de suas aplicações particulares, há meios de se investigar seu fator terapêutico, como demonstrado por Bion, na psicanálise, conforme revisado no capítulo 1; por fim, Churchland parece gestar alguma crença minimamente divertida, implícita em sua crítica à complexidade da psicologia, de que a neurociência corresponderia a algum conjunto de formulações mais ‘simples’.

Neste trabalho, foram citados alguns neurocientistas, como Damásio (2011), Lent (2010), e Seth (2021). Esses autores permitem observar que o sistema nervoso central possui um número de corpos neuronais da ordem de  $10^{11}$ , cada um com uma média de conexões sinápticas de  $10^4$ , o que totaliza uma ordem de complexidade de  $10^{15}$ , ou de um quatrilhão de conexões; considerando que um impulso trafega por vias, com mais de uma conexão, e que muitas delas formam arcos reentrantes, essa ordem de complexidade pode ser ela mesma exponenciada a mais algumas potências. Caso se tratassem dos transistores de um computador, essa afirmação poderia ser um pouco mais acurada; no cérebro humano, contudo, esses neurônios estão vivos, de modo que ocorrem dinamicamente novas conexões e



podamento de conexões antigas, levando a outros expoentes de complexidade; não obstante, outro conjunto complexo de fatores modula cada conexão sináptica, como tradução proteica de receptores, seu transporte e alocação na membrana celular, produção de substâncias neurotransmissoras, configuração de suas vesículas e transporte do corpo neuronal até a extremidade do axônio, produção de proteínas responsáveis pela recaptura ou oxidação de neurotransmissores e sua liberação extracelular, mielinização de fibras, e demais fatores intersticiais. Ainda que um leigo possa nutrir a crença de que tais fatores possam ser pouco significativos, um médico deverá saber que uma mielinólise pontina leva um sujeito a um estado comatoso frequentemente irreversível, e que a inibição da monoamina oxidase, sob certas circunstâncias, pode até matá-lo. Ademais, cada personalidade e cérebro humanos demonstram ser muito diferentes uns dos outros, sofrendo também variações de suas composições genéticas e da própria evolução biológica. Parece muito improvável que a neurociência lide com circunstâncias mais simples que a psicologia; talvez seja o contrário, sendo até mesmo possível imaginar a hipótese de uma equivalência física a um fenômeno mental, embora muito difícil conceber a possibilidade de que tal equivalência seja redutível à capacidade humana de formular generalizações abstratas. Quais processos, dessa maneira, poderiam estar implicados na defesa de correntes como os fisicalismos reducionista e eliminacionista?

Considerando a complexidade dos processos neurofisiológicos, aparentemente de ordem quase inconcebível pela mente humana, pode-se afirmar a neurobiologia como um ramo científico que ainda ‘engatinha’ em seu desenvolvimento. Na medida em que se afirma uma crença de que seus avanços virão a dispensar outros métodos de investigação do cérebro e da mente humana, seja pela redução ou eliminação dos últimos, como meio de evasão de quaisquer achados por estes encontrados, delinea-se seu nível de abstração como uma pré-concepção, sob uso saturado de resistência a frustrações intoleradas por seu sujeito ( $I_{D2}$ ). Observa-se, implícita nessa pré-concepção, a existência de alguma outra crença, de que o avanço neurocientífico seria rápido o suficiente, ou de que seria inócua uma espera infundável pela realização que possa vir a corresponder à primeira, ou de um predomínio da parte psicótica da personalidade, na medida em que se ataca a percepção do hiato temporal e o raciocínio sobre suas consequências. Caso se tome a experiência emocional de uma realização negativa como um processo que porte consigo uma qualidade inquietante, as questões induzidas demandam respostas que lidem com elas, ainda que não as respondam: esse conjunto de crenças parece configurar respostas que permitam evasão das questões, como  $I_{D2}$

ou  $I_{A6}$ . Embora aqui se descrevam fenômenos pertinentes à mente de um sujeito individual, foi citada, no capítulo anterior, a reflexão de Bion sobre o papel exercido pela sensação compartilhada da necessidade de se sustentarem fantasias em instâncias grupais, como nicho sociais: na medida em que se configura um grupo de pessoas que se vinculam pela identidade com uma corrente teórica, a inquietação passa a representar não apenas ameaça à crença individual, mas ao elemento de coesão que agrega os membros do grupo, permitindo a manutenção de sua existência. Na introdução deste trabalho, citaram-se os supostos básicos como meios de resistência a mudanças sentidas como ameaças latentes à sobrevivência de um grupo; além dos supostos de luta ou fuga e dependência, Bion (1948) observou um terceiro suposto, que chamou de acasalamento, consistindo na crença de que o elemento de coesão ainda será concebido, como o que se observa na pré-concepção de que a neurociência virá responder todas e quaisquer perguntas possíveis sobre a mente, mesmo que isso ainda não demonstre ser uma realidade alcançável.

Churchland afirma que a diversidade de correntes enriquece os avanços da filosofia da mente, na medida em que enseja um debate ativo, porém afirma que ao leitor cabe apenas posicionar-se sob identificação a alguma delas. Seria apropriado, entretanto, contentar-se com uma tal afirmação de enriquecimento, ou mais cauteloso investigá-la? Talvez o modelo da função matemática possa auxiliar nesta investigação: caso contenha um elemento insaturado, ou uma variável livre, ainda que deva possuir um conjunto de domínio e um de imagem, a aplicação da função pode servir na descoberta de relações e elementos ainda incógnitos; se for saturada, contudo, deixa de ser uma função e se torna apenas um conjunto das relações que já são conhecidas, mesmo que vastas, impedindo novas transformações. Caso se tome a teoria de Bion sobre o pensar, em analogia à lógica dos conjuntos, pode-se notar que enquanto ' $\exists \Psi_{(\square)} \in I$ ', ' $(\forall \Psi) \nexists \Psi_{(\square)} \Rightarrow \Psi \subset I^2$ ', ou seja, sem insaturação resta ao aparelho apenas aquilo que se crê já ser conhecido, mesmo que o conjunto de formulações seja amplo. Assim como o que se observa em ' $\Psi \subset I^2$ ', mesmo que existisse uma infinidade de correntes da filosofia da mente, sua saturação excessiva implicaria apenas em estagnação do conhecimento, sendo equivocado tomá-las como enriquecimento. Caso se preserve o vínculo 'K' com o objeto, o nível adequado de insaturação de suas formulações possibilita, enquanto forma de experiência, o surgimento de novos pensamentos, que, ao serem pensados, permitem reformulação das abstrações que lhes visem corresponder. Numa tal estrutura, passível sob limiares apropriados de dúvida e de sua tolerância, as relações entre as formulações podem se articular por coerência e confiabilidade, como rede, e não por uma hierarquização fundacionalista que

dependa de premissas tomadas sob certeza indubitável, de modo que um sistema não precise sofrer *tabula rasa* caso se permita transformar por atividade reformulativa.

Ao investigar os processos mentais relacionados ao pensar, Bion costuma ser algo taxativo quanto a seu pertencimento ao domínio epistemológico, e não ontológico. Tal é o que ocorre ao afirmar, em ‘Cogitações’, que a matemática não deve ser confundida como ontologia, uma vez que se trata de um sistema que, tomado como instrumento, permite ao ser humano tecer formulações sobre a realidade que investiga, mas não sendo parte dessa realidade em si: e.g. não existem objetos concretos como ‘números’. Esse posicionamento dialoga com o vértice implícito da existência de alguma objetividade conceitual factível, como o contido na penumbra de associações de uma ‘*view from nowhere*’, como se houvesse alguma instância para além da realidade à qual pertencesse coisas como ‘leis naturais’. Apesar disso, quando se toma como objeto o próprio funcionamento mental, seus objetos assumem também papel ontológico, como objetos abstratos, sendo partes desse sistema: as questões do capítulo 1 sobre a existência de ‘i’ podem, assim, concebê-lo como um objeto abstrato, pertencente a mente humana, como qualquer outro número, ‘real’ ou ‘imaginário’. Ao afirmar que o nível de abstração da ideia configura um eixo genético, implica uma forma ontológica do processo conceutivo, tal que Sandler (2005) propõe até que seja tomado como eixo ontogenético. Nos casos em que se abstraem formulações correspondentes a classes, particularidades, etc., a fronteira entre a ontologia e a epistemologia já demonstra ser bastante tênue, já que, se por um lado, tais categorias demonstram ser modos de operação do processo abstrativo, por outro, fenômenos se observam como indícios de alguma existência dessas instâncias para além das categorias humanas, como no caso de espécies biológicas. No caso em que se observam as propriedades de um objeto, pode-se especificar seu pertencimento à fronteira entre a fonte epistemológica e a meta-ontologia: a ideia de que um objeto tenha propriedades já implica em uma percepção de que sua apreensão pelo aparelho mental não ocorra de modo imediato, mas sim gradual, mediado pelas propriedades que são apreendidas; até que ponto, todavia, uma propriedade pode ser determinada como uma expressão do objeto sob condições independentes do ato da observação, ou como forma específica a este?

Bion propõe a adoção da solução apresentada por Kant, em subdividi-las enquanto qualidades primárias e secundárias: as últimas seriam aquelas apresentadas imediatamente à sensorialidade, sujeitas aos modos das categorias da percepção, não sendo apreensíveis as primeiras senão por inferências a partir de deduções hipotéticas possibilitadas pelos processos

do entendimento. Ainda que o último seja também formatado pela operacionalidade da mente humana, pode ser empregado para buscar uma melhor aproximação do objeto real, para além de sua impressão perceptiva imediata, ainda que sua realidade seja incognoscível em última instância. A trajetória que culminou nas ciências contemporâneas sugere o surgimento de alguma intuição similar em seus desenvolvimentos, na medida em que permitiu formulações para além do que se apreende sensorialmente, como a da relação entre matéria e energia. Ao se atingirem ordens de grandeza muito distantes daquela do organismo humano, instala-se um princípio de incerteza, para além do qual não se consegue mais hipotetizar o que é propriedade primária do objeto e o que é produto do ato de observação: em escala subatômica, definições sobre pacotes de onda e partículas podem representar esse problema, assim como sobre posição e velocidade de uma partícula; em escala astronômica, a necessidade de que algum elemento físico atinja o planeta, como uma onda eletromagnética, limita o espectro do universo passível de ser conhecido. Apesar dessa limitação, o avanço da ciência física ensejou uma reformulação da penumbra de associações contida na palavra ‘física’: o que antes se tomava como propriedade primária, como a que Descartes define sob ‘extensão’, pôde ser percebido como limitação do aparelho mental, expandindo a ideia de ‘física’ para além daquilo que se pode tocar, ou ‘enxergar a olho nu’, melhor se aproximando da realidade. Considerando sua incognoscibilidade última, entretanto, suas descobertas constituem um processo de vir-a-ser, ou seja, independente do estágio de desenvolvimento da sociedade humana, sempre haverá elementos desconhecidos a serem descobertos. Dessa maneira, pode ser percebida uma cisão no significado assumido sob o termo ‘física’, adotando-se que o mundo físico seja exatamente aquele que se pode hoje conhecer pelo método científico, tal qual pode ser aplicado, ou que o mundo físico seja a realidade que se conhece apenas parcialmente pela ciência contemporânea, mas da qual ainda existe muito a se descobrir. Nesse sentido, o primeiro emprego se aparenta às categorias de  $I_2$ , enquanto que o segundo parece ser possível de ser tomado como  $I_{3-5}$ .

Na medida em que o dualismo de propriedade se declara como corrente fisicalista, sob a concepção de uma realidade monista definida pela propriedade ‘física’, incorre em que tais diferenças permaneçam latentes em seus discursos, de modo que um sujeito possa adotar o primeiro emprego, o segundo, ou até mesmo ambos, caso consiga manter a contradição sob repressão, podendo negar sua existência. Ainda que se trate do segundo emprego, a proposição de uma dualidade entre ‘físico’ e ‘mental’ implica na ideia de que a redutibilidade do último seja à propriedade ‘física’, e não à formulação abstrativa do método tomado pelas

ciências ditas ‘físicas’; não se trata, contudo, de uma redução entre propriedades, mas às abstrações formuladas sob um ou outro método, ou seja, a redução não é um fenômeno ontológico, mas sim um procedimento epistemológico. Uma redução equivocada pode levar a paradoxos, como demonstrado com os modelos lógicos adotados no início deste capítulo: se suas formulações forem hipersaturadas, resta ao aparelho mental negar um dos dois, o fato ou o paradoxo; caso portem nível adequado de insaturação, permitem reformulações diante dessa sorte de ocorrência. Mesmo que a realidade não seja redutível ao conhecimento abstrato em última instância, a capacidade de ser reformulado permite aproximações contínuas à primeira. Os monismos de múltiplo aspecto enfrentam um obstáculo semelhante, podendo empregar o mundo ‘psicofísico’ como a parcela conhecida da realidade, ou como a realidade em si. Ao postular natureza epistemológica às dualidades admissíveis, porém, incorre no risco de tomar a epistemologia e o funcionamento da mente humana como objetos conhecidos, e não como passíveis de ser investigados; pertencendo o ser humano a uma realidade monista, o processo mental que permite o conhecimento deve pertencer também a essa realidade, de maneira que ambas ontologia e epistemologia sejam vértices de observação dessa realidade. O que se afirma como um dualismo epistemológico demonstra, então, ser nada mais que conjunção de formulações atingidas por delineamentos metodológicos distintos, que não necessita ser dual, podendo admitir diálogos e questionamentos entre diversos sistemas teóricos. Não se dispensa, entretanto, uma clareza sobre as características de cada método: abstrações podem ser dialogadas e questionadas, porém cada método deve ser consistente e independente em suas investigações.

O método empirista, autointitulado como ‘científico’, demonstrou sua capacidade em permitir avanços do conhecimento e da tecnologia, em especial quando tomado o inanimado como objeto de sua investigação. Ainda que postule constituir-se de nada mais que um conjunto de generalizações abstratas e testagens empíricas que permitam lhes atribuir justificativa por fator estatístico de confiabilidade, um tal postulado aparenta-se a  $I_{G2}$ : não só as hipóteses generalizadas não surgem de maneira espontânea - como sorte de *generatio aequivoca* - como as discussões de seus achados empíricos demonstram participação de outros processos mentais além da racionalidade, seja como formas de racionalização, ou descobertas viabilizadas por fatos selecionados e conjunções constantes. Um estudo caso-controle pode demonstrar relação estatística significativa entre o consumo de café e o surgimento de câncer de pâncreas: o pesquisador deve ser capaz de tolerar a inquietação desse resultado para poder descobrir um viés relacionado a alguma regularidade na associação entre

o consumo regular de café e o tabagismo, levando a uma reformulação do delineamento metodológico de paridade entre os grupos de caso e de controle. Apesar de o método empírico possuir um terceiro elemento, qual seja, a participação dos fatores de personalidade de seus sujeitos em seus processos mentais, como seus componentes afetivos, sua prática tende a não invalidar seus resultados, pelo contrário, permite seus avanços e reformulações. Diante dessa notação, quais seriam os fatores que impelem exacerbada veemência em negar ou evadir-se desse terceiro elemento?

Por muitos séculos a humanidade demonstrou sentir uma necessidade de cindir razão e emoção, como se fosse não só possível uma tal separação, como desejada. A pressão exercida se mostra intensa a ponto de que as pesquisas que envolvam a subjetividade humana se esforcem rigorosamente para aparentar semelhança ao método empirista, como se este fosse absoluto, independente da conformidade humana, e o único meio possível de se atingir algum conhecimento. Em ‘Cogitações’, Bion (1992) aponta o quão reiteradamente autores do último século vêm alegando uma inutilidade em se questionar e investigar a epistemologia, argumentando que isso não contribui senão com impasses à aplicação do método científico. Nota-se uma intensidade passional não só excessiva como primitiva nessa sorte de discurso, indicando operações de possíveis resistências e supostos básicos. Considerando que estas respostas devam lidar com questões privadas ou latentes, estimula-se o questionamento: quais seriam as inquietações que se buscam tão apaixonadamente negar? Haveria alguma crença de que as paixões sejam impossíveis de ser empregadas em sentido de uma racionalidade? Ou então, existiria alguma crença temida de que o realismo poderia ser refutado, ensejando sua substituição por algum idealismo ou teologia? Que outros temores poderiam estar contidos?

As neurociências, ainda que se limitem ao emprego do método científico, demonstram não só a inexistência de atividades mentais conscientes sem a ativação de vias responsáveis pelas emoções, como também uma extensa conexão entre o córtex pré-frontal, ativado em atividades de planejamento e raciocínio lógico, e o restante do sistema límbico, determinante daquelas vias. A investigação de Bion sobre o pensar indica algo contrário a esse suposto temor: caso se mantenha uma negação sobre a participação dos fatores subjetivos de personalidade, perde-se o controle se o discurso intitulado ‘científico’ emprega a razão de maneira racional ou racionalizada, em direção ao avanço do conhecimento, ou à sua paralisação, ou mesmo involução. Enquanto fatores como a estagnação das flutuações posicionais, predomínio da parte psicótica da personalidade, ou inapropriação de um limiar de

tolerabilidade a frustrações impelem à última situação, outros como a continência de identificações projetivas, o vínculo 'K', e a precipitação do fato selecionado permitem encontros conceptivos com realizações negativas, reformulações abstratas e desenvolvimento do pensar e do pensamento. Algo semelhante pode ser notado na dinâmica mental de um grupo, como um nicho social ou científico, em que o predomínio de supostos básicos cumpre a função de resistir a transformações, enquanto que o de um grupo de trabalho as permeabiliza.

Embora as formulações de Bion possam dialogar com as ciências fisicalistas, permitindo sua reflexão em novas hipóteses e delineamentos metodológicos que sejam testados em sua própria metodologia, a teoria sobre o pensar surge como produto do método psicanalítico, tal qual demonstrado em sua consistência no primeiro capítulo deste trabalho. Ainda que haja negações veementes, qualquer investigação demonstra ser impossível sem o emprego da mente humana como um de seus instrumentos, mesmo que se decida admitir apenas sua racionalidade lógica. A psicanálise, como método, aplica o vínculo 'K' entre analista e analisando, permitindo, em sessão, formulações de hipóteses sobre o funcionamento do segundo que lhe são apresentadas como interpretações; este, por meio das associações livres contidas em seu discurso, demonstra suas reações ao impacto causado pelas interpretações e pelo vínculo com o analista, apresentando, assim, novos elementos a serem investigados, em relação à hipótese interpretada, e à interpretação de novas hipóteses. Fora da sessão, outros processos ocorrem. Os indícios de crescimento subjetivo na longitudinalidade da análise podem guiar o paciente em sua decisão em continuá-la ou interrompê-la, e o analista, no escrutínio de seu trabalho. As atividades do psicanalista, como a reflexão sobre os precipitados notados da sessão, a supervisão com outros analistas, e a sua própria análise, permitem o treinamento de sua intuição e sua capacidade de observação dos fenômenos dos pacientes e de seus próprios. Dessa maneira, pode-se notar que o método psicanalítico explora inesgotavelmente a multiplicidade de experiências humanas possíveis, empregando intensa e extensivamente a capacidade recursiva de suas funções mentais, como componente necessário à investigação de uma mente e de suas experiências, bem como de formulações e reformulações sobre uma concepção ou um conceito sobre a mente humana.

Em 'Uma Teoria sobre o Pensar', observa-se que a capacidade de pensar não é inata ao ser humano, ainda que deva existir alguma disposição que permita seu desenvolvimento. Nessa investigação, notou-se que a identificação projetiva, ainda que empregada sob fantasia

de descarregar o aparelho do acréscimo de estímulos indesejáveis, exerce alguma função de comunicação, caso o interlocutor apresente disponibilidade e capacidade de contê-la. Caso seja realística, permitem-se novas introjeções subsequentes, de modo que a identificação projetiva demonstra ser ela mesma a disposição para o desenvolvimento de ambos o pensar e o pensamento. Considerando que algumas pessoas possam não desenvolver o pensar, ou então inibi-lo sob fantasias de ataque, seria equivocado supor equivalência entre a mente humana e seu aparelho de pensar pensamentos. Desse modo, o autor propõe que a mente humana possa se expressar em quatro conjuntos funcionais, podendo ou não estar estes conjugados: a identificação projetiva, em suas formas excessiva ou realística; o fantasiar, como nas fantasias de onipotência e onisciência; a comunicação; e a atividade de pensar pensamentos. Os elementos-beta são fundamentais para a operacionalidade de uma mente humana, mesmo que em sua forma mais primitiva, constando apenas de um aparato hipertrófico de identificações projetivas e fantasias inconscientes, ainda que alguma comunicação possa ocorrer, mesmo sob identificação projetiva excessiva, vez que o sujeito expressa comportamentos correspondentes a seus estados, permitindo que um interlocutor treinado possa vir a reconhecê-los, mesmo que parcialmente. Sendo todo sujeito humano diferente, porém, no conjunto dos fatores que determinam sua experiência emocional, mesmo numa identificação projetiva realística, ou até numa forma ulterior e planejada de comunicação, a apreensão de seu conteúdo pelo interlocutor será sempre parcial. A postura investigativa, mediante o vínculo 'K', permite um aprofundamento da descoberta, ainda que uma mente nunca será conhecida como existe em si. Para o próprio sujeito, que depende da função-alfa para derivar elementos abstratos, até mesmo a memória de uma experiência será sempre uma aproximação por uma nova experiência de se recordarem elementos, de maneira que a experiência será sempre inefável, e a própria mente desconhecida em última instância.

Ao investigar o desenvolvimento da capacidade de continência, permitido pela identificação projetiva e pela relação entre o sujeito e seu objeto primário, Bion depara-se com a questão se o neonato disporia de uma barreira de contato, formada por elementos-alfa. Parece haver uma inquietação contida nessa questão, de modo que, para lidar com ela, o autor decidiu assumir a hipótese de que a função-alfa ainda não estaria operante nesse momento do desenvolvimento. Por definição, uma vez que os elementos-beta configuram representações percebidas de maneira indiferenciada em relação ao objeto representado, e que não conseguem ser analisados como componentes passíveis de articulação, os elementos-alfa seriam aqueles minimamente passíveis de serem articulados em ideias mais concretas, como



narrativas, mitos, ou sonhos. Teria sido o caso de que a afirmação que o recém-nascido sonha, na década de 1960, configuraria um tabu, e que a decisão do autor tenha sido sob intenção de evitar polêmicas subsequentes? Na medicina fetal contemporânea estima-se que mesmo o feto tenha sonhos, tornando-se possível levantar a hipótese de que a função-alfa estaria operante desde a vida intrauterina. Caso se tome a capacidade de continência como fator da função-alfa, como seria isso possível? A investigação do processo de concepção da ideia permite explorar esta questão, uma vez que a realização positiva não demanda tolerância à frustração para ser concebida. Na medida em que uma concepção, enquanto nível de abstração da ideia ( $I_E$ ), demanda maior generalização da pré-concepção ( $I_D$ ), isso implica que a primeira já porte algum nível de realização negativa em relação à última. Dessa maneira, a inoperabilidade da função de continência pode se expressar como fator da função-alfa do recém-nascido, de modo que suas experiências possam ser concebidas apenas como elementos-beta e alfa, como no caso da cisão entre objeto 'mau' e objeto 'bom', porém já permitindo alguma barreira de contato que permita sua consciência e seu sonhar. O que parece ser introjetado do objeto primário demonstra ser sua função de continência de identificações projetivas, permitindo o início de sua operacionalidade no sujeito, de modo que se enseje sua capacidade de pensar pensamentos e de conceber representações mais abstratas ( $I_{E-H}$ ).

Considerando que a ideia tomada sob função preconceptiva, em seu encontro com uma realização à qual possa aproximar correspondência, cumpre o papel não somente de conceber uma nova formulação ou reformulação representativa, mas também de modular a experiência vivenciada a partir das impressões mais primitivas do aparelho, a expansão do nível de abstração do conjunto de representações do sujeito lhe permite novas experiências, até então inconcebíveis. Tal é o caso do desenvolvimento do conceito de 'ausência', que permite que um 'não-objeto' seja experienciado como ausência de algo que corresponda a um conjunto de expectativas, e não como presença de um 'mau objeto'. Uma vez que essa expansão se permite diante da operação de uma relação continente com realizações negativas, que, por sua vez, demanda um nível de frustração e de sua tolerabilidade, não apenas o raciocínio cognitivo possibilita investigação e compreensão de propriedades indiretas, como qualidades primárias, mas também a existência de abstrações ulteriores permite algum fator corretivo na apreensão de propriedades diretas, como qualidades secundárias, na medida em que modulam as experiências de suas realizações possíveis. Tomando os conceitos de espaço fenomênico, ou psicofísico, de Velmans, e o ECD de Pereira Jr, que abordam não os processos de formulação cognitiva, mas os experienciais, a investigação sobre o pensar em

Bion permite levantar a hipótese de que a frustração e sua tolerabilidade exercem influência corretiva na projeção dos objetos percebidos em seu próprio espaço. Sendo a razão um elemento necessário para a abstração da ideia, e estando ela sempre sujeita a um domínio passional, seja como escrava deste ou como instrumento para com ele lidar, os fenômenos emocionais e de cargas afetivas demonstram ser imprescindíveis aos processos mentais, sejam experienciais ou em seu campo representacional abstrato.

Sob a dinâmica continente-contido, expressa nas transformações categoriais de *I*, o produto de uma concepção prévia pode assumir função preconceptiva para novas realizações, o que expande o repertório genético do sujeito para além de sua constituição originária, ou seja, o sujeito também se transforma. Apesar de diferir da proposta original de Kant, em que todo conceito seria puramente apriorístico, esta nova visão permite compreender o fenômeno de que a razão venha a se desenvolver integralmente apenas na espécie, e não no indivíduo: sujeitos distintos, tendo passado por experiências distintas, adquirem diferentemente novas disposições para futuras experiências, e, apenas em seu conjunto total como humanidade, a razão pode-se desenvolver em totalidade. Na teoria de Bion, a abstração pode ser vista como apriorística em relação às experiências futuras que poderão ser por ela concebidas, mas também posterior àquelas que permitiram sua formulação, restando apenas as disposições inatas como puramente apriorísticas, como a pré-concepção do objeto primário. A teoria sobre o pensar permite também diálogo com a afirmação de que o humano supera os arranjos mecânicos de sua existência meramente biológica para libertar-se do instinto por meio da razão. Como vimos em Bion, a racionalidade não é inata (ou seja, não é um arranjo mecânico de sua constituição biológica), vez que a razão é primordialmente submissa às paixões, sob predomínio do princípio do prazer. Caso fossem inatos o princípio da realidade e, por conseguinte, a racionalidade, isso não se passaria de mais um arranjo mecânico constitucional. Na medida em que a psicanálise investiga o inconsciente como realidade psíquica, inatingível direta ou imediatamente, a atividade do pensar configura também uma experiência emocional, ou uma relação do sujeito com parte de si mesmo. Assim como Kant não descarta o papel da experiência com o mundo concreto em sua oposição ao *influxus physicus*, mas ressignifica seu papel no sistema epigenético, a psicanálise, a partir de Bion, permite ressignificação análoga do *intuitus intellectualis*. Não é durante o pensar que a experiência emocional do fato selecionado pode ser atingida? Desta forma, o conhecimento atingido pela atividade mental pode deixar de ser visto como exaltação teológica, sendo então concebível como epigenético em relação à experiência com elementos abstratos.

Na mesma medida em que Nagel expande o conceito de categorias kantianas, demonstrando que a sensopercepção não se molda apenas pelas categorias de tempo e espaço, mas também pelos fatores constitucionais e biológicos de seu sujeito, e que o entendimento, em sua objetivação abstrativa da experiência, embora permita certas correções das distorções da percepção, distancia-se de suas qualidades subjetivas, a ideia psicanalítica da pré-concepção inata do objeto primário (como o seio materno), a partir de Klein e Bion, pode ser observada como uma sorte de categoria de relações objetais, determinada por fatores constitucionais do sujeito, como sua condição mamífera. Tal entendimento pode ser profícuo, inclusive, no estudo de fenômenos como a transferência, caso se considere que uma pré-concepção de um tipo de relação é necessária para novas relações, e que a frustração causada pela quebra contratransferencial, se tolerada, possa propulsionar novas disposições não só à relação atual mas a futuras. Nesse sentido, a pré-concepção do objeto primário se configura não somente como abstração apriorística que permite a experiência do vínculo objetual e a concepção de formulações representacionais que lhe possam corresponder, mas também como uma disposição à relação real entre o sujeito e um objeto vivo, em seu campo intersubjetivo: em outras palavras, não só o leite é buscado pela criança, mas também a mente da mãe. Pode, dessa maneira, ser observada até mesmo como uma disposição ao envolvimento da identificação projetiva, e, portanto, da mente humana como um todo. Na posição esquizoparanoide, sob predomínio do princípio do prazer, a cisão do objeto primário em suas contrapartes 'boa' e 'má' indica a existência de alguma operacionalidade dos vínculos do tipo 'H' e 'L': haveria, na pré-concepção do objeto primário, alguma disposição inata a essas formas de vínculo?

Se, no mamífero, existe uma exigência constitucional de um outro sujeito que satisfaça as necessidades do recém-nascido, há que se supor que em todo ser biológico exista alguma necessidade constitucional de sobrevivência aos seus predadores, embora uma representação de objeto tal somente possa surgir num ser que disponha de uma mente. Sendo o estabelecimento de um vínculo 'K' observável apenas em momentos ulteriores do desenvolvimento, qual seria sua origem? Na investigação da conjunção constante, Bion forneceu um modelo de elementos que parecem permitir a concepção de uma figura paterna, dentre os quais figuravam uma nomeação verbalizada pelo objeto primário, uma tentativa de repetição dessa verbalização pelo sujeito, e sensação afetiva de aprovação daquele objeto. Pode-se imaginar, nesse modelo, a existência de um vínculo 'L' com o objeto primário, permitindo que o afeto de aprovação seja recebido de forma prazerosa. Seria esse afeto

precursor da contraparte emocional da experiência de um fato selecionado? Considerando a paixão contida no vínculo 'K', com característica epistemofílica, poderia ele ser uma diferenciação do vínculo 'L', na medida em que a aprovação externa de um objeto amado torna-se dispensável pela introjeção da capacidade de experienciar um fato selecionado?

#### 4.4. PENSANDO ALGUMA CONCEPÇÃO

O limiar de tolerabilidade à dúvida, enquanto afeto frustrante, dada a complexidade de se estudar um objeto tal como a mente humana, pode expressar-se no papel de direcionar a decisão no sentido análogo de evadir-se dela ou de modificá-la: o duvidoso pode ser negado, ou modificado, na medida em que se formula um enunciado que se acredita ter valor de resposta à questão que originou a inquietação ( $I_{E1-H2}$ ). Em se tomando a dificuldade de se abstrair e testar fenômenos introspectivos (e.g. limitação de  $I_{A3-5}$ ), por um lado, pode-se recorrer a uma atividade mental análoga à fuga (no mesmo sentido em que  $I_2$  se faz análogo a  $I_6$ ), tal qual um monismo fisicalista pode negar os qualia em seu aspecto irreduzível ( $I_{A1-B1}$ ) em suas teorizações ( $I_{F2-H2}$ ), ou um idealismo pode negar o físico ( $I_{C1-D1}$ ), na medida em que o toma apenas como uma expressão da ideia ( $I_{D2-G2}$ ) - o que Sandler afirma como sua característica ingênua. Outras correntes, por outro, podem propor ideias que modifiquem a inquietação que se acredita derivar do problema de concepção de realidade, afirmando teorias como os dualismos ( $I_{F1-G1}$ ) diante da concomitância de experiências que indiquem um universo físico e a existência de qualia ( $I_{A1-E1}$ ). Em ambas as situações, a intolerância à frustração pode levar a um distanciamento da realidade, ainda que a evasão pareça ser maior, vez que depende de negar uma evidência que não consegue ser eliminada da realidade que se apresenta. No caso do dualismo de substância, ainda que o afastamento decorra da definição precoce de uma hipótese com intenção de modificar a realidade representacional, a quebra do vínculo 'K' com o objeto enseja uma evasão subsequente, frente à inquietação expressa pela questão sobre como duas substâncias de natureza distinta, poderiam, então, se relacionar ( $I_{G1}$ ): ao passo em que se adota uma elucubração fantasiosa ( $I_{C2}$ ), como de mecanismos de comunicação entre espírito e glândula pineal, o afastamento se estabelece em sua crença dogmática, não sendo percebida como hipótese ( $I_1$ ).

A dúvida permite que a inquietação ( $I_{B3}$ ) seja notada na forma do que se parece ser o problema ( $I_{D1}$ ), e sua tolerância possibilita que essa abstração seja tomada como representação ( $I_{F3}$ ), e não como se fosse o problema em si ( $I_{A2}$ ), demandando evacuação. Permeada de afetos de dúvida e de sua tolerância, a abstração pode-se tornar contida em uma relação que se estabeleça com um objeto que, sob vínculo passional, cumpra função continente ( $\text{♀♂}$ ), passível assim, de ser transformada e reformulada. É o que se observa ao tomar o caso de correntes como o dualismo de propriedade ou o monismo reflexivo: o primeiro, ao se permitir investigar a inquietação sobre a relação entre coisas de natureza distinta ( $I_{G5}$ ), nota alguma

concepção meta-ontológica ( $I_{E3}$ ) que viabiliza definir a hipótese de que o problema seja fruto de um equívoco em sua interpretação ( $I_{G1}$ ); o segundo, por sua vez, permitindo-se a investigação do aspecto irreduzível dos qualia ( $I_{D5}$ ), pode notar as relações epistemológicas das distorções de suas fontes e das limitações dos processos abstrativos ( $I_{G3}$ ), definindo uma hipótese de que a compreensão do problema parta de uma premissa equivocada ( $I_{G1}$ ). Na medida em que os elementos  $I_3$  assumem função continente, por possuir um elemento insaturado que possa ser preenchido pelas ideias investigadas, o conjunto processual de sua reformulação permite que o pensamento se desenvolva, bem como expressa desenvolvimento do aparelho que permite pensá-lo, diante dos fatores de personalidade do investigador, como a tolerância à dúvida, podendo assim ser representado por  $\{(\pm Y)\Psi(\Box M)\}$ .

Nota-se algo interessante neste modelo que toma algumas das correntes da filosofia da mente em seus desenvolvimentos: parece ter-se estabelecido uma maior semelhança entre o monismo reflexivo e o dualismo de propriedade do que cada uma destas porta com suas formas mais primitivas, sejam os monismos fiscalista e idealista ou o dualismo de substância. Se o monismo reflexivo admite múltiplos dualismos, o dualismo de propriedade não nega uma concepção monista da realidade, e, enquanto o dualismo de propriedade permite diálogo com a teoria projetiva da consciência, o monismo reflexivo pode ensejar discussões com sua teoria *double face*. Poderia esse fenômeno ser decorrente da manutenção de um contato aproximativo com a realidade do objeto tomado em sua investigação? Na medida em que puderam suportar as inquietações derivadas das formulações anteriores, aprofundaram seus entendimentos por meio da persistência na investigação do objeto e de sua habilidade reformulativa; decorreu-se, assim, não apenas a manutenção de um contato com a realidade, mas também do vínculo com o objeto tomado, na forma representada por 'x K y'. Enquanto que a definição de uma hipótese permite uma integração dos elementos aparentemente dispersos e incoerentes, de uma maneira em que se passe a observar sua totalidade como unidade, em suas relações consigo e entre suas partes, a percepção de suas limitações traz inquietações na medida em que expõe fragmentações até então não previstas, expressando uma flutuação tal qual a representada por  $PS \leftrightarrow D$ . Enquanto que a frustração, nas formas de inquietação ou dúvida, enseja uma refragmentação dos elementos contidos naquilo que se acreditava ser uma hipótese factível, sua tolerabilidade permite o hiato temporal necessário para que se colem e reflitam elementos derivados da relação sob vínculo 'K', até que se torne aparente algum deles que confira significado ao conjunto, um fato selecionado, agregando os últimos na forma de uma conjunção constante.

Neste modelo se nota, por um lado, que o monismo reflexivo porta uma inquietação decorrente de sua proposta sobre múltiplos aspectos duais, induzindo questões de natureza metateórica: poderiam ser as variações de dualidades resultantes da própria epistemologia, dados os processos mentais humanos em sua limitação em apreender, de um único modo, a realidade tal qual se lhe apresenta, ou em formulá-la num sistema teórico com característica cosmológica? Ou seria o caso de que, dada a limitação da compreensão humana sobre os próprios fenômenos mentais que perfazem sua epistemologia, não se tenha atingido uma formulação suficientemente abrangente para permitir uma teoria única e consensual sobre os processos que permitem o conhecimento? Seria remotamente imaginável alguma maneira de investigar a mente humana que não dependa de diálogos entre conceituações atingidas por diferentes métodos? Por outro, uma inquietação do dualismo de propriedade surge de sua concepção monista da realidade, induzindo questões metarreflexivas: diante da experiência consciente de uma propriedade, em sua percepção ou hipotetização abstrata, como se pode investigá-la em relação ao seu objeto correspondente, vez que somente a primeira é passível de apreensão mental? Até que ponto se podem distinguir propriedades como expressões fenomênicas do objeto, ou como resultados das conformações da observação humana, ou seja, como pertencentes aos vértices ontológico ou epistemológico? Diante da reflexão sobre tais questões, seria remotamente imaginável a descoberta de alguma resposta? Na presente investigação, observa-se que o valor de uma ciência não se define pela imutabilidade de seus conceitos, mas sim por sua capacidade de descoberta: não basta que se neguem estas questões ou que lhes pressionem respostas inapropriadas, apenas com objetivo de reprimir a inquietação, vez que sua tolerância cumpre o papel de viabilizar novas descobertas.

Na medida em que se toma a análise acima como um modelo, seja o caso de uma concordância diante de sua compreensão, ou de questionamento por uma experiência de inquietação, as atividades de sua formulação e leitura indicam a presença de uma mente que desenvolve pensamentos e que se desenvolve de forma que possa, assim, pensá-los. Desse modo, o modelo se transforma em um instrumento, pois, fornecendo substratos para que, em sua leitura, formulem-se e reformulem-se hipóteses conceituais sobre o funcionamento de uma mente, e engendrando uma própria experiência nessa atividade mental, emprega-se como possível mediador na atividade investigativa correspondente. Na medida em que um conceito se emprega para possibilitar uma experiência, e que a experiência permite a reformulação do conceito, o instrumento demonstra sua característica recursiva. Sendo uma análise que reflete, sob formulações traçadas sobre o funcionamento mental, a experiência da leitura de

formulações sobre a investigação da mente, sua recursividade torna-se iterativa. Assemelha-se, em algo, ao modelo de um pensador pensando um pensamento sobre sua capacidade de pensar e ter pensamentos, sendo esta capacidade o que o caracteriza como sendo um pensador. Analogias podem ser traçadas, como num observador observando o seu observar, um pesquisador pesquisando o seu pesquisar, ou uma mente mentalizando seu mentalizar. Tomando uma definição de sujeito como ser capaz de viver experiências, também se apontaria um sujeito experienciando seu experienciar.

A palavra ‘concepção’ parece conter uma penumbra de associações que se amplifica nas revisões e reformulações presentes nas investigações deste trabalho, quer sejam as de seu redator, que investiga como redigi-lo, ou as de seus leitores, que investigam sua compreensão. Em ambos os casos, do redator e dos leitores, cada sujeito precisa conceber algo e traduzir sua concepção, seja como comunicação privada consigo mesmo ou como forma de publicação. Se, em instância abstrata, uma concepção indica o surgimento de uma representação de alguma outra coisa, na concreta faz alusão a uma reprodução sexuada que origina algum outro ser; de qualquer maneira, suas conotações portam uma invariante de fertilidade. Na medida em que uma concepção mental, tal qual se representa por  $\{(\pm Y)\Psi(\mathbb{M}, \mathcal{M})\}$ , demanda um encontro fértil entre ideias passíveis de exercer função preconceptiva e realizações apreendidas por meio de experiências emocionais, talvez seja possível afirmar que este trabalho transborda formulações de diferentes níveis de abstração e experiências possíveis pelos diálogos privados ao sujeito que entra em contato com ele, seja por meio de sua redação ou leitura. Teriam sido as formulações capazes de preconceber as experiências? Teria sido esse encontro fértil, ou conceptivo? Quais fatores parecem estar implicados nessas questões?

Na medida em que se pretendem concepções, alguma reformulação deve ocorrer, o que implica em algum componente negativo da realização, e, portanto, em algum limiar de frustrações e de suas tolerabilidades. Quer seja o caso de os elementos da experiência, da abstração, ou de ambas estarem constantemente conjugados, indicando articulações coerentes derivadas da experiência de algum fato selecionado, uma reformulação supõe a necessidade de que esses elementos sejam novamente fragmentados, para que, em sua análise, algum derivado do senso comum permita um novo padrão de valores atribuídos, culminando em algum fato selecionado que enseje a descoberta de uma nova configuração dos elementos e de suas articulações em sua conjunção constante, atingindo a síntese de uma reformulação. Nesse processo, pode-se observar uma dupla iteração da transição  $PS \leftrightarrow D$ : embora a cisão envolvida



indique saturação, não se deve olvidar que ela mesma é um dos fatores da função-alfa; ocorre que o próprio encontro conceutivo demanda saturação, seja da ideia pela experiência, ou da última pela primeira; a cisão, porém, mostra-se imprescindível, na medida em que permite fragmentação e liberdade dos elementos para novas articulações. A tolerância à ansiedade persecutória de ter suas conjunções fragmentadas possibilita ao sujeito suportar o hiato temporal necessário ao seu pensar, ensejando alguma descoberta que permita outra integração, transitando da posição analítica para a sintética. Havendo um vínculo 'K' com o objeto, a paixão epistemofílica pode tornar o processo mais tolerável, caso com ela consiga lidar a razão do sujeito, sob forma de racionalidade. Enquanto  $PS \leftrightarrow D$  permite a forma da abstração,  $\text{♀} \text{♂}$  preserva sua capacidade de correspondência a algum sentido, como no afeto contido na precipitação de um fato selecionado. A inquietação emergida da experiência deve encontrar algum objeto capaz de conter sua identificação projetiva, seja pertencente à instância abstrata do sujeito, ou às suas relações intersubjetivas; tal qual se conota pela simbologia sexual de  $\text{♀} \text{♂}$ , nenhuma abstração ou insaturação pode ser concebida senão mediante uma relação continente-contido.

No início do item anterior deste capítulo, apresentaram-se duas questões, sobre o que é a mente humana, e como investigá-la, entrelaçadas na medida em que uma demonstra ser instrumento para a cogitação da outra. Aventou-se a hipótese de que, assim, ambas sofressem um intercâmbio simétrico de papéis, em suas iterações investigativas, podendo cada uma assumir função preconceptiva diante da realização mental da outra, num encontro como o representado por  $\{(\pm Y)\Psi(\mathbb{M}, \mathcal{M})\}$ . Por meio de questões subsequentes, demonstrou-se não só que uma questão configura um elemento de 'I', como também se permite empregar para quaisquer de seus usos; além dessa forma, que indica participação do processo  $PS \leftrightarrow D$ , deve existir alguma perfusão emocional da ideia que a permita assumir função preconceptiva, ou ser realizada como experiência, no que se assemelha a  $\text{♀} \text{♂}$ .

A capacidade funcional de  $\text{♀}$  demanda que um tal elemento consiga conter e transformar algum conteúdo, demandando então elasticidade, pois, se rígido demais, pouco pode comportar, e, se flácido, pouca ação pode exercer sobre aquilo que contém. No modelo de uma membrana invaginada como num retículo endoplasmático, alguma fibra proteica deve existir para sustentar e dar elasticidade a suas camadas; essa analogia se emprega à perfusão emocional do continente, sendo esta correspondente ao componente passional do vínculo ( $\epsilon \pm \{H, L, K\}$ ). Quer seja ódio, amor ou epistemofilia, o sentido negativo sugere sufusão da

emoção por destrutividade, tornando-se hipocrisia, auto-sacrifício, ou curiosidade arrogante: nos três casos, inibem-se as capacidades de odiar, amar ou conhecer, distorcendo a forma dos produtos transformados. O termo ‘sufusão destrutiva’, em seu modelo implícito, faz alusão à sufusão hemorrágica, na qual um tecido é permeado de um excesso de células sanguíneas, deformando-o e comprometendo sua funcionalidade. A capacidade funcional de ♂, por sua vez, depende de conseguir penetrar um continente e ser por ele transformado: se porta um afeto de certeza, sua ‘dureza’ lhe impede de ser transformado, mas se tende a uma incerteza extrema, sua ‘maciez’ faz-se tamanha que sua estrutura não consiga se sustentar; um limiar muito elevado de tolerabilidade ao desconhecido impede o desenvolvimento de seu poder de penetração, já que, tolerada qualquer incerteza, o conteúdo não demanda tornar-se uma identificação projetiva, porém, caso muito baixo, a intolerância explosiva pode levar a uma penetrância violenta e destrutiva. A funcionalidade de ♂, dessa maneira, depende de sua perfusão emocional por um certo nível intermediário de dúvida, e de um limiar apropriado de sua tolerabilidade à última, em ambos os casos evitando-se extremos.

O desnudamento afetivo de ambos, ♀ ou ♂, compromete sua vivacidade funcional; caso se aprofunde o modelo da emoção como algo que pode perfundir ou sufundir uma outra estrutura viva, tal qual o sangue em relação aos tecidos sólidos do organismo, o modelo implícito de um ‘desnudamento’ pode ser substituído por outro, como de uma isquemia, na qual interrompe-se o suprimento de nutrientes e oxigênio, impedindo a função biológica. Além da ‘perfusão’ emocional, a vivacidade de ambos, ♀ e ♂, depende de sua conjunção, como em ♀♂, uma vez que cada um se torna disfuncional na ausência do outro. Haveria alguma analogia possível em que a perfusão emocional de um dependa da operação funcional do outro? Num organismo, caso se suponha a relação entre os sistemas respiratório e cardiovascular, alguma semelhança pode ser observada: sem as trocas gasosas dos pulmões, o sangue que percorre as coronárias não pode oferecer oxigênio ao coração, que, eventualmente, interrompe seu bombeamento; caso um tromboembolismo interrompa o fluxo de uma artéria pulmonar por muito tempo, por outro lado, a região isquemiada perde sua estrutura alveolar, perdendo também sua capacidade de ser reperfundida. No desenvolvimento infantil, notou-se que a introjeção da função continente do objeto primário se torna possível mediante o alívio da frustração do sujeito e do estabelecimento de um limiar de tolerabilidade a esta, o que se assemelha ao componente emocional de ♂. O vínculo do objeto primário com o neonato, para que tenha um componente realístico, depende que o último seja também um ser vivo, percepção a qual só pode ser atingida por meio de suas identificações projetivas. Seja

incontinente o objeto primário ou inanimada a criança, uma situação pode engendrar a outra.

Tendo-se caracterizado as questões como elementos de  $I$ , passíveis de se empregar sob os usos de  $I_{3-5}$ , supõe-se que uma questão possa preconceber a inquietação de outra, ou seja, sendo a primeira continente e a segunda contida. Considerando haver um entrelaçamento entre as questões sobre a mente e sua investigação, sendo visado um vínculo ‘K’, emerge a necessidade de se verificar se a epistemofilia de uma pode engendrar a dúvida e tolerabilidade da outra, e vice-versa. Atentando-se a mente como algo do qual se intui a existência ( $I_{E4}$ ), a notação de uma necessidade genuína de sua investigação ( $I_{D3}$ ) implica numa ‘perfusão’ epistemofílica da última ideia; tendo-se notado uma necessidade epistemofílica, a atenção notada pode portar e tolerar um limiar de dúvida. Na investigação sobre o problema de como uma mente pode ser investigada ( $I_{D5}$ ) sob uma atenção aos funcionamentos da mente humana ( $I_{F3}$ ), uma correlação semelhante pode ser observada. No primeiro caso, podem-se conceber as ideias de que, mesmo sob intuição da existência, a mente é desconhecida em última instância ( $I_{F1}$ ) e demanda vir a ser conhecida sob vínculo ‘K’ ( $I_{G1}$ ), e, no segundo, de que a função da mente humana parece ser fator comum em todas as variações imagináveis do processo epistemológico ( $I_{G1}$ ), e ponto de partida necessário a uma própria investigação da mente ( $I_{D1}$ ). Considerando o produto das abstrações abordadas neste trabalho, e o das experiências com ele ensejadas, portaria alguma concepção característica de senso comum?

Enfocando o entrelaçamento de questões apontado, uma consideração adicional pode ser observada: ainda que sejam questões diferentes, expressas como ‘o que é a mente humana’ e ‘como se pode investigá-la’, nota-se que ambas se dirigem a um mesmo objeto, uma vez que toda investigação é processo funcional de uma mente humana, e que uma mente demonstra sua existência mediante sua funcionalidade. Quase todos os fatores que se implicam na forma de ambas as questões experienciadas parecem ser similares, exceto a diferença entre o vértice ontológico da primeira, e epistemológico da segunda. Enquanto que no método empírico se fixam as constantes da generalização e da testagem, no método psicanalítico o que se fixa são apenas os aspectos técnicos que configuram um tipo específico de vínculo, pertencente ao domínio ‘K’. Dessa maneira, no último método, suas formulações subsequentes se dispõem a contínuos questionamentos, sejam de seu conteúdo ou da forma com que é atingido, ainda que se garanta o rigor de que tal vínculo deva desencadear desenvolvimento da personalidade e de seu autoconhecimento. Ao propor a conjunção de generalizações abstratas e modelos particulares em seu desenvolvimento, Bion destaca a transitoriedade dessa forma, podendo ser

substituída diante da descoberta de outra que demonstre ser mais acurada: nesse sentido, não só um conhecimento ontológico pode permanecer em contínua construção, como vir-a-ser, como também sua contraparte epistemológica. Embora tenha-se demonstrado bem sucedida na investigação do sistema nervoso, na forma da neurociência, a ciência empirista parece ‘andar a esmo’ quando o tema abordado é o fenômeno mental, enquanto que a psicanálise segue em avanços contínuos. Seria a insaturação do método o elemento necessário para os avanços no conhecer de ambas, a mente humana e sua investigação?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No encerramento deste trabalho, a consideração reiterativa dos objetivos propostos, delineamento executado e seus resultados permite a observação de uma ocorrência curiosa. Na introdução, apontou-se a necessidade de um recorte, dada não apenas a vastidão de formulações condensadas na obra de Bion, como também de suas possibilidades de leitura; algo semelhante pode ser notado no que tange à filosofia, vez que se compõe da contribuição teórica de uma vastidão de autores e de correntes. Neste trabalho, realizaram-se dois cortes específicos, um sobre o pensar em Bion, dirigido pelas obras ‘Uma Teoria sobre o Pensar’ e ‘Aprendendo com a Experiência’, e outro introdutório à filosofia da mente, tomando algumas de suas correntes mais amplas, sob o objetivo de um diálogo entre as ideias de ambos os campos, no sentido de uma reflexão entre o que pode ser a mente humana e como se pode investigar um tal objeto. Caso se atente à execução desse delineamento pelo produto que toma forma neste trabalho, vê-se muito claramente que não se esgotam os diálogos possíveis. Seria essa ocorrência um defeito, ou qualidade?

Voltando-se à introdução, apresentaram-se as variações estilísticas da redação de Bion em cada período de sua obra, tomando diferentes pontos de partida, como fenômenos grupais, padrões psicóticos, o funcionamento epistemológico da mente humana, e sua experiência ontológica. O direcionamento de sua atividade, contudo, manteve-se sobre um mesmo objeto, qual seja, o funcionamento da mente humana e de sua investigação. Das diferentes variações de estilo, um elemento comum parece se afirmar em seu cuidado por manter mais questões abertas ( $\square$ ) do que postular respostas rígidas ( $\Psi$ ). Na discussão que ora se realizou sobre as possibilidades de variações de vértices de um modelo, pôde-se visualizar que seu número tende ao infinito, ainda que sob um determinado recorte de elementos e relações, uma vez que cada relação entre elementos configura outro elemento passível de se relacionar com os demais. Para cumprir uma função preconceptiva a alguma realização, passível de conduzir a novas formulações ou reformulações, porém, uma ideia deve portar um nível intermediário de insaturação: se muito saturada ou insaturada, pode corresponder a nenhuma ou a qualquer experiência, respectivamente. Caso o limiar de tolerabilidade a frustrações seja muito alto, substitui-se a ação pelo pensar, entretanto, se muito baixo, pode não passar de mera evasão. Diante da infinitude de variações de um diálogo, portanto, a conclusão precoce pode figurar uma saturação excessiva, enquanto que a abertura excessiva de suas questões, por utilizar-se do pensamento como substituto da ação, passa a impedir

quaisquer conclusões. Ainda que a redação deste trabalho configure categoria de ação ( $I_6$ ), seja por sua publicação, em relação à mente do redator, configurar uma tradução verbal escrita de ideias, ou visar causar algum impacto no leitor, seu produto intelectual decorre de alguma conjunção de níveis de inibição ( $I_2$ ) e iniciativa ( $I_1$ ): caso não se iniba, em algum ponto, a intuição de possibilidades infinitas, o investigar toma o lugar do agir, e nenhuma hipótese pode ser definida; caso se iniba precocemente, a necessidade de manter reprimidas as inquietações impede qualquer formulação que se sinta ser genuína. Caso se considere o produto deste trabalho como as questões que deixa em aberto, implícita ou explicitamente, cabe-se inquirir, então, se seu nível de insaturação fez-se apropriado. Um tal inquérito, todavia, depende de alguma investigação sobre os papéis e relações de uma questão.

Na revisão e discussão sobre o processo de abstração, nota-se que o surgimento de questões parece ser induzido pelo contato experiencial com a realidade, o que se media pela inquietação derivada dos componentes negativos de sua realização. Se a resposta visada busca responder à questão, esta se torna instrumento para o pensar, todavia, se busca apenas calar a inquietação, torna-se meio de inibição do último. Parece, assim, que a questão se coloca como gatilho para a razão do sujeito, que, como função para lidar com suas paixões, pode a elas se submeter, como na racionalização que cala uma inquietação, ou dirigi-las pelo componente racional do pensar. Há de se pensar que a questão seja um meio de provocar algo em seu interlocutor, para além de uma mera generalização abstrata automaticamente induzida, ou de um raciocínio lógico mecanicamente engendrado, mas sim que lhe impressiona um estado emocional que sirva de gatilho para suas decisões subsequentes, a depender dos fatores de sua personalidade. Seja explícita como formulação verbal, ou implícita na forma de afirmações, a questão parece suscitar mecanismos análogos aos da identificação projetiva, expandindo a comunicação para além de sua dimensão verbal lógica ou narrativa. Pode-se notar, nas revisões deste trabalho, uma intenção declarada de Bion, na recomendação de sua forma de leitura, de realizar alguma comunicação semelhante, permeabilizando questões inquietantes e reflexões introspectivas. Buscou-se, neste trabalho, empregar-se de um mesmo instrumento, sejam pelas questões deixadas em aberto ou pelos modelos apresentados, ao provocar o leitor em cruzar sua apreensão conceitual com a experiência de sua leitura. Dessa maneira, o juízo de seus sucessos ou defeitos dependerá não somente de uma leitura generalizada, mas das particularidades de cada leitor que o tome.

No ser em conformidade a fim, cada uma de suas partes demonstra ser meio e

finalidade das demais. Considerando o pensamento e o pensar como conformidades tais, uma vez que pertencem à humanidade, quer sejam partes de um ser individual ou de configurações grupais, ou sociais, alguma relação semelhante deve existir entre este encerramento e a totalidade do presente trabalho. Pode-se facilmente notar que a totalidade é meio do fim, uma vez que a leitura desta parte seria incompreensível sem algum nível de entendimento das demais; a leitura destas considerações finais, por sua vez, pode permitir a concepção de novas ideias, que, diante da reflexão sobre os elementos registrados dos capítulos anteriores, permitam-se empregar com função preconceptiva. Na medida em que uma escrita resguarda a possibilidade de ser lida por outros sujeitos, existe alguma força produtiva no sentido de lhes provocar impressões e ideias; ao passo em que os leitores questionem suas inquietações e formulem novas hipóteses, sejam privadas ou passíveis de publicação, expressa-se uma força também reprodutiva. No último capítulo, a discussão conduziu a uma concepção final, qual seja, a de que as questões sobre a mente e sua investigação representam vértices diferentes de um mesmo objeto, a mente humana, em suas características onto e epistemológicas, e que uma iteratividade recursiva desses vértices se faz necessária a um método de investigação que tome um objeto tal, mantendo vínculo experiencial do tipo 'K' com este. Nas discussões do conjunto do trabalho, porém, outras hipóteses e questionamentos foram levantados, engendrando reflexões mais amplas ou específicas sobre as partes envolvidas numa tal investigação. Alguma relação similar de conformidade a fim deve ser inquirida nas últimas.

A concepção da conjunção necessária entre a recursividade iterativa de vértices e o vínculo experiencial com o objeto se torna possível diante do conjunto de discussões realizadas, demonstrando ser finalidade desse meio, enquanto que também permite um escrutínio reflexivo dessas discussões, sendo meio dessas outras finalidades. Em sua totalidade, torna-se possível a concepção subsequente de um sistema dedutivo que demanda um inquérito metateórico sobre os processos de investigação, uma vez que todo teorizar implica nas atividades mentais humanas, incluindo sua subjetividade, e um metarreflexivo sobre a forma de relação com o objeto investigado, já que existem diferentes vínculos e formas de se estabelecer uma experiência deste pelo sujeito. Embora a metateoria se realize num campo epistemológico, e a metarreflexão em um experiencial, ambas as necessidades se demonstram como produtos da iteratividade recursiva entre questões onto e epistemológicas, como a observada entre o que pode ser a mente humana e como se pode investigá-la. Na relação preconceptiva entre abstração e experiência, conforme revisado, nota-se um fenômeno semelhante, em que a concepção entre ambas se realiza no campo experiencial, na medida em

que possibilita uma experiência, e também no campo representacional, ao ensejar uma nova formulação ou reformulação.

Se, por um lado, essa concepção ulterior pode ensejar discussões que permitam um aprofundamento das teorizações psicanalíticas a partir da obra de Bion, por outro, podem também contribuir para ulteriores elaborações da filosofia da mente. Se tomado o vértice não de um possível produto final, mas das partes deste trabalho, nos diálogos concebidos como hipóteses e questionamentos, abordam-se problemáticas do funcionamento da mente humana, e de suas implicações em sua própria investigação, o que também pode ensejar concepções ulteriores em suas discussões realizadas por leitores de ambas as áreas. Conforme abordado na introdução, este trabalho não realizou apenas uma revisão expositiva entre as conceitualizações de ambos os campos em suas aproximações possíveis, mas realizou sua discussão ativa, trazendo possíveis transformações dos conceitos de ambos, filosofia e psicanálise. Mesmo que se tenha tentado uma leitura mais fiel da obra de Bion, pela decisão em utilizar suas próprias obras no recorte de seu fio condutor, um trabalho que não trouxesse transformações teria sido estéril, sob uma insaturação excessiva que não permitiria novas realizações negativas, e, portanto, novas formulações. Para além desses dois campos, outros mais que tomem a mente humana como seu objeto de investigação podem se beneficiar das discussões ensejadas pelo presente trabalho, como a psicologia, semiologia médica, a psiquiatria, e outros, ampliando ainda mais sua força reprodutiva, na medida em que se possibilitem novos questionamentos e publicações.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSIS, M. (1880). Memórias Póstumas de Brás Cubas. São Paulo: Schwarcz S. A., 2014.
- BION, W. R. (1948). Experiências com grupos. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- BION, W. R. (1956). The Development of Schizophrenic Thought. In: \_\_\_\_\_. Second Thoughts. London: Karnac, 2007.
- BION, W. R. (1957). The Differentiation of the Psychotic from the Non-Psychotic Personalities. In: \_\_\_\_\_. Second Thoughts. London: Karnac, 2007.
- BION, W. R. (1962a). A Theory of Thinking. In: \_\_\_\_\_. Second Thoughts. London: Karnac, 2007.
- BION, W. R. (1962b). Learning from Experience. London: Karnac, 2007.
- BION, W. R. (1963a). A Grade. In: \_\_\_\_\_. Domesticando Pensamentos Selvagens. São Paulo: Blucher, 2016.
- BION, W. R. (1963b). Elements of Psychoanalysis. London: Karnac, 2005.
- BION, W. R. (1965). Transformações. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2004.
- BION, W. R. (1977). Cesura. Revista Brasileira de Psicanálise, v. 15, pp. 123 - 136, 1981.
- BION, W. R. (1992). Cogitations. London: Karnac, 2005.
- BION, W. R. The Tavistock Seminars. London: Karnac, 2005.
- BLÉANDONU, G. (1994). Wilfred R. Bion: His Life and Works. New York: Other Press, 2000.
- BRADLEY, F. H. (1883). The principles of logic, Vol 1. Oxford: Oxford U. Press, 1963.
- BRITTON, R. Non-Analytic Influences on the Psychoanalytic Theorizing of Wilfred Bion. In The W. R. Bion Tradition, edited by H. Levine and G. Civitarese. London: Routledge, 2016.
- CINTRA, E. M. e FIGUEIREDO, L. C. Melanie Klein, Estilo e pensamento. São Paulo: Editora Escuta, 2004.
- COELHO, J. G. Consciência e Matéria: O Dualismo de Bergson. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

COELHO, J. G. A double face view on mind-brain relationship. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 40, n. 3, pp. 197-220, Jul./Set., 2017.

COSTA, C. *Filosofia da mente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CHURCHLAND, P. M. (1988). *Matéria e Consciência*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

DALGALARRONDO, P. *Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DAMÁSIO, A. R. *E o cérebro criou o homem*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

DESCARTES, R. *Regras para a Direcção do Espírito*. Lisboa: Edições 70, 1985.

DESCARTES, R. *The Principles of Philosophy*. Blackmask, 2002.

DESCARTES, R. *Meditations, Objections, and Replies*. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 2006.

FREUD, S. (1893). *Sobre o Mecanismo Psíquico dos Fenômenos Históricos: Comunicação Preliminar*. In: \_\_\_\_\_. *Obras completas (Vol. 2)*. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

FREUD, S. (1894). *As Neuropsicoses de Defesa*. In: \_\_\_\_\_. *Obras completas (Vol. 3)*. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

FREUD, S. (1900). *A Interpretação dos Sonhos*. In: \_\_\_\_\_. *Obras completas (VVol. 4 e 5)*. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

FREUD, S. (1905). *Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade*. In: \_\_\_\_\_. *Obras completas (Vol. 7)*. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

FREUD, S. (1911). *Formulações Sobre os Dois Princípios do Funcionamento Mental*. In: \_\_\_\_\_. *Obras completas (Vol. 12)*. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

FREUD, S. (1922). *Dois Verbetes de Enciclopédia*. In: \_\_\_\_\_. *Obras Completas (Vol. 18)*. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

GREEN, A. *Cogitations: By Wilfred R. Bion*. *International Journal of Psychoanalysis*, v. 73, pp. 585-589, 1992.

HOCHMANN, J. *Wilfred Bion, philosophe des sciences*. *Revue française de psychanalyse*, v. 75, n.3, pp. 869-891, 2011.

HOFWEBER, T. (2017). *Logic and Ontology*. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Summer 2018 Edition)*. Edward N. Zalta (ed.). URL: <https://plato.stanford.edu/archives/>

sum2018/entries/logic-ontology.

ISAACS, S. (1952). A natureza e a função da fantasia. In: KLEIN, M.; HEIMAN, P.; ISAACS, S.; RIVIERE, J. Os Progressos da Psicanálise. Guanabara Koogan: Rio de Janeiro, 1982.

JACKSON, F. Epiphenomenal Qualia. *The Philosophical Quarterly*, v.32, n.127, apr. 1982.

JANET, P. *Les Névroses*. Paris: Bibliothèque de Philosophie Scientifique, 1909.

JASPERS, K. *General Psychopathology*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1997.

KANT, I. (1784). *Ideia de uma História Universal com um Propósito Cosmopolita*. Tradução: Arthur Mourão. LUSOFIA, S/Db.

KANT, I. *Crítica da Faculdade do Juízo*. Tradução de Valério Rohden e António Marques. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. 5ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

KANT, I. *Das Diferentes Raças Humanas*. in *Kant e-Prints*. Campinas, Série 2, v. 5, n. 5, p. 10 - 26, número especial, jul.- dez., 2010.

KANT, I. *Determinação do Conceito de uma Raça Humana*. in *Kant e-Prints*. Campinas, Série 2, v. 7, n. 2, p. 28-45, jul.-dez., 2012.

KLEIN, M. (1946). *Notes on Some Schizoid Mechanisms*. In: \_\_\_\_\_. “Envy and Gratitude” and Other Works. *The Collected Works of Melanie Klein (Vol 3)*. London: Karnac, 2017.

KLEIN, M. (1952). *The Origins of Transference*. In: \_\_\_\_\_. “Envy and Gratitude” and Other Works. *The Collected Works of Melanie Klein (Vol 3)*. London: Karnac, 2017.

KLEIN, M. (1959). *Our Adult World and its Roots in Infancy*. In: \_\_\_\_\_. “Envy and Gratitude” and Other Works. *The Collected Works of Melanie Klein (Vol 3)*. London: Karnac, 2017.

LAPLANCHE, J. e PONTALIS, J. B. *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LANSKY, M. *Philosophical issues in Bion’s thoughts*. In: GROTSSTEIN, J. *Do I dare disturb the Universe?* London: Karnac, 2003.

LENT, R. *Cem bilhões de neurônios: conceitos fundamentais de neurociência*. 2ªed. São Paulo, Editora Atheneu. 2010.

LEVIN, J. Functionalism. The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Fall 2018 Edition). E. N. Zalta (ed.). URL: <https://plato.stanford.edu/archives/win2021/entries/functionalism>.

MAGRITTE, R. La trahison des images. 1929. Pintura, óleo sobre tela, 63,2 x 93,98 cm.

MARQUES, U. R. A. Comparações embriológicas no *Architektonikkapitel*: dissonâncias passageiras ou desafinações prolongadas? In: HULSHOF, M., e MARQUES, U. R. A., eds. *A Linguagem em Kant*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018, pp. 109-126.

MELTZER, D. (1978). *The Kleinian Development*. London: Karnak, 2008.

NAGEL, T. What is it like to be a bat? *Philos. Rev.*, v. 83, n. 4, p. 435-450, 1974.

NAGEL, T. *The View from Nowhere*. New York: Oxford University Press, 1986.

O'SHAUGHNESSY, E. Whose Bion? In: MAWSON, C. (ed). *Bion Today*. London/New York: Routledge, 2011.

PEREIRA JR. A. The Projective Theory of Consciousness. *Trans/Form/Ação*, v. 41, p.199-232, 2018.

ROBINSON, H. (2016). Dualism. The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Fall 2017 Edition). Edward N. Zalta (ed.). URL : <https://plato.stanford.edu/archives/fall2017/entries/dualism>.

RYLE, G. (1949). *The Concept of Mind: 60th Anniversary Edition*. New York: Routledge, 2009.

SALVITTI, A. Presenças de Freud na Construção do Pensamento de Bion na Década de 50. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

SANDLER, P. C. *The Language of Bion: A Dictionary of Concepts*. London: Karnac, 2005.

SANDLER, P. C. The Origins of Bion's Work. *International Journal of Psychoanalysis*. v. 87(1), pp 179 - 201, 2006.

SCHERMER, V. Building on 'O': Bion and Epistemology. In: LIPGAR, R. and PINES, M. (eds). *Building on Bion: Roots*. London: Jessica Kingsley Pub., 2003.

SETH, A. *Being You*. New York: Dutton, 2021.

SNELL, R. W. R. Bion: his cultural, national, and historical background, and its impact on his thinking. In *The W. R. Bion Tradition*, edited by H. Levine and G.Civitarese. London: Routledge, 2016.

STETUP, M. (2005). Epistemology. The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Winter 2018 Edition). Edward N. Zalta (ed.). URL: <https://plato.stanford.edu/archives/win2018/entries/epistemology>.

VELMANS, M. Reflexive Monism: psychophysical relations among mind, matter and consciousness. *Journal of Consciousness Studies*, v. 19, n. 9-10, p. 143-165, 2012.

ZIMMERMAN, D.E. Bion: da teoria à prática. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.